



Os precários

Trajetos e quotidianos de pobreza em Portugal

Fernando Diogo, coord.

Ana Cristina Palos

Carlos F. Rodrigues

Elvira Pereira

Fernando Bessa Ribeiro

Francisco Branco

Gabriela Trevisan

Lídia Fernandes

Osvaldo Silva

Pedro Perista

Inês Amaro, colab.

Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso
1099-081
Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

Director de publicações: António Araújo
Director da colecção Estudos da Fundação: Gonçalo Saraiva Matias
Título: A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos
Autores: Fernando Diogo (coordenação), Ana Cristina Palos,
Carlos Farinha Rodrigues, Elvira Pereira, Fernando Bessa
Ribeiro, Francisco Branco, Gabriela Trevisan, Lídia Fernandes,
Osvaldo Silva, Pedro Perista e Inês Amaro (colaboração)
Revisão de texto: Rita Cabral
Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign

© Fundação Francisco Manuel dos Santos
Abril de 2021

ISBN: 978-989-9064-74-4

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Os autores desta publicação adotam o novo Acordo Ortográfico. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.

Índice

Índice.....	3
Introdução.....	5
Metodologia	12
1. Dos perfis às quotas	14
2. Procedimentos de construção e aferição do guião	18
3. Seleção e formação das entrevistadoras.....	26
4. O acesso e a recolha de dados	29
5. Aferição da grelha de análise	38
1. Enquadramento familiar na infância.....	48
1.1. Recordações e contextos da infância	48
1.2. Eventos e situações potenciadoras de pobreza na infância	54
2. Relação com o sistema educativo	59
2.1. Percurso escolar durante a infância/juventude	60
2.2. Representações sobre a escola e percursos de abandono escolar	68
2.3. Representações sobre escola e futuro	73
3. Transições para a idade adulta.....	78
3.1. Transição escola-trabalho	80
3.2. Retorno à formação: entre a intensificação das qualificações e a promoção da empregabilidade.....	86
3.3. Transições familiares	94
3.3.1. Processo de autonomização residencial: o impacto da precariedade laboral	96
3.3.2. Transição para a conjugalidade.....	98
3.3.3. Transição para a parentalidade.....	106
4. Relação com o mundo do trabalho.....	112
4.1. Vivências no mercado de trabalho e trajetória de (des)emprego	112
4.2. Identidade e satisfação em relação ao trabalho	134
5. Autoperceção do percurso, comparação da vida presente com a passada	158
5.1. Perceções sobre a adequação de níveis de rendimento	158
5.2. Avaliação subjetiva do percurso de vida até ao momento	164
6. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção social	171
6.1. Ativos dependentes, (des)emprego e rendimentos.....	174

6.2. Ativos dependentes e proteção social	185
7. Redes de apoio não institucional e território	206
7.1. Redes informais de apoio e vizinhança	206
7.2. Avaliação subjetiva da habitação e do território de residência	218
8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza	229
8.1. Autoperceção da situação pessoal de pobreza e do agregado	229
8.2. Identificação de situações de discriminação/exclusão social	235
8.3. Identificação de medidas de política social e no combate à pobreza	236
9. Perspetivas face ao futuro	244
9.1. Ainda a cristalização enquanto modo de vida	248
9.2. A geração mais jovem: um futuro em aberto?	257
Conclusão	271
Bibliografia	275
Anexos	285
Anexos	286
A. Tabela dos perfis	286
B. Distribuição dos perfis por quotas	290
C. Distribuição territorial das quotas (primeira aproximação)	294
D. Credencial de identificação	308
E. Consentimento informado	309
F. Guião de entrevista	310
G. Grelha de codificação (versão base)	319
H. Situação perante o trabalho e estrutura familiar	342

Introdução

Este livro resulta do projeto Trajetos e Quotidianos de Pobreza em Portugal, tendo sido desenvolvido por uma equipa multidisciplinar e multi-institucional para a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Do relatório final de investigação resultaram um resumo alargado para o público em geral, intitulado *Faces da Pobreza em Portugal*, e um livro principal intitulado *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*. Nesse livro, o leitor encontra informação detalhada sobre o projeto. Complementarmente, extraíram-se quatro livros, fornecendo a base empírica para os perfis encontrados: Reformados; Precários; Desempregados e Trabalhadores.

Cada um destes livros tem uma introdução onde se enquadra o projeto e se refere brevemente os seus principais produtos. Nesta introdução, a primeira parte é comum aos quatro e a segunda recupera a introdução sobre cada perfil específico que se encontra no livro principal, de forma a fundamentar teoricamente os capítulos empíricos. O leitor encontra também um capítulo metodológico comum a estas publicações, no qual se podem melhor compreender as questões em que se basearam os procedimentos de seleção do grupo de entrevistados, bem como o processo de tratamento da informação. Naturalmente, a maior parte do conteúdo de cada um destes livros é dedicada a uma análise aprofundada de um dos perfis acima identificados. Os diversos capítulos foram extraídos do relatório geral do projeto, tendo os autores procedido a uma extensa revisão que incluiu numerosas alterações, considerando as exigências decorrentes da publicação. Por sua vez, a conclusão resulta, novamente, da conclusão do respetivo capítulo no livro principal articulada com a conclusão equivalente do relatório final.

O livro principal é constituído por dois grandes tipos de materiais: nos primeiros capítulos, é feita uma reflexão acerca do conceito de pobreza usado no projeto, seus pontos fortes e limitações, bem como uma revisão dos principais indicadores de pobreza em Portugal e a exploração dos microdados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) do INE. Os quatro capítulos finais dizem respeito aos quatro perfis de pobreza em Portugal. Estes capítulos são constituídos sobretudo pelas conclusões parcelares de cada um dos pontos dos quatro livros ora apresentados, adaptadas e enriquecidas por trechos ilustrativos. É este conjunto articulado de seis livros que apresenta o conjunto dos resultados do projeto.

Passando da organização das publicações para os aspetos mais relevantes da investigação, começamos por referir que o projeto procurou responder à seguinte questão: Quem são e como vivem os pobres em Portugal?

Este projeto teve como objetivo desenvolver uma análise de cariz qualitativo capaz de complementar os trabalhos com base no ICOR que se têm produzido com alguma regularidade em Portugal, até sob os auspícios da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Em concreto, foi nosso objetivo proporcionar aos mais diversos atores (individuais, coletivos e institucionais) novos dados e reflexões que possam contribuir para uma visão mais aprofundada da pobreza no país, complementando as análises qualitativas realizadas ao longo dos anos (das quais destacamos, entre outras: Amaro & Branco, 2010; Castro, *et al.*, 2002a; 2002b e 2010; Capucha, 2005; Diogo, 2007). Este estudo aprofunda os resultados já conhecidos, atualiza-os, sendo, sobretudo, o primeiro a basear-se num desenho de investigação que articula

estritamente a pesquisa qualitativa com uma sólida análise quantitativa, com validade estatística para o conjunto do país.

Deste modo, espera-se que a investigação possa concorrer para uma discussão alargada deste problema em Portugal, bem como para o desenho de políticas públicas de combate à pobreza centradas nas pessoas em situação de pobreza, por contraponto à aplicação exclusiva de políticas generalistas. Estas últimas são centrais para se assegurar a generalização do acesso básico aos direitos sociais, mas, ao mesmo tempo, promovem desigualdades, ao darem respostas iguais a problemas diferentes, pelo que têm de ser complementadas com políticas específicas (*targeted policies*).

Assim, no que ao desenho da investigação se refere, optou-se por uma estratégia mista sucessiva. Começou-se, portanto, por analisar os principais indicadores de pobreza em Portugal disponibilizados pelo INE (dados do ICOR). De seguida, mobilizaram-se os microdados do ICOR (2017), usando duas metodologias de análise quantitativa pouco utilizadas para interrogar os dados sobre a pobreza em Portugal: a Análise Probit e a Análise das Correspondências Múltiplas (ACM). As técnicas e os resultados obtidos são apresentados no livro *A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*. Depois de afinados em confronto com os estudos qualitativos anteriormente feitos em Portugal envolvendo perfis de indivíduos em situação de pobreza, estes resultados conduziram aos quatro perfis de pobreza aqui referenciados.

A realização desta fase quantitativa teve três objetivos principais, aqui apresentados pela ordem com que aparecem no livro acima identificado: em primeiro lugar, proporcionar uma visão diacrónica atualizada dos principais indicadores de pobreza em Portugal, contribuindo-se, assim, para caracterizar de forma mais aprofundada a população em causa; em segundo, aplicar ferramentas estatísticas aos microdados do ICOR em ordem a compreender de forma mais aprofundada a pobreza em Portugal, numa perspetiva extensiva e inovadora; e, em terceiro, definir os perfis de pobreza a mobilizar para a análise qualitativa. Foi o cumprimento deste último objetivo que fundamentou, no essencial, a fase qualitativa do projeto.

Os resultados respeitam a indivíduos com 18 ou mais anos, quer na fase quantitativa, quer na qualitativa. Não obstante, as crianças e os jovens são considerados na fase qualitativa (o alvo deste livro) de duas maneiras: primeiro, quando se interroga a infância dos próprios respondentes e, segundo, quando no decorrer das entrevistas surgem referências aos filhos dos entrevistados.

Seguiu-se um intenso e cuidado processo de operacionalização, muito assente na definição meticulosa das características das pessoas a entrevistar bem como nas estratégias do seu recrutamento. Estas duas questões são particularmente sensíveis, dado que é com muita facilidade que rapidamente um estudo deste género se pode acantonar nos utentes dos serviços de apoio social. Sendo certo que estes constituem parte apreciável das pessoas em situação de pobreza, não esgotam, de todo, a totalidade dos casos. Aliás, as principais fontes de rendimento das famílias, apresentadas no ICOR, permitem perceber isso mesmo, mas a maior facilidade de acesso poderia vir a ditar esse desfecho. Nesse sentido, a estratégia adotada procurou minimizar esses problemas. No capítulo metodológico deste livro, é dada ampla nota desse procedimento, assim como é referenciada a distribuição das entrevistas no território nacional, complementando-se as notas sobre estes assuntos presentes no capítulo metodológico do livro *A Pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*.

Além disso, o processo de operacionalização teve também como importante objetivo dar conta da diversidade da pobreza em Portugal. Assim, este processo foi desenvolvido de forma a considerar a

diversidade interna de cada perfil, o que implicou reduziu a coerência interna dos perfis encontrados. Esta coerência poderia ter sido melhor assegurada se os entrevistados fossem apenas indivíduos com as características centrais de cada perfil. Contudo, a opção realizada permitiu um conhecimento mais aprofundado da diversidade das situações de pobreza realmente existentes e, nesse sentido, acomoda melhor os objetivos do projeto.

Destes procedimentos resultaram 87 entrevistas validadas e ainda quatro exploratórias. Com estas últimas pretendeu-se, sobretudo, afinar e validar o guião de entrevista e o sistema de categorias de análise de conteúdo definido a priori (como se dá conta neste livro). A análise das entrevistas teve por base o aplicativo MaxQDA e como estrutura um sistema de categorias construído a partir do guião de entrevista, modificado no decorrer dessa mesma análise. As entrevistas ficaram assim distribuídas: Perfil 1, Reformados, 20 entrevistados; Perfil 2, Precários, 21 entrevistados; Perfil 3, Desempregados, 22 entrevistados e, finalmente, Perfil 4, Trabalhadores, 24 entrevistados.

Depois desta introdução, este livro começa por apresentar o capítulo metodológico acima referido. De seguida, são apresentados, em nove pontos, os resultados relativos ao perfil dos precários. Estes pontos apresentam duas lógicas distintas, mas complementares. Uma primeira refere-se à ordem biográfica, percorrendo a trajetória de vida dos indivíduos, desde a infância até ao momento da entrevista. Neste percurso, é dada particular atenção aos fatores disruptivos na infância, à frequência escolar, à transição para a vida adulta e ao envolvimento com o mundo do trabalho, bem como aos sistemas, formais e informais, de solidariedade (considerando a sua importância para a população em causa), bem como à inserção no território. A segunda lógica refere-se à autoavaliação, à representação de si, numa perspetiva que se pode apelidar de subjetiva e identitária. É aqui dado enfoque ao balanço de vida, à auto-perceção como pobre e às perspetivas de futuro. Refira-se, em complemento, que estas duas lógicas não são estanques. Ao longo da análise, verifica-se que se interpenetram, sendo comum encontrar a lógica identitária a permear as afirmações de cariz mais factual, as questões mais subjetivas a serem o motor da ação. Além disso, existe, com alguma regularidade, sobreposição entre os temas tratados em cada capítulo. Se as análises tendem a focar um tema e um momento (como numa fotografia), a vida dos indivíduos é um todo difícil de dividir em temas com fronteiras claras. Por isso, é necessário por vezes retomar um assunto de forma a realizar uma análise mais aprofundada de um dado tema.

Independentemente do perfil onde se situam, todos os entrevistados estavam em situação de pobreza no momento da entrevista (e a grande maioria tem estado nessa situação ao longo de toda a sua vida), pelo que partilham essa característica em comum. De facto, a quase totalidade dos entrevistados pode ser enquadrada naquilo a que se costuma chamar de pobreza tradicional, dado serem pobres desde a infância e/ou oriundos de famílias também elas pobres. Por outro lado, existem algumas características que vão distinguindo os diversos perfis. No perfil dos Reformados, por exemplo, o peso da idade distingue-os (duplamente) dos outros perfis; no dos Precários, a sua inserção em agregados sem baixa intensidade de trabalho e a trajetória de emprego precária (em carrossel) desempenham o mesmo papel; no dos Desempregados, verifica-se uma relação distante com o mundo do trabalho; e, no dos Trabalhadores, pelo contrário, essa relação é particularmente forte. Estes são apenas alguns exemplos, significativos, de características que singularizam os diferentes perfis.

Contudo, o livro ora apresentado centra-se numa terceira questão: a descrição e análise aprofundada dos traços que caracterizam um único dos perfis identificados. Ao longo de todo o livro A

pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos, mas em particular na sua conclusão, faz-se um exercício comparativo entre os quatro perfis de pobreza. Nessa obra, apresenta-se uma visão de conjunto, identificando-se quer os aspetos comuns aos entrevistados, quer as singularidades distintivas de cada um dos perfis.

Neste livro em particular, é apresentado o perfil dos Precários. De seguida apresenta-se, por isso, o enquadramento teórico desta categoria social, na sua relação com a pobreza.

A configuração deste perfil é definida essencialmente pela condição perante o trabalho: uns estão empregados e outros estão numa situação de dependência do seu agregado familiar pelo facto de serem estudantes, se encontrarem desempregados, exercerem trabalhos temporários informais e sazonais, e trabalharem a tempo parcial de forma não voluntária. O grupo apresenta uma ligeira sobrerrepresentação das mulheres, sendo o perfil que integra em maior número entrevistados mais jovens e mais escolarizados. Contudo, evidencia-se também a insegurança e a instabilidade das inserções laborais de uma larga maioria destes entrevistados, independentemente das qualificações escolares que detêm, situação a que não é alheia a evolução da economia nas últimas décadas. Em suma, a heterogeneidade do perfil opõe-se, para os entrevistados que apresentam experiências profissionais (quase todos), à relativa semelhança dos percursos laborais nele retratados, marcados pela precariedade, condição que, pela sua intensificação, tem vindo a caracterizar as sociedades atuais enquanto sociedades do assalariamento precário, por oposição à sociedade salarial que caracterizou o capitalismo fordista.

O período entre a segunda Guerra Mundial e o início dos anos '70 foi caracterizado por um crescimento económico acelerado, sustentado numa indústria de produtos standardizados e num consumo de massas, que favoreceu a existência de um modelo de organização do trabalho regulado por um conjunto de direitos, designadamente: a institucionalização do direito ao trabalho; o controlo dos despedimentos e a possibilidade de progressão profissional de acordo com a experiência adquirida, as competências e as qualificações profissionais, entre outros aspetos. Por seu turno, este crescimento económico conduziu a aumentos de investimento na educação, com consequentes acréscimos de ofertas formativas, construídas no pressuposto de que a educação é um bem de investimento que promove, por si só, o crescimento económico. Esta ambiência propicia uma procura social de educação norteadas por um otimismo em relação à escola e às oportunidades que daí decorrem, configurando-se como um período que nos dá «uma versão muito satisfatória» da relação entre o económico e o social (Castel, 1998, p. 22), ainda que tal não tenha corrigido as desigualdades sociais, uma vez que o acesso a mais educação não só não neutralizou a hierarquização entre diferentes profissões (Boudon, 1974), como ainda transmutou as desigualdades sociais em desigualdades escolares (Bourdieu & Passeron, 1970).

Na sequência da crise petrolífera, os anos '70 vêm questionar os princípios em que assenta este crescimento económico, tendo produzido importantes implicações nas formas de perspetivar o trabalho,

o emprego e o papel da educação neste binómio (desigualdades sociais versus desigualdades escolares). Num contexto de internacionalização crescente, em nome da modernização da economia, tendencialmente subordinada à lógica da rentabilidade do capital, as empresas desenvolveram estratégias de adaptação à intensificação da concorrência que não passavam apenas pela diversificação de produtos, mercados ou consumidores, mas ainda pela flexibilização interna e externa do trabalho. Em rigor, a par dos mercados internos de trabalho – espaço onde a afetação do assalariado às suas funções obedece a normas de tipo administrativo que definem os modos de afetação, as remunerações e a mobilidade interna nas organizações – surgiram os mercados externos, mais livres de regras e procedimentos administrativos e onde a definição da adequação do «perfil do trabalhador» – onde se incluem as qualificações escolares e profissionais – ao posto de trabalho se torna mais «arbitrária» (Saglio, 1998), por estar largamente dependente dos critérios definidos pelas organizações de forma a legitimar e configurar as «qualidades» requeridas para a função a desempenhar. Neste mercado de trabalho externo (ou secundário), a instabilidade tornou-se o denominador comum, devido ao trabalho precário, aos salários baixos e às escassas oportunidades de progressão na carreira. É neste contexto que as regras que ditavam a relação salarial fordista têm vindo a ser substituídas pela institucionalização de formas precárias de relação com o trabalho, cujas consequências na vida dos indivíduos estas biografias ilustram exemplarmente.

Acresce que o modelo de organização económica em Portugal sempre permitiu a reprodução, ao longo das diferentes épocas, de formas atípicas de relações laborais à margem da regulação estatal, marcadas por modelos de contratação muito precária e mal remunerada, que foram configurando as atividades laborais em sectores de onde uma parte dos entrevistados retiram os parcos rendimentos de que dispõem, como a construção civil, o têxtil, o calçado, a restauração e similares. Na linha do que tem sido evidenciado pelas estatísticas disponíveis, também o perfil sociográfico dos entrevistados neste perfil demonstra que a população em situação de precariedade se tem renovado, na medida em que ao contingente tradicionalmente formado por trabalhadores desqualificados, oriundos de meios sociais desfavorecidos; desempregados e trabalhadores migrantes, juntam-se agora os mais escolarizados, geralmente jovens, que deambulam entre empregos precários e mal remunerados, desemprego, inatividade e formação, como o percurso de alguns dos entrevistados neste perfil denuncia.

Estas transformações na relação com o trabalho afetam as experiências pessoais, originando processos que oscilam entre a inclusão desigual e a exclusão do mercado de trabalho (Burawoy, 2015) – a primeira na forma de precariedade laboral, a segunda na forma de desemprego ou até de inatividade. Nesta mesma linha, Paugam (2012) argumenta que precariedade e desemprego constituem formas de desqualificação social resultantes não só de níveis elevados de desenvolvimento económico, conjugados com uma forte degradação do mercado de trabalho e com a fragilização das redes de solidariedades

familiares e de ajuda privadas, mas também do recuo de políticas sociais de luta contra a pobreza, centradas cada vez mais em medidas mais próximas da lógica assistencial¹.

As duas últimas décadas têm demonstrado um pouco por todo o mundo que a precariedade se instala como um «modo de vida» (Alves, Cantante, Baptista & Carmo, 2011), na medida em que não se restringe ao regime de emprego ou ao rendimento associado, mas afeta todas as dimensões da vida. As organizações internacionais (Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Banco Mundial) têm alertado para a fragilidade global na inserção profissional e para a extrema vulnerabilidade das gerações mais jovens à precariedade laboral (MacDonald, 2011), particularmente após a Grande Recessão decorrente da crise de 2008, que intensificou e generalizou a precariedade, transformando-a num fenómeno global duradouro, numa experiência coletiva (Standing, 2011) sedimentada pelas políticas neoliberais dominantes na atualidade². Contudo, esta questão não afeta apenas as condições objetivas de sobrevivência económica, mas também uma dimensão mais subjetiva, que remete para a impossibilidade de formalização de projetos de vida e de futuro, designadamente processos de autonomização familiar, uma situação particularmente problemática em países do Sul da Europa (Moreno Minguez, 2012; Serracant, 2015), incluindo Portugal (Carmo & Matias, 2019).

Para compreender os impactos da precariedade laboral na vida de quem a experiência, torna-se incontornável recordar Sennet (2001) e a sua análise das consequências pessoais do trabalho neste capitalismo flexível em que vivemos. O autor demonstra, também com base em depoimentos, como a fragilização do estatuto do emprego dificulta quer a construção de narrativas lineares e coerentes na articulação entre o passado, o presente e o futuro, quer a definição de objetivos de longo prazo, gerando instabilidade a cada recomeço causado por mudanças de emprego. Como refere Fortuna no prefácio à edição portuguesa da obra de Sennet, «o caráter corroído é aquele que se vê incapaz de oferecer uma narrativa coerente da vida pessoal e de lhe dar uma sólida linha de rumo», constituindo a flexibilidade laboral um «código moral e ético novo que desliga entre si o mundo do trabalho e as sociabilidades, na família, entre amigos, ou na comunidade e na vida pública» (p.17).

Em algumas trajetórias de vida que seguimos neste capítulo, percebe-se a dificuldade em assumir a construção de narrativas coerentes sobre a vida profissional, pois esta depende em larga medida de circunstâncias que podem estar «desconectadas» (Cook, 2015) entre si, dependendo também daquilo

¹ Paugam (2012) critica o surgimento de um regime de «precariedade assistida» que abrange pessoas em situação laboral precária enquanto não acedem a um emprego não assistido, na medida em que tal contribui para a institucionalização da precariedade, para o aprofundamento da dualização dos mercados de trabalho e para a «banalização dos empregos degradantes e pouco qualificados» (p. 10). Ironicamente, como veremos no capítulo 6, os entrevistados enquadrados neste perfil nem chegam a estar habilitados a aceder a esse tipo de proteção.

² Um relatório da OIT sobre a evolução da situação do mercado de trabalho entre 2008 e 2018 assinalou que, apesar do aumento do emprego, o mercado de trabalho tornou-se mais segmentado, com um grande peso do trabalho temporário, sendo o emprego mais estável muito reduzido entre as coortes mais jovens (OIT, 2018).

que poderá ser plausível fazer no futuro. Percebe-se assim que as oportunidades momentâneas pressentidas nas estruturas sociais orientam a gestão do percurso laboral. De forma inversa, outras narrativas sugerem modos de racionalização da situação de precariedade que, refletindo as contrariedades e o sofrimento vivenciado, se direcionam para a formalização de projetos de futuro e para a delimitação de estratégias que permitam contornar algumas das dificuldades antecipadas nos processos idealizados de inserção profissional.

A reversibilidade das trajetórias de emprego, alicerçada tanto na insegurança e na individualização das relações de trabalho como na exclusão de formas de proteção garantidas pelo Estado Social, torna indispensável o apoio das famílias a cada novo recomeço, configurando-se a solidariedade familiar como a estratégia básica de sobrevivência dos entrevistados neste perfil, particularmente para os indivíduos que se encontram desempregados ou a trabalhar a tempo reduzido, de forma involuntária, ou em atividades económicas exercidas informalmente.

Metodologia

Com vista a responder à pergunta de partida (Quem são e como vivem os pobres em Portugal?), foi adotado um desenho de pesquisa misto sequencial (Morse & Niehaus, 2009). Na primeira fase, de natureza quantitativa, foram desenvolvidas três componentes distintas, todas com base nos dados do ICOR, na edição de 2017 (contendo dados referentes ao ano de 2016). Nos próximos parágrafos, apresentamos estas componentes, já referenciadas na Introdução.

Na primeira componente, procedeu-se à análise dos principais indicadores de pobreza e exclusão social para o período de 2003-2016, algo que permitiu fazer uma primeira identificação das principais tendências e das variáveis mais determinantes para explicar o problema da pobreza no país. Este trabalho aprofunda e atualiza outros estudos anteriormente realizados, alguns deles de diversos membros da equipa de investigação.

Na segunda, desenvolveu-se uma análise Probit, que permitiu identificar as distintas probabilidades de pobreza associadas às diferentes categorias de cada variável, a partir de uma categoria de referência por nós escolhida para cada uma delas. Este segundo exercício permitiu, por um lado, compreender e caracterizar melhor a pobreza em Portugal e, por outro, identificar de forma mais fina as variáveis mais pertinentes para a definição de perfis de indivíduos em situação de pobreza.

De seguida, na terceira componente, construíram-se distintos perfis de pobreza em Portugal, a partir da tipicidade e da representatividade das categorias das variáveis em causa (Flick, 2002). Para isso, foi mobilizada a ACM, aplicada aos dados do ICOR (2017).

Como já foi indicado, os resultados da análise intensiva são apresentados, nas suas três componentes, no livro *A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*.

O principal objetivo da fase extensiva do estudo (fase quantitativa) foi proporcionar uma base de consistência estatística à análise intensiva, assegurando a identificação das regularidades sociais e da diversidade que subjaz à pobreza em Portugal. Para o fazer, partiu-se do princípio de que a condição de pobreza impõe algumas características comuns (regularidades sociais) aos indivíduos nessa situação, mas que, ao mesmo tempo, é também possível encontrar distintas formas de se ser pobre. Por outras palavras, partiu-se do princípio de que os pobres não são todos iguais, mas partilham uma dimensão comum à sua condição, sendo possível definir distintos perfis de pessoas em situação de pobreza.

Um segundo objetivo importante foi o de se produzir conhecimento novo sobre a pobreza no país, quer através da atualização e sistematização de trabalhos anteriores, realizados a partir dos indicadores fornecidos pelo INE, quer através da mobilização de técnicas estatísticas pouco utilizadas para a análise da pobreza, em Portugal e a nível internacional, Probit e ACM, para interrogar os microdados do

ICOR. Nesse sentido, as probabilidades de pobreza por variável e os perfis estatísticos de pobreza são, por si só, resultados inovadores, acrescentando informação pertinente ao que já se sabe sobre a pobreza em Portugal.

Na segunda fase, intensiva, a investigação centrou-se na realização e análise de entrevistas semiestruturadas. O ponto de partida foi a construção de um guião, do qual se dá conta neste capítulo. As entrevistas em causa foram realizadas a partir dos perfis definidos com base na ACM. Contudo, antes disso, os perfis foram afinados através do seu confronto com a literatura existente em Portugal acerca de perfis de pobreza em estudos qualitativos.

A passagem dos perfis às quotas foi um momento de grande investimento de tempo e esforço intelectual, na medida em que se pretendeu dar conta da diversidade da pobreza em Portugal, incluindo a existente intra-perfil, e evitar as principais armadilhas que a experiência de investigação da equipa permitia antecipar. Desde logo, a possibilidade de os entrevistados serem apenas indivíduos recrutados através de instituições de apoio social, em regra mais fáceis de mobilizar. Além disso, entendeu-se como relevante evitar o acantonamento das entrevistas a um contexto em particular. Tal implicou a sua realização por todo o país, de acordo com uma distribuição muito criteriosa e cuidadosa.

Como referenciado, as questões relativas à fase intensiva deste trabalho, bem como mais detalhes sobre a metodologia adotada, estão explanadas no livro *A pobreza em Portugal Trajetos e quotidianos* (incluindo a questão do afinamento dos perfis com base no confronto com a literatura). Neste capítulo, apresentamos de forma detalhada os critérios e procedimentos adotados na recolha e análise dos dados relativos à componente qualitativa desta pesquisa. Começamos por apresentar os critérios de definição da estrutura do grupo de indivíduos entrevistados.

Antes disso, contudo, uma advertência. Tendo-se realizado um esforço importante para, através deste estudo, se dar conta da diversidade da pobreza em Portugal, a componente intensiva, de que agora se apresenta um dos perfis encontrados, não é estatisticamente significativa – nem é esse o propósito de um estudo intensivo. Não obstante, através dos resultados apresentados, é possível dar conta de importantes formas de diversidade e de regularidade de se viver a pobreza em Portugal de uma forma aprofundada e em respeito pela trajetória biográfica dos indivíduos.

Um primeiro aspeto a considerar concerne ao procedimento de operacionalização dos perfis de pobreza encontrados³. Este procedimento permitiu garantir nas entrevistas a diversidade de situações que a análise quantitativa anteviu e, ao mesmo tempo, superar o problema da potencial sobre-representação dos utentes dos serviços de apoio social.

³ Cf. quadro sistemático com toda a informação sobre os perfis e subperfis identificados (quotas) em anexo.

1. Dos perfis às quotas

Em primeiro lugar, dá-se conta das principais especificidades de cada um dos perfis no processo de construção das quotas, possíveis de obter através do confronto com os microdados do ICOR. Cada quota é constituída por casos com características relativamente semelhantes dentro do perfil principal, formando um subperfil mais aprofundado, de modo a dar conta da diversidade interna de cada perfil. Mas também para se assegurar que cada indivíduo que pertence a um dado perfil não é classificável em dois ou mais – princípio da exclusividade mútua. Este princípio nem sempre foi fácil de assegurar, dado que o sistema de quotas divide os indivíduos em função das suas características atuais. Contudo, estas são complexas, havendo lugar para ambiguidades de fronteira, sendo ao mesmo tempo provisórias, dado que a biografia dos indivíduos pode levá-los de um perfil para outro ao longo do tempo. Estas questões foram tidas em consideração quer na definição das quotas de que se dá abaixo conta quer na preparação, realização e análise das entrevistas:

1 – Reformados. Neste perfil, enquanto algumas quotas se diferenciam sobretudo em função da variável sexo (mulher ou homem, nos casos do P1.1 e P1.3), noutras é o facto de a pessoa viver sozinha (P1.2 e P1.5), sendo de destacar neste último caso o maior peso das mulheres; ou o estado civil (solteiro ou divorciado no caso da P1.5) que constitui o elemento diferenciador. Destaque-se ainda que foi definida uma quota segundo um critério etário abrangendo pessoas da faixa etária imediatamente anterior (45-64 anos) àquela que constitui um elemento caracterizador central deste perfil (65 ou mais anos), mas que são inativas – ou reformadas ou a cumprir tarefas domésticas e/ou responsabilidades de assistência. A composição do agregado ajuda a situar esta quota neste perfil: agregados de apenas um adulto ou de dois adultos, em que o segundo adulto terá 65 ou mais anos. Em todos os casos, a principal fonte de rendimento do agregado são as reformas (e pensões);

2 – Precários. Dada a sua maior indefinição, verificaram-se mais dificuldades em estabelecer quotas para este perfil⁴. Todas as quotas foram definidas em primeiro lugar em função da condição perante o trabalho: estudantes (P2.1); pessoas desempregadas (2.2 e 2.4); domésticos⁵ (2.3); empregados (2.5). A primeira quota (P2.1), está associada a um conjunto de características demográficas e do agregado: jovens (18-24 anos), solteiros, a viver a casa dos pais, o que não se verifica em nenhum outro perfil. Importa também assinalar que a principal fonte de rendimento do agregado é o trabalho. No caso das pessoas desempregadas, o elemento distintivo relativamente às quotas similares do Perfil 3 é o facto de a principal fonte de rendimento do agregado ser o trabalho e não as transferências sociais. A quota

⁴ De facto, considerando o seu lugar no mapa percetual da ACM (cf. o capítulo quatro do livro *A pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*), é o perfil mais difícil de definir, dado que se encontra a meio caminho entre os perfis 3 e 4.

⁵ Domésticos é a designação adotada pelo INE, a grande maioria das pessoas aqui classificadas são, contudo, domésticas.

P2.2 engloba pessoas mais jovens, dos 18 aos 44 anos, solteiras, a viver em casa dos pais. A quota P2.4 engloba pessoas que não vivem em casa dos pais, mas antes com o cônjuge ou outro, correspondendo assim a uma faixa etária que abrange pessoas menos jovens – 25 a 64 anos⁶. Embora definida em função da condição perante o trabalho, a quota 2.3 acaba por ter uma marca de género, visto que inclui apenas mulheres, dos 25 aos 64 anos, sendo o estado civil uma característica relativamente secundária. Trata-se de mulheres inseridas em agregados cuja principal fonte de rendimento são o trabalho ou as pensões – no primeiro caso, com crianças, no segundo, sem crianças⁷. Por fim, a quota 2.5 engloba pessoas empregadas, mas que, contrariamente às do Perfil 4, vivem em agregados de apenas um adulto, com ou sem crianças. Sublinhe-se que a análise qualitativa permitiu perceber que a grande maioria dos entrevistados neste perfil tem uma trajetória de emprego onde a precariedade se salienta, sendo esse o fator que acaba por permitir o nome escolhido;

3 – Desempregados. A principal fonte de rendimento dos agregados domésticos privados (ADP) são outras transferências sociais, o que contrasta com os restantes perfis onde trabalho e/ou pensões desempenham esse papel. Portanto, quase todas as quotas definidas para este perfil abrangem pessoas desempregadas inseridas em agregados familiares cuja principal fonte de rendimento é constituída por outras transferências sociais: mulheres com idade entre 45 e 64 anos (P3.1); homens na mesma faixa etária (P3.2); mulheres com idades entre 18 e 44 anos (P3.3) e homens na mesma faixa etária (P3.4). Enquanto nas duas primeiras quotas predominam os agregados sem crianças, nas outras duas, em particular na constituída por mulheres, há um peso importante de agregados com crianças. Assinale-se por fim que a quota 3.5 abrange pessoas inaptas para o trabalho ou numa condição de invalidez permanente, a viver sozinhas ou em agregados de dois adultos sem crianças – trata-se da única quota na globalidade dos perfis onde isso se verifica. Neste caso, a principal fonte de rendimento do agregado são pensões ou outras transferências sociais, constituindo-se como a (relativa) exceção no conjunto do perfil;

4 – Trabalhadores. A principal fonte de rendimento dos agregados destes entrevistados é o trabalho, sendo que todos os entrevistados se encontram a trabalhar. Em relação aos detalhes, a maior parte das quotas deste perfil foram definidas em função das variáveis sexo e idade (P4.1; P4.2; P4.3; P4.4), todas elas referindo-se a pessoas casadas ou em união de facto, em agregados com ou sem crianças⁸. As quotas 4.3 e 4.4 englobam pessoas de faixas etárias mais jovens (25-44 anos) inseridas em agregados familiares com crianças. A última quota prevista está definida em função do estado civil, distinguindo-se das restantes por englobar pessoas solteiras ou divorciadas, enquadradas em agregados com ou sem crianças. Importa salientar que, tal como se verifica nas restantes quotas destes perfis, também esta se

⁶ O outro elemento que distingue esta quota prende-se com o facto de o agregado familiar não incluir crianças.

⁷ Neste último caso distingue-se de P1.4 pelo facto de o segundo adulto ter menos de 65 anos.

⁸ Assinale-se que, de forma distinta do verificado noutros perfis, se verifica um maior peso de homens, expresso no número de entrevistas previstas para P4.2.

distingue do P2.5 por se referir a agregados com pelo menos dois adultos. Importa também notar que, neste perfil, os casos de adultos a viverem em casa dos pais são residuais, pelo que não foram considerados nas quotas.

Depois de definidas as quotas com as características concretas dos indivíduos (e seus agregados familiares) a entrevistar em cada perfil, foram desenvolvidas algumas estratégias para assegurar a sua distribuição pelo território nacional.

Para o fazermos, partimos do mais recente estudo onde as heterogeneidades do território nacional estão analisadas na perspetiva da pobreza, o Referencial de Coesão Social 2014. Este estudo foi desenvolvido tendo por base um sistema de indicadores que se traduziu em duas tipologias de concelhos, uma de exclusão social (por sua vez com base em cinco dimensões: Trabalho; Rendimentos; Condições de Vida; Grupos Vulneráveis e Capital Inclusivo) e outra designada como territorial (com base em quatro dimensões: Estrutura Etária da População Residente; Estrutura do Povoamento; Perfil das Dinâmicas Económicas e Dinamismo Demográfico)⁹.

O principal resultado desta análise foi a produção de perfis de concelhos para cada uma das tipologias acima mencionadas (dez perfis para o primeiro caso e nove para o segundo). A sua mobilização permitiu encontrar, numa primeira aproximação, os concelhos para a realização das entrevistas, tidos por representativos da diversidade territorial do país. A seleção e a distribuição das entrevistas pelos concelhos tiveram em atenção as tipologias acima referenciadas e os seguintes critérios e observações: um máximo de três concelhos por grande dicotomia; dois concelhos por cada uma das zonas do interior, tendo em conta a sua maior homogeneidade (cf. IESE, 2015) e a identificação de concelhos mais representativos dos perfis-tipo de exclusão social mais representativos. Teve-se ainda em atenção que, em geral, os concelhos urbanos são mais diversos.

Após a definição dos concelhos onde se realizaram as entrevistas, procedeu-se à distribuição dos perfis, procurando atender, tanto quanto possível, às especificidades socioterritoriais de cada concelho (cf. a lista de distribuição de perfis por concelho no anexo C).

Foram equacionados vários indicadores e dimensões elencados nas tipologias definidas no Referencial de Coesão Social (IESE, 2015)¹⁰. Por exemplo, em concelhos onde predominariam perfis de exclusão associados a baixos rendimentos ou a quebra de rendimentos (como é o caso de Lisboa, Porto e Guimarães), procurou-se prever um número significativo de entrevistas (cerca de um terço) referentes ao Perfil 4 (Trabalhadores). Noutros, onde a inatividade, associada a um peso importante da faixa etária de 65 ou mais anos, é uma dimensão particularmente relevante para perceber os processos de

⁹ Este estudo apresenta como importante limitação o facto de ter sido feito apenas para o continente.

¹⁰ Para uma leitura mais compreensiva, ver Quadros 2 e 4 do Referencial (IESE, 2015, p. 35 e 69).

vulnerabilidade e exclusão social nesses territórios, procurou-se equacionar mais entrevistas com pessoas com mais de 65 anos, reformadas, ou seja, enquadradas no Perfil 1.

Noutros concelhos, com população mais jovem – como é o caso de Castelo de Paiva, Mafra e Guimarães – procurou-se prever mais entrevistas envolvendo pessoas em idade ativa. Em concelhos marcados pela fraca intensidade laboral e/ou pelo desemprego (Ex: Castelo de Paiva, Amadora, Porto, Lisboa e, em certa medida, Aljustrel e Guimarães) procurou-se considerar mais entrevistas relativas aos Perfis 2 e 3 (Precários e Desempregados). Assinale-se por fim os concelhos da Amadora, do Porto, de Lisboa e de Aljustrel onde, de acordo com o estudo em que nos baseámos, importa ter em conta a vulnerabilidade associada ao género. Nestes casos, foi prevista a realização de mais entrevistas envolvendo mulheres. Por outro lado, na linha do que foi referido anteriormente, a vulnerabilidade da população imigrante e das minorias étnicas não está refletida nos perfis definidos, embora tenha sido considerada no processo de seleção de pessoas a entrevistar em concelhos onde, segundo o Referencial de Coesão Social, essa dimensão é relevante – por exemplo, Amadora, Porto e Lisboa.

Acresce que a dinâmica de execução das entrevistas implicou que estas se realizassem em concelhos que não estavam inicialmente equacionados. Foi o caso de Ferreira do Alentejo, Caldas da Rainha e Celorico de Basto. Em sentido inverso, não foram feitas entrevistas em Aljustrel, Mafra, Sernancelhe ou Alvito. Os novos concelhos foram escolhidos tendo em conta a tipologia acima apresentada, sendo equivalentes aos retirados da análise.

Um terceiro aspeto tido em conta, ainda no que à seleção dos entrevistados diz respeito, foi o referente ao cálculo do limiar de pobreza, de maneira a assegurar que todos os entrevistados se encontravam nessa situação. Se nos estudos que têm por base as populações assistidas, a questão não se coloca (os indivíduos são pobres) ou é facilmente resolvida (os serviços têm informações pormenorizadas sobre quem é pobre), no caso deste estudo foi necessário prestar especial cuidado a este detalhe, precisamente por aqui se incluírem indivíduos fora do sistema de apoio social.

O limiar de pobreza definido para 2017 era de 5 610 euros por ano, por indivíduo. Em agregados familiares de apenas uma pessoa, foi este o valor considerado. Nos restantes casos, foi calculado o limiar usando a escala modificada da OCDE (usada pelo Eurostat e pelo INE para individualizar os rendimentos familiares), atribuindo-se o peso de 1 ao primeiro adulto; 0,5 aos restantes adultos (aqui entendidos como maiores de 14 anos) e 0,3 às crianças. É exatamente esta a fórmula de cálculo usada no ICOR, pelo que, desta maneira, se investe na coerência entre as duas análises realizadas.

Seguindo esta fórmula de cálculo, e tendo por referência o tipo de agregados prevaletentes no Perfil 1, enquanto num agregado de um adulto o limiar era de 5 610 euros, já num agregado de dois adultos (1,5) esse valor correspondia a 8 415 euros. Nos restantes casos, o processo de cálculo foi mais complexo, pois os agregados, na maior parte das quotas definidas, podem não incluir crianças, sendo

também problemático o facto de as crianças serem subconsideradas para efeitos desta definição estatística de pobreza¹¹. O limiar de um agregado de duas pessoas, por exemplo, é menor quando a segunda é uma criança (7 293 euros), ficando particularmente reduzido quando inclui duas ou mais crianças. Sublinhe-se que as entrevistas foram realizadas entre Abril e Dezembro de 2019, embora o limiar disponibilizado nessa altura pelo INE fosse o relativo a 2017. Esta diferença de cerca de um ano colocou algumas dificuldades à equipa.

A questão do cálculo dos rendimentos é particularmente crítica no caso do Perfil 4, onde se encontram pessoas que, estando a trabalhar, se encontram ainda assim em situação de pobreza. Repare-se que de 2017 para 2019 o salário mínimo nacional (SMN) subiu de 535 para 600 euros, representando um acréscimo de 780 euros anuais relativamente aos 5 610 euros de valor de base para o cálculo do limiar da pobreza – esta discrepância poderá ser tanto mais relevante quanto maior for o agregado familiar (visto que o peso de cada criança no cálculo do limiar é de apenas 0,3). Por exemplo: casal com um filho e com SMN e 450 euros – rendimento anual de 12 600; o limiar de 2017 para este caso seria de 10 098 euros. Neste caso, acomodou-se este acréscimo salarial nos critérios de seleção dos entrevistados.

2. Procedimentos de construção e aferição do guião

Analizadas as questões relativas ao grupo de pessoas a entrevistar, a dificuldade mais relevante que se desenhou em seguida prendeu-se com o guião. A conceção e construção do guião de entrevista respondem a uma etapa fundamental para a concretização e desenvolvimento da fase intensiva.

Assim, optou-se por se construir um guião de entrevista de inspiração biográfica que, desenvolvendo-se em torno de um conjunto de dimensões agregadoras, permitiu explorar toda a diversidade de formas de viver em pobreza.

A escolha da realização de entrevistas semiestruturadas encontra fundamento no facto de estas se constituírem como um recurso metodológico especialmente adequado para indagar, compreender e interpretar trajetos de vida a partir dos discursos subjetivos dos atores sociais. Em regra presente nos estudos sociais alicerçados em abordagens de tipo qualitativo, a entrevista ocupa lugar de destaque quando se pretende conhecer a história de vida (Poirier *et al.*, 1995), também designada, talvez com

¹¹ De notar que foi adotada a definição da Convenção dos Direitos das Crianças da ONU (também usada pelo INE e pelo Eurostat) para os perfis e quotas, onde se considera criança qualquer indivíduo até aos 17 anos de idade. Para efeitos de cálculo do limiar, foi tido como referência o critério estabelecido na escala modificada da OCDE, em que crianças são os indivíduos até aos 14 anos.

maior pertinência, por narrativa de vida (Bertaux 1997)¹². Tal coloca-se em oposição às abordagens positivistas, fundadas no princípio de que o social só pode ser devidamente conhecido por via da aplicação de instrumentos que permitam capturar informação de tipo quantitativo, pretensamente objetivo, produzida por inquéritos por questionário. No caso concreto deste estudo, como ficou bem evidente pela sua centralidade metodológica, a opção pela entrevista exprime o reconhecimento das suas faculdades para aceder a conhecimento devidamente explicado dos aspetos mais reservados e pessoais da história (ou narrativa) de vida do entrevistado.

Em termos metodológicos, a história de vida conecta com a memória, seja individual, seja coletiva, procurando, na feliz formulação de Poirier *et al.* (1995, p. 9-10) «fazer falar os “povos do silêncio” através dos seus representantes mais humildes: do pastor da região de Limoges ao emigrado, do operário fabril ao camponês bambara ou ao pastor *peul*». Ou seja, como sublinhou M. Ribeiro (1995), a entrevista assume uma função decisiva na inquirição das memórias de vida dos atores sociais¹³.

Aliás, desde há muito que as pesquisas com um forte pendor etnográfico têm demonstrado, nos mais variados contextos sociais (cf., entre outros, para o contexto português, Silva, 1998; Estanque, 2000; Ribeiro, 2010; Ribeiro *et al.*, 2007 e Clemente, 2011), a relevância da informação obtida para uma compreensão densa de uma dada realidade social e dos atores que a compõem, podendo proporcionar resultados mais densos do que outras técnicas de investigação, como sublinha Zonabend (1989) na sua argumentação em prol das vantagens das metodologias qualitativas.

Mas é, porventura, em Bourdieu (2008 [1999a]), considerando que o nosso estudo é sobre pobreza e exclusão, que encontramos os melhores argumentos em defesa da entrevista como recurso metodológico. Refletindo sobre as questões levantadas pelo relacionamento entre o investigador e o investigado, o sociólogo francês oferece-nos uma estratégia metodológica para a aplicação da entrevista em profundidade. Obedecendo a uma comunicação não violenta, na qual o entrevistador se deverá colocar em pensamento no lugar do entrevistado, sem censurar o seu ponto de vista, mas antes

¹² Ainda que podendo ser entendidas como expressão sinónimas classificando situações semelhantes, é interessante convocar à discussão a distinção que Bertaux (1997, p. 6 e 32-34) estabelece entre «história de vida» e «narrativa (*récit*) de vida». No seu entender, a narrativa, aplicada ao discurso que um determinado indivíduo, interpelado por um investigador, produzida num dado contexto de pesquisa, é do ponto de vista metodológico mais rigorosa, pois caracteriza apenas parcelas, sempre subjetivas, do trajeto de vida de quem fala e não a sua história de vida, no sentido mais geral.

¹³ Como já foi demoradamente discutido por um de nós (Ribeiro, 2010), a mobilização da memória no processo de investigação é crucial para o conhecimento de um dado fenómeno. Por se ancorar nomeadamente à casa que se habita e ao lugar onde se trabalha, não existe memória sem espaço. A memória é condicionada pelo trajeto de vida do indivíduo, no qual o passado e o presente, o que foi e o que é enquanto dicotomia temporal estão muito evidentes nos discursos produzidos, organizando o processo de recordação (Candau, 1996, p. 39). Este processo é também feito de esquecimento, constituindo-se simultaneamente como oposição e complemento. Como argumenta Augé (1998, p. 7), sem o esquecimento, o indivíduo coloca-se em risco, pois a impossibilidade de esquecer (hipertrofia da memória) provoca danos psicológicos, mormente os decorrentes da recordação dos ressentimentos e dos traumas sofridos.

esforçando-se por compreendê-lo, mobilizando a empatia estabelecida¹⁴, esta estratégia permitirá aceder a

uma compreensão genérica e genética do que ele [o observado] é, fundada no domínio (teórico ou prático) das condições sociais das quais ele é o produto: domínio das condições de existência e dos mecanismos sociais cujos efeitos são exercidos sobre o conjunto da categoria da qual eles fazem parte (as dos estudantes, dos operários, dos magistrados, etc.) e domínio dos condicionamentos inseparavelmente psíquicos e sociais associados à sua posição e à sua trajetória particulares no espaço social (Bourdieu, 2008 [1993a], p. 700).

Numa situação ideal de investigação, a aplicação da entrevista deve ser antecedida de um conhecimento detalhado e rigoroso do contexto social onde os atores vivem. Implicando visitas e mesmo estadias prolongadas do investigador, tal permite a sua inserção no meio onde a pessoa entrevistada vive, estabelecendo com esta e com aqueles que lhe são próximos relações de empatia, segundo o modo como ela foi acima definida.

No nosso caso, os estudos anteriores sobre a pobreza, alguns dos quais realizados pelos membros da equipa, a experiência de trabalho com a pobreza dos investigadores envolvidos, as entrevistas exploratórias e a parte quantitativa deste trabalho permitiram fornecer as dimensões contextuais necessárias. Acresce que a forma como o contacto com os entrevistados foi realizado permitiu forjar alguma relação de confiança.

Como qualquer outro recurso metodológico, a aplicação da entrevista, bem como a sua análise, reclama um certo distanciamento crítico, a cumprir-se numa relação tensa com os efeitos decorrentes da empatia que se pretende estabelecer com a pessoa entrevistada. Deste modo, a análise do discurso do entrevistado é defendida da manipulação que este pode fazer dos elementos da sua vida escrutinados durante o ato conversacional (cf. Poirier *et al.*, 1995).

A elaboração do guião foi um processo que ocupou a equipa de investigação durante vários meses, com diálogos cruzados entre os seus membros e diversas reuniões. Após 11 versões e a aplicação das entrevistas de aferição, o guião ficou finalmente definido. O tipo de estrutura escolhido foi pensado para permitir uma certa flexibilidade durante a aplicação da entrevista, decisiva quando se pretende

¹⁴ Seguindo Martinelli (2000, p. 53 ss.), Ribeiro (2010) argumenta que a empatia é um elemento essencial no estabelecimento de uma relação social significativa entre o investigador e o ator social entrevistado. Como conceito, o termo empatia é originário da Grécia Clássica, onde ter empatia – *empathia* (Em-pa'qoj) – significava deixar-se afetar, comover ou apaixonar, implicando, por isso, uma identificação emocional com um outro indivíduo. Etimologicamente relacionada com o *páthos* (Pa'qoj) – estado de alma inquieto –, a empatia detinha para os gregos clássicos, tal como para nós, um sentido mais poderoso do que a simpatia. No século XIX, os alemães reintroduziram o conceito no pensamento ocidental: a *empfindung*, traduzida pelos ingleses por *empathy* e que deu origem à palavra francesa *empathie*. Abraçada pelo Romantismo Alemão, a empatia foi por este entendida como um meio para sentir o latejar do coração de um povo, logo algo mais intenso do que simplesmente assumir a sua «pele» (Martinelli, 2000, p. 72-76).

captar e compreender aspetos muito particulares da vida dos indivíduos, não raro nem imaginados pelos investigadores, cujas vidas, em boa medida, são bem distintas. Tal abordagem implica, seguindo Bourdieu (2008 [1993b]), procurar ir para além das evidências mais evidentes, vinculando os investigadores a um esforço de identificação e de compreensão da forma como as estruturas económicas, sociais e políticas afetam a vida destes indivíduos.

A definição concreta das dimensões constituintes do guião resultou de uma leitura cruzada que teve em linha de conta:

- i) os resultados da Probit e, sobretudo, da ACM e o tipo de variáveis que se revelaram pertinentes para a definição dos perfis (tal como explicitado anteriormente);
- ii) a literatura existente sobre a pobreza (designadamente a que tem um maior foco qualitativo: Amaro & Branco, 2010; Capucha, 2005; Carmo *et al.*, 2010; Castro & Guerra *et al.*, 2010; Costa *et al.*, 2008; Diogo, 2007; Diogo, Castro & Perista, 2015);
- iii) a própria experiência e sensibilidade dos investigadores da equipa de investigação com trabalhos anteriores de realização de entrevistas desta natureza;
- iv) o recurso à consulta dos guiões utilizados noutros estudos sobre a pobreza em Portugal (em especial usando: Garcia *et al.*, 2000; Branco, 2001; Castro *et al.*, 2002; Diogo, 2007; Castro & Guerra *et al.*, 2010; Bruto da Costa *et al.*, 2008).

Como resultado deste cruzamento, o guião foi construído em torno de nove dimensões de exploração analítica a que acresce mais uma de caracterização geral do entrevistado, respetivo agregado familiar e progenitores. Tendo em conta a orientação biográfica das entrevistas, as dimensões consideradas foram:

1. Enquadramento familiar na infância;
2. Relação com o sistema educativo;
3. Transições para a vida adulta;
4. Relação com o mundo do trabalho;
5. Auto-perceção do percurso, comparação da vida presente com a passada;
6. Redes de apoio social não institucional e território;
7. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção social;
8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza;
9. Perspetivas face ao futuro;
10. Caracterização da pessoa entrevistada e do seu agregado familiar;

O elemento aglutinador destas áreas temáticas é, pois, a história de vida enquanto instrumento de recolha de informação fundamental, organizada numa lógica cronológica, a partir da qual se procurou

detetar eventos estruturadores da situação de pobreza em cada indivíduo entrevistado. Pressupôs-se que a identificação dos eventos estruturadores apoia a orientação da entrevista para um registo mais narrativo, nas suas dimensões biográficas referentes à exploração das diferentes trajetórias, mas também nas suas dimensões subjetivas, que remetem para as questões das perceções e reflexões. Nesta esteira, o guião contemplou espaço para que, em cada entrevista, se pudesse identificar outros domínios e acontecimentos cruciais e críticos que decorram das idiossincrasias da história de vida do próprio entrevistado. Em resultado dessa opção, foi possível captar a importância das temáticas da emigração, da doença e da morte, que tiveram um relevo nas narrativas contrastante com a sua omissão nas perguntas colocadas.

Seguiu-se uma fase de pré-teste, em que o guião foi utilizado na realização de quatro entrevistas (uma por perfil identificado na ACM). Em resultado deste procedimento, foi gerado novo debate em torno do instrumento de recolha e introduziram-se novas alterações (abaixo neste capítulo este aspeto é discutido com mais detalhe).

Nesta fase, foi ainda objeto de intenso debate entre a equipa de investigação a ordem segundo a qual deveriam ser introduzidas cada uma das dimensões temáticas no contexto da entrevista. Num primeiro momento, decidiu-se abandonar a lógica cronológica, que coloca em primeira linha as questões sobre a infância, por remeterem para aspetos potencialmente mais sensíveis e íntimos da vida dos entrevistados cujo desenvolvimento poderia beneficiar caso a dimensão fosse introduzida num momento mais avançado da entrevista, em que alguma distância já tivesse sido quebrada.

As entrevistas de aferição (pré-teste) foram aplicadas no período de 4 a 18 de Fevereiro de 2019 a quatro indivíduos pertencentes aos quatro perfis identificados na análise quantitativa (cf. quadro seguinte). As entrevistas foram gravadas com o recurso à função disponibilizada nos dispositivos móveis (telemóveis), uma opção preferível ao tradicional gravador, considerado mais intrusivo por poder ser visto como um objeto estranho pelos entrevistados. O seu uso foi antecedido de autorização por parte dos entrevistados, garantindo-se também que a gravação seria interrompida sempre que o pretendessem, por exemplo, quando desejassem garantir que um dado aspeto da sua vida não seria objeto de registo gravado, ainda que pudesse ser transmitido oralmente ao investigador¹⁵. Esta opção pela gravação através do telemóvel acabou por se traduzir numa orientação para o trabalho das entrevistadoras.

Quadro 1 – Síntese da aplicação das entrevistas de aferição

Entrevistado	Perfil	Duração	Data, Local e Contexto	Principais Ilacões
--------------	--------	---------	------------------------	--------------------

¹⁵ Este estudo seguiu com rigor os procedimentos condensados nos princípios de consentimento informado.

			de Realização	
1	Homem, trabalhador, pobre, empregado auferindo o SMN, casado, com dois filhos a coabitar (16 e 24), vive numa habitação arrendada em Évora	60 minutos	18/2/2019 Évora, sede da delegação de Évora da <i>European Anti Poverty Network</i> (EAPN)	(i) o entrevistado não é muito conversador, o que não permitiu uma recolha muito rica em termos de narrativa na primeira pessoa, tendo isso suscitado a necessidade de pensar a forma de tratamento de dados; (ii) a entrevista permitiu apurar o essencial da trajetória, possibilitando elaborar um esquema biográfico do entrevistado.
2	Homem, 75 anos, vive numa república sénior	50 minutos	7/2/2019 Lisboa, nas instalações da instituição que o apoia	(i) a entrevista deve explorar com especial cuidado o discurso do entrevistado, procurando ligar, de forma que faça sentido para este, os diversos aspetos da sua vida, como: o trabalho; a reforma; a habitação; a escola; a conjugalidade e a relação com os serviços públicos.
3	Homem, 47 anos, desempregado, vive no centro de Ponta Delgada	95 minutos	4/2/2019 Ponta Delgada, na residência do entrevistado	(i) as entrevistadoras devem estar sempre munidas de credenciais de identificação; (ii) flexibilidade na obtenção formal do consentimento informado; (iii) dúvidas em relação a quem deve fazer o primeiro contacto, se o entrevistador, se um mediador.
4	Homem, 52 anos, vive num bairro social e é inativo, vivendo de uma pequena pensão de invalidez	75 minutos	15/2/2019, Braga, sentados em bancos do jardim do bairro onde o entrevistado reside	(i) a entrevista deve começar sempre por uma secção de caracterização pessoal (idade; profissão; estado civil; habilitações; local de residência...) (ii) sempre que possível, a entrevista não deve ser realizada no primeiro contacto. É conveniente uma conversa preliminar/introdutória em dia anterior, de modo a preparar o entrevistado e estabelecer uma relação mínima de confiança com o entrevistador.

Apesar de se terem realizado nesta fase apenas quatro entrevistas, estas foram consideradas suficientes para a aferição da coerência e pertinência do guião por quatro investigadores diferentes, dois homens e duas mulheres. Ficou claro que a opção metodológica pela entrevista era a mais acertada para responder aos objetivos e questões a que o estudo procurou responder, sem prejuízo de se ter refletido e extraído as devidas inferências, com impacto na versão final do guião, das ilações compiladas no quadro acima, incluindo para a formação das entrevistadoras.

Destaca-se a importância das apreciações subjetivas dos principais acontecimentos que marcam o trajeto da sua vida e que concorrem para explicar a situação social em que presentemente se encontram. No que respeita aos entrevistadores, a experiência proporcionada pela aferição confirmou a importância da escuta ativa e flexível, permitindo o aparentemente livre fluir do diálogo, sem descartar a introdução de interpelações e pedidos de esclarecimentos às afirmações do entrevistado, de modo a explorar todos os caminhos que pudessem contribuir para relevar momentos decisivos da sua vida, sobretudo quando relacionados com os fracassos e as dificuldades que permitem explicar a sua situação no presente. Esta escuta ativa e flexível deve, no estrito respeito pela proposta de Bourdieu (2008 [1993b]) acima mencionada, colocar-se em pensamento no lugar do entrevistado, escutar sem censurar – estar atento às contradições e afirmações aparentemente menos plausíveis, de modo que da análise da entrevista possa resultar um registo biográfico coerente e rico em detalhes subjetivos, permitindo compreender o modo como a pessoa entrevistada olha para os factos e momentos marcantes da sua vida.

Após a realização do pré-teste, a equipa decidiu regressar à lógica da cronologia, por considerar que seria mais estruturador do pensamento e narrativa dos entrevistados. Foi, todavia, consensual que, tratando-se de uma entrevista de orientação biográfica de natureza semiestruturada, o questionamento poderia fluir de acordo com a lógica discursiva do entrevistado, mesmo que em detrimento da ordem prevista para os diferentes blocos temáticos.

Neste sentido, o guião é também suficientemente flexível para ter sido adaptado em função do perfil de cada entrevistado, não se descurando, ao mesmo tempo, os limites que permitiram uma lógica de comparabilidade.

Tendo em conta o tamanho da equipa de investigação e a circunstância de as entrevistas serem realizadas por entrevistadoras contratadas, considerou-se fundamental tornar o guião o mais robusto possível do ponto de vista das indicações para a forma de aplicação e de explicitação das ideias, bem como dos significados que veicula. Assim, para cada uma das dimensões foi escrito um texto introdutório explicativo do seu significado, propósito e pertinência¹⁶.

Em suma, com o instrumento de recolha construído, a equipa de investigação esperou conseguir captar e compreender melhor a diversidade de estratégias que os atores mobilizam para lidar com a sua situação de pobreza, bem como a forma como se auto-percecionam.

Pretendeu-se, também, dado o regime subprotetor que tem caracterizado o Estado-Providência em Portugal (Santos, 1993; Silva, 2001), verificar a plausibilidade do impacto das solidariedades familiares e das redes sociais locais nas estratégias de sobrevivência, algo que se traduziu no destaque dado aos sistemas formais e informais de proteção social. De resto, a própria definição de pobreza aconselhou a

¹⁶ Cf. em anexo, o guião com os respetivos textos, e mais detalhe sobre a sua estrutura infra texto.

dar especial relevo a esta questão dado que, à partida, se pode esperar uma influência importante de redes e sistemas sociais de apoio na vida dos indivíduos.

Por fim, está em causa a identificação dos eventos que espoletaram a situação de pobreza. Considerando que entrevistámos apenas indivíduos pobres, não foi possível encontrar episódios de saída da pobreza.

Em todo o caso, e na linha da literatura disponível (por exemplo, Brébant, 1984; Bourdieu, 1986, 1993; Paugam, 1991, 2014; Gaulejac & Léonetti, 1994; Capucha, 2005; Diogo, 2007; Amaro & Branco, 2010; Castro & Guerra, 2010; Branco, 2015; Caleiras, 2015), esperávamos descobrir nos diferentes perfis alguma diversidade no que diz respeito a formas de viver e enfrentar a situação de pobreza, que não são alheias às trajetórias pessoais. Esta diversidade teve como fundamento diversos fatores como os agora apresentados de uma forma resumida: a relação com o Estado (mais reivindicativa, conformista ou ausente); a relação com o futuro (estratégias claras de investimento no futuro ou pensamento mágico); as redes de solidariedade (familiar e de vizinhança); as estratégias de relação com o trabalho (engajamento, desimplicação) e ainda o impacto do tempo de vida dos indivíduos. Este último fator é especialmente relevante no Perfil 1, dos Reformados, e no 2, dos Precários.

A equipa de investigação monitorizou de perto a aplicação do guião por parte das entrevistadoras de forma a garantir a qualidade das entrevistas. Neste sentido, foram rejeitadas cinco entrevistas por falta de qualidade ou por não cumprirem/excederem as quotas definidas.

Todos os atores que aceitaram colaborar foram devidamente informados sobre as condições da sua participação, tendo-lhes sido garantido o seu anonimato. Em concreto, tendo-se solicitado o seu consentimento pela forma considerada mais adequada à sua compreensão e contexto de inquirição, embora sempre com o documento de consentimento informado produzido pela equipa (em anexo) como guia e pano de fundo. O lugar e o momento da sua realização foram definidos de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Sendo de tipo semi-diretivo (ou semiestruturado), o guião de entrevista utilizado pela equipa foi construído considerando que, entre outros aspetos, a sua aplicação deveria estimular a pessoa entrevistada a realizar um exercício de reflexão sobre as suas experiências de vida, procurando significados para os momentos mais relevantes. Ao mesmo tempo, deveria proporcionar ao investigador um conhecimento etnográfico dos efeitos produzidos nos indivíduos pelas situações de pobreza e exclusão que, longe de serem produzidas pelo acaso, são impostas pelos constrangimentos estruturais muito persistentes que se fazem sentir não apenas no indivíduo entrevistado, mas (com frequência) na sua família, atravessando gerações.

Importa ainda salientar que a situação de entrevista se realiza, muitas vezes, em cenários sociológicos bastante complexos e coletivos, nos quais se torna difícil garantir que o decurso da entrevista corresponda ao padrão puro do «diálogo a dois» (Diogo & Roque, 2002). Assim sendo, as entrevistas

decorreram, em número significativo, total ou parcialmente na copresença de familiares, nomeadamente cônjuge e filho(a), neto(a), em alguns casos até com mais do que uma pessoa. As modalidades dessa copresença foram diversas, indo desde a presença silenciosa e vigilante ao aparecimento momentâneo de alguém, da circulação e brincadeira dos filhos ou netos no local (chegando a interferir com o gravador) até à participação ativa na própria entrevista – que poderá ir do apoio na evocação de acontecimentos e memórias até à situação de interlocutor privilegiado que acaba por responder às questões em lugar do entrevistado.

Enquanto emergência situada na própria dinâmica sociológica de quem está a ser entrevistado, o discurso daí decorrente deve ser visto menos como a expressão de atores individuais e mais como a expressão da comunidade onde vivem o seu dia-a-dia. Entende-se que esta marca heterogénea e coletiva da situação de entrevista não deve servir para que se rejeite a sua validade, mas antes para que se reconheça o seu carácter contextual, bem como a necessidade de serem analisados segundos os critérios de confiabilidade que devem orientar a pesquisa qualitativa (Flick, 2002; Galkel & Bauer, 2004). Neste sentido, é essencial desde logo uma reflexão crítica sobre uma certa ficção do indivíduo como uma entidade isolada das relações sociais da sociedade (Diogo & Roque, 2002; Beaud & Weber, 2007).

3. Seleção e formação das entrevistadoras

Um dos aspetos que contribui decisivamente para a qualidade dos dados recolhidos diz respeito ao trabalho das entrevistadoras, em especial quando se trata de uma abordagem qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas de orientação biográfica, que conferem ao entrevistador uma significativa margem de liberdade, mas que exigem de si experiência e formação para que consiga gerir o contexto situacional de cada entrevista.

Este é um aspeto muitas vezes descurado e que, com facilidade, pode contribuir para uma menor qualidade dos resultados obtidos. Neste sentido, uma das primeiras preocupações da equipa do projeto foi definir um perfil para as entrevistadoras de forma a maximizar a qualidade que a sua ação encerra e a minimizar a possibilidade de se obterem dados menos ricos. Esta preocupação traduziu-se ainda num forte investimento na formação das entrevistadoras. Este ponto do livro pretende, pois, apresentar as ações desenvolvidas pela equipa do projeto para assegurar a maximização da qualidade das entrevistas.

Em relação ao perfil das entrevistadoras, procurou-se acima de tudo garantir que estas tinham experiência particularmente em três aspetos: em investigação na área das Ciências Sociais; na realização de entrevistas semiestruturadas e/ou histórias de vida, e ainda na análise qualitativa de dados. Complementarmente, foi também definida como dimensão importante a confiança dos membros da equipa no seu desempenho, tendo em atenção o seu conhecimento das competências dos candidatos.

Na confluência destas preocupações, foi definido o seguinte perfil preferencial de entrevistador: doutorandos com experiência em realizar e analisar entrevistas, recomendados pelos membros da equipa. Para o caso da zona de Lisboa, assumiu-se, desde logo, a possibilidade de usar a equipa de entrevistadores já ao serviço do Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS). Esta opção era especialmente frutuosa, dado o CESIS ser uma cooperativa de investigação, tendo os seus entrevistadores uma vasta experiência de investigação, em especial na realização de entrevistas semi-diretivas e histórias de vida, pelo que a questão da confiança na qualidade do trabalho estava também garantida.

Na prática, não foi possível assegurar o perfil definido para todas as entrevistadoras, pelo que algumas das selecionadas tinham apenas uma pós-graduação ou eram estudantes de mestrado e não de doutoramento. Contudo, todas tiveram a possibilidade de realizar investigação (pelo menos ao nível do mestrado) e de desenvolver entrevistas e análise de conteúdo. Para além disso, todas as entrevistadoras escolhidas foram recomendadas pelos membros da equipa que, em regra, as orientaram ou orientam nas suas formações pós-graduas, pelo que a confiança na sua capacidade para assegurar as tarefas estava também confirmada, dado existir informação objetiva sobre a qualidade do seu trabalho.

Foram assim recrutadas 15 entrevistadoras (5-10 entrevistas por entrevistadora), das quais três eram doutoradas, sete eram mestres (alguns doutorandas) e as cinco restantes eram licenciadas, mas com pós-graduação ou a frequentar mestrado. A sua base de formação abrange diversas áreas disciplinares das Ciências Sociais nomeadamente o Serviço Social, a Sociologia, a Educação Social e a Psicologia da Saúde. De relevar, como último aspeto do processo de seleção, que uma vez que as entrevistas tiveram lugar por todo o país, foram recrutadas entrevistadoras em Lisboa (incluindo Amadora, sede do CESIS), Serpa, Porto, Braga e Ponta Delgada.

O processo de formação teve dois momentos contratualizados com as entrevistadoras, um decorrido em Março de 2019 e outro em Setembro do mesmo ano.

O primeiro destes momentos teve como objetivo principal habilitar as entrevistadoras a realizar as entrevistas, tendo a formação em causa decorrido nas instalações do ISCTE-IUL, com a duração de um dia (9h30-18h00). Em termos práticos, nesta primeira formação destacamos:

- i) a apresentação do projeto, na medida em que foi considerado relevante que as entrevistadoras compreendessem o contexto que condicionou a elaboração das entrevistas e os objetivos para os quais estas iriam ser realizadas;
- ii) a apresentação dos resultados da ACM, em concreto dos perfis que estão na base das quotas;
- iii) a apresentação comentada do guião, pergunta a pergunta, com direito ao esclarecimento de dúvidas;

- iv) Dois momentos de encenação (*role playing*) que ocuparam boa parte do dia. Num primeiro, duas voluntárias realizaram parte da entrevista (como entrevistada e entrevistadora), sob o olhar do conjunto das formandas e dos formadores. Num segundo, o conjunto das entrevistadoras foi dividido em grupos de três, assumindo o papel de entrevistada, entrevistadora e de observadora. Ambos os momentos tiveram espaços em plenário para a troca de dúvidas e de comentários sobre o guião.

O trabalho de encenação permitiu também fazer uma segunda aferição do guião (para além das entrevistas de teste já mencionadas), tendo sido incorporada uma sugestão das entrevistadoras.

No segundo momento de formação, habilitaram-se as entrevistadoras a construírem outro produto que lhes foi pedido: em função de um esquema categorial construído e testado pela equipa, foi pedido às entrevistadoras que organizassem a informação das entrevistas, aplicando-lhe um primeiro tratamento de análise de conteúdo e, complementarmente, foi-lhes pedido que produzissem um esquema biográfico. Este trabalho foi completado e aprofundado pela equipa, tendo em vista a construção das conclusões do estudo, e serviu essencialmente para reduzir a carga de trabalho dos investigadores, considerando que esta atividade teve como resultado, por um lado, uma primeira organização do estuendo manancial de informação obtida e, por outro, a produção de um instrumento cuja frequente consulta permitiu aos investigadores não perder de vista o contexto biográfico na análise de trechos e acontecimentos concretos.

Esta segunda ação de formação realizou-se também no ISCTE-IUL, com a mesma duração da anterior. Na sua primeira parte, durante o período da manhã, as entrevistadoras foram familiarizadas com o MAXQDA, aplicativo usado na análise das entrevistas. A segunda metade do dia de trabalho foi dividida em três partes. Na primeira, apresentou-se às entrevistadoras o sistema de categorias desenvolvido pela equipa; na segunda, trabalharam-se diversas entrevistas usando os conhecimentos adquiridos, inicialmente em grande grupo e, de seguida, em grupos de dois ou três, sempre sob a supervisão dos formadores (membros da equipa). Finalmente, na terceira parte, apresentou-se e trabalhou-se o esquema biográfico em plenário.

Em sequência do processo de seleção e formação das entrevistadoras, executou-se o processo de supervisão das entrevistas, realizado pela bolsista do projeto com o apoio do coordenador do projeto. Este processo consistiu numa verificação da qualidade das entrevistas, de forma a:

- i) assegurar que todas respeitavam o guião;
- ii) assegurar que continham informação necessária para permitir a análise de conteúdo;
- iii) monitorizar a observância das quotas;

- iv) atender às questões relativas à existência de entrevistados pertencentes a minorias étnicas, como referenciado no capítulo metodológico do livro *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*.

Como resultado do trabalho de supervisão, cinco entrevistas foram rejeitadas, quer por falta de qualidade das respostas, quer por não se enquadrarem nas quotas selecionadas (fazendo parte de quotas já esgotadas). Neste último caso, em diversas circunstâncias só após a entrevista foi possível concluir que um indivíduo não pertencia à quota para a qual foi entrevistado, dada a complexidade dos percursos sociais em análise e o rigor e a exigência das quotas.

4. O acesso e a recolha de dados

Quando a componente qualitativa visa recolher informação adicional à componente quantitativa, colocam-se desafios acrescidos em termos da seleção das pessoas a entrevistar. Especialmente, como é o caso desta pesquisa, quando não é possível o acesso aos participantes na componente quantitativa (Morse & Niehaus, 2009). Se, num primeiro momento, abordámos a questão da construção das quotas em que os perfis se desdobraram, de seguida apresentaremos os procedimentos e dificuldades da passagem destas quotas aos indivíduos entrevistados.

Neste caso, e tal como inicialmente previsto, foi pedida a colaboração a um conjunto de entidades que se considerou terem acesso privilegiado a pessoas em situação de pobreza nos diferentes concelhos selecionados. Em geral, os contactos foram feitos em articulação com os membros da equipa de investigação, procurando potenciar o seu conhecimento de cada concelho e de forma a facilitar o acesso institucional às pessoas a entrevistar. O pedido formalizado incluiu uma descrição global do projeto, abordando com maior profundidade o perfil socioeconómico das pessoas a entrevistar, assim como os critérios éticos a observar na investigação, nomeadamente o consentimento informado e a garantia de confidencialidade e anonimato¹⁷. Esse pedido formal foi complementado com contactos adicionais (endereço de correio eletrónico e telefone), no sentido de esclarecer mais detalhes sobre as características das pessoas a entrevistar (em particular características sociodemográficas e formula de cálculo do limiar de pobreza) e os procedimentos éticos inerentes a este tipo de pesquisa, já anteriormente explicitados. No entanto, a estratégia de acesso inicialmente desenhada apresentou algumas dificuldades e limitações.

¹⁷ A ideia de anonimato pode ser vista de diferentes formas. O que se encontra aqui em causa é o anonimato externo, isto é, para com os leitores dos relatórios e textos científicos, e não o anonimato total, dado que este incluiria também o anonimato em relação à equipa de investigação, algo que neste tipo de situações é impossível de garantir.

Um importante constrangimento, de natureza institucional, teve a ver com a aplicação do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) que entrou em vigor a 25 de Maio de 2018, obrigando à reorganização dos procedimentos adotados pelas entidades na gestão de dados pessoais. Estas mudanças, ainda novidade em 2019, parecem ter gerado alguma relutância na colaboração com atividades de investigação e uma atitude que sentimos traduzir-se no princípio de que na dúvida se restringe o acesso e o apoio. Neste sentido, a equipa insistiu no facto de não se pretender o acesso a dados pessoais, mas antes um apoio na identificação e na facilitação do acesso a pessoas em situação de pobreza. Ou seja, a colaboração pedida era no sentido de encontrar pessoas correspondendo a um dos perfis (e quota concreta) de forma que se lhes pudesse perguntar se estariam disponíveis para participar na investigação, dando uma entrevista na base de um consentimento informado. As entrevistas só avançariam se esse consentimento se concretizasse.

Verificou-se ainda um outro tipo de dificuldade relacionada com o facto de se tratar de entidades a desenvolverem programas e projetos que abrangem determinadas faixas de população em situação de pobreza, mas não a generalidade das pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza. O acesso através deste tipo de entidades foi relativamente eficaz no caso de pessoas pertencentes a agregados que beneficiem do RSI ou de outro tipo de prestações sociais do regime não contributivo, visto que este tipo de medidas exige uma série de requisitos contratuais que envolvem o acompanhamento institucional, tendo os técnicos das diversas entidades um conhecimento relativamente aprofundado dos indivíduos, da sua situação financeira e da composição do seu agregado familiar.

Assim sendo, acabou por estar relativamente facilitado o acesso a potenciais entrevistados relativamente ao Perfil 3 ou que, mesmo não constituindo a principal população-alvo deste tipo de programas, tenham um conjunto de situações associadas que os tornem elegíveis. Por contraponto, os indivíduos em situação de pobreza que não estão enquadrados por este tipo de entidades não são visíveis para este tipo de instituições e/ou estas têm um menor conhecimento sobre as características que foram constituindo as nossas quotas. Este tinha sido exatamente um dos problemas de acesso que tínhamos antecipado.

A superação deste desafio foi crucial quer porque as características dos perfis assim o exigiam quer porque permitiu analisar categorias de pessoas em situação de pobreza por regra mais afastados das análises realizadas anteriormente, dado o seu afastamento dos principais motores de recrutamento para estudos (para além de estatísticas) sobre a pobreza: as instituições de apoio social aqui mencionadas.

Por outro lado, importa considerar a forma como as dinâmicas de inclusão se expressam nos diferentes territórios. Esta questão foi particularmente crítica na seleção de potenciais entrevistados em concelhos onde, segundo o Referencial de Coesão Social, são mais notórios processos de exclusão pela

marginalização, nos quais «a exclusão social não se limita à pobreza, ao desemprego, mas também à marginalização provocada pela fragilidade dos mecanismos formais ou informais de inclusão social» (IESE, 2015, p. 74). Aljustrel, Amadora, Lisboa e Porto são exemplos de concelhos que correspondem a esta tipologia de coesão social, em que a pobreza está ligada a processos de exclusão institucional sendo, por isso, nestes casos, menos eficaz uma estratégia de recrutamento de base institucional.

Também se registaram algumas dificuldades acrescidas em concelhos mais rurais e do interior, com menos população e recursos sociais, nomeadamente em encontrar mediadores que facilitassem o acesso aos entrevistados, considerando o menor número e variedade das instituições presentes no terreno. No caso de concelhos do Sul Interior Rural, por exemplo, foi pedida a colaboração com um investigador de uma universidade da região, sendo relevante assinalar as dificuldades assinaladas pelo próprio ao efetuar contactos com vários interlocutores. Este processo de seleção deparou-se ainda com mudanças relevantes que tornavam o acesso particularmente difícil. A saber: o enfraquecimento das respostas sociais em alguns locais (associações quase sem atividade e funcionários); o facto de alguns funcionários e/ou dirigentes associativos terem mudado de concelho ou ficado, entretanto, desempregados.

Por último, importa ainda referir os problemas colocados pelos receios de exposição e de estigmatização provocados pela entrevista, particularmente entre pessoas mais vulneráveis e/ou marginalizadas (Gaisbauer *et al.*, 2019, p. 6) e a vergonha que surge associada a esses receios. Como é sustentado por Walker *et al.* (2013), esta é uma dimensão comum da condição de pobreza, independentemente dos contextos culturais e políticos, e pode, de acordo com a sua argumentação, em linha com a abordagem das competências (*capabilities*) em Sen, ser considerada uma das medidas de pobreza absoluta (Walker, 2019). Por outro lado, especialmente no caso do desemprego e em zonas industriais onde a norma do trabalho é muito vincada e referenciada no modelo do «ganha-pão masculino» (Crompton, 1997), este estigma pode ser particularmente acentuado entre os homens e pode suscitar dificuldades para referenciar os constrangimentos relacionados com a quebra de rendimentos. Estes aspetos, como também o fenómeno de «pobreza envergonhada» que Castel (1995) assinala como podendo estar presente desde o «Antigo Regime», terão contribuído para dificultar quer o acesso aos potenciais entrevistados quer a recolha de narrativas mais substantivas, requerendo uma particular atenção durante o desenvolvimento do estudo.

Todas estas dificuldades exigiram o aprofundamento da reflexão sobre os problemas e desafios que se colocam no trabalho de campo (Burgess, 1997) e, em particular, nas pesquisas que combinam métodos quantitativos e qualitativos (Bryman, 2004; Morse & Niehaus, 2009). Reconhecendo que as escolhas metodológicas feitas são inovadoras – a análise a uma escala nacional e a importância de um

critério geográfico – a equipa procurou resolver os problemas de acesso elencados e, ao mesmo tempo, garantir a qualidade dos dados recolhidos.

Em primeiro lugar, foi alargado o leque de entidades envolvidas, incluindo outro tipo de organizações que, embora não vocacionadas para a implementação de programas e projetos que abranjam populações em situação de pobreza, pudessem ter entre os seus associados e/ou utentes pessoas que correspondiam aos perfis identificados. Exemplos deste tipo de organizações foram as associações de pensionistas e as juntas de freguesias, no caso do Perfil 1; as associações de estudantes e os agentes educativos, para a quota 2.1 ou para outras envolvendo pessoas enquadradas em agregados que incluam crianças; ou as organizações sindicais, para o Perfil 4. Como veremos mais adiante, a diversificação de mediadores de acesso teve resultados assinaláveis, em especial no caso das juntas de freguesia, das associações de desenvolvimento social e, em certa medida, das associações de base local e dos agentes educativos. Noutros casos, esse reajustamento da estratégia de acesso não teve resultados relevantes, tendo sido apresentadas as seguintes justificações por parte das entidades contactadas: ausência de informação relativa aos rendimentos dos associados (no caso de associações de reformados); ausência de informação sobre a dimensão dos agregados; dificuldades em encontrar, entre associados, pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza (no caso de sindicatos); vergonha em dar uma entrevista sobre este tema.

Foi também diversificado o tipo de abordagem junto aos entrevistados. Desde que as pessoas autorizassem a cedência de contacto telefónico para esse efeito, passou a ser a equipa (bolseira/entrevistadoras) a explicar de forma mais detalhada os objetivos e procedimentos do estudo. Assim sendo, elaborámos um folheto para apoiar o contacto com potenciais participantes no estudo (e até com as entidades intermediárias).

Foi ainda possível ter como estratégia o pagamento de uma compensação às pessoas entrevistadas. Esta assumiu a forma de um *ticket*, num valor unitário de 20 euros, utilizável nos supermercados em território nacional. Esta medida permitiu reconhecer o esforço e o tempo despendido, sem tornar a realização da entrevista num ato comercial, tendo contribuído para reduzir o nível de recusas em realizar a entrevista. Foi assim possível aumentar a adesão das entidades e, em especial, dos participantes, que, em vários casos, expressaram a utilidade imediata desse valor na sua gestão financeira diária, como, aliás, seria de esperar.

Por outro lado, foi diversificada a forma de acesso, sendo equacionada uma estratégia de «bola de neve» (Burguess, 1997; Tashakkory & Teddlie, 2003). Ao reconhecer que a seleção de entrevistados segue um padrão social num dado contexto – ou seja, envolve indivíduos e relações sociais entre indivíduos (Burguess, 1997) –, este tipo de metodologia tem sido indicado como sendo particularmente adequado em grupos marginalizados e renitentes em participar em atividades de pesquisa. Neste sentido,

foi considerada a rede de contactos da equipa de investigação, incluindo entrevistadoras, ou, por exemplo, a rede de contactos das pessoas entrevistadas, no caso das entrevistas bem-sucedidas. A adoção desta estratégia metodológica obrigou a um reforço dos procedimentos de registo e monitorização dos critérios de seleção de pessoas a entrevistar, considerando-se não apenas as quotas e perfis anteriormente apresentados (com todo o rigor), mas também o contexto relacional ou institucional através do qual é garantido o acesso.

De forma a contornar estas dificuldades de acesso, alargou-se também a base territorial para a realização de entrevistas, passando-se a considerar concelhos com características similares aos inicialmente propostos. Este foi o caso dos concelhos do interior rural (norte e sul) e de um concelho intermédio (estava inicialmente previsto apenas Castelo de Paiva; juntou-se-lhe Celorico de Basto). Num outro caso, no sul litoral, considerando as dificuldades de acesso encontradas, foi selecionado um outro concelho considerado similar do ponto de vista socioterritorial e onde o acesso estaria mais facilitado – Mafra foi substituída por Caldas da Rainha.

Uma parte do afinamento da estratégia passou por aproveitar o contacto com mediadores de acesso para aferir se as quotas definidas estariam adequadas às características socio-territoriais do concelho e avaliar a sua exequibilidade no terreno. Procurámos perceber quais as perceções dos mediadores de acesso sobre as características sociodemográficas associadas à pobreza em determinado concelho e se haveria facilidade de acesso a pessoas correspondendo a esse perfil. Neste sentido, a lista previamente elaborada foi sendo reajustada no decorrer da recolha de dados, a partir da triangulação entre os critérios estabelecidos nesta lista e a informação recolhida junto aos mediadores de acesso e no trabalho no terreno, tendo em mente um equilíbrio entre critérios de representatividade e as possibilidades de acesso a entrevistados. De relevar que este procedimento teve impacto nas entrevistas a realizar nos concelhos, mas não na adequação das entrevistas às quotas e perfis, feita com todo o rigor.

Por fim, é de destacar o esforço de permanência no terreno, em particular nos concelhos do interior, onde o leque de entidades que podiam indicar entrevistados é menor. A bolsreira ao serviço deste projeto de investigação realizou duas deslocações ao terreno, onde procurou contactar no local, formal e informalmente, possíveis mediadores de acesso, tendo ainda feito saídas de campo, com vista à identificação de possíveis entrevistados. A organização das deslocações implicou um cuidadoso processo de preparação que passou pela intensificação do contacto prévio com entidades (por exemplo, câmaras municipais, núcleos distritais da EAPN) e agentes locais da rede de contactos da equipa de investigação (por exemplo, agentes educativos e de desenvolvimento local ou investigadores), de forma a permitir o agendamento de reuniões e a avaliar a viabilidade da realização das entrevistas. Nestas deslocações, a bolsreira contou com a colaboração de entrevistadoras que a acompanharam. Como acima referido, foram realizadas duas deslocações, ao Norte Interior Rural (Setembro) – Vila Pouca de Aguiar, Ribeira de Pena,

Boticas e Montalegre – e ao Sul Interior Rural (Outubro) – Ferreira do Alentejo, Aljustrel e Serpa. Os contactos realizados permitiram a realização de 14 entrevistas e a identificação dos mediadores de acesso, facilitando a realização das restantes em pouco tempo.

A diversificação da estratégia de acesso permitiu não só facilitar a realização de entrevistas como também evitar uma distorção da seleção de entrevistados em função do seu enquadramento em programas de alívio da pobreza, alargando a riqueza e qualidade das entrevistas em cada um dos perfis e das quotas previamente definidos. Foi possível, pois, evitar o acantonamento aos utentes dos apoios sociais e assegurar a diversidade interna e territorial dos perfis. No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição das entrevistas realizadas segundo o tipo de acesso. Distinguem-se seis tipos de acesso, ordenados segundo o seu peso na globalidade das entrevistas realizadas.

Quadro 2 – Entrevistas realizadas, por tipo de acesso

Tipo de Acesso	Subtipo	N.º de Entrevistas	
Provisão de Ação Social	SAS Autarquia	17	32
	IPSS	15	
Informal			20
Base Local	Junta de Freguesia	11	14
	Associação Recreativa ou de Moradores	3	
Associação Desenvolvimento Social			14
Associação de Reivindicação de Direitos	Sindicatos	2	5
	Associação pelo Direito à Habitação	3	
Agente educativo		2	2
Total			87

Em baixo, apresentamos dois exemplos de acesso em grande detalhe para, por um lado, identificar as dificuldades concretas que enfrentámos para chegar aos entrevistados e, por outro, relevar o metódico trabalho de angariação dos entrevistados, de forma a assegurar o respeito pelas quotas e a diversidade de fontes de acesso (e, em sequência, dos entrevistados).

Entidades de Provisão Social

O tipo de acesso mais utilizado refere-se a entidades com responsabilidades diretas na provisão de serviços de ação social, tais como as câmaras municipais, a partir dos seus serviços de ação social, e as instituições particulares de solidariedade social (IPSS).

Na maior parte dos casos, as pessoas indicadas eram beneficiárias de algum tipo de apoio social – na atualidade ou em algum momento da sua vida. Os apoios sociais incluíam: Complemento Solidário

para Idosos (CSI) e cartão de apoio a medicamentos; RSI; subsídio social de desemprego; subsídio de desemprego; pensão de invalidez; apoios na área da habitação; participação em formações e medidas de inserção profissional; acompanhamento de filho com deficiência. Noutros casos, menos frequentes, o laço não estava relacionado com este tipo de medidas. Em três dos casos, tratava-se de um vínculo de base laboral: Câmara Municipal das Caldas da Rainha; Associação Cristã de Reinserção e Apoio Social (ACRAS) e Kairós, Cooperativa de Incubação de Iniciativas de Economia Solidária. A ACRAS também mediou o acesso com vista à realização de uma entrevista com um frequentador de um centro comunitário (P1.4).

Através desta via, foi possível realizar um total de 32 entrevistas, a maior parte do Perfil 3 (13 entrevistas). As restantes foram relativas aos Perfis 1 e 4 (oito e sete entrevistas, respetivamente). Apenas quatro das entrevistas do Perfil 2 foram facilitadas por este tipo de entidades. No que concerne às dicotomias territoriais, importa salientar que a maior parte das entrevistas em causa se refere ao litoral urbano (15 no Norte e 10 no Sul).

Na maioria dos casos, o limiar da pobreza foi apurado pelas entidades que, pela sua responsabilidade na gestão de programas de assistência social, têm acesso a este tipo de dados. No entanto, verificaram-se algumas dificuldades relacionadas com um desajuste relativamente às quotas pedidas, que foram sendo corrigidas pela equipa nos contactos com os entrevistados.

Acesso Informal

Como referido anteriormente foi considerada a rede de contactos da equipa de investigação, incluindo entrevistadoras, bem como a própria rede de contactos das pessoas entrevistadas. Este tipo de acesso permitiu a realização de entrevistas em todos os perfis, sendo, no entanto, de assinalar que apenas duas entrevistas do Perfil 3 foram conseguidas desta forma. Por outro lado, no que diz respeito à sua distribuição, é notória a importância que teve este tipo de acesso para a concretização da recolha de dados no interior rural – sete entrevistas no sul e seis no Norte – onde se verificou um maior investimento da equipa no trabalho de terreno na angariação dos entrevistados e onde os mediadores institucionais não abundavam.

Em momentos em que foi possível a realização de algum trabalho de campo para a angariação de entrevistados por parte da bolseira, a sua presença no terreno permitiu um melhor apuramento das características sociais e territoriais dos concelhos, nomeadamente em termos demográficos, de estrutura de emprego, de especificidades culturais e de mecanismos de exclusão, o que foi tido em conta no trabalho de acesso a potenciais entrevistados.

Em muitos dos casos, os mediadores de acesso são pessoas cujo papel social nas comunidades locais permite conhecer, de forma informal, a situação socioeconómica concreta das famílias e,

simultaneamente, serem encarados como interlocutores de legitimação da pesquisa junto a potenciais participantes. Um vereador camarário, sem pasta, que é simultaneamente um comerciante local no sector do vestuário; uma subdiretora do agrupamento de escolas do concelho; uma doméstica indicada como sendo dinamizadora local numa aldeia isolada; um oficial da marinha reformado, com propriedades e alguns negócios de exploração florestal no concelho; um padre reformado, reconhecido dinamizador cultural e social do concelho; uma proprietária de uma mercearia que é membro de um grupo de cante alentejano e tem atividade comercial em várias freguesias do concelho; uma proprietária de um café-restaurante familiar onde a bolseira lanchou após a realização de uma entrevista. Tudo isto são exemplos de mediadores de acesso cujo critério de relevância assentou no seu papel nas suas comunidades. Um exemplo ilustrativo deste tipo de relevância pode ser encontrado numa entrevista (P2.3_Aljustrel, sexo feminino, 43 anos):

Entrevistadora: E como é que se desenrascou na altura? [referindo-se a um momento em que a entrevistada tinha vivido na rua, como sem-abrigo]

Entrevistada: A XXXX [mediadora de acesso] dava-me de comer. E ia ao ginásio fazer a minha higiene. Ao fim de dois dias, a XXXX virou-se para um primo e disse-lhe: «Empresta lá a casa, escusa de a senhora estar a viver no campo da bola». O senhor disse: «Está bem, eu empresto-lhe a casa». No outro dia lá fui, e a XXXX disse-me: «Vais falar com a Dra. XXXX, a ver se ela ajuda nalguma coisa.» Foi quando eu recebo o RSI, 180 euros.

Importa salientar também o potencial da pesquisa de terreno enquanto oportunidade de enriquecimento da caracterização do contexto onde se inserem as pessoas estudadas. Exemplo disso é o da entrevista realizada numa pequena aldeia de Vila Pouca de Aguiar (P4.2). Num concelho deprimido do ponto de vista económico e onde quem pode emigra, foram identificados focos de pobreza associados: encerramento de determinadas atividades económicas ou atividades de utilização intensiva de mão de obra barata (em particular no sector primário, mas também no secundário), e onde as grandes obras públicas permitiram a criação de emprego temporário e inseguro. Um dos casos indicados nas reuniões e entrevistas exploratórias realizadas foi a construção da Barragem de Parada de Monteiros, que estava na altura em *lay-off* devido a um acidente estrutural que tinha obrigado à paragem da obra¹⁸. Assim sendo, tendo conhecimento de que haveria um trabalhador em *lay-off* que viveria nessa aldeia particularmente isolada, bolseira e entrevistadora decidiram ir fazer contactos no local. Era, de facto, uma aldeia muito isolada, com pouquíssimas pessoas na rua e uma população sobretudo idosa. Só havia um

¹⁸ <https://www.publico.pt/2019/06/06/economia/noticia/iberdrola-suspende-trabalhos-barragem-alto-tamega-1875624>

estabelecimento comercial: uma esplanada improvisada num quintal com uma mesa de matraquilhos, onde foi possível encontrar um grupo de oito pessoas a conversar. O proprietário do café veio falar com as investigadoras e, tendo sido apresentado o folheto e os objetivos do estudo, explicou que havia alguém entre as pessoas presentes que poderia corresponder ao perfil pretendido. As entrevistadoras foram apresentadas ao grupo, foi-se conversando sobre a situação da aldeia, os impactos previsíveis das obras, explicou-se os objetivos do estudo e vários dos presentes referiram a sua situação. Um deles estava reformado por invalidez devido a um acidente de trabalho, com direito a indemnização e reforma, não correspondendo a uma situação de pobreza. O que veio a ser o entrevistado (P4.2) era de poucas palavras, mas, quando questionado pela bolseira, assentiu que provavelmente estaria nessa situação e manifestou a sua disponibilidade, sem muitas reservas, para realizar a entrevista. A entrevista realizou-se no interior do café, com a presença da esposa. As anotações da entrevistadora na folha de registo são bem ilustrativas de uma aldeia isolada, social e demograficamente deprimida:

A esposa esteve presente durante a entrevista e fez poucas interrupções ou comentários. A filha do entrevistado é a mais nova moradora da aldeia. Ao encerrar a entrevista, voltámos para o café, onde eu e a XXXX [a bolseira] conversámos bastante com os frequentadores. A aldeia é uma das mais remotas da região, fica na fronteira com Ribeira da Pena e a estrada para lá chegar é má. Ao fim da entrevista, voltei a sentar-me no café, junto de XXXX, quando conversámos bastante com os frequentadores. O dono do café deu um panorama sobre o isolamento da aldeia, disse que mesmo a barragem, que poderia trazer um pouco de turismo e novos moradores para região, está sendo construída em local acima da aldeia, ou seja, o movimento que trará para a região não afetará a aldeia. Depois, ele e a mulher passaram a discutir quantos moradores lá habitam. Momentos antes, disseram que ninguém nasce, quem lá está morre de velho ou emigra. A esposa dizia que havia 40 moradores, mas o marido, dono do bar, desconfiava, achava ser muita gente. Resolveu então contar nos dedos, nomeando um a um, e chegou a 33. Após concordância com o número de moradores, a esposa lembrou que naquele ano haviam morrido sete.

Por fim, assinale-se a importância que teve a exploração da rede de contactos informais de membros da equipa do projeto. Em Serpa, a entrevistadora recorreu aos seus conhecimentos para chegar a freguesias menos centrais do concelho, tendo usado a sua rede de relações familiares e de amigos para realizar três das entrevistas. Em Ponta Delgada e em Lisboa, a bolseira de investigação explorou a sua rede de contactos pessoais e de vizinhança, o que permitiu a realização de várias entrevistas (em todos os casos correspondendo às quotas definidas), incluindo a uma mulher que costuma fazer respigagem na sua zona de residência; a uma vizinha indicada por um pescador como sendo uma trabalhadora do sector da pesca (gameleira); a uma conhecida, amiga no *Facebook*, inicialmente contactada por ser educadora social mas que, ao discutirem-se os critérios inerentes ao limiar de pobreza, chegou à conclusão de que os rendimentos do seu agregado eram inferiores, correspondendo ainda para mais a um perfil (desempregada, sem proteção social) de difícil acesso. No Porto, uma entrevistadora retomou um contacto de uma participante num estudo anterior, um inquérito sobre a situação habitacional em bairros

do Porto. Todos estes casos são apenas alguns exemplos do trabalho de grande detalhe que foi preciso fazer, sobretudo para se chegar aos perfis mais invisíveis às instituições de apoio social.

5. Aferição da grelha de análise

Os pontos anteriores concentraram-se nas questões de desenho da amostra qualitativa e do guião, da formação das entrevistadoras e do acesso aos entrevistados. Depois de garantidas as entrevistas, a questão seguinte disse respeito aos procedimentos do seu tratamento. Assim, neste ponto é apresentada a grelha de codificação da análise de conteúdo. Esta grelha (cuja primeira versão podemos encontrar em anexo) foi um produto sempre provisório de um trabalho em constante progresso até ao momento de encerramento da análise.

Boa parte do trabalho realizado neste projeto respeita precisamente à progressiva adequação da grelha ao material recolhido, para que pudesse guiar a condensação dos discursos, tornando perceptíveis e inteligíveis as regularidades sociais e apoiando a elaboração das análises que constroem as nossas conclusões.

A partir da transcrição integral das entrevistas pelas equipas de entrevistadoras e o ajuste das diferentes categorias, mobilizou-se a análise de conteúdo como técnica privilegiada de interpretação dos discursos produzidos. A opção por esta técnica de análise dos dados dos discursivos encerra em si diferentes objetivos: descrição; inferência; interpretação e atribuição de sentidos às unidades de análise (Vala, 1999) – no nosso caso, às narrativas biográficas produzidas pelos sujeitos. Enquanto técnica passível de ser mobilizada em diferentes lógicas de investigação, compreende diferentes níveis adaptados aos diferentes objetivos da investigação em curso: descritivo; correlacional e causal (idem). No nosso caso, e seguindo Vala, damos particular atenção ao nível descritivo:

O investigador visa a descrição tão exaustiva quanto possível de um acontecimento, de um caso, de uma população, etc... (...) em muitos destes estudos, o investigador não dispõe de hipóteses de partida, reúne dados de forma controlada e sistemática que depois organiza e classifica. (...) [A análise de conteúdo] poderá mostrar, por exemplo, a importância relativa atribuída pelos sujeitos a temas como a vida familiar, a vida económica, a vida profissional, a vida religiosa, etc... (Vala, 1999, p. 105).

Para efeitos de análise e organização das narrativas dos sujeitos, procedeu-se à transcrição integral das entrevistas, mobilizando-se posteriormente uma análise de conteúdo a partir de categorias emergentes do guião, às quais os excertos significativos relevantes da narrativa foram alocados. Neste

processo de categorização, pretendeu-se garantir que os principais eventos, percepções e dados das narrativas não se perdiam e que eram coerentes com o discurso dos sujeitos. Como em qualquer processo de análise de conteúdo, procurámos que estas categorias fossem exaustivas, explicativas e exclusivas. Por último, a transcrição das entrevistas e o modo como os sujeitos construíram as suas narrativas revelou categorias não antecipadas no guião, tendo-se deixado, à partida, espaço para a sua inclusão. Assim, e depois da formação de um *corpus* de materiais, as categorias podem ser criadas *a posteriori* ou *a priori*, ou constituir uma combinação dos dois métodos (Vala, 1999).

No nosso caso, num primeiro momento, construiu-se uma grelha exaustiva de análise, composta por: objetivos da investigação e respetiva secção de análise; subtemas de análise; questões correspondentes do guião; categorias e subcategorias. A descrição da secção de análise foi acompanhada pelos principais objetivos de investigação, pretendendo dar resposta a questões concretas levantadas pelo estudo. De modo a operacionalizar esta secção e torná-la menos abrangente, a coluna seguinte da grelha organizou os subtemas, para especificar as diferentes camadas dessa secção e operacionalizar o tratamento de cada uma delas na análise dos discursos dos entrevistados. Essa operacionalização aconteceu também na associação das questões do guião às diferentes categorias, precisamente pela especificidade de cada uma dentro da respetiva secção temática.

No entanto, estando conscientes de que o discurso dos sujeitos não é necessariamente linear, observou-se que, ao longo da transcrição, os diferentes subtemas, por vezes, surgiram em momentos distintos do discurso. Finalmente, ainda de modo a proceder às análises finas das biografias dos sujeitos, as categorias organizaram-se em subcategorias, com o intuito de facilitar quer a leitura quer a codificação dos diferentes excertos significativos das biografias dos sujeitos.

Ao mesmo tempo, no processo de categorização de análise das entrevistas, procurou-se ainda a identificação de um conjunto de categorias transversais particularmente relevantes para a sua compreensão. Seguindo Delory-Momberger (2012), na análise do indivíduo como ser social, identificam-se categorias individuais ou institucionais e singulares ou coletivas, bem como o sentido da sua intervenção na narrativa, como coadjuvantes, sentido positivo, quando ajudam o ego (são recursos) ou como obstaculizantes, sentido negativo, quando obstaculizam o ego. A relação entre individual e social é vista como singular, percebendo-se de que modo, na sua relação biográfica com o mundo histórico e social, essa experiência é constituída. A **temporalidade**, procura a identificação dos tempos representados no discurso, enquanto tempo de referência (o passado; o presente; o futuro), e aquilo a que se associa este tempo («antigamente é que era bom»; «tive uma infância feliz»; «quando era criança...»).

A postura específica da pesquisa biográfica é a de mostrar como a inscrição forçosamente singular da experiência individual em um tempo biográfico se situa na origem de uma percepção e de uma elaboração peculiar dos espaços da vida social (Delory-Momberger, 2012, p. 524).

A **biografização da experiência** parte deste reconhecimento da temporalidade, especificando-a nos seus aspetos biográficos ou de «escrita da vida» (idem). Estabelece-se assim uma relação entre agir e pensar articulados num tempo que organiza e constrói as experiências dos sujeitos. Ainda neste processo, importa atender aos lugares ou espaços onde decorre a narrativa do ego, como por exemplo, a casa dos pais, a casa própria, a rua, uma localidade ou a sala de uma associação. Do mesmo modo, e como sustenta ainda a autora,

A atividade biográfica não fica mais restrita apenas ao discurso, às formas orais ou escritas de um verbo realizado. Ela se reporta, em primeiro lugar, a uma atitude mental e comportamental, a uma forma de compreensão e estruturação da experiência e ação, exercendo-se de forma constante na relação do homem com sua vivência e com o mundo que o rodeia. A utilização dos termos biografia e biográfico para designar não a realidade fática do vivido, e sim o campo das representações e de construções segundo as quais os seres humanos percebem sua existência, enfatiza até que ponto a compreensão da narrativa da experiência se apresenta como uma escrita, isto é, como modo de apreensão e de interpretação da vivência (...) (Delory-Momberger, 2012, p. 525).

Os acontecimentos estruturantes identificados nas entrevistas podem ser condensados e articulados com o que designamos como os três D da pobreza: Divórcio (ou outra rutura familiar); Doença (do ego ou de um familiar próximo, incluindo a existência de uma deficiência ou de momentos de depressão) e Desemprego (do ego ou de alguém no ADP, as pessoas com quem o ego vive), de forma a melhor compreender as grandes categorias que justificam a situação da pobreza¹⁹.

A partir de uma primeira versão do guião, a equipa afinou as categorias e incluiu as emergentes a partir da análise das entrevistas recolhidas.

Como sustentam Bogdan e Biklen, o processo de categorização e codificação percorre a leitura de dados, destacando-se repetições, palavras e frases completas que evidenciam as formas como os sujeitos pensam sobre determinados acontecimentos. Assim,

O desenvolvimento de um sistema de codificação envolve vários passos: percorre os seus dados na procura de regularidades e padrões bem como de tópicos presentes nos dados e, em seguida, escreve palavras e frases que representam estes mesmos tópicos. Estas palavras ou frases são categorias de codificação (Bogdan & Biklen, 2003, p. 221).

A partir do guião construído, é possível identificar as secções temáticas abaixo apresentadas de forma detalhada, que organizam a informação a partir de dois grandes princípios, já referenciados: uma narrativa da sua vida, procurando a equipa identificar eventuais momentos de rutura que justifiquem a situação de pobreza; e a reflexão sobre a sua situação de pobreza, procurando-se destacar a forma como se lida com esta. Estes dois grandes princípios intercalam-se e misturam-se nas secções concretas em que

¹⁹ A questão dos três D da pobreza está referenciada de uma forma sistematizada e aprofundada na conclusão do livro *A pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*.

o guião se divide, dado que, como anteriormente referido, o grande motor que o organiza é a sequência cronológica típica da história de vida. Abaixo apresentamos as grandes categorias do guião e também as principais questões que as motivam, às quais estivemos particularmente atentos dado o seu potencial explicativo das situações de pobreza dos entrevistados. Vejamos, pois, as grandes categorias do guião e o que as motiva:

1. Enquadramento familiar na infância: esta secção pretendeu explorar a visão que a pessoa entrevistada tem sobre os seus primeiros anos de vida, a sua família de origem e aquilo que era o seu contexto de vida. Foi importante perceber que visões constroem dessa fase: passaram por dificuldades? Havia problemas? Eram felizes? A família era um suporte?

Identificam-se os seguintes subtemas: recordações e contextos da infância; eventos e situações potenciadoras da pobreza na infância.

Este ponto ajudou a perceber em que medida a pobreza é uma herança familiar e, em caso negativo, permitiu começar a compreender se existiu um evento estruturador que justifique a situação de pobreza em que a pessoa entrevistada se encontra.

2. Relação com o sistema educativo: esta secção explora como foi – ou é, no caso de estudantes, – construída a relação com a escola enquanto espaço de sociabilidade, de aprendizagem e de «embate com a sociedade»; se a escola foi/é vivenciada como um local de oportunidade e desenvolvimento (mesmo que não ligada às aprendizagens formais) ou se foi/é, sobretudo, um lugar de estigmatização e confrontação ou ainda se foi/é, em alternativa, um lugar de convívio com os pares; exploram-se ainda as razões dessas imagens da vivência escolar. Finalmente, analisam-se os fatores de permanência ou de recusa da escola; as mudanças com a idade e as razões do abandono.

Identificam-se os seguintes subtemas: percurso escolar durante a infância/juventude; representações sobre a escola e abandono escolar; representações sobre escola e futuro; formação profissional.

A análise da relação de famílias em situação de pobreza com o sistema educativo é particularmente importante, atendendo-se sobretudo à prevalência de números elevados de insucesso

escolar e de abandono que condicionam, frequentemente, as escolhas e trajetórias profissionais dos jovens.

A escola enquanto instituição estruturante da vida das crianças e enquanto promessa de mobilidade social é altamente posta em causa na análise deste tipo de biografias. O abandono precoce, seja por retenções, seja por desinteresse (situações previstas na grelha), adequa-se aos discursos dos sujeitos. Não obstante, como veremos na análise empírica, são apontadas outras razões para o abandono.

3. Transição Escola-Trabalho (se aplicável e adaptada ao perfil em análise): Esta secção pretendeu perceber se houve um trajeto direto entre a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho (e até se houve uma relação de causa-efeito entre estas variáveis) ou se a transição foi mais sinuosa, intermitente e permeada por períodos de inatividade. Neste último caso, explorou-se também a forma de expressão da inatividade: tratou-se de não participar no mercado de trabalho formal, mas exercendo outras atividades informais?

Identificam-se os seguintes subtemas: processo de saída da escola; processo de saída de casa dos pais; modelos de conjugalidade; modelos de parentalidade.

As transições para o mercado de trabalho caracterizam-se, frequentemente, por percursos incertos, associados a baixas habilitações e pouca experiência profissional. Assim, podem encontrar-se percursos diversos, em que, após a saída da escola, há ou entradas e saídas do mercado de trabalho ou uma entrada imediata.

4. Evento estruturador: relação com o mundo de trabalho, isto é, a análise da trajetória profissional/laboral. Esta secção pretendeu explorar qual tem sido o caminho da pessoa entrevistada no mercado de trabalho, mas também como se tem sentido nas suas experiências laborais. Por exemplo, se se sente recompensada e realizada; se consegue permanecer no mercado de forma estável e prolongada, etc; A secção pretendeu ainda identificar o(s) acontecimento(s) decisivos para entender a questão da escassez de recursos.

Identificam-se os seguintes subtemas: emprego atual (para os empregados); satisfação com o emprego atual; vivências no mercado de trabalho e trajetória de desemprego; percursos no mercado de trabalho; para os reformados, as razões da sua reforma.

A prevalência e relevância das situações de pobreza entre a população empregada demonstram claramente que não é possível estabelecer qualquer relação direta entre trabalho e situações livres de pobreza. Ainda assim, a esfera laboral é evidentemente uma dimensão central a este respeito, sendo ainda crucial, em termos mais latos, para a inclusão social.

As estratégias de acesso ao mercado de trabalho podem ser variadas, tal como previsto na grelha de análise, indo desde conhecimentos pessoais a modos mais formais de procura.

Tratando-se de um evento estruturador, importou também conhecer a diversidade de percursos de entrada e saída do mercado de trabalho, bem como as razões que o motivam. Também estes se assumem como heterogéneos, sendo que o mesmo sujeito poderá ter passado, no seu percurso, por diferentes tipos e relações com o mercado de trabalho, como explicitado na grelha de análise. Se a biografia é um motor de todo o guião, a dimensão biográfica da relação com o mercado de trabalho é o seu cerne.

5. Auto-perceção do percurso (comparação da vida presente com a passada): Esta secção pretendeu explorar a visão geral que os sujeitos têm da sua vida e a avaliação que fazem do seu percurso, os seus pontos de destaque e os momentos críticos.

Identificam-se os seguintes subtemas: percepções sobre adequação de níveis de rendimento; avaliação subjetiva do percurso de vida até ao momento.

Tal como sustenta Paugam (2008) na sua análise das formas elementares de pobreza, há uma relação de interdependência entre a população designada como pobre e o resto da sociedade. Se, até aqui, o foco da entrevista tem estado na narração da história de vida e na identificação dos eventuais momentos de rutura que justificam a atual situação de pobreza, neste ponto está em causa a reflexividade sobre a pobreza e sobre a sua própria situação de pobreza. Neste sentido, há duas dimensões centrais a evidenciar no discurso, tal como também sustenta Paugam (2008): as representações sociais e as experiências vividas pelos sujeitos. No nosso estudo, interessou procurar uma articulação entre essa visão e o modo como cada sujeito é capaz de representar-se enquanto pobre, analisando os momentos decisivos nesse percurso.

Contudo, como observam Sousa e Matos (2006), a esmagadora maioria dos agregados analisados no seu estudo, à semelhança de uma investigação similar (Hespanha & Matos, 2000), vivem situações de risco social tão complexas que não permitem isolar um evento ou fator de risco. Pelo contrário, assumem a particularidade de combinar uma multiplicidade de problemas sociais. Nesse sentido, tornam-se facilmente dependentes de múltiplas ações de intervenção. Refira-se que estudos realizados sobre

famílias multiproblemáticas demonstram que uma das suas desvantagens é a privação económica e cultural, a qual tende a amplificar todos os problemas e a reduzir a capacidade de resposta da família (Alarcão, 2000).

6. Redes de apoio não institucional e território: Esta secção subdivide-se em duas: redes de apoio não institucional, onde se tenta perceber qual a rede de apoio informal que a pessoa entrevistada considera ter e em que medida esta lhe dá a ajuda e segurança que considera necessitar, bem como quais os atores fundamentais que ajudam a sua sobrevivência (mãe/pai, outro/a familiar, amigo/a, técnica...) e que recursos se utilizam na relação com esses atores; e a avaliação dos territórios de habitação, onde se explora a relação entre o território habitacional e a condição de vida. Analisou-se nesta secção a forma como, eventualmente, o território produz exclusão e segregação, mas também redes informais de apoio. A vizinhança (o local onde vive) constitui-se como um recurso ou uma ameaça?

Identificam-se os seguintes subtemas: redes informais de apoio e vizinhança; avaliação subjetiva da habitação e do território de residência.

A família e as redes informais de apoio são identificadas na grelha tendo em vista perceber-se se foram centrais no apoio aos sujeitos em momentos que estes identifiquem como difíceis e em que estas tenham servido como recursos para a sua resolução. Assim, qualquer uma dessas relações pode ser marcada por tipos distintos, mais constantes ou menos, mais positivos ou menos, nos termos acima referenciados: como recursos (sentido positivo) ou como obstaculizantes (sentido negativo).

Este bloco também inclui a questão da perceção da qualidade do lugar onde se mora (associada frequentemente à presença de diferentes serviços, transportes, etc).

7. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção: Nesta secção, explorou-se a forma como no passado e no presente a pessoa entrevistada se relaciona com os apoios públicos de proteção social e de que forma estes são recursos ou se constituem como formas rituais de humilhação.

Identificam-se os seguintes subtemas: relação com apoios estatais ao longo do percurso de vida; relação atual com apoios estatais e de outras instituições; impacto das prestações na fase atual do percurso de vida.

É comum associar-se a lógica de ajuda e de assistência a uma diminuição efetiva de situações de vulnerabilidade social. No entanto, como alertam diferentes autores (por exemplo, Crépin, 2006 e Sousa e Matos, 2006), alguns modelos chegam mesmo a aumentar o risco de desqualificação social. As responsabilidades entre o Estado e os atores convergem no Estado centralizado, onde a população beneficiária é definida por um limiar monetário e uma avaliação de risco de acordo com as necessidades ou *status* (desempregado, por exemplo). Assim, muitas instituições operam de acordo com padrões administrativos que nem sempre respondem às necessidades (Crépin, 2006). Finalmente, como observado no trabalho de Sousa e Matos (2006), a maioria dos agregados em situações de pobreza e/ou vulnerabilidade já estabeleceram contactos com pelo menos uma instituição, serviço ou técnico de ação social, continuando a maior parte a ser apoiadas por uma (ou várias) instituições. As autoras identificaram também agregados que nunca haviam sido apoiados, e outros em que o apoio havia existido, mas que já tinha, entretanto, cessado. Assinalam, ainda, a alta feminização da procura de apoio social. Esta realidade também se verificou nas relações informais de entreajuda mantidas ao nível da sociedade-providência, onde a mulher tende a apresentar um grau de envolvimento muito superior ao dos indivíduos do género masculino (Nunes, 1995, p. 17). O caso de modelos de assistência/ação social particularmente assistencialistas, como argumenta Rodrigues (2010), é particularmente paradoxal por se tratarem não apenas de mecanismos de controlo, mas também de manutenção de um *statu quo* em que não importa tanto a autonomização de quem recorre a este tipo de apoios/serviços. Como afirma o autor:

Se, por um lado, esperamos que os grupos sociais mais fragilizados tenham consciência da sua situação de excluídos (...), por outro, para serem bem-sucedidas, as políticas sociais contam com a capacidade destes grupos para rejeitarem o seu estatuto e posteriormente repensarem o seu futuro, construindo novos projetos (de vida) (Rodrigues, 2010, p. 196).

O recurso aos apoios, quer mais pontual quer mais sistemático, representa uma ajuda para fazer face a situações específicas dos agregados. Tal como previsto também na grelha, dependendo das realidades vividas, as experiências com os serviços podem assumir diferentes contornos.

8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza: nesta secção, foi explorada a auto-perceção da pessoa entrevistada enquanto pobre, procurando ainda perceber-se como considera que o problema da pobreza poderia ser resolvido. Em particular, interessou perceber como a pessoa entrevistada se sente consigo e com a sua vida.

Identificam-se os seguintes subtemas: auto-perceção da situação pessoal de pobreza e do agregado; identificação de situações de discriminação/exclusão social; identificação de medidas de política social no combate à pobreza.

Tal como sustentam Walker *et al.* (2013), existem indícios de que a vergonha experimentada como consequência da pobreza se dissemina por culturas diferentes (Narayanetal, 2000a e b). Em diferentes países, como, por exemplo, a Inglaterra, a pobreza é em si mesma estigmatizante, sendo as pessoas em situação de pobreza mais propensas a descrever as suas experiências quotidianas como «mundanas, limitadas, constrangidas, cheias de dificuldades» (Castelland & Thompson, 2007). Na Europa e na América do Norte, onde o sucesso social é cada vez mais julgado em termos de ganhos financeiros e de consumo, a pobreza é frequentemente experimentada como falha pessoal (Clasenetal, 1998; Beresfordetal, 1999; Edinetal, 2000). Além disso, a vergonha relacionada com a pobreza é também claramente marcada pela variável género (de resto, à semelhança do apoio social, tal como acima referido) (Tangney & Dearing, 2002; Rodogno, 2012). As mulheres não só estão em maior risco de pobreza como também podem encontrar-se com mais frequência em locais onde estão expostas à vergonha relacionada com a pobreza, seja devido ao orçamento doméstico, à criação de filhos ou à falta de higiene. Da mesma forma, os homens podem achar que a pobreza reduz sua capacidade de atender às normas de masculinidade socialmente construídas (Ruxton, 2002; Walker *et al.*, 2013, p. 217).

A vivência da pobreza e exclusão social assume, pois, diversas formas, desde uma vitimização e adoção de uma postura de vida mais passiva à luta por afirmações crescentes de cidadania (Rodrigues, 2010).

A secção anterior permitiu-nos intuir perspectivas diferenciadas no que se refere às percepções das pessoas entrevistadas de si mesmas como (não) pobres. Tais perspectivas diferenciadas são claramente assumidas quando as pessoas são diretamente confrontadas com a questão.

9. Perspetivas face ao futuro: nesta secção, pretendeu-se compreender de que modo a pessoa entrevistada se projeta no futuro e que esperança deposita neste.

Identificam-se os seguintes subtemas: projeção de si no futuro; projeção do futuro dos filhos; sonhos e possibilidades de os concretizarem.

A experiência da pobreza enquanto experiência de fragilidade (negociada; assistência diferida; assistência instalada; assistência reivindicada; marginalidade conjugal; marginalidade organizada (Paugam, 2003)) é construída por instituições, através da estratificação social da segmentação, e por pessoas, de acordo com o significado dado à ajuda. A pobreza agrega três conjuntos: a fragilidade; a dependência; a quebra de vínculo social. Assim, os processos de desqualificação social identificam também os modos de repressão no mercado de trabalho e as experiências de assistência (Crépin, 2006, p. 101). Desta forma, face às experiências vividas, as pessoas poderão apresentar dificuldades na

organização e projeção do futuro, em particular de um futuro autónomo dos serviços sociais e do apoio que tenham, entretanto, obtido.

No ponto seguinte, abordamos o material empírico que foi possível coletar sobre o perfil dos precários.

1. Enquadramento familiar na infância

A reconstrução dos percursos de infância feita pelos entrevistados pretendeu recuperar uma parte significativa das narrativas, procurando explorar a visão que a pessoa entrevistada tem sobre os seus primeiros anos de vida e conhecer tanto a sua família de origem como o seu contexto de vida. Os discursos dos entrevistados permitem configurar dois temas centrais: as recordações e contextos da infância; e os eventos e situações potenciadores da pobreza na infância.

Este perfil é bastante heterogéneo, reunindo narrativas de sujeitos de diferentes faixas etárias e gerações. Como veremos, há elementos de continuidade entre perfis e outros altamente distintivos. O papel da escola (e os percursos escolares pouco consistentes), por exemplo, constitui uma regularidade entre os vários perfis. Veremos ainda assim que as habilitações literárias dos entrevistados mais jovens deste perfil são mais elevadas do que as dos restantes, sendo, aliás, as mais elevadas dos quatro perfis, como se explica na análise das correspondências múltiplas apresentada no livro *A pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*.

1.1. Recordações e contextos da infância

Entre os entrevistados deste perfil, as memórias de infância são heterogéneas e altamente dependentes das realidades familiares em que viveram. Em alguns dos discursos, parece haver uma maior reflexividade dos sujeitos sobre a sua própria condição, isto é, uma indicação clara de que certos acontecimentos constituíam exemplos de «violência doméstica», de «*bullying*», de «alcoolismo», etc. Comparativamente ao perfil dos reformados, parece existir aqui uma atitude de menor resignação em face das dificuldades da vida e, por isso, também uma maior consciência da sua condição de sujeitos em situação de pobreza.

Uma parte dos entrevistados guardou recordações positivas da sua infância:

Entrevistada: Tive uma infância mito boa. Recordo-me que foi quase o meu avô que me criou, porque o meu pai trabalhava à noite. Fui a maior parte criada na aldeia, agora é que vim mais para a cidade. (P2.1_Porto, sexo feminino, 19 anos)

Entrevistadora: Pronto, não faz assim tanto tempo [risos], mas, das suas recordações, acha que teve uma infância boa, má... Quais são as suas recordações de infância?

Entrevistada: Sim, acho que posso considerar que tive uma infância boa. Foi sempre um misto de estar com os meus pais e estar com os meus avós. (...) Depois também foi sempre uma infância

muito livre, de andar cá fora e ir para o campo com os meus avós... As brincadeiras eram muito à base de fazermos coisas sem ter tecnologias. O máximo que usávamos era ver a televisão e era no Zig Zag [risos]. E então era o máximo que fazíamos em termos ligados à questão das comunicações. De resto, era muito uma infância de saltarmos à corda, brincarmos, ... (P2.1_Castelo de Paiva, sexo feminino, 20 anos)

As memórias positivas da infância incluíram frequentemente a presença dos avós e de outros membros da família alargada (por exemplo, primos) e a liberdade das brincadeiras das crianças. Como veremos mais adiante, a solidariedade intrafamiliar foi um importante mecanismo para fazer face às dificuldades económicas e ao cuidado das crianças. De resto, na ausência de apoios formais às famílias, foi esta solidariedade que permitiu, muitas vezes, enfrentar as dificuldades da vida.

Entrevistada: Tenho muitas boas recordações, era lindo. E pronto, a gente brincávamos as crianças todas, juntávamos, brincávamos. Nós não tínhamos bonecos, nós não tínhamos nada como têm agora as minhas filhas, que as minhas filhas agora tiveram tudo, não é? Têm iogurtes, têm... tudo. Nós naquele tempo, nós se víssemos, por exemplo, uma pessoa de fora que trouxesse um iogurte, ou que trouxesse um rebuçado, alguma coisa, nós ficávamos logo admirados. (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos)

Nestas memórias mais positivas, a ideia da brincadeira com outras crianças está também presente nos relatos de alguns dos entrevistados:

Entrevistado: Naquela altura, era inocência. A gente brincava, não pensava nos problemas, a gente nem pensava em trabalho, nada disso. Queria-se era divertir, era isso que... pelo menos aquilo que tenho em mente da minha infância.

Entrevistadora: Boas memórias dessa altura? Brincadeiras que...

Entrevistado: Era mais o futebol. (P2.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 20 anos)

No entanto, vários entrevistados guardaram também recordações negativas que incluem, por exemplo, separações familiares e o preconceito sentido. Num caso, relata-se uma experiência de xenofobia vivida por uma emigrante em França.

Entrevistadora: Havia preconceito em relação a quem se separava?

Entrevistada: Muito, muito preconceito. E não era pouco, era muito, era muito preconceito. Poucas pessoas se separavam e era muito raro. Por exemplo, na escola diziam: «O pai está fora da mãe.» Eram apontadas por isso. Hoje em dia, toda a gente é separada, não há problema nenhum com isso.

Entrevistadora: Sentia muito racismo? O que sentia?

Entrevistada: É, dos franceses mesmo. Não dos africanos e marroquinos, eles estavam lá na deles. Mas o francês, o legítimo... Eu tinha uma colega de escola que dizia: «Vai para tua terra, o teu pai está a roubar aquilo que é de nós.»

Entrevistadora: Então, sentia uma grande rejeição?

Entrevistada: Sim, quando ouve falar de racismo, são de pretos com os brancos. Com dez anos/ onze anos, uma criança dizer assim: «Vai para tua terra!» (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

Entre estes relatos negativos, registaram-se ainda realidades de violência familiar entre adultos e de adultos em relação às crianças.

Entrevistada: Desde a infância, sim. Uma coisa que eu recordo. Já esqueci muita coisa, mas há coisas que marcam na vida e às vezes quando as pessoas dizem assim: «A violência...». Falam muito de violência, eu recordo-me uma cena que estávamos em XXXX. Tem um miradouro e eu não consegui subir as escadas porque me deu uma queda de pressão e o meu pai disse à minha mãe para me trazer cá para fora, apanhar ar. Sentei-me no chão e a minha mãe: «Tu não prestas, tu não vales nada, tu não és digna de entrar dentro da igreja. Deus não gosta de ti.» Essas coisas todas, nunca mais me esqueci. Que mal é que uma criança com dez anos faz? Não tenho culpa de ser parecida com o meu pai, não tive culpa de nascer, não fui eu que obriguei a nascer. Ela namorou cinco anos para ele. Se não gostava dele, ninguém é obrigado a casar. E isso eu dizia uma altura: «Você me trocou no hospital, não foi? Eu não sou sua filha. Alguém nasceu no mesmo dia que eu e vocês trocaram. Não pode.»

(...)

Entrevistadora: Porrada de quem?

Entrevistada: Do meu pai e da minha mãe. Às vezes, metia-me debaixo da cama, debaixo da cama mesmo, não era em cima da cama em baixo da roupa, era debaixo mesmo, escondida. Tive uma fase um bocadinho complicada.

Entrevistadora: Os seus pais eram agressivos consigo e com os seus outros irmãos?

Entrevistada: Não, é assim: o meu pai queria que eu fosse homem, a minha mãe achava que eu era homem. E o meu pai punha a agressividade que tinha pela minha mãe em cima de mim, porque era mulher. Percebe o dilema? (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

Entrevistadora: Tem boas memórias desses tempos?

Entrevistada: Não, não tenho boas memórias. O meu padrasto bateu muito na minha mãe. Sofri muito nessa altura pelo meu padrasto bater na minha mãe. Lembro-me de deixarmos cair um cabelo no prato e ele batia logo na minha mãe. Um dia levou um banco à cabeça da minha mãe e ela abriu a cabeça! Pronto, sofri muito.... Depois fui para casa da minha avó! (P2.3_Aljustrel, sexo feminino, 43 anos)

Em alguns relatos, estão presentes situações de doença e morte de um dos progenitores ou de doenças das próprias crianças. Como é possível verificar transversalmente, para lá dos impactos emocionais nas crianças, estes eventos representaram muitas vezes alterações profundas nas dinâmicas familiares e, em alguns casos, no prosseguimento do percurso escolar.

Entrevistada: Foi assim um bocadinho de pobreza, mas lá se viveu. Meu pai era doente, eu e meu irmão trabalhávamos para casa. Depois meu pai faleceu com 45, depois cada um levou sua vida. Meu irmão foi para o estrangeiro e eu fiquei por aqui com a minha mãe. (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo feminino, 46 anos)

Entrevistada: Não, minha infância foi muito ruim. Porque eu tive... fiquei cega da minha vista com quatro anos, aos seis anos tive epilepsia até os 13 anos. E depois praticamente infância eu não tive porque meus pais obrigavam-me a trabalhar. Não tive infância porque aos 12 anos fui para XXXX [país estrangeiro] tomar conta de crianças. Estive um ano em XXXX sem ir a Portugal e foi sempre assim a trabalhar. Não sei o que é ter... Uma criança ter uma infância normal, nunca soube. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos).

No entanto, num dos entrevistados, a imagem da infância manteve-se relativamente positiva, apesar do falecimento da mãe. Encontramos também relatos negativos da infância em entrevistados nascidos em países africanos que mais tarde vieram para Portugal:

Entrevistadora: Dirias que tiveste uma infância boa ou má?

Entrevistado: Muito má, mesmo. Eu tive uma infância na XXXX [país de origem] muito má mesmo. Muito, muito.

Entrevistadora: Lembras-te de dificuldades que tenhas passado nessa altura?

Entrevistado: Muita, muita, muita dificuldade. Muita dificuldade. Às vezes, estudava o ano inteiro com um par de sapato. Às vezes, rasgado e tudo. Tinha de estar a coser. Digo mesmo: muito difícil. Eu não sei..., mas, foi muito difícil. Muito, muito má. (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos)

O trabalho infantil apareceu novamente referenciado por um dos entrevistados mais velhos deste perfil. À semelhança do que havíamos observado nos restantes perfis, este tipo de atividade laboral estava frequentemente ligado ao contexto familiar.

Entrevistador: Desde criança?

Entrevistado: Criança, sempre.

Entrevistador: Lembra-se com que idade começou a trabalhar?

Entrevistado: Ui, comecei aos sete.

Entrevistador: Aos sete.

Entrevistado: Ia para aí uma hora, levava uma hora no caminho com as vacas para lá para o monte. Tinha para aí sete anitos. Era todos os dias. (P2.4_Boticas, sexo masculino, 52 anos)

Alguns dos entrevistados revelaram dificuldades económicas pontuais, muitas vezes colmatadas através de estratégias de solidariedade intrafamiliar, enquanto outros narraram dificuldades mais severas.

Entrevistadora: Em termos económicos: recorda-se de conversas em casa? Dos seus pais conversarem sobre isso?

Entrevistada: Que não tinham dinheiro muitas vezes para pagar as contas. Recorriam aos meus avós, da parte da minha mãe. Foi os que nos ajudavam... (P2.1_Porto, sexo feminino, 19 anos)

Entrevistada: É, sim. Não tive... pronto, não passei fome. Pronto, tinha tudo. Não tínhamos aquele conforto que devíamos de ter, mas tínhamos tudo. Graças a Deus, nunca passámos assim muito, muito, muito mal. Porque eu via alguns, ... Eu às vezes ia para a escola, levava do meu lanche, e eu às vezes ainda dividia com eles, quando via que essa criança que não tinha possibilidades para levar, e eu dava-lhe, porque a minha mãe cozia-nos [pão]. (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos)

Esta ideia de pobreza sem fome foi mais visível neste perfil, comparativamente ao que pudemos observar no perfil dos reformados. Há ainda relatos em que se percebe como a privação económica originou vergonha nas crianças, nomeadamente entre os pares. Pela primeira vez, o *bullying* aparece referenciado nesses termos como experiência de um dos entrevistados.

Entrevistadora: E o que se lembra mais da sua infância?

Entrevistado: Minha infância não foi muito boa, por isso as recordações não são assim tão boas. Minha infância, como, lá está, não tínhamos uma capacidade económica, eu andava sempre com roupa dada e não é roupa, como é óbvio, bonita, não podia ter meu gosto pessoal, não podia escolher a roupa que queria. Então, como é óbvio, aqui em Portugal também existe *bullying* e é um problema. (P2.1_Guimarães, sexo masculino, 20 anos).

Entrevistado: As únicas boas recordações que eu me lembro é só no Natal, quando chegava ao Natal, que era uma coisa que agradava a todo o mundo, não é? Que todo o mundo gostava que chegasse o Natal. Na altura que eu era criança, era a altura que se comia bem em casa, era para se vestir uma roupa nova. A mãe tinha que se sacrificar para arranjar uma roupa nova. A única minha boa recordação era no Natal, mesmo. Sentia-me digno, mesmo. (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos).

Num dos relatos, o apoio da família após o falecimento da mãe foi visto como um fator amenizador nas recordações da infância.

Entrevistada: Eu tenho, eu tenho boas recordações da infância, tirando, pronto, o facto de a minha mãe ter falecido, n'ê? Mas tive um grande apoio pela parte dos meus outros familiares que ajudaram imenso na minha educação, em termos escolares também ajudaram-me imenso. E tudo o que me lembro, depois de tudo o resto que aconteceu, tive uma boa infância, sim. (P2.1_Amadora, sexo feminino, 19 anos)

Tal como foi possível observar, as recordações de infância são altamente variáveis neste perfil. Ainda que com menos impacto, foi possível perceber a permanência de alguns traços relativos às memórias de infância, sendo as mais positivas associadas a relações familiares estáveis; a elementos da família alargada que exerceram um papel importante, como os avós; à escola e às brincadeiras com amigos. Já nas memórias de carácter negativo, foram referidas a privação económica, ainda que com

menor relevância em relação ao perfil dos reformados, e a violência familiar. Também o *bullying*, associado a situações de maior dificuldade económica, apareceu aqui referenciado pela primeira vez, sendo de novo registados fenómenos de violência familiar entre adultos e em relação às crianças. Comparativamente ao perfil dos reformados, foi dada menos relevância à perda de progenitores e a questões de saúde. Ainda que não preconizemos uma visão fatalista ou de inevitabilidade face à condição da pobreza na infância, a verdade é que diferentes autores (Attree, 2006; Ridge, 2002; Main, 2017, entre outros) têm estudado os seus efeitos, nomeadamente a partir de lógicas multifatoriais e de análises a partir da complexidade do fenómeno, salientando a persistência na vida dos efeitos da pobreza na infância e a conformidade de expectativas que gera.

1.2. Eventos e situações potenciadoras de pobreza na infância

Foi possível identificar um conjunto de fatores enunciados pelos entrevistados que poderão ter contribuído para um aumento de situações de vulnerabilidade dos agregados familiares durante a sua infância. No entanto, como temos vindo a afirmar, ainda que esses eventos potenciadores não causem diretamente as situações de pobreza e/ou vulnerabilidade, contribuem, na maioria dos casos, para um agravamento de situações dos agregados familiares que, sublinhe-se, eram já precárias. Entre esses fatores, a instabilidade de emprego dos progenitores foi referida em alguns casos como um acontecimento com impacto significativo nas vivências da família na infância:

Entrevistadora: Recorda-se de, nessa altura da sua infância, a sua família passar por um momento mais difícil em termos económicos? Recorda-se?

Entrevistada: Sim, porque o meu pai cá não tinha emprego, era velho demais para trabalhar. A minha avó, como tem um café lá, o meu pai foi para lá trabalhar e nós deslocávamo-nos de semana a semana lá, todos os fins-de-semana. Eu é que comecei a ir mais vezes lá e ficava lá as férias todas. Tanto que eu ia começar lá a escola, mas, entretanto, o meu pai veio para XXXX. (P2.1, Porto, sexo feminino, 19 anos)

Entrevistada: Depois de ficar desempregada dos serviços sociais, nunca mais chegou a encontrar nenhum emprego fixo. O que ela... aliás, ela já está desempregada há bastante tempo, desde que.... Já nem sei assim as contas, deve ser para aí uns dez anos, quase. (...) E ela vai frequentando alguns cursos de formação, etc... Mas emprego em si, nunca teve assim outro emprego, apesar de estar inscrita no centro de emprego. (P2.1_Castelo de Paiva, sexo feminino, 20 anos)

Para lá destas situações, alguns entrevistados referiram-se também a perdas de membros de família e a problemas de saúde.

Entrevistada: É, foi uma vida muito interrompida [após falecimento do irmão]. Depois eu também tive problemas de saúde, peguei, tipo, depressão, mas tive... A médica lá onde é que eu estava ainda me internou e tudo, estive mesmo mal. Foi o choque, diz ela que foi ansiedade, foi tudo junto.

Entrevistadora: E foi nessa época que estava sozinha em XXXX?

Entrevistada: Estava sozinha em XXXX. (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos)

Entrevistadora: Quantos anos tinha quando o seu pai faleceu?

Entrevistada: Eu? 17.

Entrevistadora: E achou que a vida se tornou mais difícil depois do falecimento do seu pai?

Entrevistada: Não, foi antes. Quando meu pai era vivo, era mais difícil, porque meu pai andava sempre doente, não trabalhava. Minha mãe trabalhava no campo. Tinha que sobrevivermos para... Depois eu fui, comecei a trabalhar com 15 anos, não, com 14, com 14 anos, para ver se ganhávamos alguma coisa para casa. (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo feminino, 46 anos).

Nesta situação em particular, o falecimento da progenitora levou ao abandono escolar e ao ingresso no mundo do trabalho. Para outra entrevistada, a perda da mãe originou a atribuição da sua tutela legal aos avós.

Entrevistadora: Para trabalhar? [porque é que deixou a escola]

Entrevistado: Não... Para trabalhar e depois também, eu não tinha condição para continuar a estudar. A minha mãe já tinha falecido, na altura.

Entrevistadora: Que idade é que tu tinhas quando a tua mãe faleceu?

Entrevistado: 14. Aguentei mais uns dois anos. (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos)

Entrevistada: Não, eu vim para aqui e depois os meus avós e a XXXX entraram em tribunal para ficar com a minha tutela. Porque eu, antes, na altura, como era para acabar a escola, eu estava na escola de lá ao pé da minha casa com outros tios, para não perder aquele ano escolar, porque já era metade do ano e era muito difícil trocar de escola, fiquei aquele ano com os meus tios. Depois, passado esse ano, como também já tinham entrado em tribunal, vim para aqui, vim para aqui viver. Depois o tribunal concedeu a guarda aos meus avós e à minha tia, e depois passei a viver aqui, pronto, com eles. (P2.1_Amadora, sexo feminino, 19 anos)

Foi possível identificar discursos onde os apoios formais recebidos pelas famílias foram inexistentes e outros onde alguns foram mobilizados. Estes apoios assumiram uma relevância grande no contributo que dão na mitigação de diferentes necessidades das famílias, sobretudo aquelas que sentem mais dificuldades em diferentes domínios da vida quotidiana.

Entrevistada: Sim. Nós nunca tivemos assim um grande apoio. Aliás, o máximo apoio que tinha era na escola ter o escalão A, que era o escalão máximo. Mas e tive porque o meu pai também esteve um período desempregado e então foi naquele período.

Entrevistadora: Em que ambos ficaram desempregados?

Entrevistada: Sim, e fiquei com o escalão A. Mas nunca tivemos nenhum subsídio para além do fundo de desemprego, não é? Que a minha mãe recebia e o meu pai também, no período que ficou desempregado também recebeu. Mas depois, passado pouco tempo, arranjou emprego.
(P2.1_Castelo de Paiva, sexo feminino, 20 anos)

Entrevistadora: E lembra-se de a sua família receber algum tipo de ajuda?

Entrevistado: Não, só recebia mesmo roupa, mas a nível monetário mesmo não recebíamos.

Entrevistadora: E de quem recebia as roupas, lembra-se?

Entrevistado: Familiares, às vezes os colegas de trabalho da minha mãe também, a própria patroa da minha mãe de vez em quando ainda envia roupa. (P2.2_Amadora, sexo masculino, 19 anos)

É então possível identificar em vários discursos apoios informais que permitiram mitigar algumas dificuldades das famílias. Encontraram-se ainda algumas ajudas, nomeadamente de escalões de ação social escolar e de bolsas de estudo. Noutros casos, não existiu nenhum tipo de apoio formal às famílias em situação de dificuldade económica.

Entrevistadora: E a sua família recebia algum tipo de apoio, ou da assistente social ou da igreja?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Nunca tiveram nenhum tipo de apoio?

Entrevistada: Não. (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo feminino, 43 anos)

Noutras situações, diferentes instituições oficiais, como as câmaras municipais e juntas de freguesia, proporcionaram apoios habitacionais e alimentares às famílias.

Entrevistada: Na altura, acho que foi mesmo a Câmara, porque eles queriam a demolição daqueles barracos para nos poder passar, prontos, ali ia ser construído uma estrada, então tinham nos que tirar de lá. Na altura, o meu pai trabalhava. Na altura, era num hotel. Saí de lá com seis/sete anos, não me lembro muito bem. (...)

Entrevistadora: Portanto, não lhe faltava nada? Os apoios que receberam foi depois, muito depois. Foram cabazes de alimentação?

Entrevistada: Sim, sim. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Entrevistada: Pronto, o que eu sei é que quando a minha mãe veio para cá, em '71, se eu não me engano, nós morávamos, a minha mãe morava em XXXX. Eu nasci lá, o XXXX também nasceu lá. Depois é que o IHRU [Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana] deu uma casa aqui em XXXX (...). (P2.5_Amadora#1, sexo feminino, 41 anos)

Como pudemos observar, este perfil é altamente heterogéneo na sua composição e nas suas diferentes dimensões de análise. O enquadramento familiar na infância revela recordações diversas, muito relacionadas com as vivências nos diferentes agregados familiares. Argumentámos já acerca da importância da infância e das situações de vulnerabilidade quer no presente quer no futuro dos sujeitos. Como pudemos observar, este perfil congrega narrativas de sujeitos de diferentes faixas etárias e gerações. As recordações mais positivas associaram-se à ideia de uma infância marcada por relações familiares estáveis ou por elementos da família alargada que exerceram um papel importante, como os avós; a escola e as brincadeiras com amigos. Já nas memórias negativas, permanecem fatores ligados à privação económica e de violência familiar, encontrando-se também situações de perda de membros do agregado e de saúde, particularmente dos adultos.

Certos eventos familiares assumiram um papel potenciador da criação e/ou agravamento de situações de vulnerabilidade dos agregados, tendo exercido uma influência negativa na trajetória dos indivíduos, impossibilitando-os, por exemplo, de prosseguirem um percurso escolar ou forçando-os a entrar de forma precoce no mercado de trabalho, nomeadamente em trabalho infantil. O apoio à habitação emerge enquanto elemento central na redução das situações de pobreza e vulnerabilidade de algumas famílias. Os apoios formais e os diferentes tipos de transferências sociais às famílias permitiram em muitos casos a mitigação de situações de pobreza que, de outro modo, teriam sido mais graves. Os eventos potenciadores da pobreza são variáveis, podendo encontrar-se situações de desemprego dos progenitores, de falecimento de progenitores ou de problemas de saúde que implicaram mudanças nas estruturas familiares das crianças (salientamos a presença nesta lista de dois dos três D's da pobreza: o

Desemprego e a Doença²⁰). Nas situações de maior vulnerabilidade económica, foi possível identificar ajudas formais diversificadas neste perfil, nomeadamente através de apoios escolares. Registam-se ainda apoios informais de membros das famílias e apoios pontuais de paróquias.

De acordo com o Observatório das Desigualdades (2018), em 2018, Portugal era o país da UE28 cuja população adulta tinha níveis de escolaridade mais baixos. Mais de metade da população residente com idade entre os 25 e os 64 anos não tinha ido além do ensino básico (ISCED 0-2). Tal como pudemos observar em alguns dos entrevistados, o Observatório destaca também que a análise do perfil escolar da população portuguesa por grupo etário revela uma recomposição educativa bastante vincada: 60,5 % da população com idades entre os 20 e os 24 anos concluiu o ensino secundário, um valor quatro vezes mais elevado do que o registado na população com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos. Finalmente, a taxa de escolarização de nível superior da população entre os 25 e os 34 anos é cerca de duas vezes e meia mais elevada do que a registada no grupo etário mais velho. Como dissemos inicialmente, também nas nossas entrevistas é possível observar uma diferença entre os perfis de escolarização dos entrevistados mais novos e os dos mais velhos²¹.

²⁰ Para detalhes sobre os três D's da pobreza, veja-se a conclusão do livro *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*. A questão é também debatida com mais detalhe no capítulo 4.

²¹ <https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2018/06/14/nivel-de-escolaridade/>

2. Relação com o sistema educativo

Esta categoria pretende explorar como foi, ou, no caso de estudantes entrevistados neste perfil, como é construída a relação com a escola enquanto espaço de sociabilidade, de aprendizagem e de integração social. Pretende-se ainda explorar quais as perceções dos entrevistados sobre a escola, designadamente se esta foi/é vivenciada como um local de oportunidade e desenvolvimento (mesmo que não ligado às aprendizagens formais) ou como um lugar de estigma e confrontação ou ainda como um lugar de construção de processos de sociabilidade e de convívio com os pares. Pretende-se também explorar os fatores que justificam a adesão ou a recusa da cultura escolar. Estruturaram-se como temas centrais:

- i) o percurso escolar durante a infância/juventude;
- ii) as representações sobre a escola e os percursos de abandono escolar;
- iii) as representações sobre escola e o futuro.

A relativa desvalorização da escola e a existência de percursos escolares pouco consistentes constituem regularidades que aproximam este perfil dos restantes, ainda que, em particular nos entrevistados mais jovens deste perfil, as habilitações literárias sejam significativamente mais elevadas, sendo as mais elevadas dos quatro perfis (recordemos: Reformados, Precários, Desempregados e Trabalhadores), o que decorre também do progressivo alargamento da escolaridade obrigatória ao longo das últimas décadas. Aqui, é possível encontrarmos um grupo heterogéneo no que respeita a experiências escolares e também a habilitações literárias, por regra, mais elevadas do que nos restantes perfis, embora a escolaridade dominante continue a ser muito baixa (cf. Anexos). Importa ainda reter, como dissemos anteriormente, que à diversidade de idades entre os entrevistados se associa uma distinta centralidade da escola, sendo que, para os mais jovens, esta é de carácter obrigatório até mais tarde. No entanto, a obrigatoriedade de frequência escolar não garante o sucesso escolar dos alunos, em particular daqueles cujas realidades familiares sejam mais vulneráveis. De resto, como já vimos, as experiências de pobreza na infância afetaram fortemente as expectativas e representações de futuro das crianças.

Neste perfil, encontramos quatro entrevistados que frequentaram o ensino superior e uma outra com ensino superior completo. Na generalidade, apesar de também aqui existirem diferentes situações de abandono escolar, verificou-se um maior regresso à escola (por exemplo, em cursos para adultos) do que nos restantes perfis (com a relativa exceção do perfil dos desempregados).

2.1. Percurso escolar durante a infância/juventude

Tal como afirmámos anteriormente, as situações de privação na infância condicionam fortemente os percursos individuais dos sujeitos em diferentes áreas, com foco particular na escolarização e nos percursos profissionais futuros. Em muitas situações, vários jovens passaram a procurar empregos em *part-time* fora da esfera familiar para melhorar as situações financeiras das suas famílias e/ou para poderem suportar custos com a escola/universidade. Este aumento de independência tornava-se ainda importante para que pudessem acompanhar diferentes atividades, nomeadamente as recreativas, com os seus pares. Por outro lado, como observou Attree (2006) e como foi possível observar em algumas das nossas narrativas, especialmente nas dos sujeitos mais velhos deste perfil, diferentes estudos sugerem que a desvantagem na infância pode levar à percepção de que as limitações económicas e sociais são naturais e normais, afetando assim as expectativas de vida das crianças (Middleton *et al.*, 1994; Roker, 1998; Ridge, 2002). Esta limitação das expectativas influencia não só as projeções dos sujeitos em relação ao que o futuro possa permitir, mas também o papel da escola nos seus percursos. Assim, estes diferentes estudos sugerem que viver em pobreza prejudica os indivíduos durante a sua infância, podendo influenciar ainda as suas aspirações para o futuro.

Os percursos escolares dos entrevistados deste perfil são diversos e complexos: alguns ainda decorrem; outros foram interrompidos na infância e nunca retomados e outros terminados em idade adulta.

Nos entrevistados mais jovens, vários dos quais ainda frequentam a escola, existem diferentes percursos ao nível do sucesso escolar. É comum encontrarmos, por exemplo, histórias de retenção em diferentes anos de escolaridade.

Entrevistadora: [Chumbaste] quantas vezes?

Entrevistada: Duas vezes.

Entrevistadora: Por que é que acha que isso aconteceu?

Entrevistada: No primeiro ano, reprovei no 4.º ano porque mudei de escola a meio, de uma pública para uma privada, foi totalmente diferente o ensino... Apesar que eu preferia a pública. E no 7.º ano, foi por desleixo meu, faltas disciplinares, tive mau comportamento. (P2.1_Porto, sexo feminino, 19 anos)

A entrevistada do trecho acima, frequentando no momento da entrevista o 11.º ano de um curso profissional, identificou elementos justificadores da retenção, nomeadamente o comportamento individual na escola, e dificuldades em conseguir estudar e responder à exigência do percurso escolar.

Entrevistadora: Fale-me um bocadinho sobre isso, dificuldades em quê? Por exemplo?

Entrevistada: Não me concentro.... Desleixei-me muito da escola... Apesar que eu gostava de seguir... eu gostava de ir para a faculdade, um dia...

Entrevistadora: Mas não tem vontade de investir?

Entrevistada: Não, não...

Entrevistadora: Sente que tem dificuldade?

Entrevistada: Sinto, porque desde o início não sei o que é estudar, por isso agora tenho dificuldade em saber estudar...

(...)

Entrevistadora: Agora paraste a escola... tiveste reprovações no teu percurso? Ou seja, chumbaste de ano?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: Em que alturas?

Entrevistado: Foi no 5.º ano...

Entrevistadora: No 5.º ano? E mais alguma vez?

Entrevistado: Acho que foi só.... Foi no quinto, três, duas vezes. (P2.2_Amadora, sexo masculino, 19 anos)

Apesar das retenções referidas, o entrevistado referenciado no trecho anterior continua o seu percurso escolar. No trecho seguinte, a entrevistada, que ainda permanece na escola, associa a sua retenção ao ano de falecimento da mãe:

Entrevistadora: Estás em que ano?

Entrevistada: Estou no 12.º ano.

(...)

Eu reprovei no 3.º, que foi por causa daquele problema [morte da mãe] e depois voltei a reprovar no 7.º.

Entrevistadora: Pronto já percebemos que no 3.º ano reprovaste aqui por questões relacionadas com a morte da tua mãe. E no 7.º ano, o que achas que aconteceu?

Entrevistada: No 7.º, foi... Como é que eu hei de explicar? ... Foi talvez por ter mais disciplinas e pela matéria tornar-se mais difícil. E o facto de talvez deixar acumular matéria, depois torna-se mais difícil acompanhar. (P2.1_Amadora, P2.1_Amadora, sexo feminino, 19 anos)

Outros entrevistados ingressaram no ensino superior e não apresentaram dificuldades na adaptação ao percurso escolar.

Entrevistadora: Como é que era a sua relação com os professores ou os colegas?

Entrevistada: Sim... A minha relação com os professores sempre foi boa. É claro que há sempre aquele professor que não gostávamos [risos].

Entrevistadora: Mas não gosta pela personalidade? Não gosta pela matéria?

Entrevistada: Depende...

(...)

Entrevistadora: Continuou a estudar, não é? Foi para universidade. Qual é o curso que está a tirar?

Entrevistada: Sim. XXXX [curso da área das Ciências Sociais]. (P2.1_Castelo de Paiva, sexo feminino, 20 anos).

No caso abaixo, o entrevistado continua a frequentar o ensino superior, ainda que, para prosseguir o seu percurso escolar, tenha sentido a necessidade de combater o desincentivo dos pais para que continuasse a estudar.

Entrevistado: E, no final, basicamente eu apercebi-me que não queria apenas achar um emprego, e que todo o percurso que eu tinha tido académico, tirar boas notas e tudo mais, afinal era o que eu queria, eu queria era mesmo continuar com aquilo. Foi aí que me apliquei. Tive uma discussão muito grande com os meus pais sobre querer ir para a faculdade, lembro perfeitamente de estar no jantar de família, Natal, e eu ter ido embora porque o meu pai disse que eu não iria para a universidade com o dinheiro dele, para não andar a gastar à toa.

Entrevistadora: Eles não incentivaram a sua ida para Universidade?

Entrevistado: Não. (P2.1_Guimarães, sexo masculino, 20 anos)

Noutros relatos, foi possível encontrar interrupções e retomas do percurso escolar:

Entrevistadora: [estudaste] Até ao 12.º. Até que idade é que tu andaste na escola?

Entrevistado: Aos 19.

Entrevistadora: Perdeste algum ano?

Entrevistado: Perdi, o 8.º.

Entrevistado: Por que é que achas que isso aconteceu?

Entrevistado: Acho que foi mais por causa da adolescência. A senhora sabe, aquela fase de rebeldia, e eu, nessa fase, eu não queria saber da escola. Ia para lá, não fazia mesmo nada, extremamente nada. Mas depois, pronto, passou essa fase. Mesmo assim não durou muito tempo, passou e eu voltei-me outra vez a empenhar na escola.

(...)

Entrevistado: Ó senhora, tipo... Como a gente como eu vive num bairro, as pessoas não tinham muitas expectativas da gente. Por exemplo, na escola, eles diziam (mas também é verdade, estão aqui crianças malcomportadas), eles diziam: «Ah, eles são do bairro, são do bairro.» E como eu também era do bairro, sentia essa discriminação. Então isso foi mesmo, na fase de rebeldia com isso junto, fez com que eu não quisesse saber. (P2.2_VCampo, sexo masculino, 20 anos)

Para outros entrevistados, a escola representava um lugar de felicidade e segurança, ainda que o percurso no ensino superior tenha sido posteriormente interrompido:

Entrevistadora: E do que se lembra desta época da escola? A escola era um lugar onde gostava de estar?

Entrevistada: Era onde eu me sentia feliz.

Entrevistadora: Disse-me que entrou na faculdade...

Entrevistada: Terminei o 12.º, fui para faculdade de Filosofia em Braga, mas não terminei. (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

Apesar disso, a entrevistada revelou ter sentido discriminação na escola, após anos de emigração em França:

Entrevistada: Aqui volto para a 3.ª classe, mas houve preconceito aqui também.

(...)

É imigrante, a francesa. É caloirá fora e é caloirá dentro. Aí, tive que mostrar que sabia. Isso é dobrado também, tem que fazer um esforço, porque a língua francesa (tive que aprender a língua materna), o ABCD é diferente da portuguesa. Eu tive que estar a fazer ditados sobre essas diferenças fonéticas. (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

Para outros entrevistados, entre os mais velhos do perfil, o percurso escolar foi interrompido precocemente, ainda que gostassem da escola.

Entrevistador: Chegou a ir para a escola?

Entrevistado: Andei, mas andava mais com as vacas. Não me deixavam ir para a escola, mandavam-me sempre com as vacas para o monte.

Entrevistador: Foi muito pouco para a escola então?

Entrevistado: Fui.

Entrevistador: Sabe por quantos anos mais ou menos?

Entrevistado: Estive lá quatro anos, acho eu. Algo para aí.

Entrevistador: Fez até à quarta classe?

Entrevistado: Não, eu só fiz a terceira. (P2.4_Boticas, sexo masculino, 52 anos).

Entrevistadora: Andou até que ano na escola?

Entrevistada: Até ao 6.º ano. No 7.º ano, faltavam dois meses para acabar a escola quando me juntei com o pai da minha filha. A minha avó chorou muito para eu não ir, e a minha professora dizia: «Tem boas notas e boa cabecinha.» E a minha avó dizia: «Mas ela quer juntar-se. Namora com um rapaz.» (P2.3_Aljustrel, sexo feminino, 43 anos)

No caso anterior, a interrupção deu-se pela escolha de vivência de conjugalidade. Para outros entrevistados (como no caso seguinte), foi a situação familiar que impediu a continuação do percurso escolar:

Entrevistadora: Disse que estudou até ao 6.º ano?

Entrevistada: Eu só fiz o 6.º ano. Eu gostava de estudar mais para frente, mas os meus pais não tinham possibilidades para me pôr a estudar e só fiz até o 6.º ano porque era a escolaridade aqui na aldeia. Depois do 6.º ano, aqui, íamos para Boticas, ou para Chaves, ou para outro sítio, e meus pais não tinham possibilidades para me pôr a estudar, só fiz mesmo o 6.º ano. Só tenho o 6.º ano de escolaridade.

(...)

Entrevistada: Ah, gostava da escola porque tinha os amigos todos, colegas, onde brincávamos e tudo. Porque ao sair da escola, eu a chegar à casa, comia, tinha que ir ou ajudar meus pais no campo. Meu pai tinha fazenda, cabras, ou ir com as cabras, eu tinha... E eu gostava de ir para a escola porque era aquele tempo que eu tinha para brincar com as minhas amigas, meus amigos e com tudo, senão tinha que estar sempre a trabalhar, porque a minha mãe e meu pai obrigavam-nos a trabalhar. (...) (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos).

Noutros relatos, os entrevistados revelaram ter más recordações da escola, nomeadamente pela existência de castigos físicos por parte dos professores.

Entrevistada: Não tenho recordações nenhuma, porque as professoras eram más, não deixaram saudade nenhuma [A entrevista é interrompida por alguns momentos por funcionária da casa de apoio]

Entrevistadora: Estava a dizer que as professoras eram más...

Entrevistada: Ah, não tenho recordação nenhuma, eram todas más.

Entrevistadora: Elas castigavam?

Entrevistada: Não castigavam, batiam. (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo feminino, 46 anos)

Entrevistado: Reprovei. A professora discutia comigo porque eu não ia para a escola e depois batia-me. Pois, eu tinha medo.

Entrevistador: Tinha medo da professora?

Entrevistado: Claro, ela batia-me. Antes batiam. Era tipo uma tábua assim, com um rabozinho. Tinha os afazeres em casa e depois chegava ali, ela pegava na ponta da mão e pum.

Entrevistador: E do que é que gostava?

Entrevistado: Uma vez, estava conversando com uma rapariguita que eu gostava e que estava fazendo a mesma cadeira que eu. A professora estava à frente, pegou um molho de chaves e pumba, deu-me logo na cara e fodeu-me a cara toda. E depois eu fugi. (P2.4_Boticas, sexo masculino, 52 anos)

Outros entrevistados abandonaram a escola para irem trabalhar, tendo vivenciado também diferentes episódios de retenção escolar. De resto, esta realidade encontra-se presente, com maior ou menor intensidade, nos diferentes perfis.

Entrevistadora: Quantos anos tinha?

Entrevistada: Tinha 12, foi na altura que fui trabalhar, quando larguei a escola para trabalhar e saí, foi nessa altura.

(...)

Entrevistada: [quantas vezes reprovou] Ui, reprovei muitas vezes [risos].

Entrevistadora: [risos] Quantas vezes, mais ou menos?

Entrevistada: Acho que reprovei duas vezes, se não me engano, foi. Porque houve uma altura que fiquei doente. Foi na 2.^a classe, fiquei doente. Fiquei doente entre aspas, porque minha mãe na altura tinha depressão, foi aquilo que estou a dizer, e ela tomava os antidepressivos e minha irmã deu-me uma embalagem para eu tomar e fui parar no hospital. Tive que ser internada, fiquei lá um mês. E foi aí, nesta altura, que reprovei. Mas de resto... eu ainda era mais inteligente que minha irmã, que minha irmã saiu, acabou aos 14 [risos]. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos).

No entanto, no caso desta entrevistada, o 12.^o ano foi já concluído na idade adulta. Noutros relatos, o abandono deu-se por sucessivas retenções.

Entrevistado: Não, era mesmo as faltas, porque eu até gostava de, pronto, de participar nas aulas e essas coisas. Pelo menos, os professores diziam, só se estavam a dar graxa.

Entrevistadora: E quantas vezes reprovaste de ano?

Entrevistado: Epá, isso é que é... hum, para aí umas quatro/cinco. Umas quatro ou cinco. (...) Sim, basicamente era mais faltas. Não era por ser burro ou não querer aprender. Era mesmo porque era...ah, hoje não me apetece ir, vou ficar em casa, ah, hoje não me apetece ir, vou ficar em casa. E quando fosse a ver, já passou uma semana e não apareci na escola e depois ligavam para casa, pronto, lá estás. (P2.2_Lisboa#2, sexo masculino, 18 anos).

Para um entrevistado, a experiência escolar no seu país de origem foi negativa pela natureza da própria situação política (Guiné-Bissau):

Entrevistadora: Do que é que tu gostavas mais da escola?

Entrevistado: Matemática. Matemática é o meu forte. Eu sou forte a Matemática. Sou muito forte a Matemática. Línguas também gosto.

(...)

Eu não gostava assim muito de uma disciplina que tínhamos lá, que era formação militante. Chamava-se formação militante e falava-se só do país, percebes? Do Nino Vieira, falava-se do golpe de Estado. Falava-se só dessas porcarias.

Entrevistadora: E por que é que tu não gostavas dessa cadeira?

Entrevistado: Não sei, não sei. Nunca gostei daquilo. Depois tínhamos de fazer uma exercitação durante as aulas. Tínhamos de fazer como tropa, percebes? A marcha... coisas de militar. (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos)

Em diferentes depoimentos foi também possível encontrar recordações positivas do percurso escolar, especialmente associadas à brincadeira entre crianças.

Entrevistador: Brincavam ao quê na escola?

Entrevistado: Brincávamos muito. Nas aulas, eu brincava muito...

Entrevistador: Brincavam ao quê? O XXXX lembra-se?

Entrevistado: De saltar às pessoas... pôr a mão no chão assim, o outro pôr a mão na costa... andava um atrás do outro... A saltar... Como as pessoas veem na televisão a fazer pino... brincávamos tudo a fazer isso... Pino e saltar uns aos outros e depois ia... (P2.5_Lisboa, sexo masculino, 62 anos)

Para uma entrevistada, a licenciatura foi terminada após ingressar em áreas distintas de conhecimento:

Entrevistada: Mas para explicar, pois... Fui até ao final, mas era isso... Eu nunca tive grande sucesso. A verdade é essa nunca tive, nunca tive grande sucesso e não sabia porquê. Simplesmente ouvia, estava lá e o professor falava e... Há muitas coisas que não me entravam e é engraçado que... dei explicações, estive a estudar para dar explicações há uns tempos, depois de acabar o curso, e parecia que nunca tinha ouvido aquilo na vida. E estudei aquilo.

Entrevistadora: Que idade tinhas quando tiraste a licenciatura? Andaste na escola até aos...

Entrevistada: Até aos... acabei a licenciatura aos 27. 27, sim.

Entrevistadora: E conta-te mais ou menos assim a trajetória, já me disseste que até ao 4.º ano andaste numa escola...

Entrevistada: Numa escola privada, sim. Num colégio católico.

Entrevistadora: Depois cinco anos de escola pública, e depois de entrares na escola pública...

Entrevistada: 5.º ao 9.º, estive numa escola básica pública. O 10.º e 12.º estive numa escola secundária.

Entrevistadora: E fizeste tudo de seguida ou houve alguma repetição?

Entrevistada: Sim, houve uma reprovação, sim. No 11.º ano. (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos).

Como havíamos dito, as experiências e percursos dos entrevistados neste perfil são/foram altamente variáveis. Se, entre os mais novos, é ainda possível encontrar vários entrevistados a estudar

(quatro casos) – terminando o 12.º ano ou frequentando o ensino superior – nos mais velhos, os níveis de escolaridade são, por norma, inferiores, ainda que superiores aos que havíamos encontrado noutros perfis. No entanto, os percursos escolares dos mais novos encerram frequentemente retenções de ano, sendo, em alguns casos, retomada a escolaridade mais tarde, por diferentes motivos. No percurso dos entrevistados mais velhos, encontramos percursos mais curtos sobretudo devido a conjunturas familiares de maior vulnerabilidade, à falta de apoio, ou a uma decisão tomada pelos próprios em busca de alguma independência financeira, sempre condicionada por um contexto de pobreza. A falta de apoio familiar em algumas narrativas foi visível neste perfil de um modo relativamente mais objetivo do que aconteceu noutros. Neste grupo, encontramos também casos de ingresso no mundo do trabalho ainda enquanto crianças, mesmo que seja possível observar aqui uma menor preponderância desse fator.

2.2. Representações sobre a escola e percursos de abandono escolar

Dentro do grupo de entrevistados mais jovens, uma exprimiui vontade de prosseguir para o ensino superior, acumulando com trabalho na área de formação.

Entrevistadora: Está a pensar em abandonar a escola? Quais são as suas perspetivas no que diz respeito à continuidade dos estudos?

Entrevistada: Para já, quero acabar o 12.º ano e começar a trabalhar. Gostava de trabalhar na minha área, mas...

Entrevistadora: A área de animação sociocultural?

Entrevistada: Sim, com idosos... Eu agora nas férias faço uns trabalhos e, se calhar, junto dinheiro para ir para a faculdade. (P2.1_Porto, sexo feminino, 19 anos)

Outros entrevistados retomaram o seu percurso escolar, associando este recomeço a um futuro melhor:

Entrevistadora: Por que é que vais continuar a estudar?

Entrevistado: Porque quero acabar, para fazer o 12.º ano, para encontrar um trabalho melhor, para encontrar um melhor trabalho.

Entrevistadora: Esse trabalho melhor é o quê? Mais... com um ordenado maior?

Entrevistado: Sim.

(...)

Entrevistado: Curso de cozinha. [curso que estava a tirar quando saiu da escola e para o qual quer voltar]

Entrevistadora: É um curso profissional?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: Isso quer dizer que agora que paraste a escola, depois começaste... Depois encontraste trabalho?

Entrevistado: Sim. (P2.2_Amadora, sexo masculino, 19 anos).

Entrevistado: (...) No futuro, o que eu mais quero, lá está, é trabalhar no ramo da investigação e evoluir Portugal a nível da fisiologia. Por exemplo, há um grande caso no meu curso, Ciências do Desporto, que está muito desenvolvido, muito mais que Portugal, e eu quero dar esse contributo. (...). Então, é mais por aí que eu quero encarar o meu futuro e também ajudar a minha família, o que é óbvio, porque acredito que seja mais fácil para mim depois de ter um ordenado mais digno, visto que aqui em Portugal os licenciados ganham X. (P2.1_Guimarães, sexo masculino, 20 anos).

Noutros casos, o abandono da escola deveu-se à vontade de ingressar no mercado de trabalho, por diferentes motivos. Neste relato, por exemplo, esse abandono aconteceu para que o entrevistado pudesse auxiliar a mãe e os irmãos novos, sobretudo por ter irmãos com trissomia 21.

Entrevistadora: Por que é que tu deixaste a escola agora no 10.º ano?

Entrevistado: Porque queria ir trabalhar para ajudar a minha mãe.

Entrevistadora: Querias ir trabalhar para ajudar a tua mãe?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: Para ajudar a tua mãe porque ela tem dificuldades?

Entrevistado: Não, porque eu queria. Eu disse à minha mãe que quando eu fizesse 18 anos que ia parar a escola e parei. Ela diz que eu é que sei e eu disse: «Então eu vou parar a escola.» E fui trabalhar para ajudar a minha mãe e os meus irmãos que têm trissomia 21. (P2.2_Amadora, sexo masculino, 19 anos).

Neste outro relato, foi possível observar que a saída da escola no 12.º ano acontece em busca de melhores condições de vida, com recurso à emigração, para que o entrevistado posteriormente pudesse candidatar-se à sua profissão de sonho.

Entrevistadora: Por que é que tu deixaste a escola? Fizeste até ao 12.º e depois o que é que se passou? Por que é que não...?

Entrevistado: Acabei o 12.º ano, então pensei ir para a universidade, um curso de tecnologia. Só que o meu tio (tinha um tio na América) tinha uma proposta de trabalho. Recebe-se lá bastante dinheiro, então eu andei... E agora vou mesmo, tomei a decisão que vou para lá trabalhar com ele. Mas quando viver da América, vou ficar lá um tempinho, mas quando voltar, eu vou voltar a estudar ou vou para polícia, é uma das minhas profissões de sonho. (P2.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 20 anos)

A interrupção do percurso escolar pode acontecer também devido à perceção de sobrecarga que o mesmo representaria para a família, como transparece nesta entrevista:

Entrevistada: Pensava acabar o curso e ir para a faculdade, mas depois, consoante as dificuldades financeiras que ultrapassava com os meus pais, acabei a escola e decidi trabalhar para ter dinheiro para as minhas coisas e então deixei a faculdade um pouco de parte e deixei esse sonho um bocado de lado. (...)

Entrevistadora: Por que é que deixou a escola? Disse-me há bocado que saiu do 12.º ano por dificuldades económicas, não é? Porque a sua intenção era seguir?

Entrevistada: Sim, era seguir, mas depois, lá está, eu comecei a pensar que..., não é? Começa a crescer e a gente acha que se a gente for trabalhar é que é bom.

(...)

Eu acho que tinha seguido Arqueologia. Depois, nem que chegasse nesta altura e pensasse que Arqueologia não me dava qualquer tipo de estabilidade, vou tirar doutoramento ou mestrado em Geologia que dá equivalência a Arqueologia, mas já tinha essa etapa. Agora, com 26 anos, torna-se mais complicado eu conseguir entrar numa faculdade. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Noutros relatos, a causa para o abandono precoce deveu-se sobretudo à perceção de inadaptação à escola, atribuída em particular a comportamentos individuais. Ainda que já o tivéssemos afirmado, reforçamos esta ideia muitas vezes presente de uma causa individualizada do insucesso e não de uma análise multifatorial que ajuda a interpretar estes percursos.

Entrevistado: Eu fui um deles [um jogador de futebol que se perdeu], não tive cabeça. Hoje em dia, agora, se quisesse jogar à bola, se calhar é um bocado mais difícil ir para um clube bom para estar a ganhar dinheiro e pronto. Agora é ver este curso, praticamente para tirar o 9.º ano e para arranjar

um trabalho. Faltar, não faltava, que eu gostava de jogar à bola. Era, pronto, era aquelas maluquices, era. Queria era andar à porrada com o outro adversário ou hoje estava maldisposto, tratava mal o treinador ou não sei quê, ia para casa mais cedo. Pronto, e fui estragando a minha carreira assim. Se calhar, se fosse como na escola, não por faltar, mas, com disciplina, se calhar, ia mais longe e não fui. Fiquei, fiquei aqui. (P2.2_Lisboa#2, sexo masculino, 18 anos).

Já no grupo de entrevistados mais velhos deste perfil, os percursos interromperam-se ou retomaram por diferentes razões. Como vimos já noutras narrativas, a ausência de apoio familiar (associada a alguma discriminação de género) constituiu uma dessas razões:

Entrevistada: Estive para casa da minha mãe, e a minha mãe disse que não queria uma doutora em casa nem uma irmã. Então fez da minha vida negra, não me deixava estudar, não me deixava fazer os trabalhos em casa. Às vezes, eu tinha que pegar os livros ir para o meio dos montes estudar, porque não tinha condições nenhuma em casa.

Entrevistadora: Então o maior motivo para ter largado os estudos foi ter a sua mãe a dificultar?

Entrevistada: Exatamente.

(...)

Entrevistada: Sim, para mim, para mim... Para o meu irmão não foi assim.

Entrevistadora: O seu irmão conseguiu terminar os estudos?

Entrevistada: Sim. (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

Entrevistada: [a família não aceitou a opção pelo curso superior de Antropologia, a pergunta foi se isso contribuiu para o deixar] Sim, quer dizer, não contribuiu. Não é que não tivesse pensado nisso, mas foi tanta a força que me fizeram, mas.... É certo que havia momentos em que pensava nisso. O que é que eles vão pensar de mim, blá blá, mas eram os medos que eu tinha, não é? Ah, se calhar não vou ser aquela pessoa, não vou continuar aquele percurso da família, deve ser bem-sucedida, blá blá, se calhar também foi naquela altura da inocência. Poderia não ter, mas que aprendi a tê-la. Foi por aí, sim. (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos).

No entanto, mais tarde, a entrevistada acabaria por se licenciar. Alguns destes percursos foram também condicionados por limitações financeiras e pela vontade de alcançar a independência económica:

Entrevistadora: Tu deixaste a escola quando? Aos 16?

Entrevistado: Não, aos 19.

Entrevistadora: Mas aí já tinhas reprovado alguns anos?

Entrevistado: Não. Aguentei mais uns dois anos para pagar a minha escola. Andava a trabalhar com um primo meu numa oficina de carpintaria. Trabalhava com ele e ele pagava-me a escola. Eu tinha o companheiro da minha irmã que me ajudava a pagar a escola. Mas a minha irmã mais velha, como também foi-se meter numa escola privada – que era ainda mais cara do que a minha – para não fazer o homem pagar a escola para nós dois... Eu também já tinha mudado de casa e queria a minha liberdade, percebes? Incumbi-me a pagar a minha escola sozinho. Então, estudei mais. Estudei mais dois anos, deram resultado e depois... (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos).

Finalmente, em algumas narrativas, o abandono escolar deu origem, ainda que precocemente, ao início de uma profissão:

Entrevistado: Já não tinha interesse na escola. Então... (...)

Entrevistado: Ainda não tinha 14 anos, já estava a trabalhar em alfaiate. E então estava lá por conhecimento de pessoas que conheciam a minha mãe e então: «Aos da caixa nunca digas que estás a trabalhar, nunca digas que estás a trabalhar». Naquele tempo, pronto... (P2.4_Lisboa#2, sexo feminino, 61 anos)

Se para alguns entrevistados, o regresso à escola em idade adulta nunca foi ponderado, para outros, essa possibilidade continua em aberto:

Entrevistadora: Como disseste há bocado, gostavas de ter continuado a estudar. Por que é que gostavas de continuar a estudar?

Entrevistado: Gostava de poder fazer o curso de cálculos de estabilidade. O cálculo de massa e de estrutura de edifícios. Quais são os pesos que pode suportar o edifício, quais são os varões de ferro... Essas coisas assim de cálculos de estabilidade. Matemática.

Entrevistadora: Sim, sim. E achas que a tua vida tinha sido melhor se tivesses estudado?

Entrevistado: Com certeza. Mas ainda vai ser, porque ainda vou estudar! Ainda vai ser, ainda vai ser. (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos).

O abandono escolar constituiu uma realidade em várias narrativas deste perfil. Ainda que seja possível observar nos mais novos uma permanência mais longa no sistema de ensino, foi visível nos elementos mais velhos um abandono mais precoce, justificado por múltiplos fatores. As dificuldades económicas das famílias, a vontade de ingressar rapidamente no mercado de trabalho, as dificuldades em prosseguir a escolarização, a aprendizagem enquanto adolescentes de um ofício, ou a assunção de uma

responsabilidade quase individual por histórias de insucesso escolar constituíram alguns desses motivos. Noutras narrativas, foi possível observar a vontade de sair de Portugal à procura de uma vida melhor ou a necessidade de auxiliar em casa, tornando-se cuidadores de outros membros da família. Em quase todos os casos, esse abandono deveu-se a fatores externos conjugados com a vontade dos indivíduos de abandonar a escola, o que leva a equacionar a importância dos apoios às famílias e crianças para que nela permaneçam, prolongando os seus percursos de escolarização.

2.3. Representações sobre escola e futuro

Os sujeitos deste perfil apresentam perceções bastante distintas do modo como a escola e a escolarização poderão contribuir para um futuro melhor. É frequente que crianças e jovens oriundos de contextos familiares de maior vulnerabilidade ou de pobreza projetem para si um futuro menos positivo e, por consequência, atribuam um papel menos relevante e positivo à escola e ao que esta poderá oferecer (cf. *Trajetos e Quotidianos de Pobreza em Portugal: Os Reformados*). No grupo dos entrevistados mais jovens, foi possível encontrar perceções mais otimistas e outras menos. Para alguns, essa relação atribui-se à sorte, sobretudo por se conhecerem casos em que uma escolarização elevada não permitiu trabalhar na área de formação ou ter uma vida melhor:

Entrevistada: Depende, eu vejo muito pelas pessoas que conheço... A minha irmã foi para a faculdade, tirou o mestrado e não está a trabalhar na área dela. Tem uma loja própria dela e ganha o dela aí na loja... só.... Já acabou o mestrado há um ano...

Entrevistadora: Acha que não tem nada a ver?

Entrevistada: Não. Não tem nada a ver! É uma sorte! (P2.1_Porto, sexo feminino, 19 anos)

Para outros, prosseguir o percurso escolar, nomeadamente através do ensino superior, não se associa necessariamente a um melhor emprego ou carreira, mas ao facto de se valorizar aquilo de que se gosta realmente de fazer:

Entrevistada: Eu ando na universidade não é por... Até porque hoje em dia já não há aquela ideia de que quem vai para universidade tem o emprego garantido, pelo contrário [risos]. Mas também algo muito... para fazer aquilo que eu gosto, não é? Porque se uma pessoa gostar de trabalhar numa caixa de supermercado, acho que não deve abdicar disso só para dizer que tem um curso. Acho que as pessoas devem fazer as coisas que realmente gostam. (P2.1_Castelo de Paiva, sexo feminino, 20 anos).

Também no grupo de entrevistados mais velhos encontrámos diferentes percepções do que a escola na infância ou na idade adulta poderia representar:

Entrevistadora: E gostaria então de ter continuado a estudar?

Entrevistada: Naquela época. Agora não.

Entrevistadora: Porque não agora?

Entrevistada: Eu já vivi tanto que agora eu acho que é um desperdício de tempo eu voltar a estudar. Depois da vida ativa que eu tenho.

(...)

Entrevistada: Depende, depende... Eu nunca pus essa questão assim, se teria me aberto mais portas ou não. Eu estava fazendo Filosofia era para ser professora, não tinha outra oportunidade. Provavelmente, sairia daqui da zona de XXXX para ir para fora, ou então, como diz a minha tia estaria debaixo das saias da minha mãe, a andar rota, tipo cigana, de um lado para o outro. Portanto, não sei, não sou saudosista, uma fase acabou... (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

No excerto abaixo, é notório que essa percepção se modificou com a própria experiência de vida, o que revela, de modo mais ou menos explícito, que a continuação do percurso iria também trazer fatores negativos.

Entrevistadora: Hoje em dia pensa que gostaria de ter continuado a estudar?

Entrevistada: Só se, sei lá, só se... Não sei, se o estudo, se o estudo... tem muita gente que estuda e não tem trabalho, não tem...

Entrevistadora: Não acha que se tivesse continuado, a sua vida poderia ter sido melhor?

Entrevistada: Não.

(...)

Entrevistadora: Teria sido igual?

Entrevistada: Igual. Há tanta gente que estuda, faz universidade, estuda e não tem trabalho. Antigamente, ainda era pior. Há uns anos atrás, ainda era pior. Não, acho que não, não tenho... (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo feminino, 46 anos).

A ideia de que a obtenção de um curso superior não significa necessariamente uma vida ou uma carreira melhores permanece presente em várias entrevistas, não apenas deste perfil. Noutros relatos,

foi possível observar uma associação clara entre mais escolaridade e um futuro melhor, nomeadamente numa profissão fora do trabalho agrícola:

Entrevistada: Gostava, eu gostava, pronto. Gostava de ter continuado, de ter tirado um curso com uma coisa que, que... pronto, disséssemos assim, tirava o curso e dizia assim, agora podia estar em um sítio qualquer empregada, e agora não. Tenho que estar aqui na aldeia, a trabalhar com animais, a trabalhar na agricultura, porque não tenho outras... outras condições, não é? (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos)

Entrevistadora: Acha que a sua vida teria sido melhor se tivesse continuado a estudar?

Entrevistada: Sei lá, acho que sim.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque gostava de ter uma profissão.

Entrevistadora: Teria uma profissão mais...?

Entrevistada: Gostava, e a profissão que eu mais gostava era de ser enfermeira.

Entrevistadora: Enfermeira?

Entrevistada: Eu gostava. Era uma coisa que eu adorava fazer. Porque meu pai não nos deixou estudar. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

As representações sobre os percursos escolares e o futuro são também distintas entre os entrevistados. Se os mais jovens, por exemplo, associaram maioritariamente a escola e a escolaridade a um futuro melhor no qual vale a pena investir (permanecendo em maioria na escola por essa razão, ainda que tenham tido saídas temporárias), no grupo dos mais velhos, as opiniões pareceram ser mais diversas. Se, por um lado, uma parte dos entrevistados reconheceu que gostaria de ter seguido o percurso escolar, pois este teria tido um impacto positivo na sua vida (melhor carreira, na profissão com se sonhou, etc.), para outros essa é uma ideia que não merece acolhimento. De facto, alguns justificaram esta opinião pela existência de pessoas que, apesar das elevadas qualificações que detêm, não encontraram emprego nas suas áreas. No entanto, como já afirmámos, a realidade demonstra que mais habilitações permitem genericamente um acesso mais qualificado ao mercado de trabalho. É ainda relevante verificar o impacto que o apoio familiar teve em várias destas histórias, em particular em situações em que não existiu um apoio concreto aos filhos para que prosseguissem os estudos, o que conduziu, em alguns dos casos, ao abandono escolar por parte dos entrevistados. Em diferentes pesquisas, foi possível verificar que vários entrevistados eram pessimistas em relação à ideia de a educação constituir um caminho para o sucesso pessoal, embora muitas crianças continuassem comprometidas com o seu valor (Daly & Leonard, 2002).

No entanto, é interessante perceber, como já dissemos, que neste perfil se observa uma maior valorização do percurso escolar quer nos respondentes mais velhos (regressando alguns à escola ou a outros tipos de formação já em adultos) quer nos mais jovens, com paragens curtas no percurso e uma posterior retoma, efetivada ou a ser projetada.

As experiências e percursos dos entrevistados neste perfil, como vimos, são altamente variáveis. Se, nos mais novos é ainda possível encontrarmos vários casos de continuação no percurso escolar – terminando o 12.º ano ou ingressando no ensino superior – nos mais velhos os níveis de escolaridade são, por norma, mais baixos, ainda que já mais elevados do que havíamos encontrado no perfil dos reformados, por exemplo. No entanto, os percursos escolares dos mais novos encerram frequentemente retenções de ano e em alguns casos a saída da escola, mais tarde retomada por diferentes motivos. No percurso dos entrevistados mais velhos, encontramos percursos mais curtos sobretudo devido a conjunturas familiares de maior vulnerabilidade e por falta de apoio, ou por decisões tomadas pelos próprios, em particular para obtenção de alguma independência financeira. A falta de apoio familiar em algumas narrativas foi visível neste perfil, de um modo relativamente mais objetivo que noutros. A desvalorização dos percursos escolares das crianças e jovens, frequentemente associada a situações de precariedade económica das famílias, potenciou, em alguns casos, o abandono precoce da escola, mesmo que muitos dos sujeitos tivessem vontade de ter estudado mais. O ingresso no mundo do trabalho ainda enquanto crianças continua presente neste perfil, ainda que seja possível observar uma menor preponderância face aos restantes. Como observa Ridge (2011), a escola é uma das áreas principais de prestação de serviços públicos para a infância, com o potencial de contribuir significativamente para o bem-estar das crianças que se encontrem em situações de desvantagem ou de maior vulnerabilidade. As conclusões de diferentes pesquisas têm mostrado que, apesar de as experiências escolares das crianças serem diversas e de algumas crianças relatarem boas experiências na escola, a grande maioria das crianças revela que a pobreza tem um forte impacto na sua vida e é prejudicial nos seus percursos escolares (cf. Crowley & Vulliamy, 2007; Horgan, 2009; Ridge, 2002; Walker *et al*, 2008, citados por Ridge, 2011). Diferentes efeitos negativos da pobreza são expressos no dia-a-dia das crianças na escola, como por exemplo, a falta de recursos económicos e materiais que as impedem de obter muitos dos itens que são cada vez mais necessários na escola. Para Justino (2013, p.17), o sucesso ou insucesso escolares, a retenção ou o abandono escolar dificilmente poderão ser apreendidos ou explicados fora do que Bernard Lahire (2002, citado por Justino, 2013, p.17) designa de uma «sociologia à escala individual», tendo como objeto o «social individualizado» expresso pelo «património individual de disposições» e pelo *habitus*. Para Justino (2013), a importância do capital familiar na estruturação do património individual de disposições e de expectativas não deverá menosprezar os efeitos do capital social, traduzido pela capacidade de mobilização dos recursos sociais (valores, confiança, entreaajuda, etc.) disponíveis num

determinado contexto de ação. Os laços estabelecidos entre alunos, professores e outros membros da comunidade, bem como o ambiente escolar ou a particular configuração do sistema de ensino, podem complementar, atenuar ou contrariar o efeito do capital familiar. Os sistemas educativos nacionais não são indiferentes aos mecanismos de reprodução das desigualdades. A forma como são concebidos e estruturados em função dos desígnios sociais e culturais dominantes permite-nos admitir que tanto podem exercer maior seletividade e discriminação no acesso ou nos trajetos escolares como poderão revelar maior poder de inclusão e de concretização do princípio da igualdade de oportunidades (Justino, 2013, p.18).

Esta realidade é também observável quando se analisam as relações entre as representações da escola e do futuro feitas pelos entrevistados. Esteve particularmente em causa a resposta à questão de se os entrevistados acham que estariam em melhor situação se tivessem continuado a estudar. Reforçando a diversidade de opiniões dos indivíduos, a escola apareceu frequentemente ligada à ideia da obtenção de um futuro melhor e de uma profissão desejada, em particular para os mais novos que continuam a sua trajetória escolar. No entanto, nos mais velhos, as opiniões pareceram ser mais diversas, ora acreditando que se tivessem estudado mais poderiam hoje ter uma vida melhor, ora desvalorizando essa possibilidade, por acreditarem que, hoje, muitas pessoas que estudaram não conseguiram melhorar o seu acesso ao mercado de trabalho. No entanto, como afirmamos já, a realidade demonstra que maiores habilitações permitem, genericamente, um acesso mais qualificado ao mercado de trabalho.

É ainda interessante verificar o impacto que o apoio familiar teve em várias destas histórias, em particular em situações em que não existiu um apoio concreto aos filhos para prosseguirem os estudos o que, em alguns dos casos, levou, então, à sua desistência. No entanto, importa perceber, como já dissemos, que neste perfil se observou uma valorização do percurso escolar quer nos respondentes mais velhos (em que alguns regressam à escola ou à formação já em adultos) ou dos mais jovens com paragens curtas no percurso e sua retoma mais tarde, ou a ser projetada.

Importa agora compreender o ponto de vista dos entrevistados acerca das circunstâncias em que se dão as suas transições para a vida adulta, analisando-se nomeadamente o momento da saída da escola e de entrada na vida profissional; a saída de casa dos pais e as transições para a conjugalidade e para a parentalidade. Para isso, retomamos algumas das questões que acabámos de discutir.

3. Transições para a idade adulta

Os depoimentos dos entrevistados neste perfil dão conta de uma pluralidade de possibilidades de transição para a vida adulta, decorrente em larga medida da heterogeneidade etária aqui presente. De facto, como temos vindo a referir, os inquiridos neste perfil encontram-se em diferentes momentos da sua trajetória de vida, ainda que, para alguns, a situação de privação de emprego os relegue temporariamente para uma dependência em relação à família de origem. No âmbito deste trabalho, consideramos que a transição para a vida adulta pressupõe que já tenham ocorrido na vida dos indivíduos episódios, mais ou menos bem-sucedidos, de passagem de uma situação de dependência para uma situação de autonomia²², que ocorre, segundo múltiplas combinatórias, no espaço público – saída da escola e ingresso no mercado de trabalho – e no espaço privado – saída de casa dos pais e constituição de uma nova família.

Tendo por referência a cronologia das transições, a sequência em que ocorrem e a temporalidade verificada entre cada uma, podemos afirmar que as transições profissionais e familiares dos entrevistados são diversificadas e distintas das transições padronizadas, lineares e previsíveis que caracterizaram a transição para a vida adulta entre os reformados (Perfil 1). De facto, entre os precários, as transições estandardizadas – trabalho; autonomia residencial; casamento e parentalidade – coabitam com percursos plurais e reversíveis, «marcados por apreciáveis descontinuidades e rupturas» (Pais, 2001, p. 60). Em termos genéricos, podemos afirmar que enquanto as transições dos reformados se dão em contextos culturais caracterizados por um tradicionalismo de valores, os casos agora em análise ocorrem no quadro social da segunda modernidade e da mudança de valores e de comportamentos que a caracterizam, que, no contexto português, se começa a desenhar nos finais dos anos '60 e se sedimenta com a democratização da sociedade portuguesa. Ora, as transições profissionais e familiares destes inquiridos ocorrem justamente a partir dos anos '70.

Quais são, então, os indicadores que nos remetem para mudanças nos valores e comportamentos?

Em primeiro lugar, salienta-se a evolução do capital escolar. De uma forma genérica, como referido anteriormente, estes inquiridos evidenciam os níveis de qualificações escolares mais elevados²³

²² Neste sentido, serão excluídos desta análise quatro jovens que, pertencendo a este perfil, ainda se encontram em processo de escolarização e dois que abandonaram os estudos, mas que ainda não estão inseridos no mundo do trabalho.

²³ Neste perfil, dez inquiridos frequentaram ou concluíram o ensino secundário, três frequentam ou concluíram o ensino superior, dois concluíram o 9.º ano, quatro o 2.º ciclo do ensino básico e três o primeiro ciclo do ensino básico. Salientam-se ainda sete inquiridos que regressam à escola para completarem níveis de escolaridade ou para frequentarem cursos de formação profissional.

entre o total de inquiridos. Podemos dizer que as duas últimas décadas representam uma notável recuperação do atraso estrutural do país em matéria de escolarização, se bem que ainda muito afastada da média europeia, em especial quando perspetivamos a percentagem de população ativa com os ensinos secundário, pós-secundário e superior. Contudo, a população portuguesa sem nível de escolaridade tem vindo a decrescer de forma assinalável, em especial entre a população com mais de 65 anos, uma vez que em 1998 mais de metade desta população (57,3 %) não registava qualquer nível de escolaridade e em 2019 apenas dois em cada dez idosos não tem uma escolaridade certificada (PORDATA), sendo que entre a população em idade ativa este valor é, em 2019, praticamente residual (1,6 %). Aliás, na população em idade ativa, os níveis de escolaridade têm aumentado significativamente nas duas últimas décadas, registando-se uma diminuição significativa dos ativos com níveis de escolaridade mais baixos (1.º e 2.º ciclo do ensino básico) e um aumento dos diplomados do ensino secundário e pós-secundário. Acresce que em 1998 cerca de 9,8 % dos jovens entre os 30 e os 34 anos tinham concluído o ensino superior e em 2019 esse nível de ensino foi concluído por mais de um terço dos jovens nessa faixa etária (36,2 %), o que nos aproxima da meta de 40 % estabelecida pela Estratégia Europa 2020.

Outro domínio social onde se configuram importantes transformações na sociedade portuguesa remete para a estrutura e dinâmica das relações familiares. São vários os indicadores que permitem perceber que o modelo clássico de família – nuclear e unida pelo casamento – se confronta com a afirmação de novas formas de organização e de legitimação das relações afetivas, designadamente o aumento das relações conjugais não formalizadas, as configurações variadas do celibato como opção de vida, o crescimento progressivo das taxas de divórcio, uma parentalidade não enquadrada num casamento formal ou numa relação conjugal, entre outros. Como os sociólogos da família têm evidenciado, surgem «novos significados de família» e «diferentes concepções sobre o modo de viver os afectos que não passam pelo casamento heterossexual nem pela procriação» (Guerreiro, Torres e Lobo, 2007, p. 8). Estas alterações estão fortemente embrincadas no processo de desinstitucionalização do casamento e de individualização dos processos de vida, característicos da segunda modernidade, em que assume importância quer a forma como os indivíduos interpretam e reestruturam modelos tradicionais de organização e de divisão de papéis familiares quer a valorização da realização pessoal e das relações afetivas na estruturação das relações familiares. Relevam ainda do processo de privatização da família nuclear e da sua autonomização em relação ao grupo de parentesco (Guerreiro, Torres e Lobo, 2007, p. 8), ou da primazia das escolhas individuais sobre as normas sociais que organizam e regulam as relações familiares. Como referem as autoras, estas mudanças familiares «ao contrário de produzirem estilhaçamentos produzem recomposições, tornando as modalidades de viver em família mais plurais e diversas» (p. 31). Como veremos mais adiante, esta pluralidade está presente entre os entrevistados neste perfil.

Os impactos da modernização das economias no mundo do trabalho têm também sido evidenciados. A crise petrolífera do início da década de '70 e as transformações no interior do sistema capitalista, no sentido de uma maior flexibilidade (Sennet, 2001), conduzem a uma progressiva erosão da relação salarial fordista em quase todos os países, com enorme impacto na produção da precariedade laboral. As profundas mudanças tecnológicas das últimas décadas, a intensificação do comércio internacional e a competitividade entre países têm criado as condições para a «racionalização» dos processos de trabalho, em detrimento dos processos de desenvolvimento e de criação de empregos. Os imperativos da competitividade e da flexibilidade exigem a «desregulamentação dos mercados de emprego» (Bandt, Dejours & Dubar, 1995) e a restrição no acesso aos mercados internos de trabalho. Por outro lado, a criação de formas «atípicas» de emprego e a deterioração das condições de trabalho e dos salários são tidas como condições indispensáveis a tais processos de «racionalização». Esta prática, que se tem vindo a consolidar ao longo das últimas décadas, tem contribuído para a «degradação» económica do trabalho (Bandt, Dejours & Dubar, 1995, p. 22), sinalizada não apenas pelo crescimento do desemprego, mas, igualmente, pela redução do número efetivo de empregos ou do seu fraco crescimento, ao mesmo tempo que proliferam as formas precárias de emprego.

A flexibilização do mercado de trabalho e a redução do fator trabalho (Rebello, 2006) produzem insegurança, instabilidade, transitoriedade da relação contratual e aumento do desemprego de transição e de longa duração. Acresce que o modelo económico português permitiu sempre a reprodução, ao longo de diferentes épocas, de formas atípicas de relações laborais, à margem da regulação estatal, muito marcadas pelas relações laborais tradicionais, que foram configurando as atividades laborais, como acima identificámos.

3.1. Transição escola-trabalho

Tendo em conta a globalização e a europeização das políticas públicas, a economia nacional não tem sido imune às transformações enunciadas, agravadas pelas debilidades estruturais que caracterizam a sociedade portuguesa.

Atendendo aos depoimentos, percebemos a persistência, no caso de seis dos entrevistados, de situações de abandono precoce da escolaridade, de forma que pudessem realizar pequenos trabalhos, enquanto crianças, no contexto de uma economia de subsistência:

Entrevistadora: Desde novinha que já trabalhava com seus pais na agricultura?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: Que atividade fazia?

Entrevistada: Tanto apanhar batatas como semear batatas, apanhar milho, ceifar, tudo. Fazia de tudo um pouco.

Entrevistadora: O pastoreio?

Entrevistada: Sim, ir com as ovelhas ou com as cabras, ou com as vacas, tudo. Tínhamos de fazer tudo um pouco, não é? (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos)

Entrevistador: Lembra-se com que idade começou a trabalhar?

Entrevistado: Ui, comecei aos sete.

Entrevistador: Aos sete?

Entrevistado: Ia para aí uma hora, levava uma hora no caminho com as vacas para lá para o monte. Tinha para aí sete anitos, era todos os dias.

Entrevistador: E esses animais eram da sua família?

Entrevistado: Eram, do meu pai e da minha mãe. Só que eu era o mais novo, os outros mandavam à escola, a mim mandavam ao monte. Então tinha que ir, se não a gente levava porrada. (P2.4_Boticas, sexo masculino, 52 anos)

Entrevistadora: E achou que a vida se tornou mais difícil depois do falecimento do seu pai?

Entrevistada: Não, foi antes. Quando meu pai era vivo, era mais difícil, porque meu pai andava sempre doente, não trabalhava. Minha mãe trabalhava no campo. Tínhamos que sobreviver para... Depois eu fui, comecei a trabalhar com 15 anos, não, com 14, com 14 anos para ver se ganhávamos alguma coisa para casa.

Entrevistadora: Trabalhava com o quê?

Entrevistada: Eu comecei a trabalhar na resina. (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo feminino, 46 anos)

Ainda que estas experiências se reportem a períodos temporais mais recentes do que as observadas no perfil dos reformados – décadas de '70, '80 e '90 – continuam a revelar uma sociedade rural do interior onde algumas famílias experienciavam dificuldades de sobrevivência com base numa agricultura familiar, para a qual era crucial o contributo de todos, incluindo as crianças. Tal justifica o abandono escolar em idades precoces e com um nível de escolaridade muito baixo, nestes casos correspondente ao primeiro e segundo ciclo do ensino básico.

Contudo, também em contextos urbanos a precocidade da inserção profissional foi justificada numa lógica de sobrevivência:

Entrevistada: E depois praticamente infância eu não tive porque meus pais obrigavam-me a trabalhar. Não tive infância porque aos 12 anos fui para XXXX [país estrangeiro] tomar conta de crianças. Estive um ano em XXXX [cidade estrangeira] sem ir a Portugal e foi sempre assim a trabalhar. Não sei o que é ter... Uma criança ter uma infância normal, nunca soube.

Entrevistadora: Aos 12 já começou a trabalhar. Migrou?

Entrevistada: Sim, sim. Aos 12 anos, comecei a trabalhar. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

Entrevistada: Fui começar a trabalhar para o alfaiate, para o alfaiate...

Entrevistadora: Foi logo para o alfaiate, assim que acabou a escola?

Entrevistada: Ainda não tinha 14 anos, já estava a trabalhar em alfaiate. E então estava lá por conhecimento de pessoas que conheciam a minha mãe e então: «Aos da caixa nunca digas que estás a trabalhar, nunca digas que estás a trabalhar.» Naquele tempo, pronto...

Entrevistadora: Sim...

Entrevistada: Que era proibido, a gente não podia descontar. (P2.4_Lisboa#2, sexo feminino, 61 anos)

Ambos os depoimentos acima apresentados apontam para a importância do mercado informal de emprego, no primeiro caso reportando a um contexto de emigração e no segundo a um contexto nacional. Baganha (1996) faz notar precisamente que entre as razões que induzem o trabalho no mercado informal estão as migrações ilegais e o trabalho infantil, condições que acrescem a vulnerabilidade à exploração, na medida em que os trabalhadores nesta situação auferem remunerações mais baixas, estão excluídos por lei das normas e regras que regulam a relação salarial, auferem remunerações mais baixas e estão expostos à arbitrariedade dos empregadores. Para estes, o recrutamento informal constitui também, muitas vezes, uma forma de reduzir os custos com o trabalho e uma garantia das condições de sobrevivência do seu negócio.

No primeiro depoimento, fica bem evidente que a sua entrada no mercado de trabalho foi uma exigência dos próprios pais, provavelmente como forma de garantir mais um contributo que permitisse maximizar o rendimento disponível ou que contribuísse para aumentar as poupanças familiares e assegurar, no futuro, um retorno ao país com melhores condições económicas. Por vezes, este incentivo ao trabalho dos menores assentava também numa lógica familiar de promoção da aquisição de competências num contexto de aprendizagem e de socialização informal para o trabalho, o que nos parece poder estar mais presente no segundo caso apresentado.

Um dos jovens entrevistados assume a necessidade de protagonizar o sustento económico da família, dadas as dificuldades económicas e de gestão do agregado familiar; trata-se de um agregado doméstico monoparental (repetimos aqui um trecho apresentado no capítulo 1):

Entrevistadora: Por que é que tu deixaste a escola agora no 10.º ano?

Entrevistado: Porque queria ir trabalhar para ajudar a minha mãe.

Entrevistadora: Querias ir trabalhar para ajudar a mãe?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: Para ajudar a mãe porque ela tem dificuldades?

Entrevistado: Não, porque eu queria. Eu disse à minha mãe que quando eu fizesse 18 anos que ia parar a escola e parei. Ela diz que eu é que sei e eu disse: «Então eu vou parar a escola» e fui trabalhar para ajudar a minha mãe e os meus irmãos que têm trissomia 21. (P2.2_Amadora, sexo masculino, 19 anos)

Para além do contributo económico familiar também não será de rejeitar a hipótese de que, neste caso, a saída do sistema educativo fosse induzida por um percurso que evidenciava dificuldade de integração na cultura escolar, sinalizada por várias repetências, assumidas pelo entrevistado, em alguns anos de escolaridade. Por outro lado, também evidencia a responsabilização da família no cuidado a crianças com necessidades educativas especiais, dada a debilidade das respostas sociais para as crianças com «deficiência e incapacidade»²⁴. De facto, a oferta deste tipo de estruturas tem vindo a aumentar no país, mas não acompanha a procura, o que se pode comprovar, segundo a Carta Social de 2018, pela existência de elevados níveis de ocupação deste tipo de estruturas em todo o território nacional. Como percebemos, para este entrevistado a interrupção da trajetória escolar é induzida pelas responsabilidades que sente em relação à sua família e pelas dificuldades económicas da mesma, sendo que a inserção no mundo do trabalho contribui, no imediato, para suprir algumas das necessidades identificadas.

Contudo, para três outros entrevistados, a inserção no mundo do trabalho não se justificou, de forma imediata, com a necessidade de garantir a sobrevivência do agregado doméstico, mas com a importância de assegurar recursos económicos que permitissem a continuação da sua trajetória escolar:

Entrevistadora: Tu deixaste a escola quando? Aos 16?

Entrevistado: Não, aos 19.

Entrevistadora: Mas aí já tinhas reprovado alguns?

²⁴ <http://www.cartasocial.pt/>.

Entrevistado: Não. Aguentei mais uns dois anos para pagar a minha escola. Andava a trabalhar com um primo meu numa oficina de carpintaria. Trabalhava com ele e ele pagava-me a escola. Eu tinha o companheiro da minha irmã que me ajudava a pagar a escola. Mas a minha irmã mais velha, como também foi-se meter numa escola privada – que era ainda mais cara do que a minha – para não fazer o homem pagar a escola para nós dois... Eu também já tinha mudado de casa e queria a minha liberdade, percebes? Incumbi-me a pagar a minha escola sozinho. Então, estudei mais. Estudei mais dois anos, deram resultado e depois... (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos)

Entrevistada: É assim, eu na altura eu fui tirar um curso de Arqueologia. Pensava acabar o curso e ir para a faculdade, mas depois, consoante as dificuldades financeiras que ultrapassava com os meus pais, acabei a escola e decidi trabalhar para ter dinheiro para as minhas coisas e então deixei a faculdade um pouco de parte e deixei esse sonho um bocado de lado. Em diante, comecei a trabalhar em restauração, lavar loiça, ajudante de cozinha, fui trabalhar para fábricas (para duas fábricas na altura) e sempre tive a ambição de ir para a faculdade, mas antecipei sempre. Vou para o ano, vou para o ano, vou para o ano. Entretanto, decidi estudar outra vez e tirei o curso de assistente dentária. (...)

Entrevistadora: Com que idade começa a trabalhar? Com que idade foi o seu primeiro trabalho?

Entrevistada: Com 20. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Entrevistadora: E quando foi a primeira vez que trabalhou, lembra-se?

Entrevistada: Lembro-me.

Entrevistadora: E quantos anos tinha?

Entrevistada: Ah, já tinha vinte e poucos. Durante a universidade eu não trabalhei, mas trabalhei sempre nas férias. Trabalhei bastante na freguesia, fazendo atividades comunitárias, fazendo preenchimento de inquéritos, plantar árvores e essas coisas todas, sempre trabalhei nas minhas férias.

Entrevistadora: E lembra-se desde que idade começou a trabalhar nas férias?

Entrevistada: Desde que fui para o secundário. Plantava árvores, era um grupinho que se reunia ali e, hoje, quando passo lá na minha aldeia onde eu cresci: «Está árvore foi plantada por mim.» É uma coisa que ficou, recorde de trabalhar assim. Agora, ganhar o meu dinheiro, foi depois dos 20 e tal, isso foi em um consultório médico.

Entrevistadora: Quando saiu da faculdade...

Entrevistada: Não, não! Ainda estava na universidade (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

O primeiro caso relata o percurso do entrevistado no país onde nasceu (Cabo Verde), antes de emigrar para Portugal, em 2013, já com 33 anos de idade, com uma escolaridade correspondente ao 10.º ano. O rendimento do trabalho constituiu a garantia da frequência do tipo de ensino pretendido, neste caso privado, sem onerar demasiado o orçamento familiar.

Os dois casos seguintes apresentam o mesmo tipo de preocupações e reportam-se à frequência do ensino universitário, demonstrando exemplarmente como as dificuldades económicas obstaculizam este tipo de projeto de futuro. Em ambos os casos, a entrada no ensino superior era um projeto, formalizado num registo onírico, mas a inserção no mercado de trabalho e a ausência de apoios financeiros acabaram por ter um efeito dissuasor para a sua concretização.

Portugal figura entre os países que têm menor percentagem de população ativa, entre os 25 e os 64 anos, com o ensino superior (PORDATA), ainda que entre 1992 e 2019 tenhamos passado de 10,5 % para 26,1 %, valor mais próximo da média europeia em 2019 que é de 31,4 %. Ainda assim, este incremento no acesso ao ensino superior manifesta-se socialmente seletivo, dada a não gratuitidade da frequência deste nível de ensino e apesar dos apoios atribuídos pelo Estado através dos serviços de ação social. Os inquéritos²⁵ realizados às condições socioeconómicas dos estudantes do ensino superior em Portugal continuam a evidenciar a sub-representação na frequência deste nível de ensino das categorias sociais com menores recursos culturais, verificando-se, no relatório mais recente (2017), a sobrerrepresentação dos estudantes inseridos em grupos domésticos com qualificações escolares mais elevadas.

O caso seguinte, enquadra-se no mesmo tipo de lógica, ainda que as várias incursões no mundo do trabalho relatadas não tenham produzido o mesmo efeito dissuasor relativamente a um percurso posterior no ensino superior, tendo apenas retardado o acesso:

Entrevistada: Estive a estudar durante um ano. Foi fazendo alguns trabalhos. Havia uma creche que pertencia à Santa Casa de Misericórdia. A minha mãe trabalhava na Santa Casa, porque queria fazer... Não tinha trabalho nessa área, então, ia durante umas horas por dia para a creche porque também me fazia bem e pronto, era isso. Estive ali um ano a fazer isso e depois também acabei por trabalhar numa creche, como auxiliar. Durante esses anos, sim, era mais isso, fazia esses trabalhos. Também trabalhei no lar, num lar de idosos, na secretaria, durante quase um ano e tal. À parte disso, ia tendo... ia fazendo trabalhos com uma associação cultural também, que era algo que

²⁵Trata-se de estudos desenvolvidos pelo CIES/ISCTE para a Direção Geral do Ensino Superior. O relatório de 2005 está disponível em <http://www.cpihts.com/PDF/Condicoes%20Socioeconomicas%20dos%20estudantes%20Portugueses.pdf> e o de 2017 em https://fronteirasxxi.pt/wp-content/uploads/2018/08/eurostudent_relatorio_nacional_final.pdf.

gostava e depois vim para cá [Lisboa]. Foram correndo esses anos, fazendo esses trabalhos. Trabalhei durante uns tempos no hospital, num gabinete lá no hospital de... encarregada de empregados, ... E vou tirar, há um curso que fui aceite, de Educação, mas é Educação de Infância. É Educação e vais ser professora, e eu não sei se esse curso dá para isso, mas vou. Eu vou ser feliz. E pronto, vim para cá, foi em 2012, 2013. 2012 talvez. Tinha 25, ia fazer 26. Sim, porque depois acabei nos 27, quase 28. Acabei o curso, eram três anos. Porque acabei o curso tinha quase 29. Sim, foi por aí. Tinha 25, sim, quando vim para cá. (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos)

Este depoimento demonstra bem o peso das disposições e da agência individual na superação dos constrangimentos decorrentes das dificuldades financeiras experienciadas pela família, tal como a forma como são assumidas algumas estratégias de enfrentamento dessa debilidade, que, neste caso, incluem inserções labirínticas no mercado de trabalho antes da continuação de estudos e o adiamento temporal do projeto de acesso ao ensino superior. Essas inserções no mercado de trabalho incluem várias atividades profissionais diferentes, para além do envolvimento cívico numa associação cultural.

Por outro lado, esta entrevista evidencia também uma tendência observada nas três últimas décadas de diversificação dos perfis sociais dos indivíduos que acedem ao ensino superior, ainda que os dados disponíveis continuem a demonstrar, como referimos anteriormente, assimetrias sociais neste acesso, que derivam de uma sub-representação dos alunos provenientes de famílias com menores recursos socioprofissionais, bem como o acesso menos frequente destes alunos a cursos tradicionalmente mais elitistas, como por exemplo as Ciências Médicas, as Engenharias ou o Direito (Mauritti, 2002). Neste caso, a entrevistada conclui uma licenciatura em Educação enquadrada nas Ciências Sociais, que é a área científica que se evidencia como a mais permeável à diversificação da origem social e aquela onde figuram mais jovens oriundos de famílias com menores recursos culturais e socioprofissionais, em especial mulheres.

3.2. Retorno à formação: entre a intensificação das qualificações e a promoção da empregabilidade

Como referimos anteriormente, uma das características que se salienta neste grupo respeita a um tendencial alongamento das trajetórias escolares dos indivíduos que o compõem, o que se verifica não apenas nos jovens, mas igualmente nos inquiridos mais velhos. Para alguns, os contextos desfavorecidos em que viveram obstaculizaram a continuidade dos estudos na idade ideal de frequência, pelo que, depois de adultos, retornaram à condição de estudante. Para outros, trata-se de uma formação profissional conducente à melhoria das qualificações e, em alguns casos, frequentada no âmbito de

programas enquadrados nas políticas ativas de emprego que visam aumentar a empregabilidade dos indivíduos.

De entre o primeiro grupo destacado anteriormente, composto por indivíduos que regressam aos sistemas formativos para intensificar as qualificações escolares, encontramos quatro entrevistados.

O primeiro caso reporta-se a um cidadão nascido em Cabo Verde, mas que emigrou para Portugal na década de '80, com 17 anos, tendo posteriormente, em 2019, regressado à escola para completar o 9.º ano de escolaridade.

Entrevistadora: O senhor XXXX tem 54 anos e diz que estas memórias que tem são de onde?

Entrevistado: De Cabo Verde. Em '82, quando vim para Portugal, resolvi trabalhar de dia e estudar à noite. Comecei a trabalhar na construção civil e comecei a estudar na preparatória onde podia fazer esse curso noturno. Acabei por não fazer todas as disciplinas porque havia disciplinas que eu tinha no primeiro tempo e chegava sempre atrasado. Eu trabalhava em Santo António dos Cavaleiros, tinha de descer de autocarro e andar a pé naquela zona. Então, havia disciplinas que chumbei por faltas. Depois deixei de estudar, acabei por não concluir isso. Já tinha a minha namorada, que é a mãe da minha filha mais nova.

Entrevistadora: Agora voltou a estudar novamente. Está a tentar fazer a equivalência a que ano?

Entrevistado: Ao 9.º ano. Me ajuda a entender algumas coisas na área da eletricidade, que eu dou um jeito em algumas coisas, mas há coisas que eu posso arriscar, mas antes não ia arriscar. Na canalização também, mas não tendo a carteira profissional, não há firma que me...
(P2.5_Amadora#2, sexo masculino, 54 anos)

Neste caso, a procura de ensino parece norteadada não por objetivos instrumentais relacionados com a melhoria da qualidade do emprego, mas por objetivos que têm em conta o desenvolvimento da expressividade individual, numa ótica de transformação de si e da sua forma de estar e de compreender o mundo. Este objetivo esteve presente tanto na procura de educação aquando da chegada a Portugal como mais recentemente, apesar das dificuldades que descreve de conciliação entre a atividade de estudante e de trabalhador, que justificaram o insucesso escolar aquando da primeira incursão no sistema educativo. Aliás, esta procura de educação como processo de transformação pessoal e de desenvolvimento de competências é relatada num outro momento da entrevista:

Entrevistado: Eu cheguei a escrever muitos erros quando comecei a escola e havia um senhor, que não sei se ainda é vivo, ele dizia: «Mas para que é que vais à escola? O que é que vais aprender?

Nasceste para burro, burro ficas.» ... Mas é assim, eu queria aprender, lutei para isso.
(P2.5_Amadora#2_masculino, 54 anos)

Este excerto demonstra bem o processo de afastamento deste entrevistado em relação ao que um ator das suas relações sociais considera ser um determinismo de classe. A expressão «nasceste para burro, burro ficas» exprime, por um lado, a previsão de uma impossibilidade de sucesso escolar tendo em conta a ausência de disposições individuais e socioculturais necessárias para a apropriação dos saberes escolares apontando, por outro, para a inutilidade de um investimento pessoal num projeto escolar, tendo em conta justamente o lugar de classe onde o entrevistado nasceu, ou seja, os recursos sociais e culturais da família de origem. Todavia, a expressão «eu queria aprender, lutei para isso» denuncia a importância do património de disposições e de competências que o indivíduo possui (Lahire, 1998) e que, uma vez acionado, lhe permite ultrapassar os constrangimentos que derivam da sua posição na estrutura social e das expectativas sociais associadas a um percurso provável tendo em conta essa posição.

Num outro caso, a situação é semelhante. Contudo, o entrevistado vem para Portugal em 1975, com 18 anos, regressando à escola passado um ano, sem ainda assim concluir a escolaridade:

Entrevistador: Lá em Cabo Verde, foi até à 3.ª classe. E depois, mais tarde...

Entrevistado: Mais tarde, fui aí tirar a 4.ª classe.

Entrevistador: E lembra-se de que idade tinha?

Entrevistado: Quando eu tirei a 4.ª classe, já tinha aí os seus 16/17 anos. Cá também estudava, mas como era no segundo ano, não continuei. Deixei...

Entrevistador: Por que é que resolveu não continuar os estudos?

Entrevistado: Não me convinha ir para as aulas, pois já estava muito maior, mas trabalhava... Não tinha tempo de ir para as aulas de noite. Saía aí um quarto para a meia-noite...

Entrevistador: E gostaria de ter estudado mais, ou não?

Entrevistado: Não, já nunca pensei nisso... (P2.5_Lisboa, sexo masculino, 62 anos)

Este depoimento remete para a dificuldade de conciliação das responsabilidades profissionais com o estudo, neste caso noturno, e, possivelmente, para o problema da dificuldade de integração no universo escolar. Em nosso entender, a questão da relação das minorias étnicas com a escola deve ser perspectivada no contexto da relação das classes desfavorecidas com a cultura escolar. A investigação tem evidenciado que os jovens de origem africana estão mais sujeitos à exclusão escolar. Esse processo tem de ser compreendido a partir dos contextos em que vivem e que são, igualmente, contextos de

segregação territorial – o bairro – e escolar, visto que, tal como acontece aos alunos ditos brancos com mais dificuldades escolares, tendem a ser encaminhados para escolas, turmas e fileiras menos prestigiadas no sistema de ensino (Machado, Matias & Leal, 2005) e expostos a programas escolares e práticas educativas homogeneizadoras, pouco permeáveis à diversidade cultural e à construção de aprendizagens significativas.

Neste grupo, encontramos ainda o caso de uma mulher que prioriza a aprendizagem na educação escolar, pressentindo-a como um instrumento de construção de possíveis processos de mobilidade social e territorial:

Entrevistadora: A senhora acha que a sua vida seria melhor se tivesse continuado a escola?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E por que tem essa opinião?

Entrevistada: Porque acho que, pronto, mudava de... acho que estava a morar noutra aldeia ou assim, diferente. Tinha um emprego, tinha outra vida, e assim eu metida aqui não se aprende nada.

Entrevistadora: Percebi. E diga-me uma coisa, mais tarde voltou aos cursos profissionais para tirar o 9.º ano, como me disse.

Entrevistada: Foi.

Entrevistadora: E com que idade entrou, para completar o 9.º ano?

Entrevistada: Eu acho que já tinha para aí 28 ou 29 anos já. Já foi há muito tempo, já!

Entrevistadora: Só fez esse curso para tirar o 9.º ano?

Entrevistada: Só, só.

Entrevistadora: E esse curso que a senhora está a fazer agora é o quê?

Entrevistada: É de apicultura.

Entrevistadora: Não é um curso profissionalizante?

Entrevistada: Não, não!

Entrevistadora: E por que é que a senhora quer fazer esse curso?

Entrevistada: É que pelo menos eu distraio.

Entrevistadora: É para sair de casa?

Entrevistada: Sim, sim. (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo feminino, 43 anos)

Para esta entrevistada, o acesso à educação teria permitido construir um outro projeto de vida, noutra lugar e com melhores oportunidades de emprego, mas as circunstâncias familiares não o permitiram. A expressão «assim eu metida aqui não se aprende nada» denuncia um processo de não identificação com o lugar, apreendido subjetivamente como um espaço com poucas oportunidades de

desenvolvimento pessoal. A procura de educação não é norteada por objetivos instrumentais, mas por objetivos expressivos que colocam a tónica na aprendizagem, sendo encarada como uma forma de ocupação e de obtenção de algum sentido para a sua vida. Este depoimento também ressalta as assimetrias internas do nosso país, onde, no plano socioeconómico e cultural, as dinâmicas do mundo rural se têm mantido afastadas das alterações que têm ocorrido no mundo urbano, o que tem intensificado processos migratórios que contribuem para acentuar o envelhecimento da população residente e o despovoamento dos lugares. Daí que estes territórios de baixa densidade apresentem poucas oportunidades de desenvolvimento das qualificações escolares e profissionais com impacto no modo de vida dos seus habitantes, o que contribui para reforçar as desigualdades sociais no país.

Por último, enquadrado na perspetiva da procura de uma educação norteada pela intensificação das qualificações escolares, encontramos uma jovem que regressa à escola para aumentar as classificações escolares, de forma a enfrentar a competitividade no acesso ao ensino superior:

Entrevistada: Estive ali um tempo assim parada neste ano, sim. Fui tentando fazer melhorias, inscrevi-me outra vez para não perder aulas, mas tive explicações de Matemática para ter melhoria. Agora podias perguntar-me para quê. Ao certo, não sei. Os meus pais aconselharam e eu fiz. Estive a estudar para o exame nacional de Matemática e de Biologia, acho que era Biologia, já não me recordo. Foi bem pior do que o ano... estive a estudar durante um ano, fui fazendo alguns trabalhos...

(...)

E vou tirar, há um curso que fui aceite, de Educação, mas é Educação de Infância. É Educação e vais ser professora, e eu não sei se esse curso dá para isso, mas vou. Eu vou ser feliz. (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos).

Este depoimento, já apresentado parcialmente, revela bem como a escola se pode constituir como um espaço de competição onde as restrições de acesso ao ensino superior parecem provocar em muitos alunos esforços escolares acrescidos, de forma a garantir a concretização de projetos e aspirações que passam pela posse de um diploma do ensino superior. A estratégia de repetição de ano para melhoria de notas, pelo menos especificamente em certas disciplinas consideradas nucleares para esse prosseguimento de estudos (neste caso, a Biologia e a Matemática), parece resultar de uma competição exacerbada neste nível de ensino e transforma o percurso escolar num verdadeiro «percurso de combatente», como sugeriu Perrenoud (1994), onde o «essencial é "ultrapassar" as provas, fazer boa figura face à avaliação do *momento*» (p. 80). Para o sucesso desta estratégia contribui o recurso às explicações particulares, de forma a garantir um melhor posicionamento para fazer face à seletividade no

acesso ao ensino superior. Por outro lado, em contextos de massificação escolar, o trajeto dos alunos dentro do sistema educativo é configurado não tanto a montante da escola, mas durante o seu percurso escolar. Tal significa que a origem social do aluno não fixa hoje de forma linear e determinística esse percurso, mas antes que se associa, de forma complexa, a orientações escolares trilhadas segundo um princípio de «orientação negativa» (Dubet, 1996, p. 501), onde o leque de possibilidades de escolhas escolares futuras por parte dos alunos fica subsidiário das características do seu desempenho escolar e do que este lhes permite. No caso relatado pela inquirida, é visível isso mesmo, na medida em que se percebe pela expressão «mas é Educação de Infância» que a escolha da área de estudos parece ter sido condicionada pelos resultados escolares obtidos nas disciplinas frequentadas.

Uma formação direcionada para a promoção de competências que aumentem a empregabilidade foi frequentada por três inquiridas:

Entrevistada: Andei na escola até ao 9.º ano. Mas o 9.º ano fiz. Eu andei na escola, no ciclo, até ao 6.º ano. Depois o 9.º ano eu fiz aqui num curso de geriatria.

Entrevistadora: Ah, foi depois então.

Entrevistada: Depois, já agora, há uns seis anos atrás.

Entrevistadora: Então na primeira tentativa foi até ao 6.º, durante a infância?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Então, fez o 9.º ano, o curso de geriatria e fez um estágio? O curso durava 15 meses, é isso?

Entrevistada: A escola e o curso foram 15 meses.

Entrevistadora: Era remunerado?

Entrevistada: Não, não.

Entrevistadora: Num lar de idosos?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Quanto tempo, mais ou menos, estagiou?

Entrevistada: Um mês.

Entrevistadora: E gostou?

Entrevistada: Gostei muito.

Entrevistadora: Mas não conseguiu depois trabalho?

Entrevistada: Não, não consegui, também porque depois... Eu, sim, eles davam-me trabalho, porque eu tive bons valores, eu tive tudo, com respeito a trabalhar, tive tudo cinco. Éramos seis, eu fui a única que levei tudo cinco. Em respeito a trabalhar, é... Só que depois, entretanto, eles

gostaram do meu trabalho, só que o problema aqui é o transporte. (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo feminino, 46 anos)

Entrevistada: É assim, eu na altura eu fui tirar um curso de Arqueologia. Pensava acabar o curso e ir para a faculdade, mas depois, consoante as dificuldades financeiras que ultrapassava com os meus pais, acabei a escola e decidi trabalhar para ter dinheiro para as minhas coisas e então deixei a faculdade um pouco de parte e deixei esse sonho um bocado de lado. Em diante, comecei a trabalhar em restauração, lavar loiça, ajudante de cozinha, fui trabalhar para fábricas (para duas fábricas na altura) e sempre tive a ambição de ir para a faculdade, mas antecipei sempre. Vou para o ano, vou para o ano, vou para o ano. Entretanto, decidi estudar outra vez e tirei o curso de assistente dentária. Tirei o curso durante um ano e meio, em que tinha que pagar o curso. Saí de casa dos meus pais, vivia num quarto alugado. Entretanto, deparei-me com o desemprego (...) (P2.2_Porto, exo feminino, 26 anos)

Entrevistada: [resposta a um diálogo sobre até que ano andou na escola, 4ª classe] Tinha 12. Foi na altura que fui trabalhar, quando larguei a escola para trabalhar e saí. Foi nessa altura.

Entrevistadora: Quando voltou a estudar?

Entrevistada: Sim, fiz o 6.º e o 7.º noturno, na altura. E depois, agora mais tarde, já com 30 e tais, fiz o 2.º ano. Fiz o 9.º, porque aquilo era por fases. Fiz o 9.º, o 10.º. Até o 10.º, 12.º.

Entrevistadora: Então o 6.º e o 7.º fez em que fase da sua vida?

Entrevistada: Tinha eu o quê? 22 anos, mais ou menos. Fiz o 6.º e o 7.º. E depois, quando eu trabalhava na casa de uns senhores, e trabalhei lá por quase quatro anos, fiz o 9.º, 8.º e o 9.º. Isso noturno também, trabalhava e ia fazer. Mas não recebia nada. Nessa altura, eles não davam dinheiro nenhum nos cursos. Fiz até o 8.º e o 9.º. Depois mais tarde, aqui para aí há três anos, três/quatro anos, mais ou menos, é que fiz o 10.º, 11.º e 12.º. Depois de um ano ou dois, mais ou menos, foi quando fiz o curso técnico de ação educativa, aí mais um ano e meio. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

No contexto das transformações tecnológicas e económicas no mercado de trabalho, a estratégia europeia para o emprego²⁶ tem perspectivado a formação como uma medida fundamental para aumentar a empregabilidade, podendo essa formação assumir diferentes formas com impactos diferenciados na trajetória dos que a frequentam.

²⁶ https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/file_import/european-semester_thematic-factsheet_active-labour-market-policies_pt.pdf.

Nos três casos aqui apresentados, as entrevistadas frequentaram cursos de formação profissional: a primeira na área da geriatria, a segunda um curso de assistente dentário e a terceira concluiu um curso técnico de ação educativa depois de ter completado o ensino secundário. Se tivermos em conta a situação profissional atual, a primeira não exerce atividade profissional (é doméstica), a segunda está desempregada e aufera o Rendimento Social de Inserção (RSI) e apenas a terceira trabalha na área, depois de ter concluído, com cerca de 40 anos de idade, o curso disponibilizado pela Câmara Municipal da sua zona de residência.

Sem escamotearmos a importância da formação e da requalificação profissional como medidas de combate à exclusão social, tem-se verificado uma tendência para a acumulação de cursos profissionais sem que essa formação se traduza muitas vezes numa integração qualificada e permanente no mercado de trabalho (Furlong & Cartmel, 1997), como no caso de duas das entrevistadas. Os sistemas de formação tendem a criar condições e modalidades de afetação dos indivíduos a certas categorias jurídicas da formação que podem não ter correspondência em categorias socioprofissionais, e, não sendo reconhecidas no mercado de trabalho, não poderão ser transmutadas em condições laborais efetivas (em termos salariais e de progressão de carreira) de forma que os indivíduos ocupem no mundo do trabalho uma posição conforme às qualificações adquiridas. Por outro lado, como referimos anteriormente, a flexibilização nos mercados secundários de trabalho, decorrente das necessidades de competitividade e de adaptação às flutuações da procura, tem conduzido à proliferação de formas precárias de emprego e ao aumento do desemprego, à revelia da formação profissional adquirida.

Aliás, os percursos escolares mais prolongados e os retornos à escola não têm impacto, pelo menos nos casos analisados, na saída da situação de pobreza. O que significa que, contrariamente à crença veiculada pelas políticas de educação e formação, o incremento das qualificações escolares não funciona necessariamente como antídoto para as situações de pobreza e exclusão social. Os dados disponíveis em diferentes investigações evidenciam uma relação clara entre os níveis de escolaridade e de pobreza, mas alguns destes discursos revelam que, por detrás desta regularidade, se escondem situações singulares onde a pobreza atinge também pessoas mais escolarizadas.

Em suma, neste perfil, a idade média de transição para o trabalho é de 16 anos, sendo que os entrevistados permanecem na escola, em média, durante nove anos. Os motivos que justificam a saída da escola ou a interrupção temporária das trajetórias escolares são variados:

- i) alguns alegam ter abandonado a escola para contribuir com o seu trabalho para a sobrevivência da pequena exploração agrícola familiar;
- ii) para outros, o abandono precoce da escola justificou-se pela necessidade de assegurarem o orçamento familiar e a sobrevivência do grupo doméstico;

- iii) noutros casos, a aposta em trajetórias escolares mais longas exigiu uma inserção laboral que permitisse contribuir para suportar os custos inerentes ao investimento na escolaridade.

Vejamos agora os contornos que assumem os processos de transição familiar: saída de casa dos pais e entrada na conjugalidade e na parentalidade.

3.3. Transições familiares

Como referimos anteriormente, a par do modelo clássico de família, encontramos neste perfil outras formas de estruturação das ligações afetivas.

Uma das questões com que nos deparamos neste grupo prende-se com o facto de alguns dos enredos biográficos que encontramos nos indivíduos pertencentes à mesma geração (de nascimento ou de transição familiar) serem diversificados e nem todos conformes ao que se considera ser um percurso de vida normal, isto é, baseado numa estrutura doméstica constituída com base no modelo tradicional de família: casal, unido pelo casamento, com filhos.

Entre os inquiridos, este modelo familiar apenas caracteriza a situação familiar de uma entrevistada²⁷, sendo as restantes situações muito diversificadas:

- i) um casal vive em união de facto sem filhos;
- ii) cinco casais vivem em união de facto com filhos;
- iii) duas famílias monoparentais, femininas, com filhos;
- iv) uma família recomposta, com filhos;
- v) duas famílias unipessoais sem uniões anteriores e sem filhos;
- vi) uma família unipessoal com união afetiva anterior e com filhos de outras uniões;
- vii) uma inquirida já vivenciou processos de autonomização residencial, mas agora coabita com os pais, no contexto de uma família nuclear.

O quadro seguinte sistematiza os principais marcadores sociais dos processos de transição para a vida adulta.

Quadro 3 - Especificidade das transições familiares dos inquiridos no Perfil 2.

Transição familiar

²⁷ De notar que nesta dimensão das transições familiares apenas consideramos a situação de 14 dos 22 inquiridos neste perfil. Tivemos como critério de seleção não a idade, mas antes a existência na trajetória trilhada de pelo menos uma experiência de autonomia residencial em relação à família de origem.

Entrevistado	Década de nascimento	Idade autonomia residencial	Idade conjugalidade	Idade parentalidade	Situação atual
P2.5_Guimarães	60	24 anos	-	-	solteira
P2.5_Lisboa	50	18 anos	-	-	solteiro
P2.5_Amadora#1	70	21 anos	21 anos	21 anos	divorciada
P2.5_Amadora#2	60	17 anos	22 anos	23 anos	solteiro
P2.4_Lisboa#2	50	-	20 anos	20 anos	união de facto
P2.5_Vila Pouca de Aguiar	70	21 anos	21 anos	21 anos	divorciada
P2.4_Lisboa#1	80	18 anos	27 anos	30 anos	união de facto
P2.3_Vila Pouca de Aguiar #2	70	36 anos	33 anos	34 anos	união de facto
P2.3_Boticas	80	16 anos	20 anos	21 anos	união de facto
P2.4_Boticas	60	18 anos	54 anos	-	união de facto
P2.3_Aljustrel	70	16 anos	16 anos	16 anos	união de facto
P2.4_Almada	80	18 anos	20 anos	-	união de facto
P2.2_Porto	90	16 anos	-	-	solteira
P2.3_Vila Pouca de Aguiar #1	70	21 anos	21 anos	23 anos	casada

No que diz respeito a transição familiares, encontramos, como referimos, uma diversidade de orientações que, em termos gerais, passam por novas formas de viver a conjugalidade: alguns entrevistados relatam uma «dissociação entre procriação e casamento formal» (Guerreiro, Torres & Lobo, 2007, p. 14), outros uma conjugalidade que não surge necessariamente articulada com a parentalidade, outros ainda processos de autonomização residencial que nem sempre são edificados no casamento ou na união conjugal e, por fim, alguns revelam a existência de unidades residenciais constituídas por

peessoas sós que denunciam o aparecimento de projetos e estilos de vida alternativos à construção da conjugalidade.

3.3.1. Processo de autonomização residencial: o impacto da precariedade laboral

Tal como a entrada no mercado de trabalho ou a assunção de papéis familiares, a saída de casa dos pais constitui um evento típico nas transições para a vida adulta. No caso do perfil dos reformados, percebemos que a saída de casa dos pais coincidia temporalmente com a entrada na conjugalidade através do casamento. Neste grupo, temos 11 entrevistados que saíram de casa dos pais entre os 16 e os 24 anos, uma que saiu aos 36 anos, já com companheiro e filhos, e uma que nunca saiu porque coabitou com os pais e, após o falecimento destes, ficou a residir na casa da família. De entre os que saíram da casa dos pais, quatro fizeram-no para dar início a uma união conjugal com filhos, sendo que os restantes saíram ou na sequência de processos migratórios (três imigrantes e um emigrante) ou para estudar na cidade mais próxima (duas entrevistadas).

Para uma das entrevistadas, as fronteiras entre o percurso de escolaridade e o percurso laboral são fluídas e a cada percalço na sua inserção no mercado de trabalho havia um retorno a casa dos pais. Destacamos este percurso por ilustrar exemplarmente a ténue existência de oportunidades laborais para os jovens nas sociedades atuais e a debilidade do Estado Social nos apoios aos processos de transição para a idade adulta.

A entrevistada abaixo tem 26 anos e, no momento da entrevista, estava novamente desempregada e a viver em casa dos pais, depois de várias tentativas de construir um processo de independência e de várias incursões no mercado de trabalho:

Entrevistadora: Já por diversas vezes saiu de casa dos pais?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: A primeira vez deu-se quando?

Entrevistada: A primeira vez deu-se aos 16, quando fui estudar. Voltei depois, penso que foi com 21, na altura. Vim a fazer os 21.

Entrevistadora: Com quem foi viver, nessa altura?

Entrevistada: Nessa altura, fui viver para casa de um casal amigo. Ele, na altura, até trabalhava fora e ficava em casa os dias todos, então acabou por me alugar lá um quarto.

Entrevistadora: Por que motivo saiu, na altura?

Entrevistada: Eu, na altura, saio de casa dos meus pais porque, lá está, tinha aquela coisa de ser independente e era uma casa com muita gente.

Entrevistadora: Como se sustentava, nessa altura?

Entrevistada: Eu trabalhava e ganhava bem, até. Na altura, ganhava 700/800 euros. Na altura em que saí de casa dos meus pais, até ganhava bastante. Pagava o quarto, que era 150, e depois, lá está, tinha as minhas despesas com o meu carro, com gasolina.

Entrevistadora: Depois teve de regressar?

Entrevistada: Depois tive que regressar, sim.

Entrevistadora: Para casa dos pais?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Depois fiquei desempregada, perdi o subsídio de desemprego.

Entrevistadora: Depois volta a sair?

Entrevistada: Depois volto a sair passado dois anos.

Entrevistadora: Para?

Entrevistada: Para ir trabalhar para o Algarve.

Entrevistadora: Para o Algarve e agora regressa outra vez. Sempre que está numa situação de desemprego é forçada a voltar para casa dos pais. Portanto, não casou, não construiu nenhuma vida conjugal com ninguém. Acha que os rendimentos que tem atualmente são suficientes para responder às suas necessidades?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Portanto, têm de ter alguma ginástica para fazer uma gestão dos vossos rendimentos. Neste momento, a XXXX não recebe rigorosamente nada, vive só com ajuda dos pais?

Entrevistada: Sim

Entrevistadora: Também não têm uma vida muito fácil. Diariamente, percebe esta necessidade da falta de rendimentos, é confrontada diariamente com...

Entrevistada: É complicado, eu estou numa fase em que eu tenho 26 anos. Eu gostava de, por vezes, por exemplo, ir passear, comprar uma roupa, querer ir viver sozinha, comprar um carro, que eu não tenho – ando com o do meu irmão. Pequenas coisas que precisamos para nos fazermos à vida, para o nosso dia-a-dia, coisas que eu não consigo ter porque não tenho emprego. E, mesmo assim, eu, tendo um emprego, poderei ter dinheiro para esses pequenos luxos, mas não tenho dinheiro para ter uma independência. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Este longo excerto ilustra bem a complexidade inerente à transição para a vida adulta desta jovem e demonstra como a construção da independência de que fala fica subsidiária da sua situação laboral e da obtenção de rendimentos. A entrevista demonstra ainda exemplarmente como esta dificuldade se

repercute nos projetos e processos de formação de uma família. O alongamento da trajetória escolar (neste caso, conclusão do 12.º ano seguida da conclusão de um curso de formação tecnológica) não tem correspondência com o emprego obtido e a precariedade dos empregos conseguidos obrigam esta jovem a alternar períodos de independência com períodos de dependência em relação à família de origem. Aliás, a precariedade das suas situações laborais e os baixos salários que auferia nessas experiências permitiam-lhe ter acesso a alguns bens de consumo, que a jovem qualifica como «luxos», mas não construir de forma perene, como refere, um processo de autonomização.

Os episódios de saída de casa dos pais e a impossibilidade de suportar os custos económicos com a habitação levam à construção de soluções que passam, transitoriamente e enquanto o rendimento o permite, pela coabitação com amigos, prática que se tem tornado muito comum nos processos de autonomização residencial dos jovens em relação à família de origem (Nilsen, Guerreiro & Brannen, 2002). Esta família, dados os fracos recursos de que dispõe, não consegue ajudar a sustentar esse processo de autonomização, mas disponibiliza o alojamento para que a jovem possa enfrentar as dificuldades temporárias o que, como refere Vasconcelos (2002), constitui uma das poucas práticas de *grande ajuda* que as classes sociais mais desfavorecidas conseguem disponibilizar pois, grosso modo, estas categorias sociais desenvolvem estratégias de solidariedade familiar mais relacionadas com o *pequeno apoio quotidiano*. No entanto, a investigação tem dado conta de que estes processos de precariedade laboral recorrente podem, para os jovens das classes sociais mais desfavorecidas, consubstanciar «transições precárias» que se tendem a prologar no tempo e a originar «padrões de vida também precários, híbridos e transitórios» (Guerreiro & Abrantes, 2007, p. 162) e a aprofundar e perenizar situações de vulnerabilidade social, em muitos casos associadas a situações de transmissão intergeracional de pobreza.

3.3.2. Transição para a conjugalidade

A diversidade de práticas sociais a propósito do casamento e da união conjugal é, como referimos, uma das características que se salientam neste grupo. Como têm demonstrado historiadores e sociólogos, a tendencial diluição do modelo de família patriarcal está relacionada com movimentos de privatização, sentimentalização e democratização das ligações familiares (Ariés, 1988; Giddens, 1996). A privatização das relações familiares refere-se à possibilidade de os indivíduos agirem para além das determinações sociais, de acordo com os seus interesses e objetivos na escolha do cônjuge, nas formas de organização da vida doméstica e na educação dos filhos. Este movimento liga-se ao processo de sentimentalização das relações familiares, em que a qualidade dos laços afetivos tende a sobrepor-se a outros critérios de união, o que também tem contribuído para que a formalização institucional das relações conjugais se torne menos valorizada (Singly, 2007). A alteração do estatuto da mulher – na decorrência, por exemplo,

do seu acesso à educação e ao mercado de trabalho, bem como das lutas pelo reconhecimento social dos seus direitos – tem também conduzido a uma alteração do seu lugar na família, devido a uma crescente mudança nos papéis tradicionais de género, e também para a sustentação de sistemas normativos que tendem a valorizar a expressão individual e a vida familiar partilhada (Singly, 2007).

A análise das entrevistas permite identificar uma diversidade de valores e de práticas associados à união conjugal, designadamente a perspetiva acerca da relação entre os géneros, as funções associadas a cada papel familiar ou a interpretação que os indivíduos veiculam acerca do peso das pressões e dos constrangimentos sociais.

Uma das aceções que encontrámos em relação às dinâmicas da conjugalidade remete para o que consideramos ser, na linha de Torres (2002), uma conjugalidade de tipo «institucional»:

Entrevistada: É assim, eu andava com ele, mas eu não queria. Eu gostava dele era como amigo. E então, na altura, a minha mãe não queria... queria casar os filhos, então casou-me.

Entrevistadora: Com que idade?

Entrevistada: Aos 21.

Entrevistadora: 21...

Entrevistada: Eu depois, entretanto casei-me, não me esquece, foi no ano de 1991, dia XXXX de Abril, foi. Depois passada três meses de casada, engravidei do meu filho mais velho, nem chegou aos três meses. Ia fazer um ano de casada, nasce o meu mais velho. Nasceu dia XXXX de Abril, em 199X, e eu fazia um ano de casada nesse mesmo mês. Dia XXXX de Abril fiz um ano de casada. Praticamente não tive tempo nenhum de...

Entrevistadora: Nessa época, ele trabalhava, ele é que tinha a renda da casa?

Entrevistada: Sim, trabalhava nas obras e não me deixava trabalhar. Mas, entretanto, quando me casei, quando o miúdo nasceu, fomos para a XXXX [país estrangeiro] (...) Entretanto, como eu vim embora, o meu ex-marido não quis lá ficar. Porque se ele lá ficasse, a vida era diferente, não era? Ele trabalhava, mandava dinheiro... Ele não, veio atrás de mim. E foi na altura que eu me separei dele, porque ele batia-me, emborrachava-se, porque ele tinha ciúmes de mim. Passei um mau bocado. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

Entrevistada: [Vivia só com o seu marido em casa?] Sim, só nós dois.

Entrevistadora: Como é que vocês se sustentavam?

Entrevistada: Era ele.

Entrevistadora: Ele?

Entrevistada: Era ele, já com o ordenado dele. Porque eu não tinha nada, não é? Depois nasceu a nossa filha mais velha e era ele que sustentava tudo, depois era leite. Eu dei os peitos tanto a uma como a outra, mas era fraldas, era comidinha e tudo para a menina e tudo era ele que sustentava, como é agora, é ele, não é? Porque eu não tenho recursos nenhuns, é ele. (P2.3_Boticas, sexo feminino 38 anos)

Entrevistadora: E como é que se sustentava, como é que passou a se sustentar? Porque até então era sustentada pelos seus pais.

Entrevistada: Sim, depois ele começou a trabalhar.

Entrevistadora: O seu esposo?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E alguma vez, desde que saiu de casa dos seus pais, teve de regressar para casa deles?

Entrevistada: Não, não... (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#2, género feminino, 43 anos)

No primeiro depoimento, percebemos o peso das pressões familiares para a concretização da união conjugal, como se esta fosse um «destino natural» (Torres, 2002, p. 579) da mulher e uma condição necessária para a sua sobrevivência, existência e afirmação social. Contudo, nos três depoimentos percebem-se os valores tradicionalistas inerentes à lógica da união conjugal, estruturados segundo uma diferenciação naturalizada das funções desempenhadas pelo homem – funções instrumentais que asseguram a obtenção dos recursos económicos – e pela mulher – funções expressivas que englobam as tarefas domésticas e o cuidado dos familiares.

Enquanto o segundo e terceiro depoimentos denunciam uma aceitação tácita desta divisão dos papéis e das responsabilidades familiares, no primeiro depoimento, a entrevistada envereda pela separação como forma de escapar a um contexto de enorme violência:

Entrevistadora: E depois, quando vocês se separaram, houve algum momento em que voltou a viver em casa dos seus pais?

Entrevistada: Não, não me aceitaram. Não queriam que eu vivesse lá.

Entrevistadora: Depois da separação?

Entrevistada: [A minha mãe] não queria que eu me separasse na altura, e disse-me: «O teu pai não te quer em casa.» E eu disse: «Ó mãe, o que é que eu vou fazer?» «Desenrasca-te.» E assim eu fiz. Estive um mês a viver na casa da minha irmã, que está na XXXX [país] e tem apartamento lá em cima, e depois, entretanto aluguei uma casa, porque eu o deixei... Na altura que eu me separei, eu

estava a viver num apartamento que estava arrendado no meu nome, está a perceber? E eu queria que ele saísse, e ele não saiu. E eu disse-lhe: «Então, já que tu não queres sair, fica com teus filhos aqui dentro de casa, que eu não tenho para onde os levar e, entretanto, eu vou resolver a minha vida e venho buscá-los.» Quando fui para ir buscá-los, ele fugiu com eles para Lisboa, porque ele tem irmãs em Lisboa. E, na altura, quando eu descobri que ele estava em Lisboa, fui ao tribunal e disse: «Olha, ele fugiu com eles para Lisboa e no entretanto ele não nos entregou como foi destinado pelo tribunal. Ainda estive ali desde Setembro do ano de 2001 até ao ano a seguir, em Abril, sem meus filhos. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos).

Este excerto ilustra exemplarmente não só as pressões familiares para a manutenção da relação conjugal enquanto «compromisso para a vida inteira» (Torres, 2002, p. 578), mas até a ausência de apoio e de solidariedade familiar em caso de dissolução da relação conjugal e a forma distinta como as diferentes gerações lidam com o problema (o apoio que a entrevistada teve foi de uma irmã), evidenciando também as dificuldades e o sofrimento pessoal associados a essa dissolução e a difícil gestão desse processo que nem sempre prioriza o bem-estar das crianças.

Noutro caso relatado, parece existir uma relação conjugal menos diferenciada sexualmente, pelo menos no que toca à função instrumental que também é exercida pela mulher. Para esta entrevistada, a qualidade da relação conjugal parece ser aferida pela partilha de afetos, sendo «na perspectiva da partilha romântica e do amor que surge a ideia de ter filhos» (Torres, 2002, p. 579):

Entrevistadora: Já trabalhava quando casou?

Entrevistada: Já trabalhava, sim.

Entrevistadora: Tinha a sua autonomia financeira?

Entrevistada: Sim, sim, sim.

Entrevistadora: E então?

Entrevistada: Tive momentos bons com ele. Foi um casamento de cinco anos. n'é? Depois dos cinco anos para lá, as coisas começaram a... a piorar n'é?

Entrevistadora: E como é que foi esse momento da vida?

Entrevistada: Ai, foi bom! Porque quando casei já ia grávida, n'é?

Entrevistadora: Umum.

Entrevistada: E foi um filho desejado. Foi um momento muito bom. (P2.5_Amadora#1, sexo feminino, 41 anos)

Numa relação regida pelo ideal do «amor confluyente» (Giddens, 1996), a durabilidade depende do bem-estar afetivo e emocional (Torres, 2002), como nos é relatado pela entrevistada, decorrendo a separação da quebra da ligação afetiva inerente à conjugalidade, ainda que com importantes impactos no projeto e forma de vida:

Entrevistadora: Essa separação alterou alguma coisa na sua vida?

Entrevistada: Alterou.

Entrevistadora: E pode partilhar connosco o que é que alterou?

Entrevistada: Para já, eu vou ser sincera, depois começou a cair um ordenado em casa. Foi muito complicado. O XXXX tinha quatro anos na altura, n'ê? Fiquei, entre aspas, com um encargo. Ele embora sempre deu pensão alimentar. Ele é um bom pai, só tenho que dizer. Mas é totalmente diferente.

Entrevistadora: O que é que é diferente?

Entrevistada: Quando, por exemplo, tens uma pessoa ao teu lado, tens dois ordenados que caem em casa. É totalmente diferente quando de repente te deparas com uma criança, um bebé de quatro anos, com um ordenado baixo, n'ê? Que foi o meu caso. (P2.5_Amadora#1, sexo feminino, 41 anos)

Em famílias já fragilizadas economicamente, o divórcio (um dos três D's da pobreza) pode constituir um fator de intensificação da pobreza, como nos é relatado pela entrevistada, apesar do cumprimento das responsabilidades parentais por parte do progenitor masculino.

Segundo a PORDATA, entre 1992 e 2019, o número de agregados monoparentais mais do que duplicou, sendo que destes, em 2019, 85,2 % correspondiam a agregados femininos. Segundo o INE²⁸, em 2019, a pobreza aumentou para os agregados com crianças dependentes «sobretudo no caso dos agregados constituídos por um adulto com pelo menos uma criança dependente (33,9 %) e naqueles constituídos por dois adultos com três ou mais crianças dependentes (30,2 %).» É nos agregados monoparentais que a pobreza mais cresce, comparativamente com os outros agregados e com os reformados, o que também denuncia a debilidade do Estado Social no apoio à infância e juventude, comparativamente ao apoio dado aos idosos. Aliás, esta é uma debilidade estrutural do modelo de providência do Sul da Europa, que é caracterizado por uma relativa sobreproteção dos idosos e um subdesenvolvimento dos benefícios concedidos às famílias (Ferrera, 2000), contrariamente a outros modelos de Estado Social, designadamente o modelo social-democrata característico dos países escandinavos.

²⁸ Inquérito ao Rendimento e Condições de Vida, 2019, dados provisórios.

Contudo, para um dos agregados encontrados, a separação não tem o peso negativo nem as consequências económicas gravosas antes relatadas, sendo, pelo contrário, perspetivada como uma libertação de uma situação opressora não apenas do ponto de vista emocional, mas também económico:

Entrevistadora: Como sente que essas duas separações alteraram a sua vida? Vamos falar primeiro da primeira. De que forma sentiu que ela alterou a sua condição financeira no seu dia-a-dia?

Entrevistada: Óbvio, exato. Melhorou muito, não tem nada a ver. Porque eu era uma senhora que administrava. Ninguém tocava naquilo que eu ganhava. Eu já dividia x para aqui, x para lá, x para acolá, o que sobrava é para nossos alimentos. Eu sabia que daí minha vida mudou, mudou e muito.

Entrevistadora: Melhorou então?

Entrevistada: Muito, não tem nada a ver. Porque administrar o nosso próprio dinheiro e não ter ninguém que o gaste é totalmente diferente. Não tem nada a ver.

Entrevistadora: Porque, no seu primeiro casamento, o seu ex-marido não a deixava trabalhar e ainda gastava o que ia para o orçamento doméstico.

Entrevistada: Exatamente. E depois tirava-me o dinheiro e depois punha-me às dívidas, está a perceber? «Olha, eu preciso de dinheiro, por exemplo, para uma bateria.» Porque na altura tinha carro, que até me deixou a dívida do carro, que ainda estava para pagar. Foi um crédito que ele fez. Eu disse: «Ficas com o carro e eu não pago o crédito.» E eu disse-lhe a ele: «Ficas com o carro e pagas tu a dívida.» Mas ele não pagou e na altura eu não sabia o que fazer, bloqueei. Eu gosto pouco de me lembrar do passado... (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

Neste caso, a separação possibilitou criar maior certeza e previsibilidade na gestão do fraco orçamento familiar e equilibrar melhor a relação entre as despesas e as receitas.

O alongamento da escolaridade e a instabilidade do mercado laboral estão na base de modos mais informais de conjugalidade e também do que se tem apelidado, para designar a existência de experiências afetivas prévias à conjugalidade, de *experimentalismo amoroso* (Guerreiro & Abrantes, 2007):

Entrevistadora: Então a tua primeira experiência conjugal foi com o atual companheiro?

Entrevistada: Não, tive outras experiências. Tive antes de vir para cá. Tive uma que foi algo assim muito passageiro, uns dois meses no Verão, e depois quando regresssei, tive uma relação que durou quase um ano até ir vir para o continente tirar um curso. Depois acabei. Depois, entretanto, tive outra relação que durou um ano e qualquer coisa e depois vim eu para cá para o Algarve e há sempre um corte, mas são os cortes de viagem. Comigo nunca funcionou ter relações à distância e

as minhas relações sempre acabaram muito bem e sabermos se... quer vir ou não queres vir.... E foi isso.

Entrevistadora: E quanto ao teu atual companheiro? O relacionamento começou com que idade?

Entrevistada: O relacionamento começou quando... Tempo depois de eu vir para esta casa, talvez um mês e tal depois. Ou seja, 2013. Eu tenho quase 32... Não consigo fazer essas contas... 26... ia fazer 27, acho eu, estava com 26. Há seis anos que estou aqui, vai fazer agora seis anos... foi 27.

Entrevistadora: Tiveste o filho que tem agora três anos...

Entrevistada: Tem dois anos, ou seja, em 2017 tive. Ou seja, 2016 engravidei, depois fiquei nesse trabalho de educadora até 2017... até quase finais de Maio. Quase dois anos que durou. (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos).

Percebe-se neste depoimento que este experimentalismo pode ainda estar associado a um tendencial alongamento do período da conjugalidade sem procriação, sendo que este alongamento decorre também da dificuldade de estabilização profissional. Daí que a maternidade tenha surgido aos 30 anos, idade coincidente com a idade média registada nas mulheres em Portugal, em 2017, aquando do nascimento do primeiro filho (PORDATA).

Outra questão interessante que os dados evidenciam aponta para a existência de um agregado doméstico unipessoal que não resulta de uma separação ou de um divórcio, mas de uma escolha pessoal, de um estilo de vida alternativo à conjugalidade:

Entrevistada: Eu queria trabalhar e não conseguia. E ouvir as pessoas dizer: «Você não está precisando trabalhar, eu vou viver com você, ajudar a pagar a casa.» Porque era essa a mentalidade, homens da minha idade acham que mulher não é para trabalhar.

Entrevistadora: E acha que não casou por causa dessa mentalidade dos homens?

Entrevistada: Sim, eu não casei porque eu já tinha um exemplo da casa dos meus pais e não queria repetir. Eu não tenho nada contra a família, pelo contrário. Apesar de viver sozinha, sou tudo pela família. E depois foi o machismo do homem de achar que a mulher... Eu me respeito, não permito que ninguém me coloque amarras e me controle, porque já fui muito controlada. Agora quando eu vejo um homem a dizer: «Não podes olhar para aqui. Por que estás a sorrir?», aí não, fico doente. Estou bem sozinha, estou resolvida, gosto muito de estar com rapazes, fazer amigos, mas não tenho aquela necessidade de ter um companheiro. E fico muito chateada quando alguém tenta me arranjar um companheiro, quando eu sinto isso, ai! Eu não entendo as pessoas... Agora mais do que nunca, um homem para me entender tem que ser um homem mais novo, com a mentalidade mais aberta, porque eu acho que estou à frente. (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

Neste depoimento, a conjugalidade não é perspectivada como uma opção de vida pelo facto de não permitir, na perspectiva da entrevistada, a afirmação individual e o reconhecimento da mulher enquanto identidade autónoma e não meramente enquanto membro de uma relação conjugal. Por outro lado, a entrevista evidencia também o peso das expectativas sociais, e consequentes pressões sociais, que radicam no arquétipo de que a afirmação social e a realização pessoal das mulheres passam pela constituição de uma família de procriação. No caso deste depoimento, há um afastamento crítico relativamente a este arquétipo e a reflexividade evidenciada não será estranha ao facto de ser uma das entrevistadas mais escolarizadas deste perfil, que, embora tenha uma escolaridade certificada correspondente ao 12.º ano, tem frequência de um curso do ensino superior na área da Filosofia.

De entre esta pulverização de projetos pessoais relacionados com as transições familiares, também se evidencia que a opção pela conjugalidade pode ser assumida mais tardiamente, neste caso já depois dos 50 anos de idade, ainda que todos os estudos sobre a transição familiar demonstrem que a idade média da entrada na conjugalidade seja sempre maior para os homens²⁹:

Entrevistador: Agora tem uma namorada?

Entrevistado: Sim, está lá em casa.

Entrevistador: Vocês moram juntos?

Entrevistado: Moramos.

Entrevistador: Há quanto tempo?

Entrevistado: Uns cinco meses.

Entrevistador: Ah, então foi recente.

Entrevistado: Sim. Isto foi assim, andava com ela para aí um ano e a mãe dela acamada na cama. Ela estava acamada há alguns anos. Depois ainda saímos da família, o pai dela era primo de leite do meu pai. Depois ela ia lá para casa, depois ia para ao pé da mãe. Agora faltou-lhe a mãe e ela chamou-me. Fui ter com ela no hospital e lá levantei o corpo da mãe e ela disse: «Não vou para casa» e eu disse: «Então fica aí». Então foi isso, nunca mais saiu.

Entrevistador: E, antes dela, teve algum relacionamento, algum casamento?

Entrevistado: Não, teve uma rapariguita que andei sete anos com ela na França, mas não morei junto. Só foi esta agora, nunca mais ninguém. (P2.4_Boticas, sexo masculino, 52 anos)

Importa agora perceber se a diversidade de valores e práticas registada, relativamente à conjugalidade, também se verifica nos processos de transição para a parentalidade.

²⁹ Neste perfil, a idade média de conjugalidade nas mulheres é de 22,5 anos e nos homens 37,5 anos.

3.3.3. Transição para a parentalidade

Relativamente à parentalidade, entre os catorze entrevistados que temos vindo a referir, nove tiveram filhos³⁰, quer do relacionamento que mantêm atualmente (quatro) quer de outros relacionamentos anteriores.

Qual foi então o impacto da parentalidade na trajetória de vida? Qual o lugar da parentalidade no projeto de vida dos entrevistados?

Para uma das entrevistadas, o projeto parental decorre de forma coerente com o projeto de conjugalidade:

Entrevistadora: Entretanto teve um rapaz.

Entrevistada: Tive um rapaz. Em 2001.

(...)

Entrevistadora: E como é que foi esse momento da vida?

Entrevistada: Ai, foi bom! Porque quando casei já ia grávida n'ê? E foi um filho desejado. Foi um momento muito bom. (P2.5_Amadora#1, sexo feminino, 41 anos)

Percebemos anteriormente que para esta entrevistada a relação conjugal era valorizada na dimensão do amor e do entendimento subjacente e que a separação foi entendida de forma natural na decorrência da quebra desse sentimento. Percebemos agora que o projeto parental se enquadra neste processo de sentimentalização das relações e contribui, em certa medida, para sedimentar uma relação conjugal, cujo sentido depende da partilha «romântica e do amor» (Torres, 2002, p. 579).

Para outra entrevistada, a parentalidade foi perspectivada como um desafio pessoal, remetendo o sentido que lhe atribui para o facto de esta transição ter colocado à prova as suas competências:

Entrevistadora: Então o seu primeiro filho nasceu quando a senhora tinha 34 anos. Como é que foi ter o seu primeiro filho?

Entrevistada: Só tenho esse...

Entrevistadora: Sim, mas como é que foi ter o primeiro filho? Como é que foi essa fase? Teve ajuda da sua mãe, foi você sozinha, teve ajuda da sogra?

³⁰ Oito destes entrevistados eram mulheres e apenas um homem refere ter tido filhos de relacionamentos anteriores.

Entrevistada: Da sogra não. Da minha mãe tive e era o meu marido que também... Ele é que dava banho, dava o que comer, eu tinha medo de deixar cair. (P2.3_ Vila Pouca de Aguiar#2, sexo feminino, 43 anos)

Este depoimento chama também a atenção para um dos sinais de mudança que a investigação tem revelado relativamente ao exercício da parentalidade e que remete para uma maior disponibilidade dos homens para a partilha dos cuidados aos filhos, diminuindo a diferenciação dos papéis entre os géneros³¹, que é muito acentuada nas formas de conjugalidade mais próximas do modelo institucional, com uma divisão *genderificada* das tarefas (Torres, 2002).

No entanto, quatro entrevistadas assumem que tiveram de priorizar as tarefas inerentes à parentalidade, o que teve impacto na sua situação profissional, conduzindo ao abandono, ainda que provisório, da atividade que exerciam ou impedindo a assunção de responsabilidades profissionais após a conclusão de um processo formativo:

Entrevistadora: E já não estava trabalhava, não é?

Entrevistada: Não, depois comecei, comecei a.... cuidar do meu filho. Depois comecei a ficar com ele. Dava para aí umas horitas, de vez em quando. Há uns anos atrás, aqui ainda havia umas horitas. Pessoas davam jeiras, no campo... (P2.3_ Vila Pouca de Aguiar#1, sexo feminino, 46 anos)

Entrevistada: Depois tive as duas filhas pequeninas, também tomava conta delas enquanto não foram para a escola e fazia minha vida de casa e pronto. Agricultura e tudo era o que eu fazia. (P2.3_ Boticas, sexo feminino, 36 anos)

Entrevistadora: Porque decidiu ficar em casa a tomar conta do seu filho?

Entrevistada: E conforme ando agora, limpeza aqui, limpeza a lá...

Entrevistadora: E por que é que tomou essa decisão?

Entrevistada: Porque os colégios eram muito caros e eu não dava para pagar uma ama, não é? Estar a trabalhar e pagar uma ama também não dava para isso.

Entrevistadora: Então ficou com ele até ele ter a idade de ir para a escola?

Entrevistada: Até ter a idade da escola. (P2.4_ Lisboa#2, sexo feminino, 61 anos)

³¹ No caso desta inquirida, a dificuldade em assumir o cuidado ao recém-nascido parece também derivar de uma situação que relata como sendo muito próxima de uma depressão pós-parto.

Entrevistada: E a mim davam-me trabalho, porque eles disseram que eu... só que eu não tinha transporte para fazer este, porque não tinha coisa nenhuma eu ir das sete à uma e depois estar da uma às cinco sem fazer nada, não é? Mas eu ainda pedi se podia fazer o horário seguido, como estávamos a fazer no estágio, e elas disseram que não, que não podia estar a fazer o horário seguido. Depois, entretanto, eu engravidei. Eu acabei o curso em Julho e em Agosto eu engravidei. Pronto, mais uma prisão que eu tive. Estive cinco anos a tomar conta da minha mãe, não conseguia arranjar trabalho, porque depois nasceu o XXXX [nome do filho], pronto... (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo feminino, 46 anos)

Alguns destes depoimentos levantam uma questão que continua a afetar as gerações mais jovens e que remete para as dificuldades inerentes à cobertura de equipamentos de cuidados às crianças mais pequenas. Num0 dos casos, é explicitamente reportada a dificuldade económica para suportar o custo da frequência deste tipo de equipamentos. Contudo, é provável que nos quatro casos esteja também presente a pouca acessibilidade que ainda se verifica em algumas zonas do país a este tipo de infraestrutura. Segundo dados expressos na Carta Social³² de 2018, a taxa de cobertura das respostas sociais para a primeira infância (0-3 anos) tem vindo a aumentar no país, embora 89 % dos concelhos do continente apresentem uma taxa de cobertura de 33 %. São os distritos mais urbanos – Lisboa, Setúbal e Porto – que apresentam a menor cobertura face à população residente. Assim, sem estas infraestruturas de apoio aos cuidados na infância, torna-se difícil, e nestes casos até impossível, conciliar uma atividade profissional com o exercício das responsabilidades familiares, o que ilustra um dos grandes desafios que as políticas de conciliação família-trabalho têm de equacionar.

Para outra entrevistada, a entrada na parentalidade teve também impacto na atividade profissional, mas aqui na vertente de interrupção de um processo de emigração:

Entrevistadora: Então, retomando, foi para XXXX [pais], trabalhou em casas de família e nesse hotel. Tudo sem contrato?

Entrevistada: Não, no hotel era com contrato. Quando trabalhei lá, na altura já estava casada. Foi contrato de meio ano, porque naquela altura faziam contratos pequeninos. Depois, entretanto, como lhe disse, vim embora por causa do meu filho mais velho, para ir para a escola, porque na altura não tinha os papéis, porque para inscrever uma criança lá na XXXX na escola tinha que se ter documentos, ou B ou C. Como é hoje, não é, agora é mais fácil. Se eu for para lá trabalhar, por exemplo, se fizer um contrato, e se quiser lugar para aula, por exemplo, para a minha filha, eles já são obrigados a inseri-la na escola. Mas antigamente não era assim, tinha que se ter papéis.

³² Disponível em <http://www.cartasocial.pt/>

Entrevistadora: Sim, então voltou para o seu filho entrar na escola?

Entrevistada: Exatamente. (P2.5_ Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

Este depoimento chama a atenção para as dificuldades de estabilização familiar em contextos migratórios, resultantes de políticas de integração dos emigrantes que dissuadem a permanência. A Suíça sempre constituiu um dos principais destinos da emigração portuguesa, mas entre 1996 e 2000 – altura em que a entrevistada emigrou – registou-se um decréscimo muito acentuado dos contingentes migratórios para o país para o qual emigrou, influenciado pela desaceleração económica que ocorreu em vários destinos migratórios, mas em especial nesse país, como é referido por Góis e Marques (2018, p. 137).

Por último, salienta-se uma entrevistada para quem a maternidade interrompeu o prolongamento da trajetória escolar, neste caso a nível de uma formação pós-graduada:

Entrevistada: Depois eu quando acabei o curso, pois agora estou a lembrar, foi mesmo aos... quase a chegar aos 29 anos, porque eu soube que estava grávida logo a seguir. Nós tínhamos projetado isso, a gravidez logo a seguir a acabar o curso, depois... E a minha ideia era fazer o mestrado durante a gravidez, mas eu estava a trabalhar, porque eu estava a estudar a trabalhar e já tinha um emprego com contrato como educadora. É que eu pensava que daria tempo para muita coisa, não é? Na gravidez e depois no início, nos primeiros meses em que ainda estava de baixa de maternidade, ok, fazia o mestrado, ia conseguir um ano e tal, que até ficava no final do primeiro ano com o nosso filho, acabava o primeiro ano e já estava com o mestrado. Ainda estive a pesquisar, vi de educação pela arte, fiquei curiosa, mas depois não me inscrevi. Vejo talvez mais tarde, depois vi que estava fechado, isso era para não ser para agora. E depois, a ver o bebé a nascer, a ver tudo aquilo e eu pensava como é que iria ter tempo para fazer um mestrado com essa coisa toda. Eu só pensava que era uma loucura. Tenho de estar aqui a 100 %, 24 horas por dia para o meu filho, pronto. E acabei por desistir, mas tenho vontade de continuar. (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos)

Por este depoimento também se percebe que a parentalidade é um projeto e uma opção desejada, mas com implicações na concretização de aspirações, em especial das mulheres.

Aliás, os depoimentos analisados fizeram-nos compreender que as responsabilidades parentais têm impacto na integração profissional das inquiridas, que é muito condicionada pela fraca cobertura, a nível nacional, de estruturas de apoio ao cuidado e educação das crianças que sejam também financeiramente acessíveis para famílias mais vulneráveis. Tudo isso se amplifica ainda mais caso não

existam apoios familiares ou a disponibilidade por parte de alguém de confiança para ficar com a criança, como nos casos apresentados.

Em suma, a cronologia das transições, a sequência em que ocorrem e a temporalidade verificada entre cada um dos eventos transicionais imprimem uma enorme diversidade a este perfil, por oposição às transições padronizadas, lineares e previsíveis que caracterizaram a transição para a vida adulta entre os entrevistados do Perfil 1 (Reformados). Enquanto as transições dos reformados se dão em contextos culturais caracterizados por um forte tradicionalismo de valores, as transições profissionais e familiares dos entrevistados neste perfil ocorrem, a partir dos anos '70, no quadro social da segunda modernidade e da mudança de valores e de comportamentos que, no contexto da democratização, surgem na sociedade portuguesa.

O tendencial alongamento dos períodos de escolaridade verificado neste perfil (estes entrevistados permanecem, em média, nove anos na escola) tem repercussões na idade de acesso ao mercado laboral, verificando-se que, em média, esta transição para o trabalho ocorre aos 16 anos, o que coincide com a idade mínima legal de acesso ao trabalho, para quase todos os casos. O abandono escolar em idades mais precoces ocorre motivado essencialmente pela necessidade de contribuição do trabalho dos menores para a sobrevivência da economia familiar e do grupo doméstico. As inserções profissionais em idades mais tardias são também justificadas pela necessidade de contribuir para o orçamento familiar e de custear projetos pessoais de prolongamento da escolaridade, o que denuncia as fragilidades económicas destes agregados familiares.

A precariedade laboral é uma tónica comum às trajetórias profissionais retratadas, mesmo às que são construídas com base em percursos escolares mais prolongados, o que contraria a retórica que tem dominado as políticas de educação e formação, que associa de forma linear qualificações escolares e acesso a empregos mais qualificados, mais seguros e melhor remunerados. Estes dados denunciam que a reduzida oferta de empregos, os baixos salários praticados, o trabalho informal, os contratos de trabalho temporários e o baixo nível de rendimento disponível dos agregados familiares constituem fatores que limitam as oportunidades e geram processos cumulativos de desvantagens sociais, agravados pela debilidade dos sistemas de proteção social, que remetem estes indivíduos para a situação de pobreza em que se encontram.

Do ponto de vista das transições familiares, a característica dominante deste grupo radica na diversidade de formas de organização e de regulação das relações afetivas, sendo que o modelo clássico de família se confronta com a afirmação de novas orientações face à vida familiar. Os discursos produzidos em torno da conjugalidade permitiram-nos perceber a coexistência de lógicas diversas. Algumas uniões estão estruturadas segundo uma lógica mais tradicional e institucionalista, em que a união é formalizada e se baseia numa diferenciação «naturalizada» das funções desempenhadas pelo

homem – funções instrumentais que asseguram a obtenção dos recursos económicos – e pela mulher – funções expressivas que englobam as tarefas domésticas e o cuidado dos familiares. Noutras, estas fronteiras entre os géneros estão mais esbatidas e a escolha amorosa salienta-se como critério de formação da família. Outros entrevistados assumem a informalidade das formas de coabitação, a existência na sua trajetória de vida de períodos experimentais de vida a dois, ou ainda projetos de vida em que a conjugalidade não é equacionada, o que demonstra a importância da afirmação da individualidade e a relativa autonomização da expressão individual face às normas sociais e aos interesses e pressões dos grupos de pertença.

Neste perfil, as mulheres procriam em média aos 23,2 anos e os nascimentos ocorrem imediatamente a seguir à coabitação, chegando, em alguns casos, os dois episódios a coincidir, razão que justifica que, em média, o intervalo entre a conjugalidade e a parentalidade seja muito curto (0,8 anos). Nota-se a predominância do modelo mais tradicional e institucionalizado de divisão das tarefas domésticas em que o cuidado às crianças é exercido sobretudo pelas mulheres, o que justifica o seu afastamento de uma atividade profissional, bem como a dificuldade que estas têm em assumir responsabilidades profissionais após a conclusão de um processo formativo. Este facto revela um dos grandes obstáculos às políticas e práticas de conciliação do trabalho com a família no nosso país, que remete para a fraca cobertura da rede de infraestruturas de apoio aos cuidados na infância, mas também para o seu elevado custo, dificilmente suportável por famílias mais desfavorecidas. Também a monoparentalidade, resultante de processos de dissolução das uniões conjugais, surge nos discursos das entrevistadas como um fator intensificador da situação de pobreza em que se encontram. Em Portugal, os estudos mais recentes demonstram ser nos agregados monoparentais que a pobreza mais cresce comparativamente com os outros agregados e com os reformados, o que também denuncia a debilidade do Estado Social no apoio à infância e juventude, comparativamente com os idosos. Assim, esta debilidade estrutural do modelo de providência português não consegue, nestes casos, ser compensada por uma solidariedade familiar que, apesar de estar muito presente no apoio prestado aos processos de transição para a vida adulta, é bastante limitada pela situação de grande vulnerabilidade económica em que toda a estrutura familiar se encontra.

Em seguida, iremos analisar mais pormenorizadamente as trajetórias dos nossos inquiridos no mundo do trabalho, circunstanciando as características e vicissitudes das suas trajetórias profissionais desde o momento de entrada no mercado de trabalho até à situação atual.

4. Relação com o mundo do trabalho

Como temos vindo a referir, este perfil caracteriza-se por ser o mais heterogéneo dos quatro encontrados na análise das correspondências múltiplas também no que respeita à relação com o trabalho. Os grandes fatores agregadores são: o facto de a principal fonte de rendimento desses agregados ser o trabalho; o facto de os agregados familiares onde se inserem não estarem em situação de baixa intensidade laboral e o elevado grau de solidariedade familiar de que os seus membros usufruem ou para a qual contribuem, que, durante a análise das entrevistas, identificámos ser um fator importante³³. Por fim, sobressai uma questão pela negativa: neste perfil, os apoios sociais são comparativamente menos presentes.

A heterogeneidade reflete-se na relação com o trabalho, sendo isso visível nas histórias de vida aqui expressas. Contudo, os resultados mostram que, para a grande maioria dos entrevistados, o histórico da sua relação com o trabalho regista situações de precariedade continuada no tempo (trajetória laboral em carrossel), com frequência sob as formas mais extremas de precariedade, sendo este um fator que contribui para a coerência do perfil (e que o denomina).

De notar que quatro respondentes ainda se encontram a estudar. Não obstante, o trabalho é um tema presente nas suas reflexões, nuns casos na ótica dos pais, noutros relatando as suas próprias experiências de trabalho. Os seus discursos sobre o trabalho serão assinalados sempre que for pertinente.

4.1. Vivências no mercado de trabalho e trajetória de (des)emprego

Os entrevistados deste perfil podem então ser agrupados em três grandes categorias no que ao trabalho respeita. O primeiro grupo é constituído precisamente pelos que estão a estudar. Um segundo grupo, com sete casos, refere-se aos indivíduos que neste momento não estão a trabalhar. São quatro homens e três mulheres e, em relação à idade, a sua situação é bastante heterogénea, pois varia dos 18 aos 46 anos. Neste sentido, as suas trajetórias de vida são bastante distintas: o entrevistado de 18 anos nunca trabalhou e a de 46 anos desenvolveu atividade no sector primário, na extração de resina, declarando-se doméstica no momento da entrevista (exercendo, contudo, alguma atividade laboral, como se verifica nas suas respostas). Estes entrevistados vivem a sua não relação declarada com o trabalho de forma algo peculiar. Para além da entrevistada que se diz doméstica, os remanescentes declaram-se desempregados, ainda que todos desenvolvam alguma atividade laboral. Esta é uma questão central no perfil e será, por isso, alvo de particular atenção.

³³ É, aliás, muito provável que boa parte dos membros deste perfil sejam os filhos adultos e (relativamente) dependentes dos indivíduos que se encontram no perfil 4, dos Trabalhadores.

Os entrevistados no perfil dos precários que se declaram desempregados distinguem-se dos que se enquadram no perfil 3, dos desempregados, essencialmente por dois aspetos: por um lado, os membros deste último perfil têm como principal fonte de rendimento dos seus agregados as outras transferências sociais³⁴ (por contraste com o trabalho, no caso do perfil em apreço) e, por outro, os desempregados recorrem bem mais intensamente à solidariedade institucional (por contraponto com a maior presença da solidariedade familiar, no perfil em análise).

Contudo, é necessária alguma cautela quando os indivíduos afirmam que nunca trabalharam ou que estão desempregados. O não posicionamento declarado no mundo de trabalho nem sempre corresponde à realidade observada através do aprofundamento das respostas dos indivíduos. Em alguns casos, está em causa a zona intermédia entre trabalho e não trabalho e a forma como os indivíduos veem o trabalho e se identificam com ele. Isso parece, aliás, ser especialmente verdade para o sexo feminino e para os mais velhos. Voltaremos a esta questão de forma aprofundada.

O terceiro grupo de entrevistados é composto pelos indivíduos que estavam, aquando da entrevista, a trabalhar, dez entrevistados, dos quais sete desempenham atividades que podemos classificar como estando mais ligadas ao meio urbano e os restantes três ao meio rural. Seis destes indivíduos (incluindo os três casos de atividades classificadas como rurais) apresentam diversos graus de precariedade. De facto, apenas três dos entrevistados estão envolvidos numa atividade profissional com algum grau de estabilidade e apenas um desses casos apresenta uma atividade verdadeiramente dentro da norma (embora com um percurso precário).

Apenas dois dos dez entrevistados que trabalham desempenham algo que poderia ser definido como uma profissão: segurança (P2.5_Guimarães) e cozinheiro (P2.5_Lisboa). Os restantes ou designam a sua atividade através de uma descrição vaga como «trabalho no campo» (P2.4_Boticas) ou assumem a condição de doméstica associada a biscates (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#2 e P2.3_Boticas) ou ainda têm dificuldade em designar a sua atividade com o nome de uma profissão, como acontece no caso seguinte:

Entrevistadora: Mas diga-me lá o que é que está a fazer agora.

Entrevistado: Agora, estou a trabalhar no XXXX por uma firma do XXXX, a remover os carros dos parques. Recolho os cestos amarelos e os sacos que as pessoas deixam lá. (P2.5_Amadora#2, sexo masculino, 54 anos)

³⁴ As outras transferências sociais incluem: «transferências sociais relativas a família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego, combate à exclusão social» (como o RSI, o abono de família ou o subsídio de desemprego), mas excluem as pensões. Cf. INE (<http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5831#Rela%C3%A7%C3%B5es>).

Quer a classificação de si como trabalhador quer a definição da sua atividade através do nome de uma profissão são questões relevantes para a identidade dos indivíduos em relação ao mundo do trabalho, pelo que voltaremos a elas com algum detalhe na segunda parte deste capítulo. Neste primeiro momento, abordaremos as questões mais objetivas associadas às experiências e trajetórias laborais.

De que forma vivem os entrevistados deste perfil a sua relação com o mundo do trabalho? Neste capítulo, pretendemos salientar as grandes categorias que se destacaram na análise, bem como a forma como estas se desdobram em diversas possibilidades distintas de viver essa relação. Estas categorias são, em primeiro lugar, resultado da forma como escolhemos recolher a informação, isto é, decorrem dos blocos de questões que desenvolvemos e do sistema de categorias definido *à priori*, mas são também resultantes das respostas oferecidas pelos entrevistados. Parte importante das conclusões aqui apresentadas não constam das questões colocadas, mas das respostas obtidas, como é apanágio de uma abordagem com uma forte componente indutiva.

Uma questão central para compreender a inserção dos indivíduos no mundo do trabalho, para além da escolaridade obtida e da primeira experiência de trabalho, respeita às estratégias utilizadas para se obter emprego.

Um primeiro tipo de estratégias mobilizadas são as individuais, respeitando à iniciativa de cada indivíduo, sem mobilização das redes de relacionamento interpessoal. Um primeiro caso refere-se à pesquisa na *internet* (mesmo envolvendo uma pessoa mais velha, que frequentou a universidade):

Entrevistada: Primeiro, pesquisei onde é que era a empresa de segurança que estava no Continente. Fui ao aeroporto, ainda não havia metro, meto-me no autocarro que dava no aeroporto, e tive uma entrevista com um senhor. (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

Em gerações mais novas e com maior nível de escolaridade (a entrevistada do trecho seguinte é licenciada), a pesquisa e o envio de currículos são instrumentos importantes de acesso ao trabalho, mesmo em pessoas em situação de dificuldade económica ou de pobreza. Estamos, pois, em presença da utilização de estratégias individuais e com um elevado grau de formalismo, pressupondo a mobilização de competências escolares importantes³⁵:

³⁵ Os recursos escolares ao dispor desta entrevistada contrastam fortemente com os estereótipos de pessoas pobres em Portugal e, mesmo sendo relevantes, não evitam a situação de pobreza. De facto, vimos, no livro *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*, que a pobreza está longe de ser inexistente entre os mais escolarizados. Lembramos ainda que é precisamente neste perfil que se tendem a concentrar os indivíduos mais jovens e mais escolarizados (em relação ao conjunto dos pobres).

Entrevistadora: O teu atual trabalho é como *baby-sitter* e estiveste com esse trabalho, que era com a mesma empresa, certo?

Entrevistada: Sim anterior, quando eu vim para cá.

Entrevistada: Portanto, já tinhas esse contacto. Contactaram-te?

Entrevistada: Eu, quando vim para cá, estive à procura de algo assim em *part-time* e conjugar com o curso. Algo... Pensei *baby-sitter* porque era algo... Estava com muitos receios que ninguém me aceitasse aqui em Lisboa, a ver essa realidade, uma *pesadilha*. «O que é que veio para cá fazer? Não tem nenhum curso.» Sei lá, procurei... Nunca trabalhei em loja, enviava currículo para lojas, mas ninguém respondia. Diziam: «Tenta uma loja, que é mais fácil»... O que eu pensei: fazer alguma coisa que já fiz. Já tinha trabalhado em animações em aniversários nos Açores, numa empresa que existia. E então foi isso, enviei para uma empresa, vi a primeira empresa e responderam logo. Então, é isso. Fui a uma entrevista e a empresa tinha acabado de crescer e fui a primeira *baby-sitter* a fazer o trabalho e pronto (...). (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos)

De entre as estratégias individuais, podemos encontrar um caso de procura porta-a-porta. De notar que esta estratégia pressupõe uma procura de proximidade e, portanto, indicia fracos recursos para financiar a mobilidade geográfica:

Entrevistadora: E como conseguiu esse emprego?

Entrevistado: Meu pai obrigou-me a ir bater de porta em porta. Então andava a pedir emprego em todas as fábricas. Devo ter ido por volta de 15 fábricas pedir emprego. (P2.1_Guimarães, sexo masculino, 20 anos)

Existem outros casos parecidos, mas em todos se pressupõe a existência de alguma proximidade das oportunidades. Contudo, essas oportunidades são maiores nos grandes concelhos urbanos (como é o caso) do que nos rurais:

Entrevistadora: Está atualmente numa situação de desemprego. Tem procurado trabalho?

Entrevistada: Sim, tenho-me inscrito em fábricas e assim, mas até agora... (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Por contraponto às estratégias individuais, podemos encontrar outras associadas à mobilização da rede de relações sociais dos entrevistados. No caso que se segue, é referido um ex-colega de trabalho. Esta possibilidade em concreto implica a existência de uma carreira profissional anterior e de uma carteira

de contactos profissionais a que se possa recorrer, só estando, por isso, ao alcance de indivíduos com mais experiência e mais bem relacionados e pressupõe, também, uma profissão onde se possa exercer uma espécie de carreira informal, mesmo que mudando de empresa. Por outro lado, os dois trechos abaixo da mesma entrevista (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos) revelam que o mesmo indivíduo pode recorrer a um conjunto diversificado de estratégias, de forma a maximizar a possibilidade de atingir o seu objetivo, quer no mesmo momento, quer sequencialmente no tempo.

Entrevistadora: E como conseguiu esse emprego?

Entrevistada: Tinha um colega que não estava a trabalhar e fui eu que o meti na altura para trabalhar como segurança e agora foi ele que retribuiu o favor.

Entrevistadora: Então foi uma indicação de um amigo?

Entrevistada: Sim. (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

A intervenção de um familiar ou amigo constitui também uma forma clássica de ingresso numa atividade, seja servindo de ponte com um possível empregador seja sendo ele próprio o empregador. Vejamos os dois tipos. Primeiro, a atividade por conta de um familiar, no caso do trecho abaixo com a particularidade de se tratar de uma situação de trabalhador familiar não remunerado:

Entrevistadora: Nesse período tinha por volta de 24/25 anos e foi morar para casa da sua prima. Como é que se sustentava nessa época? Tinha ajuda do seu avô?

Entrevistada: É assim, a minha mãe é que sustentava a casa na altura. Aqui [em casa da prima] não. Vinha na condição de ajudar a ela. Na troca da comida e da dormida, eu trabalhava para ela. Ela tinha hóspedes, tipo um alojamento local. Fazer camas, lavar roupa, passar roupa, essas coisas normais numa casa. (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

No caso seguinte, o primeiro emprego em Portugal (o entrevistado é de Cabo Verde) foi a ajudar na empresa familiar do irmão (na construção civil):

Entrevistadora: E lembra-se de se esse trabalho que tinha foi o seu primeiro emprego?

Entrevistado: Diretamente não foi bem emprego porque o meu irmão trabalhava como subemprego. Então ele agarrava nos trabalhos e fazia ao fim-de-semana e eu ia lá com ele ajudar. (P2.5_Amadora#2, sexo masculino, 54 anos)

Os trechos seguintes ilustram o segundo tipo, em que um amigo estabelece a ponte com um empregador:

Entrevistadora: Portanto, sai da escola, presumo, e vai trabalhar? Quem é que arranjou esse trabalho?

Entrevistada: Esse trabalho foi através de um amigo meu, que tinha uma amiga que ia abrir um café de praia e precisava de gente para trabalhar. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Entrevistadora: Essa patroa era amiga de quem?

Entrevistada: Era amiga da minha mãe. (P2.4_Lisboa#2, sexo feminino, 61 anos)

Por vezes, o acesso à primeira atividade consiste no trabalho para os próprios pais. Contudo, os familiares são também intervenientes no processo de encontrar uma atividade laboral: a rede mobilizada é de conhecimento próximo, isto é, de curto alcance (pais, familiares próximos e vizinhos). Vejamos os trechos seguintes:

Entrevistadora: Depois do 6.º ano dedicou-se à agricultura?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: A trabalhar com seus pais?

Entrevistada: Sim, ajudava às vezes os vizinhos. Meu pai e minha mãe iam ajudar os vizinhos. A gente, às vezes, ajudávamos uns aos outros. Depois veio aquela (que ela até era prima da minha cunhada, do meu irmão mais velho), que ela pôs-me essa oportunidade, se eu queria ir para Lisboa. Foi quando eu fui esses quatro anos para lá. Estive lá a trabalhar num lar, pronto, ganhava algum e já ia tendo alguma coisinha para mim. (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos)

Entrevistadora: Como fez para conseguir o seu emprego atual? Como é que chegou a este trabalho no colégio?

Entrevistada: Porque era um colégio XXXX [características do colégio particular]. E tinha lá a XXXX, que já não está lá mais, que é muita amiga da minha mãe, que era aqui do bairro. E a minha mãe, na altura, falou: «Olha, a minha XXXX não quer estudar, ela quer trabalhar. Veja lá se tem lá uma vaga, lá no colégio.» E, na altura, a minha colega XXXX estava grávida. E eu fui lá substituí-la.

Entrevistadora: Hum-hum.

Entrevistada: Sim. Fui fazer uma baixa.

Entrevistadora: E gostaram de si.

Entrevistada: Gostaram de mim e depois acabei por ficar lá. (P2.5_Amadora#1, sexo feminino, 41 anos)

O trabalho infantil foi bastante frequente na vida dos entrevistados do Perfil 1, dos reformados, e continua a ser referido com alguma regularidade neste, mesmo tratando-se do perfil que apresenta os indivíduos mais novos e mais escolarizados (como foi salientado nos capítulos anteriores):

Entrevistadora: Quando tu saíste da escola, como é que foi?

Entrevistado: A minha mãe falou com um senhor que tem um café que trabalha aqui nas limpezas do XXXX [nome do centro comercial]. Foi falar com o chefe, o chefe disse que era para eu ir lá abaixo, fui lá abaixo entregar uns documentos, uns papéis. Daí, quando entreguei os papéis, o chefe disse que era para começar no dia.

Entrevistadora: Então, foi a tua mãe que falou com uma pessoa e a partir daí arranjaram-te um emprego no centro. E fazias o quê nesse emprego?

Entrevistado: Era limpeza. (P2.2_Amadora, sexo masculino, 19 anos)

A oferta de emprego pode também ser uma iniciativa dos patrões (neste caso, tratando-se de uma situação de contratação informal e precária):

Entrevistadora: E como conseguiu esse primeiro emprego, esse primeiro trabalho?

Entrevistada: Porque foi o senhor, o patrão da resina. Vieram aqui à aldeia buscar... Porque aqui já antigamente haviam aqui pessoas que já andavam há muitos anos na resina. E ainda havia, no meu tempo, ainda havia meia dúzia deles que ainda tinham por aí. Só que depois os patrões daqui faleceram, da resina, foram [incompreensível]. Depois veio um senhor que nos veio aqui buscar e vinha buscar e trazer. Ainda andei lá oito anos. (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo feminino, 46 anos)

Entrevistadora: Como conseguiu esse trabalho?

Entrevistada: Era através de outras pessoas que telefonavam: «Precisa de uma miúda para tomar conta de crianças em casa porque os pais trabalham e nhé nhé nhé...». Era assim e a gente ia assim. Mandavam-te e tu vais. Eu vou. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

Um último tipo de estratégia de acesso à atividade respeita ao facto de a junta de freguesia desenvolver uma espécie de programa ocupacional informal de maneira a manter ocupadas pessoas na

freguesia (pelo que se pode inferir do discurso do entrevistado), algo que é possível em pequenas freguesias rurais. Aqui, pelo que percebemos, a iniciativa da procura é mais institucional, da junta, do que do entrevistado:

Entrevistador: E como conseguiu esse trabalho com a Junta?

Entrevistado: Consegui porque ... Por exemplo, eles começaram a coisar isso ... Por exemplo, se só trabalha uma pessoa não sobra nada para os outros. Tem que render para todo mundo, todo mundo na aldeia tem que trabalhar. (P2.4_Boticas, sexo masculino, 52 anos)

Para conseguirem um emprego, os nossos entrevistados mobilizam um conjunto diversificado de estratégias. Contudo, estas podem ser agregadas em dois grandes grupos, as individuais, que dependem da relação dos indivíduos com uma instituição, organização ou potencial entidade patronal, e as que mobilizam as redes sociais ao dispor dos indivíduos. Nada obriga a que seja mobilizado apenas um tipo de estratégia. Vimos, aliás, um caso (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos) em que ao longo da vida profissional se mobilizaram os dois tipos.

Cada um destes dois tipos de estratégias pode ser dividido em casos concretos. Uma análise desses casos específicos merece algum destaque. No entanto, o primeiro dado a ter em consideração prende-se com o facto de a mobilização das redes sociais ser mais evocada do que as estratégias individuais. No que respeita a estas últimas em concreto, destaque-se que, de entre os 14 entrevistados que abordam a questão, apenas um menciona a utilização da *internet* para a busca de emprego (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos), sendo que mesmo os mais jovens e mais escolarizados não a mencionaram.

Podemos observar que as estratégias individuais não são todas iguais, pois, num segundo caso, está sobretudo em causa o envio de currículos (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos), o que implica a existência de competências escolares, como tivemos oportunidade de salientar. Outras estratégias individuais assentam na procura de emprego nas empresas das proximidades (P2.1_Guimarães, sexo masculino, 20 anos e P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos). Interpretamos a utilização desta estratégia como um indicador de menores recursos educacionais e de pouca capacidade de deslocação para a procura de emprego (em si um recurso material). Esta capacidade também está dependente do contexto territorial, existindo mais oportunidades possíveis nos espaços urbanos do que nos rurais.

Consoante a sua natureza concreta, as estratégias individuais de busca de trabalho podem indiciar a existência ou a inexistência de diversos tipos de recursos, culturais, sociais e económicos para

fundamentar a busca de uma atividade laboral. Por sua vez, o sucesso desta busca³⁶ tem evidentes consequências na probabilidade de pobreza do indivíduo: quanto mais pobres forem os recursos utilizados, mais provável é que o resultado seja pobre, quer na dicotomia ter/não ter trabalho, quer no contínuo da qualidade do trabalho (eventualmente) obtido.

As estratégias que passam pela mobilização das redes sociais dos indivíduos são menos complexas, mas são, ainda assim, passíveis de alguma diferenciação. Mais uma vez, destaque-se a estratégia presente numa entrevista (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos) referente à mobilização da sua carteira de conhecimentos profissionais para obter o atual emprego de segurança, uma vez que esta não está ao alcance dos mais novos nem dos que têm menos recursos relacionais, como parece ser o caso dos outros entrevistados. Esta estratégia encontra-se por isso apenas presente num único caso.

Nas restantes situações, o que está em causa é justamente a mobilização de redes sociais de proximidade, isto é, de curto alcance³⁷. Os interlocutores destas estratégias para se chegar à atividade são os pais, os amigos ou outros familiares. Se estes interlocutores são o esteio das redes sociais de proximidade dos indivíduos, falta referir aqui outro tipo de contactos importantes, desde logo ao nível das estratégias individuais mais sofisticadas (como as exemplificadas acima), bem como as que envolvem a intervenção de organizações governamentais. Agências de emprego e serviços de ação social estão significativamente ausentes dos discursos de todos os entrevistados. Aliás, no que respeita ao papel do Estado em relação ao emprego, este perfil pauta-se por uma atividade quase inexistente. Apenas a junta de freguesia aparece num caso e, como vimos, de forma mais ou menos informal.

A informalidade no mercado de trabalho³⁸ está associada à maneira como se acede ao trabalho e, neste caso, à mobilização da rede de relações sociais tendo em vista esse objetivo. O resultado pode ser uma atividade de trabalhador familiar não remunerado, com a particularidade, no caso abaixo, de envolver um familiar que não os progenitores e de ser no sector dos serviços, e não na agricultura, onde este tipo de vinculação é tradicionalmente mais frequente (repetimos um trecho já apresentado):

Entrevistadora: Nesse período tinha por volta de 24/25 anos e foi morar na casa da sua prima. Como é que se sustentava nessa época? Tinha ajuda do seu avô?

³⁶ Aqui, o sucesso não consiste apenas em ter uma atividade, mas também na qualidade dessa atividade. Entendemos como elementos que definem a qualidade da atividade laboral: o montante do salário, o grau de penosidade apercibido, o grau de perigosidade (definido a partir da frequência e da possível mortalidade dos acidentes de trabalho) e o posicionamento no contínuo precariedade/estabilidade (Diogo, 2007).

³⁷ Podemos aqui falar da força dos laços fortes (Diogo e Roque, 2002) para se reverter a célebre expressão de Granovetter sobre a força dos laços fracos.

³⁸ Entende-se por informalidade todo o tipo de relações laborais que não estejam inseridas em nenhum enquadramento legal que proteja os indivíduos. As situações informais são ilegais na medida em que não se cumprem os deveres legais para com o Estado e, em consequência, não se constituem os direitos sociais para reforma, desemprego e doença. A própria proteção no trabalho, através, por exemplo, de equipamentos de proteção individual (proteção física) ou de seguros de trabalho (proteção jurídica), em regra, não está assegurada.

Entrevistada: É assim, a minha mãe é que sustentava a casa na altura. Aqui [em casa da prima] não. Vinha na condição de ajudar a ela. Na troca da comida e da dormida, eu trabalhava para ela. Ela tinha hóspedes, tipo um alojamento local. Fazer camas, lavar roupa, passar roupa, essas coisas normais numa casa. (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

Mas a informalidade pode estar, em alguns casos, associada à própria informalidade do sector de atividade onde se trabalha:

Entrevistadora: Além da noite, teve mais algum trabalho?

Entrevistada: Sim, trabalhei na noite até aos 30 e tal anos. Ainda trabalhei num bar na praia e saía às quatro para ir trabalhar à noite outra vez. Depois trabalhei na Câmara há 16 anos atrás. Varria ruas, tratava do lixo, durante seis meses. Era um contrato com descontos. Depois aleijei-me e fui para o seguro e quando acabei a baixa, acabou o contrato. Depois voltei à noite e foi quando conheci o atual companheiro. (P2.3_Aljustrel, sexo feminino, 43 anos)

Sintetizando a informação disponível nas entrevistas, podemos observar que quatro dos nossos entrevistados nunca tiveram qualquer vínculo laboral na sua vida profissional, embora um destes casos respeite a um indivíduo que tem apenas 19 anos e dois nunca trabalharam, pelo que a questão do vínculo não se coloca.

Apenas um indivíduo (P2.5_Amadora#1, sexo feminino, 41 anos) tem uma situação de estabilidade. Os restantes têm tido uma trajetória laboral onde a instabilidade do vínculo está presente, embora em diferentes graus. Em alguns casos, a precariedade laboral ao longo da trajetória de emprego é bastante grande.

Como quatro dos membros deste perfil ainda estão a estudar, a questão do desemprego (como do emprego) não se coloca, pelo que alguns dos reportes relativos ao desemprego respeitam aos pais. Para outros, o desemprego é uma experiência atual ou que aconteceu ao longo da sua trajetória de vida ativa. Cremos não ser necessário discorrer longamente sobre os impactos do desemprego na produção e reprodução da pobreza. Contudo, vejamos o que nos dizem os entrevistados sobre as suas experiências, em particular sobre o que, na sua opinião, motivou a sua situação de desemprego (atual ou passada) e as dificuldades encontradas durante a procura de emprego.

No trecho seguinte, a idade é mencionada como força motriz do desemprego, sendo ao mesmo tempo relevada a inutilidade dos cursos de formação (que se supõe serem de curta duração):

Entrevistada: E ela [a mãe] vai frequentando alguns cursos de formação, etc..., mas emprego em si, nunca teve assim outro emprego, apesar de estar inscrita no centro de emprego e assim. Também se calhar devido à idade, porque ela já tem 54. (P2.1_Castelo de Paiva, sexo feminino, 20 anos)

No caso abaixo é também isso que se verifica.

Entrevistadora: Acha que hoje em dia tem dificuldades em arranjar emprego?

Entrevistada: Sim, porque já tenho 49 anos. Já dizem que eu estou velha [risos]. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

No excerto seguinte, ainda relativamente à idade, o entrevistado não está desempregado (trabalha para a Junta), mas também não está exatamente empregado (encontra atividades ocasionais, mas nada regular ou fixo):

Entrevistador: Acha que tem dificuldades em arranjar emprego?

Entrevistado: Não sei. Com essa idade não é fácil.

Entrevistador: Não é fácil porquê?

Entrevistado: Porque já tenho 52. E não é agora com 52 que eles metem pessoas a trabalhar.

Entrevistador: Já foi mais fácil?

Entrevistado: Já foi mais fácil. (P2.4_Boticas, sexo masculino, 52 anos)

Contudo, para além da idade, referem-se outros motivos para as situações de desemprego relatadas, sendo que alguns dos quais distam bastante do que é normalmente entendido como motor do desemprego. No caso vertente, a entrevistada considera que a sua dificuldade em encontrar trabalho na área em que fez um curso de formação (um ano e meio pago por si) se deve a ter qualificações adequadas (no seu discurso, fala em experiência, apesar de nunca ter exercido a profissão), considerando que os potenciais empregadores preferem pessoas sem qualificações para poderem fugir a alguns normativos legais, pagando menos, um motivo que não se esperaria encontrar entre indivíduos em situação de pobreza, tendo em atenção a associação habitualmente feita entre pobreza e baixas qualificações. Assim, este caso específico parece aproximar-se da ideia de sobrequalificação (sem que, ainda assim, com ela se confunda):

Entrevistadora: É difícil encontrar trabalho?

Entrevistadora: Eu, lá está, tirei o curso de assistente dentário. Eu, no percurso que andei a tirar o curso (que eu estava de manhã e à tarde tinha as tardes livres), eu percorri imensas clínicas dentárias. Eu fui a 20 entrevistas, para aí, e não fiquei em nenhuma. Eu ouvi não e depois a gente liga, e porque não tem experiência ou porque a gente não quer o seu perfil ou porque a gente... Inventavam sempre uma desculpa qualquer, então foi uma fase bastante complicada, daí eu ter embarcado para o Algarve. Porque eu não consegui.

Entrevistadora: Então os motivos que encontra para o desemprego estão associados ao quê? Por que é que é difícil? A XXXX até tem formação...

Entrevistadora: Eu acho que eles, hoje em dia, as pessoas que empregam... Eu acho que, pelo menos na área que eu vou falar, da medicina dentária, eles na medicina dentária, se for uma pessoa que tem formação a mais, eles têm que pagar uma assistente dentária, que nem é um curso que é superior. E também, não é, na lista dos empregos não está como assistente dentária, está como assistente de gabinete de escritório em termos de profissão certa para a nossa área. E depois eles, se tiverem alguém com experiência, a pessoa que já vai não vai concordar com certas coisas que eles cometem, perante as leis que mandam sobre os procedimentos que são utilizados na medicina dentária. A utilização de mangas: a manga vai para a esterilização e desde o momento que é aberto tem que ser deitada fora. Há coisas que alguém que já tem experiência já sabe que aquilo é proibido, não se pode. Então eles acabam por descartar as pessoas.

(...)

Entrevistadora: Pagam menos?

Entrevistada: Pagam menos, já conseguem fazer outras manhas que se calhar com pessoas que percebam, já têm outra experiência, já não conseguem. Percebe, eles já vão por aí. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Em mais um caso, o entrevistado atribui o seu desemprego ao facto de ter uma baixa escolaridade (o 6.º ano com 18 anos):

Entrevistadora: E lembras-te de por que é que decidiste não continuar no ano passado? Por que é que tomaste esta decisão?

Entrevistado: Basicamente, o que é que pensei para mim? Ia fazer agora os 18 anos e pronto, agarrei, olhei para mim e disse: «Não estou a fazer nada na escola, vou tentar arranjar um trabalho.» infelizmente, não consegui. Com o 6.º ano, ninguém vai a lado nenhum. Pronto, agora estou... vou tirar um curso para tirar o 9.º ano pelo menos, para arranjar um trabalho. (P2.2_Lisboa#2, sexo masculino, 18 anos)

Para o entrevistado seguinte, o motivo para estar desempregado prende-se com o facto de ser emigrante ilegal, ou, como o próprio explica, com não ter papéis:

Entrevistadora: E por que é que achas que estás desempregado?

Entrevistado: Porque não tenho os papéis. Para conseguires um trabalho, tens que ter os papéis. Sem os papéis, como é que podes trabalhar? Não posso trabalhar. Não tenho autorização de residência. (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos)

O trecho abaixo acentua, as desigualdades de género como explicação da situação de desemprego da entrevistada:

Entrevistada: [ficou feliz porque saiu de uma situação residencial muito difícil na casa dos pais] (...) Depois fiquei desempregada. Depois de ir para lá, comecei a minha vida do zero, dormir no chão, mas eu estava tão feliz. Fiquei desempregada, sem trabalho...

Entrevistadora: E porque acha que teve dificuldade para encontrar outro emprego?

Entrevistada: Por ser mulher, porque uma mulher sozinha no apartamento precisa de um homem, porque eu era solteira, porque eu não tinha companheiro (...) Mas, para mim, era ter aquela sensação que todas as entrevistas que eu vou, eu tenho capacidade, eu tenho as habilitações, eu sou a pessoa certa para ali e sempre entra pessoas abaixo de mim. Eu sentia essas portas a fechar, e também os apelos: «Tu não precisas trabalhar, pois eu vou-te ajudar.» [Refere-se às propostas que os candidatos a companheiro lhe faziam, sendo que até hoje não tem nenhum]. (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

Noutros casos, não se pode falar propriamente de desemprego, na medida em que não existe um processo de procura de emprego. Contudo, também não existe um processo de desemprego, vivendo-se numa situação de ambiguidade, na zona intermédia entre emprego e desemprego, que caracterizando a relação com o trabalho de boa parte dos entrevistados neste perfil.

Por outro lado, a inexistência de transporte (viável) para um local onde haja oferta de emprego é um obstáculo de monta para quem vive numa pequena aldeia do interior:

Entrevistadora: Mais tarde, voltou a procurar emprego, depois do nascimento do XXXX?

Entrevistada: Não. Olha, vou fazendo umas horitas por aí.

Entrevistadora: Uns biscates?

Entrevistada: Uns biscoitos, mas procurar assim trabalho, não, por causa que como eu não tenho transporte não me dá para eu... Aqui na aldeia, se não tiver transporte, não... (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo feminino, 46 anos)

Mas o desemprego pode também ser uma consequência das próprias ações, mesmo numa situação economicamente difícil:

Entrevistadora: Saiu de lá porque o contrato terminou ou porque se despediu?

Entrevistada: Fui eu que me despedi.

Entrevistadora: Despediu-se para vir para o desemprego?

Entrevistada: Não, porque depois, na altura, consegui arranjar para a XXXX [marca de produtos], para a XXXX [nome da empresa que fabrica os produtos]. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

O entrevistado abaixo ainda mal iniciou a sua carreira profissional, dado que regista apenas um emprego, mas já se despediu dele (tendo estado nesse primeiro emprego quatro ou cinco semanas, sempre sem qualquer contrato de trabalho):

Entrevistadora: E fazias limpeza. Trabalhavas todos os dias? Em que horários, lembras-te?

Entrevistado: Da meia-noite às nove.

Entrevistadora: Da meia noite às nove: era puxado.

Entrevistado: Pois era, daí saí e agora vou... quero ir para o cinema aqui no XXXX. (P2.2_Amadora, sexo masculino, 19 anos)

Em resumo, o que os entrevistados indicam como razões para uma situação de desemprego estão, em primeiro lugar, associadas aos motivos identificáveis pelo senso comum, desde logo a idade, mas também o género (feminino) ou a baixa escolaridade. A estes motivos, junta-se a condição de imigrante ilegal no país, referida num caso.

Não obstante, são também identificados outros motivos. Numa situação, refere-se o facto de se ter a qualificação adequada para o trabalho que se procura (preferindo os patrões, de acordo com a entrevistada, empregar pessoas com qualificações mais baixas, para pagarem menos). A este caso, há que juntar a avaliação da inutilidade dos cursos de formação como um motivo para a dificuldade em encontrar emprego (motivo identificado por uma entrevistada).

Por outro lado, verifica-se novamente a existência de uma situação intermédia entre emprego e não emprego. No caso aqui apresentado, o indivíduo identifica-se como desempregado, mas não está nem desempregado, nem empregado, permanecendo numa zona difusa e ambígua.

Finalmente, releve-se a situação de dois entrevistados que optaram por se desempregar, num caso por penosidade, sem perspectivas de um novo emprego, e no outro para ir para novo emprego, constituindo, portanto, duas situações muito distintas.

Uma das formas de resumir a relação com o mundo do trabalho de boa parte dos nossos entrevistados é através do conceito de trajetória de emprego em carrossel. Por muito que mudem de emprego e até de atividade, por muito que procurem um outro emprego, o que está ao seu alcance respeita a atividades sem qualidade, mal pagas, precárias, com baixos salários e penosas (Diogo, 2007).

Uma trajetória de emprego em carrossel implica a mudança frequente de emprego (e de atividade), com passagens pelo desemprego, sem que o indivíduo saia do mesmo lugar social (lugar de classe). Isto é, tal como acontece com os carrosséis, os indivíduos em trajetória de emprego em carrossel movem-se vertiginosamente entre empregos e atividades sem saírem do mesmo lugar social. Não se trata de uma situação associada à juventude que, com o passar do tempo, é superada, uma vez que tende a persistir ao longo do tempo, afetando boa parte ou mesmo a totalidade da trajetória profissional dos entrevistados. Todas as vantagens materiais e simbólicas da passagem do tempo consubstanciadas na ideia de carreira (numa organização ou numa profissão) estão ausentes desta forma de viver a trajetória laboral. Neste contexto, estamos, pois, em presença de precariedade no tempo, associada ao desemprego e à inexistência dos benefícios que se podem associar à ideia de progressão (Diogo, 2010).

O trecho abaixo salienta bem a principal característica desta trajetória de emprego em carrossel, a precariedade na situação laboral ao longo da trajetória de emprego (e não apenas num momento), aqui destilada numa única palavra, com que o excerto fecha: «instabilidade».

Entrevistada: Já tive fases boas, já tive fases más. Agora estou bem, como daqui a um mês já estamos outra vez mal. Tudo depende da situação deles, porque o meu pai não arranja trabalho, a minha irmã já está fora, trabalha por conta própria. A minha mãe é a única que tem um emprego certo.

Entrevistadora: Portanto, os rendimentos são incertos?

Entrevistada: São.

Entrevistadora: O que vos dá também alguma...

Entrevistada: Instabilidade. (P2.1_Porto, sexo feminino, 19 anos)

No caso abaixo, a entrevistada diz-se desempregada, mas vive de biscates, um caso típico de trajetória de emprego em carrossel. Neste excerto, salienta-se a situação de grande precariedade profissional e, ao mesmo tempo, a indefinição do estatuto, uma vez que nem está desempregada nem empregada, algo que temos vindo a designar como a zona intermédia entre emprego e não emprego (o desemprego é apenas uma das formas do não emprego).

Acresce que as atividades que a entrevistada vai fazendo são relativamente variadas, outra característica que podemos associar à trajetória de emprego em carrossel: a realização de um conjunto relativamente diversificado de atividades em pouco tempo, sendo todas precárias e desqualificadas.

Entrevistadora: O que são esses biscates?

Entrevistada: É, eu faço condomínios, limpo a casa e trabalho domingo e sábado à tarde num café, que é para ganhar horas extras, para ganhar dinheiro extra, que é a maneira que eu consigo orientar-me. Só com 250 euros eu não consigo, não é? E faço essas coisas por fora, que é para me orientar, tiro o meu dinheiro para gastar, que é para pagar água, luz. O dinheiro da renda é... [incompreensível]. O dinheiro da miúda que nem sequer devia-o de o gastar não é, porque é dela, mas tenho que gastar a algum lado, porque não posso... E vou-me orientando assim. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

Uma outra entrevistada resume assim a sua trajetória (de emprego em carrossel): por mais que tenha mudado de emprego nunca encontrou uma situação estável, nem bem remunerada, e apenas esporadicamente houve contrato. O que se salienta aqui, para além da diversidade de atividades, é a persistência ao longo do tempo da situação de precariedade, associada à desqualificação das atividades desempenhadas. Para mais, as atividades profissionais foram entrecortadas por cursos dos quais não resultou um emprego estável (no momento da entrevista, a entrevistada trabalhava há nove meses numa pastelaria sem contrato). Estes cursos podem, aliás, ser vistos como formas intermédias entre emprego e desemprego:

Entrevistadora: Sabe-me dizer mais ou menos quantos trabalhos diferentes já teve, a começar pela primeira vez que foi para a XXXX [país]?

Entrevistada: Já trabalhei a cuidar de crianças em casa de particulares, já trabalhei num hotel, na XXXX [país]. Depois vim para Portugal, trabalhei então nessa tal loja [uma loja dos 300], já estive numa casa de particular grande, três anos e meio, é quando me separei, ganhava 440 euros, era um bom ordenado naquela altura, e a partir daí depois fui para o fundo de desemprego, nunca mais consegui arranjar [vive de biscates]. Depois, na altura quando estava no fundo de

desemprego, estive a trabalhar na escola aqui em XXXX, através do fundo de desemprego, quase nove meses. Depois saí, depois é quando fui para os cursos. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

No caso seguinte, acontece a mesma coisa, a entrevistada declara-se como desempregada, mas faz biscates. Neste trecho, salienta-se também a questão da mobilização da rede de relações interpessoais para se encontrar uma atividade laboral, neste caso, através da iniciativa dos potenciais empregadores:

Entrevistadora: A Sra. XXXX neste momento está então desempregada, certo?

Entrevistada: Hum-hum.

Entrevistadora: E então fale-me aqui um bocadinho... Nós estávamos ali a falar há pouco disto de a Sra. XXXX fazer uns biscates.

Entrevistada: É...

Entrevistadora: Como é isso?

Entrevistada: Pronto, como sou muito conhecida, quando estão aflitas no restaurante, telefonam-me: «Podes vir cá ajudar? Vem cá ajudar para lavar as loiças.» Senhoras, limpezas de escada incluindo. E é sempre aqui à volta. (P2.4_Lisboa#2, sexo feminino, 61 anos)

No trecho abaixo, o que se destaca não é apenas a intermitência da atividade, ou a sua informalidade, mas também a variedade das atividades desenvolvidas. Não há uma especialização que enfatize competências profissionais, fazendo-se um pouco de tudo o que sejam trabalhos manuais desqualificados. Outro fator a ter em conta tem a ver com o grau da precariedade. Neste caso, está envolvida a forma mais extrema dessa precariedade, o trabalho ao dia³⁹:

Entrevistador: E o que é que o senhor faz?

Entrevistado: Às vezes, a limpar os caminhos. Agora, limpar as ruas e pintar umas paredes.

Entrevistador: Com que frequência trabalha com a Junta?

Entrevistado: É assim, um mês vai um, outro mês vai outro e assim vai até que chega o meu mês de novo.

³⁹ De notar que nem todas as situações de precariedade são iguais. Com efeito, é muito diferente um contrato a prazo de um trabalho ao dia, à hora ou à tarefa. No primeiro caso, há alguma proteção social e alguma regularidade (pelo menos enquanto dura), no segundo, mesmo as garantias limitadas do primeiro caso estão em regra ausentes e não existe qualquer regularidade (e previsibilidade) nos rendimentos. Para mais, em regra, o trabalho ao dia, à hora ou à tarefa está associado à informalidade, isto é, à ausência de deveres e, por consequência, de direitos na relação laboral.

Entrevistador: Ah, então fica mais de um mês sem ser chamado?

Entrevistado: É mais. Se trabalhar até segunda-feira, se calhar fico dois/três meses sem trabalho.

Entrevistador: Mas no mês que trabalha é durante todo dia?

Entrevistado: Trabalho, enquanto houver trabalho, há. Por exemplo, se terminar de limpar a rua, acabei. Sou pago os dias que tenho. (P2.4_Boticas, sexo masculino, 52 anos)

A existência de um grande número de atividades distintas em poucos anos é uma das marcas da trajetória de emprego em carrossel, às quais se pode associar quer um elevado grau de informalidade dessas atividades, quer, no caso vertente, o trabalho à hora (que, recordemos, se trata de uma das formas extremas de precariedade laboral):

Entrevistadora: No geral, já tiveste uma panóplia de trabalhos entre recibos verde e contratos. Consegues dizer-me quantos trabalhos?

Entrevistada: Não sei, só vendo mesmo no currículo, (...) mas posso dizer que tive, sei lá, mais de dez já tive. *Part-time* noutros sítios, e sim, porque, entretanto, eu quando estava ali no lar especializado, estava a esse contrato, estava a fazer *baby-sitter* e também cá fiz aniversários, animações também fazia. Ou seja, eu estive durante um ano e tal com três trabalhos ao mesmo tempo. Sim, sim chamavam-me e, se não estivesse a trabalhar, eu ia. E mesmo que eu fizesse tarde, mesmo que entrasse às quatro horas da tarde no lar especializado e no fim-de-semana tivesse trabalho, ou seja tinha fins-de-semana em que trabalhava, saída de casa às oito e tal da manhã e só chegava a casa à uma da manhã. (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos)

Os jovens, mesmo os mais qualificados, podem estar em situação de grande precariedade, traduzida em trajetórias de emprego em ioiô, como referido por José Machado Pais (2001) e confirmado por outros autores (Guerreiro & Abrantes, 2007). Contudo, mais do que uma situação de entrada e saída de empregos entrecortada por períodos de desemprego acantonada a um período da juventude, em muitas situações verifica-se uma trajetória de emprego em carrossel. A situação abaixo configura um desses casos. A entrevistada relata uma sucessão de atividades laborais, todas mais ou menos na mesma área, mas todas envolvendo precariedade. No caso vertente, verifica-se ainda a existência de trabalho à hora, como forma mais intensa de precariedade:

Entrevistada: Quando vim para cá quando vim estudar, eu estive a fazer trabalhos de *baby-sitter*. Tinha um trabalho em continuidade com duas crianças que não tinham... A mãe tinha falecido e eu é que era a mãe para eles, porque o pai trabalha muitas horas e eu é que de manhã tinha de ir

muito cedo para lá (seis horas) em que o pai saía de casa e ia para... preparava tudo para os levar à escola e depois ia buscá-los à escola e ficava até as dez/onze da noite. E então, nessa distância, chegava a casa às onze da manhã e depois tinha de sair de casa pelas duas e tal/três horas e estudava. Estudava a essa hora, fazia trabalhos da universidade e era muito assim. Depois voltava para casa quase à meia-noite e depois acordar outra vez às cinco da manhã. Estive quase dois anos assim, os dois primeiros anos do curso assim.

Entrevistadora: Dos 26 aos 28?

Entrevistada: Sim, sim. Depois o último ano do curso eu já estava... fui para esse lar especializado trabalhar como educadora. Eram jovens que estava a cumprir penas e estive lá durante dois anos, ou seja, estive lá quando acabei o curso, a minha gravidez... estive lá quase dois anos.

Entrevistadora: E era a contrato também?

Entrevistada: Era a contrato, sim, era a contrato.

Entrevistadora: Então a contrato foi o teu primeiro emprego no lar. E agora?

Entrevistada: O resto era a recibos verdes. E agora ainda continuo a recibos verdes. E agora estou como *baby-sitter*, mas, dada a continuidade, tudo serviços pontuais com turistas. Ou seja, pode ser daqui a uma semana em que estou completa com serviços em qualquer parte, ou num sítio ou noutro. Ou não tenho trabalho porque não consigo estar com o meu filho, mas eles estão sempre a chamar, mas pronto. É um trabalho muito precário. Pois, não acabo por receber grande coisa, porque tenho de descontar para a Segurança Social, isso é muito mau. Fazendo o desconto e descontando isso à hora, às vezes é menor que o ordenado mínimo. O trabalho à hora, o desconto fica assim. E é assim. (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos)

O caso seguinte exemplifica igualmente bem aquilo em que consiste a trajetória de emprego em carrossel, associando-se aqui a várias características que a potenciam, desde a juventude ao género:

Entrevistada: É assim, eu na altura eu fui tirar um curso de Arqueologia. Pensava acabar o curso e ir para a faculdade, mas depois, consoante as dificuldades financeiras que ultrapassava com os meus pais, acabei a escola e decidi trabalhar para ter dinheiro para as minhas coisas e então deixei a faculdade um pouco de parte e deixei esse sonho um bocado de lado. Em diante, comecei a trabalhar em restauração, lavar loiça, ajudante de cozinha, fui trabalhar para fábricas (para duas fábricas na altura) e sempre tive a ambição de ir para a faculdade, mas antecipei sempre. Vou para o ano, vou para o ano, vou para o ano. Entretanto, decidi estudar outra vez e tirei o curso de assistente dentária. Tirei o curso durante um ano e meio, em que tinha que pagar o curso. Saí de casa dos meus pais, vivia num quarto alugado. Entretanto, deparei-me com o desemprego, fiquei

desempregada, meti o subsídio de desemprego, acabou o subsídio de desemprego, fiquei sem trabalho, não arranjei trabalho. Tive que sair na casa onde estava, voltar a casa dos meus pais, desempregada. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Acresce que a trajetória de emprego em carrossel pode ser potenciada pelo contexto familiar quando este não permite o desenvolvimento de uma relação laboral mais estável ou, pelo menos, com um maior aproveitamento do potencial de trabalho, como acontece no caso da entrevistada seguinte. Aqui, destaca-se ainda a desigualdade de género e as dificuldades de conciliação família-trabalho, sendo a prioridade familiar dada ao emprego masculino (independentemente das razões aduzidas para isso acontecer). Por fim, não há menção a nenhum apoio familiar ou institucional que sirva de ajuda aos cuidados com o filho, facilitando assim a conciliação em apreço:

Entrevistada: (...) E então queres voltar e como sabiam que não ia voltar para o trabalho... então vamos dar aqui prioridade em serviços, ou seja, se eu tivesse mais disponibilidade, eu teria mais serviço, muitas vezes por semana, mas depois eu não tenho é disponibilidade porque não tenho com quem fique, porque os serviços são mais à noite, e mais à noite o meu companheiro está a trabalhar. Podia ter horas que me fizessem ter um ordenado ou coisa assim mais regular..., mas não dá porque a parte familiar não faz com que... esse tipo de serviço, eu acabo por não dar resposta. (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos)

A trajetória de emprego em carrossel pode, no caso dos imigrantes, estar associada a situações de grande penúria. O entrevistado é natural da Guiné-Bissau e imigrou para Cabo Verde antes de vir para Portugal (onde é imigrante ilegal). Em Cabo Verde, passou por duas ilhas sempre em situação de grande precariedade profissional e pessoal:

Entrevistadora: Que idade tinhas quando foste para a Ilha do Sal?

Entrevistado: Tinha 20 anos. Na Praia, vivi só um ano e oito meses. Depois fui para a Ilha do Sal já com 21/20 anos, já nem me lembro.

Entrevistadora: E foste então para o Sal. E aí continuaste a trabalhar em carpintaria ou na construção?

Entrevistado: Lá, ainda não podia trabalhar na carpintaria. Lá, ainda batalhei por uns dias, porque não havia ninguém para me receber. Costuma-se dizer que Cabo Verde é como a Europa [risos]: se chegares lá, não tem ninguém para te acolher, porque a vida é mais cara e na casa não se pode pôr ninguém. Dormi três dias na rua. Depois encontrei uma obra onde estavam a fazer a vila, que era

a Vila XXXX. Fui falar com o segurança dessa tal vila e começou a deixar-me dormir lá na obra. Dormi lá uma semana, mas sempre pedindo trabalho todos os dias. Andei lá a pedir para carpinteiro, para eletricista. Pedia a todo o mundo, mas ninguém me dava trabalho. Após uma semana, encontrei este tal senhor que era italiano. Ele era eletricista e eu já andava atrás dele há tanto, tanto tempo. Andava sempre atrás do gajo [risos] e um dia ele disse assim: «Tu estás armado aí em eletricista. Se queres trabalhar, vem cá» porque era para puxar um cabo e ele precisava de alguém [risos]. (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos)

Contudo, a vinda para Portugal não parece ter melhorado a situação. A ilegalidade traduziu-se em vulnerabilidade e na continuação da precariedade profissional e pessoal. Na altura da entrevista, já sete anos depois da chegada, o processo de legalização continuava pendente:

Entrevistadora: E ficaste a cargo da tua irmã ou conseguiste trabalho? Como é que foi?

Entrevistado: Não consegui trabalhar porque não tinha os documentos legalizados. Tive de recorrer à legalização e, enquanto isso, andei por aqui e por ali: arranjava um quintal de alguém, ia pintar alguma coisa... arranjava assim um pouco de tudo e ganhava aos poucos. Mas aquilo não estava a ser fácil, porque o SEF [Serviço de Estrangeiros e Fronteiras] também não dava trégua. (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos)

A vulnerabilidade social permite a exploração. A situação relatada constitui um caso extremo de informalidade laboral:

Entrevistado: [a entrevistadora pergunta por contratos no percurso laboral] Sem contrato. Havia lá dois inspetores: o XXXX [nome do inspetor] e a XXXX [idem]. Eles talvez andavam emburrados comigo, não sei porquê.

Entrevistadora: Inspetores do SEF?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Andavam sempre atrás de mim. Em todo o sítio que eu estava a trabalhar, iam lá, mandavam parar o trabalho, davam multa ao dono do trabalho.... Aquilo era uma palhaçada.

Entrevistadora: Tu trabalhaste em quê? Construção civil?

Entrevistado: Sim. E o pior de tudo é que, sabendo que eu não tinha documentação e que não podia trabalhar, puseram-me a trabalhar na casa do diretor do SEF! Logo um trabalho que era

muito perigoso. Um trabalho de desentupimento dos canos que custava mais do que vinte e tal mil euros para fazer.

Entrevistadora: Mas quem é que mandou?

Entrevistado: O diretor do SEF, ele conhece-me muito bem. Lá no condomínio onde ele morava, era preciso alguém para limpar aquilo. (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos)

Em apenas um dos casos se verifica uma trajetória precária que termina em emprego estável (embora não seja suficiente, neste caso, para que a entrevistada deixe de ser pobre⁴⁰).

Entrevistadora: Consegue mais ou menos dizer-me quantos trabalhos diferentes é que teve ao longo da sua vida?

Entrevistada: Como assim? Lá no colégio ou só...?

Entrevistadora: Até chegar ao colégio.

Entrevistada: Ah, quando saí da escola, depois fiquei a tomar conta de crianças na casa dos meus pais, qua ainda morava lá. E depois, entretanto, fui.... Enfiei-me num curso de costura, durante um ano, de '94 para '95. Depois, em '95, fui para o colégio.

Entrevistadora: Mas disse que ainda fazia uns trabalhos num restaurante.

Entrevistada: Fins-de-semana, mas acabei por deixar. (P2.5_Amadora#1, sexo feminino, 41 anos)

Enfim, nos casos observados existem sempre particularidades individuais, mas verifica-se a persistência de atividades laborais precárias ao longo do tempo, com um elevado grau de informalidade e, com regularidade, entrecortadas por períodos de desemprego e, menos frequentemente, de formação. Por isso, associar a precariedade a um momento relativamente acantonado ao período da juventude e a uma trajetória de emprego em ioiô não é suficiente para explicar o que se passa com os indivíduos em situação de pobreza. Nestes casos, independentemente da idade, é melhor mobilizado o conceito de trajetória de emprego em carrossel. As suas características nucleares encontram-se nas diversas entrevistas que fomos analisando e apresentando ao longo deste capítulo, desde logo, uma situação de precariedade laboral que se prolonga no tempo, entrecortada ou não por períodos de desemprego, à qual se associa a desqualificação das atividades desenvolvidas, bem como, com frequência, a sua informalidade. Importa lembrar ainda que, em alguns casos, as atividades desenvolvidas se situam na zona intermédia entre emprego e desemprego, sendo que os poucos processos de formação identificados não parecem ter impacto relevante na amenização deste estado das coisas.

⁴⁰ Com efeito, o baixo rendimento de trabalho e um menor a cargo colocam-na abaixo do limiar de pobreza.

Assim, por muito que os indivíduos vão mudando de atividade ao longo da sua trajetória profissional (que é parte da sua trajetória de vida), as situações relatadas mostram que não saem do mesmo lugar social (desqualificado).

É ainda de notar que existe um caso de uma entrevistada que se encontra numa situação estável no trabalho e ao mesmo tempo em situação de pobreza, o que demonstra que não basta ter um trabalho regular para deixar de se ser pobre, dado que o montante recebido e a composição do agregado familiar são determinantes para se definir a posição de cada indivíduo em relação à pobreza. O caso respeita a um agregado monoparental feminino em situação de pobreza, uma categoria social que, de acordo com a literatura (Capucha, 2005, p. 192; Pereirinha *et al.*, 2008, p. 15), é particularmente vulnerável à pobreza, como já se tinha salientado no capítulo anterior a partir dos dados do INE.

4.2. Identidade e satisfação em relação ao trabalho

Uma das questões identificadas nas entrevistas respeita à definição de si como trabalhador ou como doente. A relação com o trabalho tem um papel estruturador na construção da identidade social dos indivíduos, quer para si, quer para os outros, como nos mostra Dubar (1997). As consequências dessa relação na forma como os indivíduos veem o mundo, se posicionam nele e são posicionados pelos outros, são centrais para a compreensão das dinâmicas sociais e do processo de produção das desigualdades (onde a pobreza se enquadra), bem como da agência dos indivíduos pobres.

Assim, um primeiro aspeto identificado nas entrevistas foi a complexidade da distinção entre trabalho e não trabalho, pois entre uma situação e a outra existe uma área difusa que os entrevistados referem e que dificulta a identificação destes como trabalhadores ou com uma profissão em concreto:

Entrevistadora: Então, tu estás desempregado há quanto tempo?

Entrevistado: É a mesma pergunta que a tua colega está a fazer. Eu nunca estive empregado [risos]. Se eu nunca trabalhei...

Entrevistadora: Não. Tu já trabalhaste.

Entrevistado: Nunca trabalhei! Como é que eu trabalhei?! Fazia biscates! Nunca trabalhei com contrato ou com algo do género. Nunca, nunca, nunca, nunca. (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos)

O trecho acima é particularmente ilustrativo na medida em que é possível, aos 40 anos de idade, afirmar-se que nunca se trabalhou apesar de se ter desenvolvido diversas atividades laborais. A reação da entrevistadora é particularmente interessante, contrariando o entrevistado devido à surpresa causada

por essa afirmação, feita num momento em que a entrevista ia já avançada, depois da descrição do percurso laboral do entrevistado, pelo que contrasta com o anteriormente dito. Contudo, essa reação levou o entrevistado a justificar-se, sendo essa justificação da maior relevância para que se compreendam os processos identitários em relação ao trabalho. Está aqui em causa uma conceção de trabalho que o associa à estabilidade laboral proporcionada por um contrato, algo que nunca esteve ao seu alcance (no momento da entrevista estava desempregado, a fazer biscates). Isto é, está em causa o efeito da precariedade laboral na obstaculização da definição de si como trabalhador.

A dificuldade em se definir como trabalhador, dada a precariedade, não é igual para ambos os géneros. No caso das mulheres, a possibilidade de se definirem como mães ou domésticas (implícita na última frase do trecho abaixo) amplifica a possibilidade de não se definirem como trabalhadoras por existir uma alternativa legítima de definição de si. No excerto abaixo, não está tanto em causa a dificuldade de se encontrar emprego, dada a idade, mas o facto de, no final, a entrevistada declarar que o companheiro não a obriga a uma inserção profissional («não me obriga a fazer certas coisas»), deixando-lhe espaço para que possa exercer legitimamente a atividade de doméstica:

Entrevistadora: E acha que tinha dificuldades em arranjar trabalho como costureira agora, por exemplo?

Entrevistada: Acho que não, acho que não. Só que eu já fui responder a um anúncio e disseram que eu estava velha, já não dá para aceitar essas coisas.

Entrevistadora: Ah, o motivo foi a idade?

Entrevistada: Pedem a... [impercetível]. Olha, as mais novas são capazes de não fazerem o que eu faço, mas pronto. Lá... Não insisto. Faço uma limpeza aqui, uma limpeza ali, olha, vai dando, bocadinhos. O companheiro que eu tenho também não me obriga a fazer certas coisas.
(P2.4_Lisboa#2, sexo feminino, 61 anos)

Note-se ainda que no trecho acima está também presente a questão da zona intermédia entre emprego e desemprego. A entrevistada declara-se desempregada, mas, ao mesmo tempo, vai exercendo algumas atividades laborais, precárias ao ponto de não as considerar propriamente trabalho e muito menos emprego.

As atividades muito precárias desenvolvidas pelos jovens (e, por exemplo, relatadas por Pais, 2001) não são por estes consideradas como trabalho, como é o caso de uma jovem de 20 anos cujo depoimento expomos abaixo. Contudo, esta entrevista não se destaca das anteriormente apresentadas pela idade da entrevistada. No caso das pessoas em situação de pobreza, a juventude não é um fator central na obstaculização da construção identitária pelo trabalho, estando antes em causa a relação com

a atividade laboral. A marca da precariedade é tão forte que não permite que os entrevistados classifiquem o que fazem como trabalho. Poder-se-ia alegar que se trata de uma pequena experiência no contexto de uma carreira escolar. Todavia, nada impedia a entrevistada de assumir essa experiência como trabalho, algo que manifestamente tem dificuldade em fazer:

Entrevistadora: E já teve alguma experiência de trabalho?

Entrevistada: Não, nunca trabalhei [risos]. Aliás, não foi trabalho, não é? Com essa coisa dos mirtilos, não sei se já ouviu falar.

Entrevistadora: Das plantações aqui? Sim, sim.

Entrevistada: Sim. Da apanha de mirtilos. Pronto, no Verão passado, eu e uma colega foram ajudar a apanhar e claro que recebemos algum dinheiro e, por exemplo, quando é a apanha do mirtilo...

Entrevistadora: Mas com contrato e assim?

Entrevistada: Não, não.

Entrevistadora: Uma coisa informal.

Entrevistada: Exatamente. É assim, também, às vezes, quando são as vindimas e assim e precisam de alguém, eu vou e aproveito, não é?

Entrevistadora: Vai ajudando.

Entrevistada: Ajuda sempre alguma coisa. (P2.1_Castelo de Paiva, sexo feminino, 20 anos).

Por contraponto aos casos acima apresentados, a definição de si como trabalhador pode ser bastante central na vida dos indivíduos, como é particularmente evidente no caso do entrevistado abaixo, que se concentra nessa identidade. Está aqui em causa a dimensão factual do depoimento, em que o entrevistado valoriza a dimensão da definição de si enquanto trabalhador, enfatizando este estatuto junto do entrevistador. De notar que, em alternativa, o entrevistado poderia ter destacado o facto de ter sido obrigado a trabalhar desde pequeno e de, por isso, não ter tido infância (como fez a entrevistada P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos):

Entrevistador: Peço que me conte um pouco de sua infância.

Entrevistado: A minha coisa é trabalho ... sempre.

Entrevistador: Desde criança?

Entrevistado: Criança, sempre.

Entrevistador: Lembra-se com que idade começou a trabalhar?

Entrevistado: Ui, comecei aos sete. (P2.4_Boticas, sexo masculino, 52 anos)

Neste caso, a definição de si como trabalhador aparece associada à penosidade: tendo ingressado precocemente no mercado de trabalho, viu-se na contingência de ter de caminhar um quilómetro por dia para o poder fazer (sublinhando-se de forma subentendida tratar-se de uma atividade penosa para uma criança de sete anos). A maneira como se refere ao facto evidencia o estoicismo com que lidou com uma situação penosa. Acresce que o entrevistado poderia ter escolhido não falar deste detalhe ou ter falado dele destacando a penosidade. Contudo, o que escolheu dizer e a forma como escolheu fazer o seu relato sublinham a sua identidade como trabalhador junto do entrevistador, o que claramente é importante para si e para a sua relação com os outros (identidade para si e identidade para os outros, na linha de Dubar, 2000):

Entrevistado: Ia para aí uma hora. Levava uma hora no caminho com as vacas para lá para o monte. Tinha para aí sete anitos, era todos os dias. (P2.4_Boticas, sexo masculino, 52 anos)

Noutro caso, a força da vontade de trabalhar (até porque, no caso da entrevistada abaixo, não há rede familiar de suporte) e a ética do trabalho foram evidentes ao longo de toda a entrevista, estando habilmente condensadas na fase seguinte:

Entrevistada: Eu quero trabalhar, não quero viver à custa de indemnizações. (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

A definição de si como trabalhador pode ser apresentada associada à herança dos valores do seu progenitor, verificando-se que esta é introduzida pelo entrevistado num momento precoce da entrevista, marcando a relevância da definição para si («Sempre fui trabalhar, sempre gostei de ajudar»):

Entrevistadora: Lembra-se se em alguma altura a sua família recebeu algum apoio de alguma instituição, por exemplo, de uma instituição religiosa?

Entrevistado: Nada. O meu pai era um batalhador. O meu pai levantava de madrugada [inaudível]. Mas também inclui trabalhar no campo, em terrenos [inaudível]. Sempre muito trabalhador, nunca deixou faltar nada. A minha mãe trabalhava para o campo e nós também ajudávamos. Havia alguns que gostavam, outros nem por isso, eu e os meus irmãos. Por exemplo, o meu irmão mais novo nunca gostou. Nós fazíamos daquilo um desporto. Todos davam o máximo. Sempre fui trabalhar, sempre gostei de ajudar. (P2.5_Amadora#2, sexo masculino, 54 anos)

Em alguns casos a definição de si como trabalhador não é feita na primeira pessoa, mas em sistema de *proxy* (procuração), para a sua família, neste primeiro exemplo, para uma irmã:

Entrevistada: E a minha irmã desde nova começou a trabalhar para ajudar. Foi ela que pagou a faculdade toda dela, porque naquele momento não havia dinheiro. (P2.1_Porto, sexo feminino, 19 anos)

Mas também em relação a si própria:

Entrevistada: Eu agora nas férias faço uns trabalhos e se calhar junto dinheiro para ir para a faculdade. (P2.1_Porto, sexo feminino, 19 anos)

De notar que o caso seguinte sai bastante do estereótipo da relação com o tempo, o dinheiro e o trabalho da pessoa em situação de pobreza. Neste caso, trabalhou-se, mesmo havendo uma atividade que permitia legitimamente não o fazer (o estudo), poupou-se e planeou-se o futuro. Estamos perante um caso de definição antecipada de si como trabalhadora. De certa forma, esta entrevista é enquadrável no modo de vida da poupança identificado por Luís Capucha (2005):

Entrevistada: Mas sempre quis trabalhar... queria fazer... Eu ando na universidade não é por... até porque hoje em dia já não há aquela ideia de que quem vai para universidade tem o emprego garantido, pelo contrário [risos]. Mas também algo muito para fazer aquilo que eu gosto, não é? Porque se uma pessoa gostar de trabalhar numa caixa de supermercado, acho que não deve abdicar disso só para dizer que tem um curso. Acho que as pessoas devem fazer as coisas que realmente gostam. E com isto não digo que um dia vou trabalhar no que realmente gosto, não é? Porque não está fácil, mas eu queria então ingressar na universidade (...) (P2.1_Castelo de Paiva, sexo feminino, 20 anos)

Uma questão que também merece destaque refere-se à existência de atividades laborais que os nossos entrevistados não conseguem designar por um nome, desde logo no trabalho agrícola. No caso abaixo, está em causa a realização de um grande conjunto de tarefas desqualificadas às quais nenhum sindicato, convenção coletiva de trabalho ou costume associou um nome de profissão. Mesmo as designações genéricas de trabalhador agrícola ou de trabalhador familiar não remunerado estão ausentes do discurso.

Entrevistadora: Desde novinha que já trabalhava com os seus pais na agricultura?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: Que atividade fazia?

Entrevistada: Tanto apanhar batatas como semear batatas, apanhar milho, ceifar, tudo. Fazia de tudo um pouco.

Entrevistadora: O pastoreio?

Entrevistada: Sim, ir com as ovelhas ou com as cabras, ou com as vacas, tudo. Tínhamos de fazer tudo um pouco, não é? (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos)

A dificuldade que os indivíduos apresentam na identificação da sua atividade a partir de uma palavra que designe uma profissão não se esgota nas atividades típicas do mundo rural e estende-se a atividades urbanas (embora no mundo urbano a diversidade de atividades possíveis tenda a esconder este facto). O trecho seguinte traz-nos outra questão importante, a distinção entre trabalho (atividade) e emprego (condições objetivas em que é exercido, com destaque para o seu enquadramento legal):

Entrevistada: (...) Podia ter um empregozito para trabalhar nisso. Era por isso que eu gostava de estudar. É por isso que eu digo às minhas próprias filhas para seguirem nos estudos, tirarem um curso, para um dia mais tarde não acontecer como eu: ter que trabalhar na agricultura, e pronto, para terem alguma coisa na vida. (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos)

A definição de si como trabalhador pode não estar associada a uma profissão. O caso seguinte é de grande interesse por clarificar bastante a existência de uma zona difusa entre trabalho e não trabalho na organização social em Portugal. A entrevistada identifica-se como doméstica. Na realidade, vai acumulando a lida da casa com a função de trabalhadora familiar não remunerada e, ao mesmo tempo, vai fazendo alguns biscates pontuais de limpeza de casas alheias (sobretudo de emigrantes), desenvolvendo um verdadeiro portfólio de atividades laborais. Como as atividades que exerce são, na sua maioria, no seio da agricultura de subsistência, não se define com trabalhadora, mas, ao mesmo tempo e de forma aparentemente contraditória, descreve-se como uma «trabalhadora incansável». Esta contradição é característica desta zona difusa entre trabalho e não trabalho. Do ponto de vista societal, verifica-se que a entrevistada desenvolve atividades que só podem ser classificadas como trabalho, mas, por outro lado, essas atividades não se enquadram em qualquer regulação legal: não há uma profissão legalmente reconhecida, sendo atividades precárias e muito irregulares, não há descontos e, em alguns casos, nem sequer remuneração.

Acresce que, do ponto de vista individual, se a entrevistada não se define como trabalhadora, nem, em consequência, associa as suas atividades a uma profissão, descreve, ainda assim, uma vida inegavelmente de trabalho árduo. Estamos, pois, perante uma dupla contradição, societal e individual, que só pode ser classificada como definindo uma zona cinzenta entre trabalho (aqui entendido em sentido estrito, como uma atividade regular, legalmente enquadrada, alvo de retribuição monetária e, acima de tudo, reconhecida como trabalho pelo sujeito e pelos outros, mas também passível de ser definida através de um nome de profissão socialmente aceite – a maioria das vezes através de uma única palavra) e não trabalho (aqui entendido como o desenvolvimento de atividades que não são alvo das operações socio-simbólicas acima elencadas atribuídas ao trabalho). Note-se também, neste trecho, a presença de conformidade e estoicismo em relação ao trabalho desenvolvido («se o trabalho é assim, é assim.»):

Entrevistada: É galinha e coelho e tenho meia dúzia de ovelhas, de vez em quando para termos um cordeirozinho para comermos, mas de resto não é por dizer que: «Ai, tem as ovelhas. Se calhar, está cheia de dinheiro.» Não, estou cheia de trabalho. Porque ainda agora, daqui a um bocadinho, já temos que ir botar os animais. Meu marido já foi lá de manhã botar de comer na corte e depois mais logo temos de ir botar os animais, que...

Entrevistadora: É um cuidado diário.

Entrevistada: É, é. Por exemplo, quando eu saio com a minha mãe, o meu marido já tem que falhar ao trabalho, para ficar, para ele tratar dos animais. Porque quando tenho que sair com a minha mãe... Ainda ontem fui Vila Real, foi ele que tratou dos animais.

Entrevistadora: Sim, sim. Não tem descanso, não é?

Entrevistada: Não. Nem sábados, nem domingos, nem feriados, a chover, a nevar, a tudo, tenho que tratar dos animais, senão não tenho nada para comer, não é? Se não tiver as coisas, não cai do céu, como diz o outro. Mas pronto, é assim, se o trabalho é assim, é assim. (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos)

O trecho seguinte apresenta diversas características que o tornam particularmente interessante. Desde logo a questão que temos vindo a debater da definição da atividade como uma profissão e, em sequência, como um elemento definidor de uma identidade em relação ao trabalho. Mais uma vez, essa possibilidade não se concretiza. A atividade é designada a partir da descrição das tarefas que envolve. Contudo, é aqui introduzida pela primeira vez a questão das desigualdades de género. Neste caso, estamos perante uma atividade feminina que prolonga claramente no mundo do trabalho as competências domésticas, sendo que, na conceção da entrevistada, o que identifica alguém como uma

«mulher autêntica» remete para competências domésticas que não se distinguem das competências necessárias à atividade profissional.

Além disso, este trecho é também muito relevante por cruzar um terceiro nexo importante: a dicotomia entre o antes e o agora, neste caso, comparando-se a maneira como a entrevistada aprendeu com a forma como hoje se aprendem essas competências. Nas palavras da entrevista, o passado associa-se a maiores dificuldades e constrangimentos e o presente a mais facilidades.

Entrevistada: Era 40 euros. Por mês. Era o que a gente ganhava na altura. Não era nada. E trabalhava na altura que eu fui para XXXX [cidade estrangeira], ainda me lembro perfeitamente, tomava conta de duas meninas. Aí já tinha 15 anos, e fazia de comer para nove pessoas. E passava ferro, e arrumava a casa e tudo. Foi aí em que aprendi... Na altura, antigamente aprendia-se a ser mesmo mulher muito mais cedo do que agora. Por exemplo, a minha filha tem 15 anos, sabe fazer tudo, é uma mulher autêntica. De comer, desenrasca-se, mas não é fazer de comer como a nós, é diferente. Mas se ela um dia for daqui para fora, já sabe fazer tudo. Sabe arrumar uma casa, sabe tratar das coisas todas de casa. Está habituada com tudo, porque sempre habituaram a mim e eu habituei a ela. Mas não quer dizer que eu a mande, como faziam a mim. Porque eu, quando fui para XXXX [cidade estrangeira], puseram-me um lenço vermelho ao pescoço para quando eu sair do autocarro para os patrões saberem quem eu era. Pois é, era complicado. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

A definição de si como trabalhadora pode passar, como acontece no trecho seguinte, por um processo de associação do trabalho à responsabilidade e à dificuldade («não é fácil»). Está aqui em causa a associação do ser trabalhadora a um certo estoicismo. Trabalhar é um sacrifício, mas, apesar de não ser fácil, faz-se na mesma:

Entrevistadora: E você morava na casa dos patrões?

Entrevistada: Sim, sim. Morava na casa, porque eles tinham duas meninas e eu... Eles iam trabalhar e eu ficava a tomar conta da casa e das miúdas durante o dia. Era a responsabilidade que eu tinha.

Entrevistadora: Aos 12 anos.

Entrevistada: Não é fácil, mas a gente tem força de vontade, consegue dar a volta. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

Por outro lado, a definição de si como trabalhador pode estar associada à produção de projetos de futuro tangíveis, isto é, através do desenvolvimento de esforços concretos para se atingir um

determinado objetivo. É o caso deste estudante do ensino superior que trabalhou dois anos para juntar dinheiro para ir estudar. Estas ações implicam uma motivação e uma disciplina que não estão ao alcance de todos. Mais uma vez, está aqui em causa o estoicismo de que acima se dá conta (e que contrasta com os estereótipos sobre os pobres). Ao mesmo tempo, saliente-se o efeito geracional (é um jovem escolarizado que nos fala dos seus planos):

Entrevistado: Lembro-me perfeitamente que o dinheiro que eu consegui juntar um bocado de ter trabalhado, gastei logo todo para me sustentar até a bolsa sair, porque a minha bolsa saiu quase em Dezembro e estamos a falar de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro sem ajuda nenhuma. (P2.1_Guimarães, sexo masculino, 20 anos)

No entanto, mesmo referindo-se a um trabalho feito na condição de estudante, este é um caso raro em que há referência à valorização do trabalho a partir de algo que faz parte do próprio trabalho (o gosto em «encontrar resolução a nível de exercício para doenças com falta de mobilidade»). Não obstante, mesmo neste caso, não deixa de estar presente a preocupação com o salário. Isto é especialmente compreensível para quem só pode estudar com poupanças de trabalho anterior e por estar a receber uma bolsa de estudo:

Entrevistado: Pronto, estou fazendo algumas investigações já (sou colaborador na minha universidade) que é sobre adaptação fisiológica a exercícios, mas o que eu mais tenho um gosto e espero é tentar encontrar resolução a nível de exercício para doenças com falta de mobilidade, acho que é mais para ajudar as outras pessoas que eu me sinto também bem. Então é mais por aí que eu quero encarar o meu futuro e também ajudar a minha família, o que é óbvio, porque acredito que seja mais fácil para mim depois de ter um ordenado mais digno, visto que aqui em Portugal os licenciados ganham X. (P2.1_Guimarães, sexo masculino, 20 anos)

Em resumo, a definição de si como trabalhador é uma questão importante na nossa sociedade, na medida em que tem um papel importante na construção da identidade social (para si e para os outros) e influencia o posicionamento social e as desigualdades que dele derivam, sendo um importante motor da agência dos atores. Neste perfil, podemos encontrar entre os nossos entrevistados um primeiro grupo que tem dificuldade em se identificar como trabalhador.

Estas dificuldades têm como primeira fonte a questão da precariedade. Ficou muito clara a distinção entre trabalhar e ser trabalhador. As respostas de uma parte significativa dos nossos entrevistados demonstraram não se tratar apenas de uma questão de semântica: é a precariedade forte

nas atividades laborais o que distingue, de acordo com os membros deste perfil, trabalhar de se ser trabalhador. Os que simplesmente trabalham sem se considerarem trabalhadores desenvolvem atividades laborais em que a precariedade se constitui como uma regularidade (voltaremos mais à frente a este assunto).

Acresce que, para diversos entrevistados, existem dois outros fatores importantes que dificultam a sua identificação como trabalhadores. O primeiro respeita à existência de uma zona difusa entre trabalho e não trabalho, como vimos acima. Os indivíduos desenvolvem atividades que só podemos classificar como trabalho, mas que não são suficientes para a autodesignação como trabalhador. O segundo prende-se com a importância de o trabalho que se desempenha poder ser designado a partir do nome de uma profissão. Para a quase totalidade dos nossos entrevistados, isso é uma impossibilidade, uma vez que, quando instados a identificar a sua profissão, se limitam a descrever um conjunto de atividades. Esta situação resulta da precariedade que caracteriza o seu percurso laboral, mas sobretudo da desqualificação das atividades desenvolvidas, um elemento fundamental para explicar a produção e a reprodução da sua situação de pobreza.

Acresce que, para alguns, a informalidade das atividades que desempenham amplifica a precariedade e a dificuldade de se definirem a partir do nome de uma profissão.

Em contraste, existe um grupo de entrevistados que se define como trabalhadores. Essa definição apresenta um cambiante que mostra bem os limites da força dessa definição de si, que está associada ao sacrifício e à abnegação, estando claramente ausente a questão de o trabalho ser uma fonte de satisfação pessoal (só vimos declarações nesse sentido numa única entrevista e, nesse caso, como projeto de trabalho e não como experiência concreta).

A análise do gosto com a atividade desempenhada pelo trabalho, ou da satisfação com o trabalho, pode ser colocada em termos dicotómicos: ou se gosta ou não se gosta. Contudo, a análise qualitativa permitiu ir mais além e perceber como se qualifica esse gosto, isto é, permitiu compreender a que se associa o gosto pelo trabalho. Em alguns casos, é até possível perceber que uma manifestação declarada de gosto pelo trabalho está associada a fatores mais relevantes para a classificar como desgosto, como veremos abaixo.

A satisfação pelo trabalho pode ser baseada em valores intrínsecos, associados a questões que se relacionam com a mecânica de funcionamento do trabalho, por oposição a valores extrínsecos que associam o gosto pelo trabalho a questões externas, como o convívio com os colegas ou o salário (questões materiais ou instrumentais) (Cabral, Vala & Freire, 2000; Vala, Cabral & Ramos, 2003)⁴¹.

⁴¹ Jorge Vala (2000), baseado no trabalho de Herzberg, aponta para o facto de a valorização de trabalho envolver dois grandes grupos de valores: os que se associam à ideia de instrumentalidade, isto é, a um trabalho feito para responder às necessidades relativas à sobrevivência material dos indivíduos (valores extrínsecos) e os que associam

Vejamos, pois, em primeiro lugar as modalidades que qualificam e caracterizam o gosto pelo trabalho.

A entrevista seguinte merece especial destaque por ser o único caso identificado nas vinte e uma que constituem o corpus deste perfil onde o gosto pelo trabalho se encontra inequivocamente baseado em valores intrínsecos⁴² (realce-se também o facto de ser esta a entrevistada mais escolarizada do grupo de entrevistados). Mesmo assim, trata-se de um gosto justificado pela sua relação com as crianças (sendo que o relacionamento com os outros pode ser entendido como um valor extrínseco, como defendemos anteriormente):

Entrevistadora: Do que é que tu mais gostas no teu trabalho?

Entrevistada: O que eu mais gosto.... É que isso é muito difícil responder. É que gosto do meu trabalho, pronto, e não é o que eu mais gosto. Eu gosto muito, e eu perguntava-me: «É um desafio tão grande estar com o filho em casa e agora vou deixar o filho na creche e vou estar com o filho de outras pessoas? Realmente, é isso que eu quero?» Já estou tão farta, não estava farta, mas estava já exausta daquela coisa intensiva que é a maternidade, precisava de um descanso e precisava de trabalhar para arejar a cabeça e depois pensava: «Vou arejar a cabeça a trabalhar com crianças?» E é, mas é completamente diferente porque eu gosto de... Sempre gostei, sempre trabalhei com crianças e adolescentes. Eu não consigo nomear o que é que eu mais gosto. Eu gosto daquilo, eu gosto de crianças, eu gosto muito daquela idade de um ano, dois anos, três anos a ver a curiosidade delas para com a coisa, deixá-las livres e trabalhar, não é? Toda essa liberdade, não sou eu que trabalho, são elas que trabalham, e estar lá, acompanhá-las nessa rotina... (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos)

Nos restantes casos, os entrevistados associam o seu gosto em trabalhar a valores extrínsecos. Nos casos abaixo, está simplesmente associado à conformidade (ou resignação). Gosta-se porque se está habituado a fazer esse trabalho:

Entrevistador: E você gosta deste trabalho?

Entrevistado: Gosto, sim.

o trabalho a valores relacionados com «necessidades de interação social, de realização e de desenvolvimento pessoal» (p. 71) (valores intrínsecos). Neste estudo, adaptámos esta tipologia, considerando como valores extrínsecos os que se relacionam com a instrumentalidade do trabalho, incluindo aqui a interação pessoal para além das questões relativas à sobrevivência dos indivíduos (salário), mas também os fatores referentes à penosidade do trabalho, à sua perigosidade ou à precariedade. Por oposição, é nos valores intrínsecos que se podem encontrar a realização e o desenvolvimento pessoal apresentados pelo autor, mas também o sentimento de autonomia e o ser uma atividade interessante.

⁴² Caso ao qual há que juntar o do estudante acima referido, com a particularidade de, nesse caso, se referir o futuro.

Entrevistador: Do que é que mais gosta neste trabalho?

Entrevistado: Ah, já estou habituado a fazer tudo... Agora ... Pôr a panela. A seguir à panela, fazer limpeza, para não ficar... estacionar assim... sem ver aí as coisas... Não pode fazer muito... Coisas da cozinha ... Quando não há coisas de fazer de comer... A outra coisa de limpeza, uma pessoa limpa... E ver as coisas ali fora [inaudível] ponha no sítio, arrumamos as coisas... Assim por diante... (P2.5_Lisboa, sexo masculino, 62 anos)

O gosto pelo trabalho pode ser vivido de uma forma condicionada. Expressa-se o gosto, mas ao mesmo tempo vai-se declarando a limitação desse gosto e expressando conformidade. No trecho seguinte, isso é claramente visível nas últimas palavras da entrevistada, incluindo a passagem onde afirma que, apesar de gostar do trabalho na agricultura, preferiria ter «um empregozinho». A ajuda aos outros expressa também um valor extrínseco (Cabral, Vala & Freire, 2000 e Vala, Cabral & Ramos, 2003), sendo esta questão explorada num dos capítulos seguintes:

Entrevistadora: Preferiria estar empregada do que trabalhar na agricultura?

Entrevistada: Eu gosto da agricultura. Eu sou sincera que eu gosto de trabalhar na agricultura. Eu gosto de ter as coisas e, se tiver, gosto até de dar às pessoas que não têm, que necessitam. Eu gosto de ajudar, eu gosto mais de dar do que pedir. Eu gosto mais de dar às pessoas do que estar a pedir, dizer assim: «Olha, eu não tenho, vou pedir àquela pessoa» não. Eu gosto de ter e de ajudar e que me ajudem a mim também. Mas se tivesse um empregozinho, por exemplo, a trabalhar, um empregozinho qualquer, eu gostava, mas pronto, não há essas possibilidades, tem que se ir conforme a gente pode, não é? (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos)

O trecho abaixo é muito relevante no que respeita a dois aspetos diferentes. Por um lado, pela forma como o entrevistado vai definindo o gosto pelo trabalho, claramente associado à conformidade e, por outro lado, estas mesmas ideias permitem reforçar a definição de si como trabalhador, algo que desenvolvemos acima com detalhe. Destaque-se aqui o interesse de analisar o diálogo com o entrevistador a partir desta perspetiva, dado que este vai centrando as questões em torno do tema do gosto pelo trabalho enquanto o entrevistado vai respondendo com o tema da definição de si como trabalhador (não tem medo de trabalhar e tem saúde para o fazer). Este trecho deixa muito claro que o que importa no trabalho não é nem o gosto pelo que se faz, nem a satisfação que este proporciona, mas a possibilidade de o entrevistado se poder definir como trabalhador, isto é, a identidade para si (Dubar, 1997):

Entrevistador: Do que mais gosta no trabalho que faz?

Entrevistado: Eu gosto de todos.

Entrevistador: Tanto esse do trator, quanto esse ...

Entrevistado: Sim, sim. Eu gosto de todos.

Entrevistador: Mas o que mais gosta de fazer?

Entrevistado: Para mim, é tudo igual. Não tenho medo. Colocando na terra, não tenho medo de qual seja o trabalho. Não faz mal nenhum.

Entrevistador: Em geral está satisfeito com seu trabalho?

Entrevistado: Sim, no geral, estou. Tenho saúde. O que me interessa é a saúde, o resto.... Como digo a ela, o resto temos que nos compor conforme há.

Entrevistador: Se pudesse mudar alguma coisa em relação ao seu trabalho, o que seria?

Entrevistado: Acho que não seria nada. A gente está habituado a isto.

Entrevistador: É uma atividade que você sabe fazer, não é?

Entrevistado: É. Para quem está habituado, isto não faz mal nenhum. (P2.4_Boticas, sexo masculino, 52 anos)

No trecho seguinte, a entrevistada associa imediatamente o gosto declarado pelo trabalho ao sonho, porventura inalcançável, de ser auxiliar de ação educativa. Por outro lado, associa-se também o trabalho ao hábito, isto é, mais uma vez, à conformidade com o que se tem. Gosta-se porque se foi «habituada»:

Entrevistadora: E do que gosta nessas atividades que faz?

Entrevistada: Gosto de limpar, sempre gostei. É uma coisa que sempre gostei. Faço com prazer. porque fui habituada assim, mas agora eu gostava de ir para escolas, era o sítio que eu mais gostava de estar: tomar conta de crianças, adorava. Mas vou tentar, sem tentar, não há nada, não é? Vou ver se consigo entrar. Mas se eu consigo, um exemplo, se eu conseguir entrar nas escolas, o sustento da minha filha era cortado [refere-se à pensão que recebe do pai da filha]. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

Na entrevista abaixo, introduz-se uma nova razão para o gosto com o trabalho: o convívio. Além disso, também se realça a ligação emocional aos outros (o que não é a mesma coisa, apesar de existir alguma interceção).

Entrevistadora: E qual foi o emprego de que você mais gostou até hoje?

Entrevistada: Com certeza o do Porto. Lá, eu tive boas alegrias: percorrer o país todo, conhecer pessoas internacionais, falar com pessoas de alto nível.

(...)

Antes desse trabalho, eu estava desmotivada, estava com autoestima lá para baixo porque via todas as portas se fecharem, não tinha felicidade. Lá, eu tinha um supervisor que me dizia que gostava da minha maneira, que tinha presença. E havia outro que dizia: «Você não precisa falar para se comunicar, o seu sorriso já desarma toda a gente.» (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

A ideia de que o gosto pelo trabalho é sobretudo o gosto pelo convívio e não tanto pelo trabalho em si está presente noutras entrevistas, como é o caso da seguinte:

Entrevistadora: Desses empregos, qual foi o de que mais gostou?

Entrevistada: Gostava da loja.

Entrevistadora: Da loja? Porquê?

Entrevistada: Porque eu gosto de conviver com as pessoas, gosto de interagir com as pessoas, gosto de falar, gosto de ajudar as pessoas, eu gosto. Era um trabalho que eu gostava. Porque eu quando fiz o 12.º ano, fiz o curso de técnica de vendas, era esse curso que era para eu estar em frente a um balcão a servir as pessoas. Foi esse curso que eu fiz. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

Outra variante do convívio prende-se com a possibilidade de o gosto pelo trabalho se ficar a dever ao relacionamento com os patrões (como podemos ver no trecho abaixo) ou com os colegas, ou seja, especifica-se o convívio em questão:

Entrevistadora: Então, nesse período, voltou aos 15 [anos] e depois começou a trabalhar em alguma outra atividade?

Entrevistada: Fui duas vezes para Espanha, para Madrid. Nunca me esquece, mas aí era um espetáculo. Aí eu gostei, porque eram pessoas decentes. Trabalhava em Madrid, mesmo no centro de Madrid, não era bem no centro e eu nunca me esqueço, era ao pé do campo de futebol do Real Madrid. O piso da patroa [apartamento] era aqui [apontou], o campo de futebol do Real Madrid era aqui. Mas ela era uma excelente mulher, porque o patrão tinha uma fábrica de borracha em Portugal, ali, aqui no Porto, e tinha outra em Madrid. Estava há quatro dias em Espanha, quatro dias em Portugal. Mas aí eu gostei, que eram pessoas decentes, pessoas que respeitavam e

gostavam de nós. Por acaso, gostei aí. Estive lá bastante tempo. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

Quando questionados sobre a sua satisfação com o trabalho, diversos entrevistados expressam-se de formas que só podemos considerar como manifestações de desgosto em relação à atividade laboral.

Em alguns casos, como neste onde a entrevistada exerce a atividade de copeira numa pizaria, o desgosto pelo trabalho realizado é manifesto. A esta perceção estão associados dois motivos clássicos: os custos do trabalho (Dubet & Vêrétout, 2001) e a penosidade, sendo a primeira uma questão relevante quando estão em causa, como é o caso, baixos rendimentos do trabalho enquanto a segunda remete para a dificuldade e para o cansaço que deriva da execução de determinadas tarefas. A penosidade é, aliás, uma das razões mais evocadas para justificar o desgosto com o trabalho:

Entrevistadora: E gostava daquilo que fazia?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Porque saiu de lá?

Entrevistada: Saí de lá porque, lá esta, na altura, não tinha carta e tinha de depender de quem me trouxesse para casa. Era um trabalho cansativo: entrava às dez da manhã, supostamente saía às 15h, mas saía às 17h, para entrar às 18h para comer. Tinha só uma folga por semana, era trabalho muito cansativo. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Entrevistadora: Gostaste de alguma coisa nesse emprego? Houve alguma coisa boa?

Entrevistado: Não gostei muito.

Entrevistadora: Não gostaste muito. Não há assim nada de bom que...?

Entrevistado: Não.

Entrevistadora: Qual era a parte má? O que foi o pior desse emprego?

Entrevistado: O pior é carregar sacos pesados.

Entrevistadora: Era exigente?

Entrevistado: Demais. (P2.2_Amadora, sexo masculino, 19 anos)

Nalguns casos, a manifestação do desgosto é contraposta às coisas positivas que se podem obter de um trabalho de que não se gosta: dinheiro (e a independência que este proporciona) e experiência de vida, ou, nas palavras da entrevistada, «maturidade». Deste modo, o que está em causa são novamente os valores extrínsecos em relação ao trabalho (associados à conformidade, expressa na ideia de experiências para a vida):

Entrevistadora: Portanto percebo que, sendo ainda muito jovem, já teve ao longo da sua vida muitas experiências profissionais.

Entrevistada: Já, já.

Entrevistadora: De tudo o que já fez até agora, e de todas as áreas por que já passou, qual foi a de que gostou mais?

Entrevistada: É assim, não gostei de nenhuma em concreto. Lá está, são experiências que levo para a vida em questão de maturidade: saber o que custava trabalhar para ganhar o nosso próprio dinheiro, saber lidar com as outras pessoas... é porque a pessoa sai do mundo escolar em que a gente não tem que trabalhar, a gente quer um par de calças, quer lanchar fora, pede dinheiro aos pais, mas temos que começar a trabalhar, a arranjar responsabilidade. Os meus pais, desde que a gente começou a trabalhar, se nos incutiram todos os meses dar uma ajuda. Essa ajuda era para a gente saber o que é todos os meses ter que ter a responsabilidade de ter que pagar alguma coisa. Eu passei por fases em que eu, desde os meus 16 anos até aos meus 19, eu fui viver para o XXXX sozinha e estudar. Vim para o XXXX, estive a viver em casa dos meus pais, mais dois anos que seja, saí de casa dos meus pais e fui viver para um quarto alugado.

(...)

Entrevistadora: Então o trabalho é uma coisa que fez por uma questão de sobrevivência?

Entrevistada: Sim, não por gosto.

Entrevistadora: E não desenvolveu nenhum gosto em particular em nenhum deles?

Entrevistada: Não, nenhum. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Exercendo a entrevistada uma atividade doméstica, manifesta o seu desgosto com o tipo de trabalho que está ao seu alcance (que já exerceu e que ainda exerce esporadicamente): o trabalho no campo.

Entrevistadora: [a entrevistada fala do seu problema de depressão] Sair um pouco de casa?

Entrevistada: Sim, sim. Por que eu estou em casa e o meu pai vai sempre chamar para trabalhar no campo e eu não gosto muito de trabalhar no campo. (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo feminino, 43 anos)

No trecho seguinte, está em causa a *arbitrariedade dos outros*, já referenciada por Hoggart em *As Utilizações da Cultura: Aspectos da Vida Cultural das Classes Populares* (1973), um clássico da análise qualitativa de populações pobres. Estamos, pois, novamente no campo do convívio (isto é, das relações

sociais), neste caso, enfatizando-se o seu potencial negativo. Hoggart (1973, p. 88), refere concretamente as pessoas importantes que não fazem parte do grupo e têm algum tipo de autoridade.

Entrevistada: Eu agora, por exemplo, aqui, se arranjasse um trabalho ou isso, podia ser coletada e tudo, não é? Mas pronto, não há. Temos este. Como há um bocado foram levar a comida à minha mãe, metem pessoas, mas só metem pessoas que eles lhe apetecem. Por exemplo, a mim e outra rapariga... Pedimos para nos meter e não nos meteram.

Entrevistadora: Ah, chegou a pedir para entrar lá?

Entrevistada: Sim. Cheguei, mas não... Não é?... Como é que ia dizer? Porque aqui é acordos de política. Não somos da cor uns dos outros e depois aí, se não for da cor deles, já não metem, só metem aqueles que são mesmo da cor deles. (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos)

Um outro motivo associado ao desgosto pelo trabalho, tem a ver com a escassez do rendimento proporcionado (outra questão associada aos valores extrínsecos). Aqui a pouca idade pesa e pode perceber-se que a experiência concreta em causa é vista como um ensaio do que não se pretende fazer com a vida futura (resta saber se as oportunidades de trabalho futuras permitirão melhores alternativas):

Entrevistadora: E o que mais gostava deste emprego?

Entrevistado: Deu para mim, para perceber o que eu não queria para a minha vida, mas não só com a minha experiência, mas também com as pessoas que estavam lá à minha volta. Trabalhei com pessoas que já tinham família, pessoas com 40 anos, e houve um clique também na minha vida lá nesse emprego, que foi: um colega meu de trabalho que já tinha dois filhos e ele tinha feito uma casa e ele andava num carro muito antigo, sem exagerar devia ser de 88. O carro dava muitos problemas e tudo. Uma vez, teve que ir a pé ao trabalho e ele vivia a cinco quilómetros, por aí. Estamos a falar de vir à cinco da manhã a pé de casa porque o carro avariou. Ele não tinha dinheiro para consertar e na semana a seguir avariou a caldeira da casa dele, então ele teve de ir tomar banho com a família dele toda para casa da mãe dele porque ele não tinha dinheiro nem para arranjar a caldeira. Foi aí que eu percebi que tinha que fazer por mim mesmo e que não queria aquela vida para mim, porque era o que me iria acontecer se continuasse naquela fábrica, por exemplo, ou em outra qualquer. Porque hoje em dia é muito complicado subir a nível salarial aqui em Portugal em qualquer profissão. (P2.1_Guimarães, sexo masculino, 20 anos)

Em suma, o gosto (ou satisfação) com o trabalho é expresso pelos nossos entrevistados de diversas maneiras. Em apenas dois casos se encontram referências ao gosto no trabalho pelo conteúdo

do mesmo. Nos outros casos em que este se afirma, é associado ao convívio ou ao conformismo com o que se faz.

Os interlocutores desse convívio podem ser colegas, clientes/utentes ou até mesmo os patrões. Note-se que o convívio é um valor extrínseco à atividade laboral desenvolvida, de acordo com a definição de valores intrínsecos e extrínsecos feita neste livro. A satisfação reporta-se a aspetos que estão na periferia do trabalho desenvolvido, mas que não derivam das tarefas desempenhadas. Existe, portanto, neste caso em concreto, uma utilidade instrumental do trabalho, preenchendo este uma função emocional.

No caso do conformismo (ou resignação), está em causa a ideia de que se expressa o gosto pela atividade laboral apenas porque é o que se faz. Cremos ser esta uma forma de estar conformado com uma tarefa que não é apelativa para quem a desempenha. O gosto resignado ou conformado pelo trabalho pode ser lido como estando no limiar do desgosto: os indivíduos convencem-se de que gostam porque não têm alternativa. A este gosto conformado associa-se o estoicismo, que consiste em fazer-se algo que não é agradável porque é preciso fazê-lo para se sobreviver.

O rendimento daí obtido é também um elemento associado ao gosto pelo trabalho, embora muito pouco representado no *corpus* das entrevistas em análise.

No entanto, nem todos afirmam gostar das atividades que desempenham (ou que desempenharam no passado). Uma parte dos entrevistados (seis casos) indica não ter gostado de uma atividade laboral por si desempenhada ou não gostar do que faz no trabalho atual. Nestes casos, o desgosto está em primeiro lugar associado à penosidade. A penosidade na atividade laboral é por nós definida (Diogo, 2007) como uma das quatro componentes do trabalho de má qualidade, estando associada ao exercício continuado de força física (esforço), à exposição aos elementos (chuva, frio, sol, vento, calor, etc.), a produtos agressivos para o organismo (terras, pós, produtos químicos variados, etc.) e a situações de stresse continuado. Em suma, a penosidade está relacionada com o desconforto continuado em situação de trabalho, seja este físico ou mental, eventualmente com consequências na degradação persistente do estado de saúde dos trabalhadores.

Uma parte dos nossos entrevistados identifica motivos para o seu desgosto com a atividade desempenhada que se encontram associados à noção de penosidade. Todavia, esse desgosto pode também justificar-se pelo salário baixo e suas consequências, mas também, menos predominantemente, pelas perspetivas de futuro ou pelas relações estabelecidas com os outros (convívio).

No caso dos entrevistados neste perfil, a relação com o mundo do trabalho não nos parece estar associada a grandes sentimentos de satisfação. Nas entrevistas realizadas, apenas se verificam duas exceções, uma delas associada a um trabalho futuro. Esta dissociação tem por base as características das atividades laborais desenvolvidas. Desde logo, estas são em muitos casos penosas (mau grado serem

atividades muito distintas, tendem a partilhar esta característica) e mal pagas (os nossos interlocutores estão abaixo do limiar de pobreza), sem esquecer que boa parte dos entrevistados não está, no momento da entrevista, empregado (embora a maioria realize atividades laborais). Quanto ao processo de construção da identidade social através do trabalho, acresce que os entrevistados denotam alguma dificuldade em se identificarem com as atividades laborais que desempenham, dado que, na maior parte dos casos, estas são precárias ou muito precárias, não sendo definíveis enquanto profissão.

A questão da emigração (e, para três casos, da imigração) emerge claramente das entrevistas. Esta emersão torna-se ainda mais relevante se tivermos em conta que os processos migratórios não são alvo de questionamento, resultando apenas das menções espontâneas dos entrevistados, o que indica, desde logo, que muito provavelmente a importância dos processos migratórios na vida dos nossos entrevistados está subestimada, visto ser possível que esteja presente mesmo nos nove casos em que não é mencionada. Por outro lado, o que se pode retirar de informação das menções feitas é naturalmente escasso.

Isto significa que os processos migratórios estão mencionados nas restantes 12 entrevistas deste perfil (um pouco mais de metade). Quatro referem-se a processos migratórios próprios com regresso a Portugal, dois a sonhos de emigrarem (Estados Unidos e França), três a processos de imigração para Portugal (dois de Cabo Verde e outro da Guiné-Bissau). Nove dos entrevistados referem-se a processos migratórios de familiares próximos: pais, irmãos e filhos. Um décimo caso referencia a emigração de dois amigos próximos.

As razões para a emigração nem sempre são claras, mas não restam muitas dúvidas de que são geralmente motivadas pela procura de melhores condições de trabalho e financeiras. Nesse sentido, embora de uma forma indireta, é claro que nos discursos dos indivíduos a emigração surge como uma estratégia de fuga à situação de pobreza, se não para si pelo menos para os seus próximos (filhos, irmãos...).

Em síntese, num perfil heterogéneo como é o dos precários, podemos encontrar alguma diversidade de relacionamento com o mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, alguns aspetos comuns.

No que respeita aos fatores mais objetivos que permeiam a relação dos entrevistados com a atividade laboral, salienta-se, em primeiro lugar, a condição perante o trabalho: um grupo de estudantes, um grupo de desempregados e domésticas e, finalmente, um de trabalhadores.

Em regra, os esquemas teóricos e mesmo as análises empíricas tendem a dividir o mundo de uma forma racional, sistemática e clara. Este é um exercício imprescindível para tornar inteligível uma realidade demasiado complexa para ser compreendida com facilidade. Contudo, o mundo social não possui estes atributos sendo, pelo contrário, complexo e confuso. A divisão dos nossos entrevistados nas três categorias de condição perante o trabalho em que eles se encaixam, e que a pesquisa aceita, é

justamente desafiada pela análise das suas trajetórias laborais. Em concreto, nem os estudantes nem os desempregados são apenas isso e os trabalhadores estão regularmente em situação de desemprego ou na zona intermédia entre emprego e desemprego. Quase todos, de uma forma ou de outra, exercem ou exerceram uma atividade laboral (e muitos de forma recente ou no próprio momento da entrevista).

O cerne do problema é a definição de si, em especial, a definição de si como estudante ou como desempregado. Esta definição, muito associada à identidade no mundo do trabalho, tende a simplificar e a desconsiderar o trabalho desenvolvido. Estes entrevistados não se consideram trabalhadores, apesar de muitos desenvolverem atividades laborais, devido à natureza das atividades que realizam. Em regra, estas são informais, precárias (mesmo irregulares ou até erráticas) e mal remuneradas. Comparam-se com o padrão do emprego sem termo, com a estabilidade de trabalho e de rendimento que lhe está associada, e declaram-se não trabalhadores. Quase todos fazem biscates, em especial os desempregados. A dimensão subjetiva da relação com o trabalho intromete-se, portanto, nas dimensões mais objetivas, matizando-as e complexificando-as.

Assim, estamos perante uma zona intermédia entre emprego e desemprego onde o estatuto não é claro e legalmente enquadrado e onde as atividades exercidas são boa parte da razão da pobreza: informais, mal remuneradas e, em alguns casos, precárias ao extremo da irregularidade.

A regulação laboral que o Estado impõe é algo que acaba por ter uma relação distante com as experiências profissionais da maioria dos nossos entrevistados, o que se traduz quer na sua relação mais objetiva com o trabalho quer nas dimensões mais subjetivas.

Entre os fatores objetivos que caracterizam a relação com o mundo do trabalho, podemos encontrar, em primeiro lugar, as estratégias utilizadas para se procurar emprego. Nestas, salientam-se as que envolvem a mobilização das redes interpessoais (os pais, os amigos, etc.). Contudo, as estratégias individuais, que passam pela procura nas fábricas das redondezas ou pela resposta a anúncios, não estão ausentes, embora envolvam um menor número de indivíduos.

Numa das entrevistas, é relatada a mobilização da rede de contactos profissionais para se conseguir um emprego (a profissão em causa é a de segurança). Este tipo de estratégia é relevante pela sua escassez entre os entrevistados. Implica a persistência numa dada profissão durante um período prolongado e a construção de uma reputação profissional, algo que simplesmente não está ao alcance da maioria dos nossos entrevistados, quer porque muitos são jovens, quer porque muitos não estão há tempo suficiente numa atividade para construírem uma rede de contactos, quer ainda porque as atividades que desempenham são tão desqualificadas que não possibilitam a construção de uma reputação. Assim, a existência desta estratégia num único caso sublinha bem a sua inacessibilidade para quase todos, sendo que mesmo este caso não deixa de ser uma variante da estratégia de mobilização da rede social do indivíduo para encontrar um emprego.

Entre as estratégias individuais a pesquisa de trabalho nas empresas das proximidades implica que estas empresas existam, o que não é garantido, em especial em ambiente rural.

Contudo, nem todas as estratégias de acesso ao emprego partem da iniciativa dos entrevistados. Num dos casos, a junta de freguesia mantém uma espécie de programa ocupacional intermitente e informal, sendo, portanto, uma iniciativa institucional e não resultante dos esforços de procura por parte do entrevistado. Pela sua singularidade, este caso realça uma questão importante, ao demonstrar a quase total inexistência de casos de envolvimento dos serviços sociais, das autarquias ou dos centros de emprego nas trajetórias laborais dos entrevistados neste perfil. Esta característica contrasta vivamente como a sua centralidade no perfil dos desempregados.

A mobilização de estratégias de acesso ao emprego assentes nas redes sociais de proximidade e em estratégias individuais sublinha o curto alcance das redes sociais passíveis de serem mobilizadas pelos nossos entrevistados, isto é, a escassez do volume do seu capital social (Bourdieu, 1979).

Uma segunda questão que se releva respeita à vinculação. Entre os nossos entrevistados, ao longo da sua trajetória profissional, campeia a precariedade, dado que apenas um dos indivíduos tem uma situação de emprego estável no momento da entrevista.

Se nos restantes a instabilidade laboral está presente ao longo das suas trajetórias, podemos encontrar diversas formas de viver essa precariedade, associadas também a diferentes intensidades de precariedade. Nem todas as situações de precariedade são iguais, podemos encontrar diferentes intensidades. Esta diversidade de intensidades de precariedade poderá levar à construção de uma escala de intensidade da precariedade.

Boa parte dos nossos entrevistados ou já teve experiências de desemprego ou, como vimos, diz-se desempregado. Esses momentos de desemprego são justificados, em primeiro lugar, pela idade, mas também, em casos individuais, pela baixa escolaridade, pela irregularidade do seu estatuto de imigrante ou pela inexistência de transporte para um local onde haja emprego.

Num outro caso, a entrevistada alega, como razão para não conseguir emprego na área em que investiu em formação, o facto de ter as qualificações certas para a atividade que quer desempenhar (assistente de dentista), dado que os potenciais patrões preferem pagar menos a indivíduos desqualificados. É um argumento sofisticado, ao alcance de quem tem já algum nível de escolaridade, sendo certo que a entrevistada nunca conseguiu trabalhar na sua área de formação mau grado as várias tentativas que vai relatando ao longo da entrevista e o investimento em tempo, esforço e dinheiro que realizou nessa formação. Este caso em particular, bem como diversos outros existentes neste perfil, demonstra também que uma maior formação e uma escolaridade mais elevada não são já impeditivos de situações de pobreza. Como reportamos no livro *A Pobreza em Portugal Trajetos e Quotidianos*, continua a haver uma relação forte entre baixos níveis de escolaridade e pobreza, mas, como aqui se verifica, é

possível investir em formação e em escolaridade e, mesmo assim, estar nessa situação. Está em causa sobretudo o efeito do contexto social nos indivíduos, isto é, a escassez de oportunidades de trabalho de qualidade (bem pago, estável, não penoso e não perigoso).

Noutros casos, as pessoas declaram-se desempregados, não estando propriamente nem à procura de emprego nem desempregadas, dado que vão realizando alguns biscates. Relevamos particularmente o caso de uma mulher que se diz doméstica, mas que vai desenvolvendo diversas tarefas remuneradas de forma intermitente sem desejar regressar à atividade (rural) a que pode aceder, dada a penosidade desse tipo de trabalho. Uma outra entrevistada, também aparentemente doméstica, desenvolve um intenso conjunto de atividades laborais – algumas remuneradas, outras não – que só a podem definir como trabalhadora, apesar de se identificar/apresentar como doméstica.

Há ainda que mencionar a existência de dois indivíduos que optaram por se desempregar dada a penosidade das atividades laborais que desenvolviam. A penosidade laboral é justamente uma constante em diversas entrevistas, embora o sentido dado a esse termo (e as reações que desse sentido resultam) seja diverso, como veremos de seguida.

Tudo isto se traduz na existência de uma trajetória de emprego em carrossel para a grande maioria dos entrevistados, marcada pela entrada e saída das mais variadas atividades, numa situação de precariedade que se estende no tempo de forma persistente, associada à informalidade e a períodos de desemprego. Os entrevistados com uma trajetória de emprego deste tipo encontram-se na situação intermédia entre emprego e não trabalho (estando desempregados, a exercer atividades domésticas ou de formando, ou, num caso, inseridos em programa ocupacional). Muitos dos entrevistados mudam regularmente de patrão, mas também de atividade, com frequência desempenhando tarefas penosas e, como salientado, sem um contrato sem termo, visto que apenas uma das entrevistadas se encontra numa situação profissional estável⁴³.

No que respeita à dimensão mais subjetiva da relação com o mundo do trabalho, esta aparece-nos associada à definição de si em relação ao trabalho, ou, dito de outra forma, remete para o lugar que o trabalho ocupa na identidade dos entrevistados para si e para os outros.

Uma questão que se destaca respeita à dificuldade de boa parte dos entrevistados em se identificarem como trabalhadores apesar de trabalharem. Está aqui em causa uma questão estruturante da qual começámos por falar acima, mais especificamente, da zona difusa entre trabalho e não trabalho. Existem atividades laborais retribuídas que são tão precárias e desqualificadas que não permitem a construção de uma identidade para si como trabalhador.

⁴³ O que, contudo, não é suficiente para deixar de ser pobre, dada a conjugação de um ordenado baixo com a composição do agregado familiar.

Além disso, boa parte dos que desenvolvem ou desenvolveram atividades laborais não as identificam a partir da designação da profissão em que se enquadram, mas da descrição de algumas das tarefas que realizam, ou realizaram. Isso resulta, em boa parte, da desqualificação das atividades desempenhadas.

Salienta-se, portanto, o papel da precariedade laboral na obstaculização da definição de si a partir de uma profissão, mas também a própria desqualificação das atividades desenvolvidas (muitas vezes não existindo um nome para a coleção eclética de tarefas desempenhadas). Este tipo de dificuldade é particularmente notória nas tarefas agrícolas, mas está longe de se limitar a esse universo. Para os entrevistados, uma coisa é trabalhar, outra é ser trabalhador. A situação é agravada pela grande intermitência de algumas atividades desenvolvidas e pela sua curta duração.

Por contraste, em alguns casos, é possível verificar uma forte vontade dos indivíduos de se designarem como trabalhadores, mesmo que isso não decorra de uma atividade profissional específica e mesmo que esse trabalho esteja associado à conformidade, ao estoicismo e à penosidade. Abnegação, espírito de sacrifício, estoicismo e conformismo são, aliás, termos sugeridos pela análise da forma como os entrevistados se definem enquanto trabalhadores e do entendimento que têm do mundo do trabalho.

No que diz respeito à satisfação com o trabalho, ao gosto pelo trabalho, os que declaram gostar do trabalho que têm (ou tiveram) associam-no com regularidade aos atributos acima identificados. Se se pode analisar a satisfação em relação ao trabalho através da dicotomização expressa pela disjunção gosto/desgosto, a análise das entrevistas vem mostrar que estamos em presença de uma relação bem mais complexa, desde logo por se associar o gosto ao sacrifício (estoicismo), como temos vindo a referir, mas também, em alguns casos, a outros fatores de desgosto, assumindo aqui particular relevância a penosidade. Concretizando, alguns entrevistados declaram gostar da sua atividade laboral, mas associam imediatamente esse gosto a atributos que só podemos classificar como de desgosto.

Apenas em dois casos se expressa uma valorização do trabalho a partir dos valores intrínsecos, num deles apenas como projeto e não como concretização (o entrevistado é estudante e fala para o futuro). Nos casos em que a satisfação pelo trabalho é inequívoca, podemos verificar que esta está associada a valores extrínsecos, relacionados com questões exteriores ao trabalho em si, como o ordenado ou a relação com os outros (colegas, clientes, patrões, etc.).

Se alguns entrevistados, quando questionados sobre o gosto pelo trabalho que desenvolvem (ou que desenvolveram), expressam de forma inequívoca o seu desgosto maioritariamente devido à penosidade envolvida, em situações mais individualizadas são identificados ainda outros fatores justificativos deste desgosto: o salário, as perspetivas de futuro ou as relações com os outros (convívio).

Não admira, pois, que a questão da emigração (e imigração em três casos) apareça claramente referenciada nas entrevistas, resultando das menções espontâneas dos entrevistados. Esta esteve

presente na vida dos indivíduos, está presente na dos seus familiares (e, em alguns casos, na dos amigos próximos) e é uma possibilidade para dois dos entrevistados.

A diversidade de trajetórias laborais entre os nossos entrevistados tem como ponto comum a questão da trajetória de emprego em carrossel, sendo que neste conceito se condensa a ideia de temporalidade associada à precariedade, aos baixos salários, à penosidade sentida (dimensão subjetiva) e sofrida (dimensão mais objetiva) e à informalidade da relação contratual, sem esquecer a zona difusa entre emprego e não emprego. Isso traduz-se numa dificuldade dos indivíduos em se identificarem como trabalhadores e em manifestarem gosto pelo trabalho, num contexto em que o seu enquadramento em instituições de apoio ao emprego é praticamente nulo. As suas trajetórias e os contextos em que vivem (local e nacional, de emprego e institucional) condicionam decisivamente a forma como se identificam em relação ao mundo do trabalho.

E qual a apreciação que os entrevistados fazem sobre o seu percurso geral de vida, incluindo o percurso profissional? Neste contexto, é importante explorarmos a visão que cada entrevistado formula sobre a sua vida, a forma como avalia o seu percurso, os aspetos que dele destaca, incluindo os momentos críticos que poderão estar na base do processo de produção da vulnerabilidade social que caracteriza a sua situação.

5. Autopercepção do percurso, comparação da vida presente com a passada

5.1. Percepções sobre a adequação de níveis de rendimento

Como temos vindo a referir, a principal fonte de rendimento das pessoas entrevistadas deste perfil é o trabalho (seu ou de familiares), em coincidência com o facto de se tratar de um perfil composto por indivíduos em agregados sem baixa intensidade de trabalho, independentemente de o respondente ele próprio estar ou não a trabalhar.

Poucas, porém, foram as pessoas deste perfil que afirmaram a suficiência dos seus rendimentos. Na maioria dos casos, registou-se uma percepção de que os rendimentos não eram (ou nem sempre eram) suficientes, o que gerava situações de maior constrangimento financeiro.

Sob este ponto de vista, deve ser registado que entre as pessoas mais novas pareceu sobressair uma perspetiva ampla relativamente ao que é a insuficiência de rendimentos e concomitante privação, como fica claro, por exemplo, a partir do discurso de um entrevistado em Guimarães (repetimos aqui alguns trechos apresentados, agora numa outra perspetiva).

Entrevistado: Neste momento, comigo a estudar, se for tudo muito bem contabilizado, os meus pais têm que retirar, se calhar, alguns luxos. Luxos que não são luxos, comprar roupa não é um luxo! Mas quando precisamos de comprar alguma coisa, se calhar privam-se de comprar, por exemplo, umas sapatilhas que algum irmão meu está a precisar ou assim, para eu poder continuar a estudar. Isso, sim, de vez em quando acontece. O rendimento é muito apertado. Lá está, chega, mas... é um bocado chato. (P2.1_Guimarães, sexo masculino, 20 anos)

Do discurso de uma entrevistada ressalta um elemento importante a juntar a este raciocínio, coincidente com a fase da vida em que se encontrava: a consciência de estar face a um ciclo vicioso que comprometerá a exequibilidade (simultânea) dos seus desejos de não-privação e de autonomização:

Entrevistada: É complicado, eu estou numa fase em que tenho 26 anos. Eu gostava de, por vezes, por exemplo, ir passear, comprar uma roupa, querer ir viver sozinha, comprar um carro que eu não tenho – ando com o do meu irmão. Pequenas coisas que precisamos para nos fazermos à vida, para o nosso dia-a-dia, coisas que eu não consigo ter porque não tenho emprego. E, mesmo assim, eu,

tendo um emprego, poderei ter dinheiro para esses pequenos luxos, mas não tenho dinheiro para ter uma independência. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Este raciocínio torna-se ainda mais relevante por se basear na experiência concreta vivida anteriormente pela entrevistada. À decisão de deixar a escola após terminar o 12.º ano, de forma a ter o seu próprio rendimento, sucederam-se várias tentativas de autonomização sempre goradas por situações de desemprego e pela necessidade de regressar a casa dos pais:

Entrevistada: Consoante as dificuldades financeiras que ultrapassava com os meus pais, acabei a escola e decidi trabalhar para ter dinheiro para as minhas coisas e então deixei a faculdade um pouco de parte e deixei esse sonho um bocado de lado (...) Saí de casa dos meus pais, vivia num quarto alugado. Entretanto, deparei-me com o desemprego, fiquei desempregada, meti o subsídio de desemprego, acabou o subsídio de desemprego, fiquei sem trabalho, não arranjei trabalho. Tive que sair na casa onde estava, voltar a casa dos meus pais, desempregada. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Em muitos casos, estes respondentes mais jovens estabeleceram uma distinção evidente entre níveis de privação, parecendo também estar clara, nas suas mentes, a distinção entre pobreza e miséria. Sob essa perspetiva, o discurso de um entrevistado em Vila Franca do Campo é particularmente ilustrativo.

Entrevistadora: Achas que os rendimentos dos teus pais são suficientes para as necessidades da casa?

Entrevistado: Não.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Para as necessidades da casa, sim. Por exemplo, água, gás, luz, renda sim, mas da família, isso eu acho que não. A minha mãe não pode dar-se ao luxo de comprar roupa nova para os três irmãos, tem de ser sempre em separado. Por exemplo, se eu precisasse de umas sapatilhas agora, se a minha mãe fosse descontar dinheiro para as minhas sapatilhas, ela já ia ficar com o mês mais apertado para comprar comida e tudo. Então, acho que não, não é suficiente. (P2.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 20 anos)

No caso de respondentes mais velhos residentes em agregados com crianças dependentes que afirmaram a insuficiência dos seus rendimentos, o bem-estar dessas crianças surge como uma

preocupação claramente vincada, parecendo também, de alguma forma, servir como justificação adicional à opinião de que os rendimentos de que dispunham eram insuficientes.

Entrevistada: Não chega, não chega. Aquilo não dá para nada. Aquilo está sempre nos limites. Ela agora tem o miúdo a estudar e ele precisa de um computador. Precisa de um computador para estudar e não tem. Precisa de um sapato em condições, não tem. Mas temos de poupar... (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos)

Em alguns casos, registou-se uma lógica invertida, sendo a tónica colocada na adequação das vivências e, consequentemente, das necessidades aos rendimentos disponíveis e não destes àquelas. São casos em que o próprio discurso das pessoas entrevistadas relacionou, de forma próxima, duas dimensões inconciliáveis na prática: a suficiência dos rendimentos, ainda que associada à necessidade de adaptação, e a existência de situações de privação.

Entrevistada: Eu adapto-me sempre, nós conseguimos adaptar-nos conforme as nossas necessidades, mas privamo-nos de muitas coisas que nós poderíamos fazer e podíamos fazer antes. Privamos, mas a verdade é que não somos infelizes. Mas poderíamos ter... O que nos priva é mesmo esse limite, essa coisa de limite de rendimentos. (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos)

Fica aqui, pois, patente a necessidade de, apesar de tudo, e tal como foi já referido noutros estudos incidindo sobre a população em situação de pobreza, os indivíduos sentirem que detêm algum controlo sobre a sua situação (Dominy & Kempson, 2006; Sheehy-Skeffington & Rea, 2017). Isso mesmo é bastante claro na continuação do discurso desta última entrevistada, quando esta refletia de forma mais pormenorizada sobre as condições concretas da adaptação de que falava e que passava, nomeadamente, pelo adiamento do pagamento de determinadas despesas.

Entrevistadora: Chega para as necessidades, na medida em que adaptam?

Entrevistada: Eu acho que sim... Não quero ser... Se calhar.... Vamos juntando, lá está, aquela flexibilidade de nós podermos pagar a renda. OK, não pagamos este mês, pagamos no próximo mês, completamos no próximo mês. Sei lá, estamos a uma semana do final do mês e não temos dinheiro para comer, então vamos tirar à renda, que nós ainda não pagámos e é isto que nos facilita no final. Porque se nós tivéssemos pago, aí teríamos que ir pedir ajuda. (...). Nunca tinha vivido isso, estou a viver isso pela primeira vez. Estou a entrar nessa realidade. Tudo bem... Não é que eu queira, que esteja a adorar viver nesta realidade, mas pronto, não.... Claro que uma pessoa sofre, claro que sofre, mas..., mas pronto. (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos)

Como refere um estudo acerca da forma como a pobreza afeta os processos individuais de tomada de decisão,

muitas das decisões e comportamentos menos adequados associados a grupos de baixos rendimentos são caracterizados por um enfoque preferencial no presente (em oposição ao futuro), ao factual (em oposição ao hipotético), nos que estão socialmente perto (em oposição aos que estão socialmente distantes) e no «aqui» (em oposição a sítios distantes) (Sheehy-Skeffington & Rea, 2017, p. 1).

Ficam também evidentes algumas das estratégias utilizadas pela população pobre para fazer esticar o dinheiro e outros recursos tanto quanto possível (Daly & Kelly, 2015; Halpern-Meekin *et al.*, 2015). Parece ser também esse o caso de um entrevistado na Amadora que num primeiro momento afirmou a suficiência dos rendimentos, assente na sua capacidade de gestão de rendimentos parcos, para logo depois assumir a existência de dívidas.

Entrevistadora: Em relação aos seus rendimentos, acha que aquilo que tem é suficiente para responder às suas necessidades?

Entrevistado: Hum... Bem gerido, sim. Porque eu vivi muito tempo sem, então aprendi. Claro que estou a pagar algumas dívidas que deixei atrás, alguns problemas. Tenho uma dívida grande também à Câmara. (P2.5_Amadora#2, sexo masculino, 54 anos)

Nos dois casos mencionados (P2.4_Lisboa#1 e P2.5_Amadora#2) fica clara a gestão que Tach e Greene (2014) designaram de «roubar a Pedro para pagar a Paulo», tomando emprestada uma expressão inglesa. Tal como as autoras referem, as estratégias de gestão da dívida por parte de agregados pobres

são influenciadas por um desejo de promoção de uma identidade social autossuficiente e financeiramente responsável. As famílias, quando confrontadas com dificuldades económicas denotam relutância em pedir auxílio porque isso mina a sua identidade. (...) As famílias tipicamente optam pelo malabarismo na gestão das suas dívidas em privado mais do que virarem-se para redes sociais de apoio (Tach & Greene, 2014, p. 1).

Por outro lado, é preciso não esquecer que, em muitos casos, a necessidade de poupar e de fazer esticar o dinheiro é uma constante ao longo da vida destas pessoas, tornando-se, de certa forma, quase inconsciente (Dominy & Kempson, 2006). É essa mesma ideia que atravessa o discurso de uma entrevistada em Castelo de Paiva, apesar da sua juventude.

Entrevistada: Digo assim, em tom de brincadeira para a minha mãe, que um dos meus maiores sonhos é entrar numa loja e olhar e ver se gosto ou não gosto e depois, no fim, aí olhar para o preço. Porque nós, sempre que vamos comprar alguma coisa ou assim, a primeira coisa que vemos não é a coisa em si, mas sim a etiqueta, quanto é que custa, e depois, se acharmos que é barato, aí

é que vemos se gostámos ou se não gostámos. Por isso, esse sentimento de ter que ter sempre cuidado com as despesas sempre esteve presente. E sempre tive muito o cuidado de tentar fazer com o que os meus pais tivessem os menores custos possível. Por exemplo, às vezes a minha mãe dá-me um X dinheiro por semana, não é? Que é para as minhas despesas. Mas sempre que me sobra dinheiro, na semana a seguir, eu digo que já não precisa dar tanto, porque eu já tenho. Porque sei que eles fazem um sacrifício muito grande. Às vezes, prefiro não ir ali ou acolá e saber que não estou a sacrificar os meus pais a esse ponto. (P2.1_Castelo de Paiva, sexo feminino, 20 anos)

Em consonância com o acima referido, muito poucas pessoas entrevistadas (e apenas jovens) referiram não conseguir identificar um momento de vida particularmente difícil em que tenham sentido que os seus rendimentos não eram suficientes, salientando, sobretudo, o facto de nunca ter faltado nada.

Entrevistado: Acho que nunca tive necessidades, nem nada. Nunca me faltou nada, a mim e aos meus irmãos. (P2.2_Lisboa#2, sexo masculino, 18 anos)

A este respeito, é interessante confrontar tal resposta com a de uma entrevistada, também ela jovem. Embora optando por uma verbalização semelhante à do entrevistado anterior no que se refere à satisfação de necessidades básicas, a entrevistada foi além destas, ainda que não concretizando de forma objetiva quais as dimensões em que sentiu existir privação por insuficiência de recursos financeiros.

Entrevistada: Esse sentimento de que sempre faltava mais alguma coisa sempre tivemos presente. É assim, tivemos sempre as coisas, não é? Nunca faltou comida na mesa, sempre tivemos tudo o que era necessário, mas... claro, uma pessoa acha sempre que se tiver mais algum, ajuda muito. (P2.1_Castelo de Paiva, sexo feminino, 20 anos)

Contudo, na maioria dos casos, foram identificados momentos particularmente difíceis. Algumas das pessoas entrevistadas referiram mesmo momentos em que até a componente da alimentação foi afetada.

Entrevistada: Agora não tenho passado fome, mas houve aí um mês em que não tinha nada para fazer para o jantar. Abri a arca e não tinha nada. Inventei feijão com ovos, porque eu tenho ovos e tenho galinhas. (P2.3_Aljustrel, sexo feminino, 43 anos)

Neste contexto, destaca-se novamente o bem-estar das crianças do agregado como preocupação claramente vinculada. Tal é notório também no discurso de uma entrevistada em Boticas:

Entrevistada: Tínhamos que fazer mesmo sacrifício. Tínhamos que... Às vezes, tirava daqui... Dizer assim: «Olha, hoje podíamos comer isto melhor, mas vamos comer isto para se poupar para...» Eu e meu marido poupávamos muitas vezes porque as garotas, não faltasse nada às garotas. Era o que ele dizia, diz: «Nós passamos com uma coisa qualquer, mas as meninas não, as meninas precisam de mais coisas do que nós, não é?» (...) Mas foi mesmo... Aí é que foi mesmo esticar, esticar ao máximo. Esticando, não se comia...era o que eu dizia. Às vezes, fazia uma panelinha de sopa para a gente esticar, para não faltar nada às meninas. E aquele resto daqueles meses até o meu marido receber, passámos com 50 contos. E não devíamos nada a ninguém. Foi um momento difícil, mas superámos. (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos)

No entanto, poderá inferir-se a partir do discurso de respondentes jovens que a presença da pobreza não terá provavelmente deixado de ser notada pelas crianças. Isto apesar do esforço assinalável realçado por várias pessoas entrevistadas.

Entrevistado: Uma vez, eu estava a vir da escola e tinha umas sapatilhas que estavam rotas por baixo, na sola. Os meus colegas gozavam comigo porque eu tinha as sapatilhas rotas. Cheguei a casa e pedi à minha mãe umas sapatilhas, mas ela não tinha dinheiro para comprar. Então, ela teve que ir pedir emprestado a outro familiar para comprar e eu vi que não dava. (P2.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 20 anos)

Amiúde, as pessoas entrevistadas recorreram à exemplificação através de contas concretas da dificuldade da situação vivenciada.

Entrevistada: Foi na altura que eu trabalhei na casa dessa senhora particular. Com 440 euros, pagar renda de 250 é muito complicado, veja lá o que sobrava. Tinha de pagar água, pagar luz e pouco mais sobrava. Passei um mau bocado... (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

Sendo a privação ao nível alimentar a situação mais evidenciada, é, porém, de realçar também a situação experienciada por um entrevistado do Perfil 2.4 em Almada aquando de uma situação de despejo.

Entrevistado: Quando fomos despejados, tivemos de ir para um *hostel* dormir todos num quarto. Não podíamos alugar uma casa, não podíamos. (...) Foi muito duro. Não conseguia dormir, porque pensava como é que podia... Sem poder reagir. (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos)

5.2. Avaliação subjetiva do percurso de vida até ao momento

Compreensivelmente, a avaliação subjetiva do percurso de vida feita pela maioria das pessoas entrevistadas não foi a mais positiva. Ainda assim, quando instados a identificar momentos positivos, uma parte significativa identificou situações relacionadas com o contexto familiar. Quando tal aconteceu, as pessoas referidas compuseram um leque amplo incluindo filhos e filhas, mas que contemplou, num número bastante maior de casos, outras relações em muito dependentes da idade, quer relativamente a ascendentes (mãe e avó⁴⁴) quer relativamente a descendentes (netos e netas).

Entrevistado: É estar perto da minha avó. (...) E da minha mãe. (P2.2_Amadora, sexo masculino, 19 anos)

Entrevistado: É o meu neto [ri]. O meu netinho, a minha vida. (P2.4_Lisboa#2, sexo feminino, 61 anos)

Num dos casos foi referida a importância da companheira. O respondente associou-a, aliás, à superação da sua situação de sem-abrigo, devido ao contributo dado pela companheira para a mudança da forma de pensar do entrevistado e pelo facto de, nas suas palavras, esta ter «insistido» para que saísse da rua e fosse viver consigo. Porém, isso não impediu de que fosse feita uma avaliação extremamente amarga e desiludida do seu percurso de vida até ao momento da entrevista (partilhada por mais algumas pessoas inquiridas) que caracteriza de «um desperdício de tempo».

Entrevistado: Foi tempo desperdiçado na procura da minha identidade, porque ainda não tenho uma identidade. Eu sinto que eu não tenho identidade. Eu tenho um passaporte, não tenho essa identidade, mas não é isso que me vai dar uma identidade. Eu nem me considero da Guiné. É um percurso de desperdício. Andei a lutar tanto tempo para conseguir pelo menos uma coisa... Foi um desperdício de tempo. (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos)

⁴⁴ É, a este respeito, muito marcada a linhagem feminina, ao contrário do que acontece em relação a outras relações de parentesco.

Em alguns casos, a escolaridade foi encarada como um dínamo positivo. Por vezes, tratou-se de um regresso à escolaridade (ao nível do ensino básico) numa fase mais tardia da vida. Outras vezes, no que se refere particularmente às pessoas mais jovens, consistiu na prossecução de estudos a nível do ensino secundário ou ao nível do ensino superior, algo que surgiu também associado à mudança de contexto onde se processavam as vivências das pessoas entrevistadas – num caso de Guimarães para Coimbra e no outro de Castelo de Paiva para Vila Real.

O alargamento de horizontes referido por estas pessoas foi também evocado por entrevistados mais velhos. Apesar de não ter ainda 40 anos, uma entrevistada de Boticas realçou as diferenças relativamente à sua infância, quando o acesso a outros locais era complicado pela distância e ausência de transportes («não chegava a nada»), situação entendida como tendo sido totalmente alterada em tempos recentes.

Esse alargamento surgiu também associado, por exemplo, ao trabalho e ao esforço pessoal, como no caso de uma entrevistada de Guimarães que trabalhou no Porto durante vários anos e que, mesmo passada uma década, classificou esse período como positivo.

Entrevistadora: E pensando no seu percurso de vida até hoje quais foram os pontos de maior sucesso?

Entrevistada: Foi o Porto. Foi o sacrifício que eu fiz em investir muito dinheiro, todos os dias às seis da manhã no comboio, depois autocarro. Fez com que eu me enriquecesse, que sáísse daqui e conhecer novas pessoas, novas mentalidades. (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

Respondentes mais jovens associaram também o esforço pessoal a outros aspetos positivos. Terem eles próprios pago a carta de condução ou um computador, por exemplo, proporcionou-lhes, de alguma forma, uma sensação de vitória.

Entrevistado: Como eu trabalhava de Verão, fazia assim uns recados, e o que a família, no Natal e nos anos, me dava, guardei dinheiro e consegui comprar um computador para mim. Também foi uma das minhas maiores conquistas. Eu sempre gostei de computadores e quando vi aquele computador bom, lutei por ele. Quando comprei, tive aquela sensação de conseguir algo com o meu trabalho. (P2.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 20 anos)

Contudo, é curioso notar como no caso concreto de um entrevistado de apenas 18 anos residente em Lisboa parecem coexistir a sensação de vitória que associava à obtenção da carta de condução e a

antecipação de que a fase em que se encontrava poderia representar, nas suas próprias palavras, o início de um período menos positivo na sua vida.

Entrevistado: Agora vai começar aquela época em que tenho que começar a trabalhar, a ganhar o meu. Enquanto estava na escola, não precisava de me estar a sujar, nem a suar, a pagar para meter comer em casa. A partir deste momento, depois para uma pessoa começar a ter filhos e tudo, já vai começar a doer e aí é que vamos dar valor aos nossos pais e ao que eles passam para meter comer em casa e para dar aos filhos. (P2.2_Lisboa#2, sexo masculino, 18 anos)

Já os aspetos negativos surgiram associados, em muitos casos, a situações de doença, seja das próprias pessoas entrevistadas seja de familiares, com destaque para depressões e situações de cancro ou de Alzheimer. Foram também muito prevalentes as menções a situações de morte de familiares.

As questões de saúde merecem uma atenção especial no que ao trabalho respeita, visto que problemas graves de saúde, do próprio ou de um familiar, podem estar associados à pobreza, quer pelas despesas acrescidas que acarretam para o agregado familiar, quer pelo impacto que causam no trabalho. Este impacto justifica-se pela incapacidade do doente para trabalhar, vendo-se por isso impossibilitado de contribuir para o orçamento familiar⁴⁵, mas também pela necessidade de existir um cuidador que cuide da pessoa doente (reduzindo o tempo disponível para o trabalho ou mesmo impedindo-o).

Se os problemas crónicos e graves de saúde podem ser identificados como um fator desencadeador da pobreza, podem também resultar da própria situação de pobreza. Em relação a este último aspeto, veja-se a questão das penosidades associadas a algumas das atividades desenvolvidas e acima identificadas. Uma atividade penosa pode, na diacronia, criar um problema de saúde grave e incapacitante.

Nas nossas entrevistas, registaram-se dez casos em que não houve menção a problemas de saúde na vida das pessoas entrevistadas, o que não significa que não existissem ou que não tenham existido, dado que a questão da saúde não foi alvo de uma secção específica no guião de entrevista, resultando sobretudo de referências espontâneas ao assunto por parte dos entrevistados⁴⁶.

Nos restantes onze casos, as menções foram organizadas, para efeitos de análise, em função da trajetória de vida dos indivíduos (na infância/juventude) e também em relação ao sujeito (o próprio/um familiar próximo).

⁴⁵ Lembremos que se a pobreza é uma questão individualizada, o seu cálculo parte do princípio de que os rendimentos são familiares. Portanto, uma pessoa sem rendimentos (criança, estudante, doméstica, desempregada, doente...) não é necessariamente pobre. Contudo, se não contribui para o orçamento doméstico contribui para a despesa.

⁴⁶ Com uma exceção, quando questionadas sobre a sua infância, perguntava-se às pessoas acerca de problemas graves que as tivessem marcado, sendo que um dos exemplos dados era um problema de saúde.

A doença, dos próprios ou de familiares, pode, de facto, ter um impacto grave na vida das pessoas, particularmente no que respeita ao trabalho, como se percebe pelo caso de uma entrevistada em Vila Pouca de Aguiar:

Entrevistadora: E você achou que a vida se tornou mais difícil depois do falecimento do seu pai?

Entrevistada: Não, foi antes. Quando meu pai era vivo, era mais difícil, porque meu pai andava sempre doente, não trabalhava. Minha mãe trabalhava no campo. Tinha que sobrevivermos para... Depois eu fui, comecei a trabalhar com 15 anos, não, com 14, com 14 anos, para ver se ganhávamos alguma coisa para casa. (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo feminino, 46 anos)

No trecho seguinte, a entrevistada relatou como a doença (uma depressão, que ainda hoje subsiste) da mãe a obrigou a crescer e a iniciar-se ao trabalho doméstico numa idade muito precoce (tendo o mesmo ocorrido com a sua irmã):

Entrevistada: Foi complicado, porque ela [a mãe] chegou a nem comer nem nada. Nós, eu e minha irmã é que fomos obrigadas.... Ora, na altura, andava na escola, tinha o quê, sete anos, e minha irmã tinha (que é mais velha do que eu 22 meses) ... sete, oito, nove... tinha nove anos e tínhamos que fazer tudo em casa. Fomos obrigadas a crescer à força. Minha irmã é que lavava as coisas do meu irmão [recém-nascido na altura], nós é que arrumávamos a casa, fazíamos de comer. Fomos obrigadas a.... Está a perceber? (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

Mas se a doença que afetava a vida das pessoas entrevistadas era com frequência de algum familiar, também podia ser das próprias. No caso que a seguir se relata, a entrevistada entrou em depressão após o falecimento de um irmão de 27 anos:

Entrevistada: Depois eu também tive problemas de saúde, peguei, tipo, depressão, mas tive... A médica lá onde é que eu estava ainda me internou e tudo, estive mesmo mal. Foi o choque, diz ela que foi ansiedade, foi tudo junto. (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos)

Para além da questão da doença, uma outra regularidade na vida dos indivíduos é o contacto com a morte. A morte está menos associada a questões do trabalho do que a doença, mas tem, ainda assim, um impacto importante. A questão não foi colocada, mas é uma regularidade nos relatos dos entrevistados pelo que damos conta dela. Em especial, tendo em atenção as suas consequências no processo de reprodução da situação de pobreza dos entrevistados.

Assim, apenas seis indivíduos não mencionaram a morte nas suas entrevistas. Tal como em relação à doença, os casos foram classificados através da temporalidade (infância/juventude e momento atual) e identificadas as pessoas que faleceram através da sua relação com os entrevistados. Finalmente, tentou-se perceber o impacto destas mortes nas vidas dos membros deste perfil.

O principal efeito que se pode observar dos relatos sobre as mortes prende-se com o impacto emocional na vida dos indivíduos, como podemos observar abaixo. A maior parte destas mortes foram de pessoas com quem os entrevistados tinham laços emocionais mais ou menos próximos (mãe, pai, irmãos, tio, avós), sendo isso que os levou a referirem-nas nas entrevistas. No entanto, os efeitos causados por estas mortes não foram apenas emocionais. Com frequência, essas mortes significaram menos recursos em casa ou menor apoio numa qualquer atividade. Se, por si só, não explicam a situação de pobreza, ajudam a explicar a sua reprodução ao longo da vida dos indivíduos.

O tipo de mortes em causa também contrasta com as do perfil dos reformados, onde o falecimento precoce ou muito precoce de crianças e de jovens adultos era mais presente.

Foram ainda referidas situações de violência física ou psicológica num quadro mais amplo de instabilidade familiar. No caso de um jovem, essas situações geravam sentimentos mistos, uma vez que o entrevistado referiu a mágoa de não ver o pai desde pequeno, embora simultaneamente o associasse à lembrança dos maus-tratos que este infligia ao entrevistado e às suas irmãs.

Algumas pessoas referiram episódios associados ao desemprego e a outras situações difíceis provocadas por situações de salários inconstantes ou em atraso. A privação surgiu também de forma muito evidente nas conversas, sendo associada aos casos acima referidos, mas também a situações em que o emprego existia ou em que o rendimento dos entrevistados era regular. Bens materiais foram por vezes mencionados, mas os inquiridos deram mais preponderância à dimensão alimentar, tal como foi expresso de forma esclarecedora por uma entrevistada em Vila Pouca de Aguiar.

Entrevistada: Foi na altura em que tive que criar os dois [filhos] mais velhos. Foi muito complicado. Porque muitas vezes tinha que lhes dar de comer e não sabia como (...) Pedia dinheiro. Às vezes, pedia de comer às pessoas que são minhas amigas, que me ajudavam. E, por exemplo, ao meio-dia, eles comiam na escola, não é, porque durante o dia estavam na escola, e à noite fazia uma sopinha e era o que nós comíamos. Era assim que eu me orientava. Eles comiam melhor na escola ao meio-dia, à noite comiam uma sopinha, comiam sopinha e pouco mais. (...) Muitas vezes eu não comia. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

Para alguns dos entrevistados, pareceu crucial realçar os seus esforços na proteção de outras pessoas, nomeadamente dos filhos. Esses esforços foram descritos como tendo sido das mais difíceis

situações experienciadas, implicando estratégias de privação como as acima referidas ou outras, como até, por exemplo e raramente, o recurso à prostituição.

É curioso verificar como para algumas pessoas os momentos mais difíceis pareceram surgir, de alguma forma, associados a conquistas obtidas. No caso de um entrevistado em Almada, a obtenção de um emprego foi precedida de vários dias de pernoita, primeiro na rua e depois no local de uma obra, e de pedidos sucessivos de emprego junto das empresas que aí laboravam. Pelo contrário, no caso de um entrevistado em Boticas, à obtenção de uma habitação seguiu-se um período muito difícil em que trabalhava na recuperação da mesma após o dia de trabalho.

Entrevistado: Arranjei, deitei tudo abaixo. E pus tudo novo e trabalhava das nove até às três da manhã. Não tinha telhado, não tinha nada. Quando chovia, como ia eu fazer? Mesmo fazendo ela, eu morava nela. (P2.4_Boticas, sexo masculino, 52 anos)

De certa forma, a interligação entre momentos positivos e negativos estendeu-se ao nível da reflexão acerca do percurso de vida, como foi o caso de uma entrevistada em Aljustrel que referia estar pior no momento da entrevista do que estava um ano antes. Sendo que a situação referida como mais positiva nessa altura se prendia com o facto de, na sequência da perda de emprego pelo marido, este ter recebido um valor relativo à compensação e a direitos adquiridos.

Poucos foram os casos de pessoas que consideraram que a sua vida tinha piorado, da mesma forma que poucas referiram percursos de altos e baixos. De facto, a maioria das pessoas entrevistadas considerou que a sua vida tinha vindo a melhorar, alicerçando, porém, tal convicção sobretudo em aspetos intangíveis. No que diz respeito ao discurso, destacou-se, a este nível, uma componente de aprendizagem que, muitas vezes, mais não é do que uma habituação, uma acomodação ao modo de viver e à situação de pobreza em que se encontram.

Entrevistada: Tem, tem vindo a melhorar. Já estive pior no passado, mas agora estou melhor, graças a Deus. Não é muito, mas estou melhor. A gente, ao longo dos anos, vai amadurecendo e vai vendo as coisas de outra maneira, a vida de outra maneira. Amadureci muito, fui obrigada, não é? É a vida! (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

Entrevistada: Tem vindo a melhorar. (...) A vida me ensinou a ser mais forte... Quando estou em baixo tentar subir, estar sempre com um sorriso na cara, pedir a Deus que não nos falte... Pronto, a vida me ensinou... (P2.5_Amadora#1, sexo feminino, 41 anos)

Em jeito de conclusão, fica claro da análise efetuada que, na maioria dos casos, se registava uma perceção de que os rendimentos não eram (ou nem sempre eram) suficientes, o que gerava situações de maior constrangimento financeiro. Como tal, muito poucas pessoas entrevistadas (e destas, apenas jovens) referiram não conseguir identificar um momento de vida particularmente difícil em que tenham sentido que os seus rendimentos não eram suficientes. Na maioria dos casos, foram identificados momentos particularmente adversos que incluíam situações concretas de privação a diferentes níveis, inclusivamente a nível alimentar.

Compreensivelmente, a avaliação subjetiva do percurso de vida feita pela maioria das pessoas entrevistadas não foi a mais positiva. Ainda assim, quando instadas a identificar momentos mais positivos, uma parte significativa identificou situações relacionadas com o contexto familiar. Em alguns casos, encarou-se como um dinamismo positivo quer a escolaridade quer algumas experiências que permitiram alargar horizontes quer conquistas apenas possíveis graças ao esforço pessoal.

Já os aspetos negativos surgiram associados, em muitos casos, a situações de doença, seja das próprias pessoas entrevistadas seja de familiares, sendo essas doenças em algumas situações identificáveis como fatores que espoletaram ou agravaram a situação de pobreza. Muito prevalentes foram também situações de morte de familiares, sendo ainda referidas situações de instabilidade familiar e de desemprego e instabilidade laboral.

Apesar de tudo, poucos foram os casos de pessoas que consideraram que a sua vida tinha piorado, da mesma forma que poucas referiram percursos “de altos e baixos”. De facto, a maioria das pessoas entrevistadas considerou que a sua vida tinha vindo a melhorar, alicerçando, porém, tal convicção sobretudo em aspetos intangíveis. Surgiu realçado, em termos de discurso, uma componente de “aprendizagem” que, muitas vezes, mais não é do que uma habituação, uma acomodação ao modo de viver e estar em situação de pobreza.

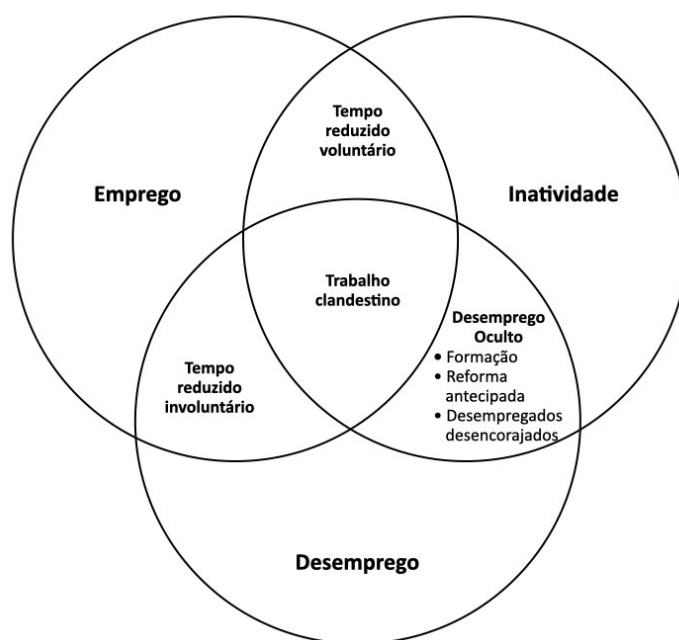
Uma questão importante quando se refere o percurso de vida de pessoas em situação de maior fragilidade social remete para a caracterização do sistema de proteção social e da rede de suporte social informal que, em casos mais difíceis, apoiam o processo de sobrevivência. Assim, importa perceber a utilização do sistema de proteção e a composição das redes de apoio não institucional, bem como o tipo e volume dos recursos que os atores que as integram têm capacidade de disponibilizar.

6. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção social

Os indivíduos enquadrados neste perfil de pessoas em situação de pobreza representam 26,6 % dos cidadãos em situação de risco de pobreza em Portugal, apresentando-se como o *cluster* mais heterogéneo encontrado na análise das correspondências múltiplas, como temos vindo repetidamente a sublinhar. No entanto, os indivíduos incluídos neste perfil têm em comum duas dimensões nucleares para a análise da relação que estabelecem com o sistema de proteção social e com os serviços sociais em geral: a sua condição perante o trabalho e o seu lugar na economia familiar.

No que respeita à condição perante o trabalho, os entrevistados partilham, na sua maioria, uma condição social que se caracteriza pela ocupação instável de zonas de interseção entre emprego, desemprego e inatividade, cujas fronteiras, como assinala Demazière (2014, p. 22), são difíceis de estabelecer. Procurando dar conta destas zonas de sobreposição, atendendo à sua expressão nas sociedades contemporâneas, Freyssinet (2004) propõe-nos um esquema analítico que contempla três posições intermédias principais: o trabalho a tempo reduzido involuntário, a inatividade como forma de desemprego disfarçado e o trabalho clandestino (Figura 1).

Figura 1 - Zonas de sobreposição emprego, desemprego e inatividade segundo Freyssinet



Fonte: Freyssinet (2004: p.16)

Esta proposta afigura-se adequada para a interpretação da condição dos entrevistados situados neste perfil, salvo no uso da categoria de trabalho clandestino entendido enquanto «atividade profissional, principal ou secundária, exercida à margem ou fora das obrigações legais, regulamentares ou contratuais, numa base lucrativa e não ocasional» (Freyssinet, 2004, p. 20). De facto, se no conjunto dos entrevistados encontramos um grupo de sujeitos que poderemos inscrever na categoria porosa entre o emprego e o desemprego, na maioria dos casos trata-se de atividades ocasionais que não chegam a configurar uma atividade profissional, parecendo mais adequada a sua categorização como trabalho informal, na linha do que Portes e Haller (2005) designam de *economia informal de sobrevivência*, algo a que temos vindo a designar como a zona intermédia entre emprego e desemprego.

De acordo com Freyssinet, o *trabalho a tempo reduzido* decorre quer do carácter descontínuo do trabalho, como acontece com as atividades de carácter sazonal, quer do trabalho a tempo parcial, sendo importante distinguir se esta situação assume do ponto de vista dos sujeitos um carácter voluntário ou involuntário, pois, no primeiro caso, o indivíduo situa-se na intersecção de atividade e inatividade e no segundo, na intersecção da atividade e do desemprego. Mas, como Freyssinet (2004, p. 18) sublinha, «há que questionar a relevância de uma tal distinção nos muitos casos em que um trabalhador opta pelo tempo reduzido por falta de uma alternativa mais satisfatória: a sua "vontade" é, na realidade, apenas uma forma de adaptação a restrições do mercado de trabalho ou, no caso das mulheres, a padrões culturais dominantes.» Veja-se, como exemplo nesta categoria, a situação da entrevistada P2.4_Lisboa#1 que, na ausência de uma relação de emprego estável e a tempo completo, exerce a sua atividade como trabalhadora independente em *baby-sitting* em regime de tempo reduzido, como já tínhamos destacado no capítulo 4.

A zona de fronteira entre atividade e inatividade, que Freyssinet designa de *inatividade como forma de desemprego disfarçado*, compõe-se de três modalidades principais: a frequência de cursos de formação profissional para sujeitos desempregados à procura de emprego, os dispositivos de pré-reforma para os trabalhadores mais próximos da idade regulamentar de reforma e a situação dos indivíduos que, depois de várias experiências de insucesso na procura de emprego, abandonam a procura ativa de emprego. No grupo de entrevistados, não encontramos sujeitos que se integrem atualmente nestas modalidades de desemprego oculto, havendo, no entanto, histórico de indivíduos que, ao longo da sua trajetória, realizaram cursos de formação profissional que nuns casos potenciaram o acesso ao emprego (P2.5_Guimarães), mas que noutros casos, devido a outras condicionantes, não se traduziram na transição para uma atividade regular (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1 e P2.5_Vila Pouca Aguiar, entre outros).

Quanto ao trabalho informal, na transição entre o emprego e o desemprego encontra-se um conjunto de indivíduos, maioritariamente do género feminino, com trabalhos informais em serviços

peçoais e domésticos e trabalhos sazonais na agricultura (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1; P2.3_Vila Pouca de Aguiar#2; P2.3_Boticas; P2.5_Vila Pouca de Aguiar) ou com pequenos trabalhos temporários na construção e agricultura (P.2.4_Boticas), excluídos da proteção e regulação que abrangem os contratos de trabalho e sistemas de segurança social. No primeiro caso, regista-se a partilha com o trabalho doméstico, designadamente como cuidadoras de ascendentes necessitados de cuidados, não codificado, na ausência de uma relação salarial, como trabalho, como acontece igualmente na autoprodução para consumo doméstico. Assim, numa reformulação da proposta de Freyssinet, podemos sistematizar, na Figura 2, o mapeamento dos lugares sociais dos entrevistados no que respeita à condição perante o trabalho.

Figura 2 - Condição perante o trabalho dos entrevistados do Perfil 2



Fonte: Elaboração dos autores com base em Freyssinet (2004: p.16)

Este perfil inclui ainda estudantes em idade adulta, na fase final do ensino secundário ou a frequentar o ensino universitário, com relações esporádicas com o mundo do trabalho em períodos de férias ou através de trabalhos ocasionais (P2.1_Porto; P2.1_Castelo de Paiva, P2.1_Guimarães e P2.1_Amadora), bem como um grupo de indivíduos desempregados, alguns relativamente jovens, à procura do primeiro emprego (P2.2_Amadora; P2.2_Lisboa e P2.3_Vila Franca do Campo). Encontramos ainda indivíduos já com alguma experiência de trabalho alternada com períodos de desemprego

(P2.2_Porto) e entrevistados mais velhos (P2.4_Almada). Quatro entrevistados empregados, isolados ou constituindo agregados familiares monoparentais, completam este perfil.

Como referido, outra dimensão agregadora deste perfil reporta-se ao lugar dos entrevistados na economia familiar, uma vez que, na sua grande maioria, com exceção dos sujeitos empregados, os inquiridos deste perfil estão a cargo da família no que respeita ao essencial da satisfação das suas necessidades, uma vez que não contribuem para a angariação do rendimento familiar ou fazem-no de forma limitada, no caso dos entrevistados com atividade em tempo reduzido involuntário ou em trabalho informal ou ainda dos desempregados.

6.1. Ativos dependentes, (des)emprego e rendimentos

A ausência ou limitação de rendimentos auferidos por via do trabalho por parte dos indivíduos em idade ativa neste perfil é um dos mecanismos geradores de pobreza individual e familiar, uma vez que os rendimentos angariados pelos cônjuges ou ascendentes que com eles coabitam, quando aplicável, não são suficientes para lhes permitir escapar à condição de pobreza ou privação.

Esta circunstância remete-nos para o facto assinalado na literatura acerca da pobreza no trabalho (Filandri & Struffolino, 2019) relativo ao uso de duas definições ou abordagens distintas. Por um lado, uma dimensão individual, por outro lado, uma dimensão que remete para características dos agregados familiares, nomeadamente para os membros angariadores de rendimento, para as crianças dependentes e, no perfil em análise, para os adultos inativos, desempregados ou em situações de tempo de trabalho reduzido ou informal. Nesta perspetiva, a situação de pobreza é dupla e relacional.

A pobreza individualmente considerada dos entrevistados ativos dependentes origina-se na insuficiência dos rendimentos do trabalho informal ou a tempo reduzido e na ausência de rendimentos por desemprego sem proteção social.

Começamos por analisar a dinâmica da zona de fronteira correspondente ao trabalho informal. A entrevistada P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1 iniciou-se no mundo do trabalho pelos 13/14 anos, na recolha de resina, em que laborou durante oito anos. Ficou desempregada por questões relacionadas com a empresa que explorava o negócio e foi cuidadora da mãe durante cinco anos.

Entrevistada: Aqui já antigamente haviam aqui pessoas que já andavam há muitos anos na resina. E ainda havia, no meu tempo, ainda havia meia dúzia deles que ainda tinham por aí. Só que depois os patrões daqui faleceram (...) Depois veio um senhor que nos veio aqui buscar e vinha buscar e trazer. Ainda andei lá oito anos. (...) Nunca mais arranjei mais trabalho. Depois a minha mãe também começou a ficar... Depois a minha mãe foi viver comigo. Depois começámos... Comecei....

A minha mãe começou a ficar doente derivado ao diabetes, ficou acamada, pronto. Estive esses anos todos a tomar conta dela, depois cinco anos mesmo, mesmo, mesmo acamada, mesmo acamada. (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo feminino, 46 anos)

A entrevistada acima citada teve um curto período de trabalho como emigrante, que abandonou devido à dificuldade em suportar o afastamento do filho de cinco meses. Atualmente arrepende-se dessa decisão, pois considera que se tivesse mantido durante mais alguns anos o trabalho no estrangeiro, teria à data da entrevista uma melhor condição de vida.

Já com 38 anos, frequentou o curso de geriatria e teve perspectivas de trabalho, que acabou por rejeitar por dificuldade de compatibilizar os horários do lar com os transportes e por ter engravidado do segundo filho. Atualmente, realiza pequenos trabalhos ocasionais, mas teve um acidente num desses trabalhos a cuidar de um idoso, partindo um braço numa queda. Por ter necessitado de colocar próteses, viu-se limitada em trabalhos fisicamente mais exigentes.

Entrevistada: Não, não consegui também porque depois... (...) Eles davam-me trabalho [em Chaves]. Mas eu ainda pedi se podia fazer o horário seguido, como estávamos a fazer no estágio, e elas disseram que não, que não podia estar a fazer o horário seguido. Depois, entretanto, eu engravidei. Eu acabei o curso em Julho e em Agosto eu engravidei. Pronto, mais uma prisão que eu tive. Estive cinco anos a tomar conta da minha mãe, não conseguia arranjar trabalho, porque depois nasceu o XXXX [nome do filho], pronto. Se arranjo alguma coisa, se não continua a vida.

Entrevistadora: Voltou a procurar emprego depois do nascimento do seu filho [em 2014]?

Entrevistada: Não. Olha, vou fazendo umas horitas por aí.

Entrevistadora: E com que frequência, mais ou menos, consegue esses biscates?

Entrevistada: Ah, os biscates, agora? Olha, no tempo das limpezas das casas no Verão, dá aí uns biscates mais ou menos. Ainda andei também, no mês de Julho, andei o mês completo nos mirtilos.

Entrevistadora: A fazer a apanha?

Entrevistada: Sim, apanha dos mirtilos e pronto. E por aqui agora não se vê. Só se houver agora na cebola, mas não vejo saída nenhuma. Só se houver e aí vou aproveitar para fazer algum e na apanha da castanha (...) Vamos é ver se consigo, se aguento (...) Faz agora dois anos que eu cá. Fui tomar conta de um idoso e aventurei-me, fui descer as escadas com o idoso (...) Caí com este braço, caí para frente, pronto. Parti esse braço em dois sítios. Tenho aqui oito parafusos. (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, 46 anos)

A entrevistada expressa ainda a vontade de arranjar um emprego fixo, mas refere ser difícil que isso venha a acontecer, devido ao isolamento da aldeia onde reside e à falta de transportes em horários compatíveis com a vida familiar.

Entrevistada: [a entrevistada e a entrevistadora trocam impressões sobre a limitação para trabalhar que o acidente num braço provocou à entrevistada] Tem que ser. Mas quando aparece, aproveito-os. Na altura, gostava de ter um fixo, mas é difícil. Aqui é muito, muito difícil de se arranjar um fixo, porque uma, não tenho transporte (...) Depois aqui, se uma pessoa não tem transporte, não tem trabalho. Se eu tivesse transporte, tinha trabalho. Mas assim, sem transporte... Eu não conduzo. (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo feminino, 46 anos)

A entrevistada P2.5_Vila Pouca de Aguiar é um outro exemplo típico deste subconjunto de indivíduos, ainda que com uma trajetória laboral regular mais longa, o que lhe permitiu ter usufruído de proteção social no desemprego. Iniciou-se no mundo do trabalho aos 12 anos a tomar conta de crianças num país estrangeiro, tendo igualmente trabalhado noutro, com 15 anos, a cuidar de crianças (repetimos um trecho já apresentado numa outra perspetiva).

Entrevistada: Já trabalhei a cuidar de crianças em casa de particulares, já trabalhei num hotel, na XXXX [país estrangeiro]. Depois vim para Portugal, trabalhei então nessa tal loja, já estive numa casa de particular grande, três anos e meio, é onde quando me separei, ganhava 440 euros, era um bom ordenado naquela altura e a partir daí depois fui para o fundo de desemprego, nunca mais consegui arranjar [trabalho]. Depois, na altura, quando estava no fundo desemprego, estive a trabalhar na escola aqui em Vila Pouca, através do fundo desemprego, quase nove meses. Depois saí, depois é quando fui para os cursos. (P2.5_Vil Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

A entrevistada regressou a Portugal para casar, por vontade dos pais. Depois de casada, o marido não a deixava trabalhar, mas, após o nascimento do primeiro filho, o casal emigrou, tendo a entrevistada trabalhado num hotel, regressando de novo a Portugal por causa da escolaridade do filho.

Entrevistada: [O marido] trabalhava nas obras e não me deixava trabalhar. Mas, entretanto, quando me casei, quando o miúdo nasceu, fomos para a XXXX [país estrangeiro] e ainda estivemos lá bastante tempo na Suíça, porque depois o XXXX [nome do filho], que é o mais velho, esteve na XXXX [país estrangeiro] até aos seis anos e o mais novo... A diferença do mais velho são três anos e pouco, três anos e meio, não chega a três anos e meio. Quando o mais velho atingiu a idade, os

seis anos, para ir para a escola, eu tive de vir embora. Entretanto, como eu vim embora, o meu ex-marido não quis lá ficar. Porque se ele lá ficasse a vida era diferente, não era? Ele trabalhava, mandava dinheiro... Ele não, veio atrás de mim. E foi na altura que eu me separei dele, porque ele batia-me, emborrachava-se, porque ele tinha ciúmes de mim. Passei um mau bocado. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

Separa-se aos 31 anos, devido aos problemas de violência doméstica e a outros problemas de que era vítima. Depois da separação, começou a trabalhar no comércio, numa loja dos 300, por um período de dez anos.

Entrevistada: Nessa época, eu trabalhava numa loja que se chamava as lojas dos 300. Foi onde eu conheci o pai da minha filha, porque ele era patrão e eu fui para lá como empregada. Depois ele também era separado, e eu, naquela altura que eu estava mais debilitada, foi quando aconteceu. Passados dois anos, juntei-me com o pai da minha filha. (...)

Entrevistadora: Então quanto tempo trabalhou nessa loja?

Entrevistada: Eu trabalhei lá dez anos.

Entrevistadora: Dez anos?

Entrevistada: Sim, porque depois, quando me juntei com ele, fiquei eu a administrá-la, depois, entretanto, estive, estive não, não dez anos, mas mais ou menos por aí. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

Mais tarde, a entrevistada separou-se do novo companheiro por problemas relacionados com a atividade deste (ligada a uma casa de prostituição em Espanha), tendo ficado desempregada e a beneficiar da proteção no desemprego durante cerca de dois anos. Trabalhou depois como empregada doméstica durante três anos numa casa particular (com contrato no terceiro ano), no fim dos quais regressou ao desemprego. Atualmente, tendo realizado o curso de auxiliar de ação educativa, a entrevistada não tem um emprego regular e com contrato. Exerce apenas ocasionalmente uma atividade de serviços domésticos, atribuindo a dificuldade que tem tido em arranjar um trabalho regular e com contrato à sua idade.

Entrevistada: É, eu faço condomínios, limpo a casa e trabalho domingo e sábado à tarde num café, que é para ganhar horas extras, para ganhar dinheiro extra, que é a maneira que eu consigo orientar-me. Só com 250 euros [valor da pensão de alimentos da filha concedida após processo judicial] eu não consigo, não é? E faço essas coisas por fora, que é para me orientar, tiro o meu

dinheiro para gastar, que é para pagar água, luz. O dinheiro da renda é... [incompreensível]. O dinheiro da miúda que nem sequer devia-o de o gastar não é, porque é dela, mas tenho que gastar a algum lado, porque não posso... E vou-me orientando assim. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos).

A entrevistada P2.3_Vila Pouca de Aguiar nunca exerceu uma atividade laboral assalariada referindo que os pais nunca a deixaram trabalhar fora da esfera doméstica. A sua trajetória de vida é marcada por uma cultura autoritária e patriarcal inibidora da autonomização e emancipação da filha-mulher, vista apenas como dona-de-casa e cuidadora dos pais.

Entrevistada: Não, eu nunca trabalhei, os meus pais nunca me deixaram trabalhar.

Entrevistadora: E porquê?

Entrevistada: Porque queriam ter uma empregada lá em casa.

Entrevistadora: Queriam o que?

Entrevistada: Queriam que eu não saísse lá de casa.

Entrevistadora: Para ter uma criada, como a senhora disse?

Entrevistada: Sim, sim. (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo feminino, 43 anos)

O entrevistado P2.4_Boticas começou a trabalhar na construção civil com o pai quando tinha cerca de 15 anos. Trabalhou nesse ramo até por volta dos 30 anos, vendo-se forçado a desistir por motivos de saúde – tinha vertigens que o deixavam em risco de queda nas obras. Durante esse período, trabalhou durante anos em Espanha, na pecuária (na ordenha e no tratamento de vacas).

Entrevistador: Em algum momento teve algum emprego sem ser no campo? Em que era contratado e recebia um salário?

Entrevistado: Sim, eu trabalhava nas obras.

Entrevistador: Construção civil?

Entrevistado: Sim, só que depois deu-me um problema aqui do lado e precisei ir ao médico. Ele disse-me que tinha sido como uma pressão na cabeça. Então ele me disse para não subir nas alturas, que estava sujeito a vir abaixo. Aí eu deixei.

Entrevistador: Isso foi há quanto tempo? Quantos anos tinha?

Entrevistado: Tinha para aí 30.

Entrevistador: E trabalhou quanto tempo na construção?

Entrevistado: Comecei mais ou menos aos 15. Porque o meu pai também trabalhava e ele quando tinha muitos trabalhos tínhamos que ir com ele. Uns tiravam a telha, outros punham... e lá vai a gente assim.

Entrevistador: Nessa época chegou a ter algum contrato de trabalho?

Entrevistado: Não, não.

Entrevistador: Não descontava....

Entrevistado: Não descontava nada.

Entrevistador: O senhor gostava?

Entrevistado: Gostava. Eu gostava, mas o médico disse: «Não vais para cima». Algumas vezes eu ainda vou, mas a certo ponto parece-me que me dá algo na cabeça e tenho de fugir para trás
(P2.4_Boticas, sexo masculino, 52 anos)

Atualmente, o entrevistado faz trabalhos temporários de limpeza de caminhos, de lavragem da terra, de transporte, bem como outros pequenos trabalhos de construção civil.

Entrevistador: Em relação a trabalho e rendimentos, como é que gere a sua vida?

Entrevistado: Eu desenrasco meio assim, como estou a dizer. Trabalho oito dias para a Junta. Tenho um tratorzito. Comprei um tratorzito e às vezes vou buscar lá uma pessoa e pagam-me. Vou lavar uma terra e pagam-me. E assim vou desenrascando.

Entrevistador: E como funciona esse trabalho com a Junta?

Entrevistado: Isto é ao dia. 40 euros por dia.

Entrevistador: E o que é que o senhor faz?

Entrevistado: Às vezes, a limpar os caminhos. Agora, limpar as ruas e pintar umas paredes.

Entrevistador: Com que frequência trabalha com a Junta?

Entrevistado: É assim, um mês vai um, outro mês vai outro e assim vai até que chega o meu mês de novo.

Entrevistador: Ah, então fica mais de um mês sem ser chamado?

Entrevistado: É mais. Se trabalhar até segunda-feira, se calhar fico dois/três meses sem trabalho.

Entrevistador: Mas no mês que trabalha é durante todo dia?

Entrevistado: Trabalho, enquanto houver trabalho, há. Por exemplo, se terminar de limpar a rua, acabei. Sou pago os dias que tenho. (P2.4_Boticas, sexo masculino, 52 anos)

Se os exemplos aqui apresentados se inscrevem em itinerários particulares, partilham entre si traços comuns com os de outros entrevistados, tendo como principal ocupação um trabalho informal,

como se pode observar no Anexo H. Assim, trata-se na sua maioria de mulheres com níveis baixos de escolaridade, ainda que, no contexto de situações de desemprego ou de benefício de apoios sociais, tenham realizado cursos profissionais ou de ensino-formação que lhes conferiram equivalência a habilitações literárias mais elevadas, sem que este aumento de qualificações tenha dado lugar a ocupações regulares e estáveis. Condicionantes várias influenciam igualmente a saída, o reingresso e a estabilização da relação com o mercado de trabalho, como: os cuidados prestados a filhos pequenos ou a outros familiares dependentes; eventos críticos de saúde ou de rotura conjugal (o D de divórcio); uma emancipação tardia da esfera doméstica e outros contextos territoriais, com limitações de mobilidade e da dinâmica do sistema local de emprego e com oportunidades limitadas de trabalho regular e estável.

No conjunto dos entrevistados inseridos neste perfil, encontrámos apenas um indivíduo dependente com atividade em tempo reduzido involuntário. A entrevistada P2.4_Lisboa#1, excetuando alguns trabalhos temporários em períodos de férias escolares, iniciou a sua vida ativa nos anos que se seguiram à interrupção dos estudos. Nesse período que antecedeu a retoma do seu curso superior (que concluiu, sendo a única licenciada entre todos os entrevistados), teve vários trabalhos, o mais relevante dos quais num lar de idosos com contrato de trabalho, para além do apoio que dava ao pai, contabilista reformado.

Entrevistada: Depois dessas experiências... Eu trabalhei em jardins de infância em *part-time* e aquele emprego mesmo foi num lar de idosos. Aí é que trabalhei quase dois anos, tinha 22/23, foi por aí. Depois desse, tive trabalhos em jardins-de-infância, mas era quase... Era a *part-time*. E que é que eu fiz mais? Também estive com o meu pai, que fazia contabilidade em casa. Ele tinha muito trabalho em casa, que ele já era reformado e continuava com esse trabalho todo na contabilidade e eu ajudava-o. Eu não gostava, mas era um trabalho... (...) e estive a trabalhar com ele até vir para cá, até aos 25. Não era contrato nenhum, não era nada, era ter casa, a troco disso... (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos,)

Quando retomou os estudos em Lisboa enquanto trabalhadora-estudante, a sua atividade inicial foi como *baby-sitter*. Trabalhou igualmente num lar de jovens com medidas tutelares educativas, sendo que atualmente, após o nascimento do filho, se dedica sobretudo ao *baby-sitting* como trabalhadora independente, através de uma empresa do ramo, num trabalho que qualifica de muito precário e que lhe proporciona um rendimento baixo e irregular (repetimos aqui um excerto):

Entrevistada: Quando vi para cá quando vim estudar, eu estive a fazer trabalhos de *baby-sitter*. Tinha um trabalho em continuidade com duas crianças que não tinham... A mãe tinha falecido e eu

é que era a mãe para eles, porque o pai trabalha muitas horas e eu de manhã tinha de ir muito cedo para lá (seis horas). Estive quase dois anos assim, os dois primeiros anos do curso assim [dos 26 aos 28]

(...)

Depois o último ano do curso (...) fui para esse lar especializado trabalhar como educadora. Eram jovens que estavam a cumprir penas e estive lá durante dois anos, ou seja, estive lá quando acabei o curso, a minha gravidez.... Estive lá quase dois anos

(...)

O resto era a recibos verdes. E agora ainda continuo a recibos verdes. E agora estou como *baby-sitter*, mas, dada a continuidade, tudo serviços pontuais com turistas. Ou seja, pode ser daqui a uma semana em que estou completa com serviços em qualquer parte, ou num sítio ou noutro. Ou não tenho trabalho porque não consigo estar com o meu filho, mas eles estão sempre a chamar, mas pronto. É um trabalho muito precário. Pois, não acabo por receber grande coisa, porque tenho de descontar para a Segurança Social, isso é muito mau. Fazendo o desconto e descontando isso à hora, às vezes é menor que o ordenado mínimo. O trabalho à hora com o desconto fica assim. E é assim. (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos)

O subconjunto dos entrevistados em situação de desemprego, se excetuarmos o caso do entrevistado P2.4_Almada, dada a particularidade do seu percurso e a sua condição de emigrante com problemas de regularização, partilha entre si o que pode configurar uma *armadilha do emprego*, na medida em que se tratam de jovens para quem, uma vez atingida a maioridade, a opção pela entrada no mundo do trabalho, em detrimento do prosseguimento dos estudos e de uma maior qualificação, se traduziu ou se ameaça vir a traduzir num insucesso no que diz respeito ao processo de autonomização face à família e na construção de uma carreira profissional. O caso da entrevistada P2.2_Porto é disso exemplo. Depois do 12.º ano, embora tivesse a intenção de continuar os estudos, decidiu ir trabalhar e autonomizar-se dos pais, estando à data da entrevista arrependida de ter tomado essa opção.

Entrevistadora: Por que é que deixou a escola? Disse-me há bocado que saiu do 12.º ano por dificuldades económicas, não é? Porque a sua intenção era seguir?

Entrevistada: Sim, era seguir, mas depois, lá está, eu comecei a pensar que..., não é? Começa a crescer e a gente acha que se a gente for trabalhar é que é bom.

Entrevistadora: Mas gostava de ter continuado a estudar?

Entrevistada: Eu gostava, se pudesse ter voltado atrás, tinha.

Entrevistadora: Porque área?

Entrevistada: Eu acho que tinha seguido Arqueologia. Depois, nem que chegasse nesta altura e pensasse que Arqueologia não me dava qualquer tipo de estabilidade, vou tirar doutoramento ou mestrado em Geologia que dá equivalência a Arqueologia, mas já tinha essa etapa. Agora, com 26 anos, torna-se mais complicado eu conseguir entrar numa faculdade. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Com 26 anos, por falta de estabilidade e condições económicas, a entrevistada considera difícil vir a ingressar na universidade ainda que mantenha essa ambição.

Entrevistada: Lá está, para além de andar na faculdade, ter essa bolsa, é preciso eu ter condições, ou os meus pais terem condições para me ajudarem, no sentido em que preciso de comprar material escolar. Para andar numa faculdade, é preciso comprar um passe. Para andar na faculdade, eu vou ter que ir e vir da faculdade. Se calhar, vai haver um dia ou outro em que vou ter que chegar tarde ou almoçar fora e preciso de dinheiro. A minha mãe desempregada, o meu pai a trabalhar com dois irmãos, como é que a minha mãe me consegue ajudar a mim a tirar o curso de faculdade?

Entrevistadora: Acha que a sua vida seria melhor se continuasse a estudar?

Entrevistada: Eu acho que sim, porque, lá está, eu tenho a mesma ambição de tirar um curso superior. Gostava de voltar a uma faculdade e ter uma profissão e não era andar aí no desemprego. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

A relação desta entrevistada com o mundo do trabalho traduz-se em experiências de trabalho a termo em diferentes áreas. Tirou um curso profissional de assistente dentária, mas não conseguiu arranjar emprego na área, permanecendo desempregada após um período de trabalho sazonal na restauração no Algarve. Tendo-se autonomizado nos períodos em que conseguiu trabalho, viu-se forçada pelo desemprego prolongado a regressar a casa dos pais, com quem vivia no momento da entrevista (mais uma vez, repetimos um excerto).

Entrevistada: Eu na altura eu fui tirar um curso de Arqueologia. Pensava acabar o curso e ir para a faculdade, mas depois, consoante as dificuldades financeiras que ultrapassava com os meus pais, acabei a escola e decidi trabalhar para ter dinheiro para as minhas coisas e então deixei a faculdade um pouco de parte e deixei esse sonho um bocado de lado. Em diante, comecei a trabalhar em restauração, lavar loiça, ajudante de cozinha fui trabalhar para fábricas (para duas fábricas na altura) e sempre tive a ambição de ir para a faculdade, mas antecipei sempre. Vou para o ano, vou

para o ano, vou para o ano. Entretanto, decidi estudar outra vez e tirei o curso de assistente dentária. Tirei o curso durante um ano e meio, em que tinha que pagar o curso. Saí de casa dos meus pais, vivia num quarto alugado. Entretanto, deparei-me com o desemprego, fiquei desempregada, meti o subsídio de desemprego, acabou o subsídio de desemprego, fiquei sem trabalho, não arranjei trabalho. Tive que sair da casa onde estava, voltar a casa dos meus pais, desempregada. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

No momento da entrevista, com 26 anos, a respondente continuava desempregada. A entrevistada demonstrava estar com dificuldades em arranjar emprego e preocupada por não poder ajudar os pais, sendo antes um encargo para a família, numa situação em que a mãe estava desempregada:

Entrevistadora: É difícil encontrar trabalho?

Entrevistada: Eu, lá está, tirei o curso de assistente dentário. Eu, no percurso que andei a tirar o curso (que eu estava de manhã e à tarde tinha as tardes livres), eu percorri imensas clínicas dentárias. Eu fui a 20 entrevistas, para aí, e não fiquei em nenhuma. Eu ouvi não e depois a gente liga, e porque não tem experiência ou porque a gente não quer o seu perfil ou porque a gente... Inventavam sempre uma desculpa qualquer, então foi uma fase bastante complicada, daí eu ter embarcado para o Algarve. Porque eu não consegui. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

No entanto, a situação da entrevistada não deriva apenas da ordem da biografia pessoal. O seu itinerário exemplifica não apenas a experiência de uma família numerosa com dificuldades financeiras, mas também a condição juvenil contemporânea, marcada pela precariedade laboral, incerteza e desigualdades existenciais e de recursos (Pais, 2000; 2001; Therborn, 2013).

É uma biografia semelhante, um contexto familiar idêntico e uma mesma condição social que ameaçam o projeto de vida do jovem entrevistado P2.3_Vila Franca do Campo que, sem experiência de trabalho (apenas com participação no programa de Atividades de Tempos Livres para Jovens no hospital local, em regime de *part-time*) e tendo terminado o 12.º ano, tinha a intenção de prosseguir os estudos na universidade numa área tecnológica, e de emigrar para os Estados Unidos para trabalhar com um familiar. Caso se concretizasse a desejada experiência pelos Estados Unidos, o entrevistado projetava regressar a Portugal e ou voltar a estudar num curso de tecnologia ou ingressar na polícia, que considerava uma das suas profissões de sonho.

Entrevistadora: Por que é que tu deixaste a escola? Fizeste até ao 12.º e depois o que é que se passou? Por que é que não...?

Entrevistado: Acabei o 12.º ano, então pensei ir para universidade, um curso de tecnologia. Só que o meu tio (tinha um tio na América) tinha uma proposta de trabalho. Recebe-se lá bastante dinheiro, então eu andei... E agora vou mesmo, tomei a decisão que vou para lá trabalhar com ele. Mas quando vier da América, vou ficar lá um tempinho, mas quando voltar, eu vou voltar a estudar ou vou para polícia, é uma das minhas profissões de sonho.

Entrevistadora: Gostavas de ser polícia?

Entrevistado: sim.

Entrevistadora: Porquê? Qual era...?

Entrevistado: Era mais pelo senso de justiça, senhora. (P2.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 20 anos)

Na análise da pobreza referenciada às características dos agregados familiares, à semelhança do que se preconiza para a compreensão da situação da pobreza no trabalho (cf. *A pobreza em Portugal, Trajetos e Quotidianos: Os Trabalhadores*), deve-se levar em linha de conta diferentes fatores geradores da pobreza, para além dos rendimentos do trabalho, como sejam a estrutura familiar, a trajetória e padrões de emprego e as políticas públicas de bem-estar social (Lohmann & Marx, 2008). Nesta dimensão de análise, não considerando os indivíduos isolados e as famílias monoparentais empregadas incluídos neste perfil, na quase totalidade dos casos, encontramos famílias com uma intensidade laboral elevada (igual ou superior a 50 %, tomando como referência o indicador europeu de pessoas a viver em agregados familiares com uma muito baixa intensidade laboral⁴⁷), sendo essa uma característica que se pode igualmente constatar pelo número relativamente reduzido de adultos desempregados e estudantes adultos que integram estas famílias (cf. Anexo H).

Estas informações permitem-nos considerar que neste perfil se trata de indivíduos em idade ativa, dependentes, a viver em famílias de trabalhadores pobres, cujos membros angariadores não auferem, no entanto, os rendimentos necessários para fugir à condição de pobreza monetária e ao risco de privação material.

⁴⁷ O indicador *Pessoas que Vivem em Agregados com Uma Intensidade de Trabalho Muito Baixa* é definido como o número de pessoas que vivem num agregado em que os membros em idade ativa trabalharam menos de 20 % do seu potencial total durante os 12 meses anteriores. A intensidade de trabalho de um agregado é o rácio entre o número total de meses que todos os membros do agregado em idade ativa trabalharam durante o ano de referência do rendimento e o número total de meses que teoricamente os mesmos membros do agregado poderiam ter trabalhado no mesmo período. Uma pessoa em idade ativa é uma pessoa com idades compreendidas entre os 18 e os 59 anos, com exclusão dos estudantes do grupo etário entre os 18 e os 24 anos. Os agregados compostos apenas por crianças, estudantes com menos de 25 anos ou pessoas com 60 ou mais anos são excluídos do cálculo do indicador (cf. Eurostat).

Importa assim analisar em que medida as políticas de proteção social contribuem para a composição ou compensação de rendimentos, quer a nível individual, quer a nível familiar, nas situações de transição emprego-desemprego-inatividade e face às necessidades e constrangimentos da vida familiar.

6.2. Ativos dependentes e proteção social

Tratando-se neste perfil de indivíduos em idade ativa, a proteção social é assegurada através de três redes de proteção com níveis diferentes de abrangência e de carácter inclusivo: uma primeira rede de proteção, de natureza ocupacional, baseada no seguro social, uma segunda rede de proteção, de natureza universal, baseada no princípio de cidadania e sujeita a condição de recursos, e uma rede última, não conferente de direito, de assistência social clássica, que complementa as duas primeiras.

A análise da trajetória laboral e da situação atual perante o trabalho dos entrevistados deste perfil e dos seus familiares permite apurar que só uma pequena parte beneficiou de proteção social em períodos de desemprego, não existindo, à data das entrevistas, qualquer indivíduo a beneficiar do subsídio de desemprego.

Entre os entrevistados que beneficiaram de proteção social no desemprego, encontram-se os indivíduos ativos empregados (P2.5_Guimarães e P2.5_Lisboa) e os entrevistados que, após a perda de emprego, realizam trabalhos informais (P2.5_Vila Pouca de Aguiar), o que remete para a existência de trajetórias laborais que, apesar da alternância entre períodos de emprego e de desemprego, permitiram a constituição de carreiras contributivas que permitiram satisfazer os critérios de elegibilidade no acesso a este direito social.

Entrevistadora: Beneficiou do subsídio de desemprego quando ficou desempregada?

Entrevistada: Sim, também tive esse seguro. Na altura que fechei a loja, tive direito a quase dois anos de fundo de desemprego.

Entrevistadora: Fundo de desemprego?

Entrevistada: Sim, exatamente.

Entrevistadora: Foi só nesse período que recebeu?

Entrevistada: Foi, foi só neste período e na altura que eu saí da casa dos outros senhores. Tive por duas vezes. Foi nessa altura.

Entrevistadora: E tem algum outro tipo de apoio que recebeu, desses de segurança social, lembra-se?

Entrevistada: Não. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

No caso dos ativos dependentes desempregados, apenas num caso (P2.2_Porto) se registou o usufruto do direito à proteção social no desemprego, pois no caso dos entrevistados P2.2_Lisboa e P2.3_Vila Franca do Campo trata-se de procura de primeiro emprego, uma situação que não é coberta pelo sistema de segurança social no âmbito da proteção social no desemprego, sendo abrangida, desde 1996, pelo Rendimento Mínimo Garantido (posteriormente RSI), após a extinção do Subsídio de Inserção de Jovens na Vida Ativa que havia sido criado em 1987. No que se refere ao entrevistado P2.4_Almada, a sua condição de emigrante em situação irregular inibe a faculdade de poder beneficiar dessa proteção.

Entre os familiares dos entrevistados, registavam-se à data das entrevistas situações de desemprego, ainda que em número reduzido (P2.1_Porto; P2.1_Castelo de Paiva; P2.3_Vila Franca do Campo).

No caso da família da entrevistada P2.1_Castelo de Paiva, os seus pais beneficiaram de proteção social no desemprego, mas a mãe, que não logrou reingressar no mercado de trabalho, e não veio a beneficiar do subsídio social de desemprego.

Note-se que o subsídio social de desemprego (cuja criação visou ampliar a cobertura dos trabalhadores com trajetórias menos estáveis e que podem experimentar dificuldade em retornar rapidamente ao mercado de trabalho) na modalidade de subsídio subsequente, tem como condições de acesso, para além da permanência na situação de desemprego, o cumprimento da condição de recursos em que os rendimentos mensais por pessoa do agregado familiar do requerente não sejam superiores a 80 % do indexante dos apoios sociais (IAS), o que corresponde a 348,60 euros (valores de 2019), sendo considerados para apuramento do rendimento familiar a quase totalidade dos rendimentos passíveis de serem auferidos pelo agregado familiar, incluindo outras prestações sociais e excluindo as prestações por encargos familiares por deficiência ou dependência.

Esta condição de recursos, que, no caso da entrevistada P2.1_Castelo de Paiva implica a consideração no rendimento familiar do valor da bolsa de estudo da ação social do ensino superior de que é beneficiária, leva a que o acesso ao subsídio social de desemprego seja apenas possível para agregados familiares com uma condição de recursos claramente abaixo do limiar de pobreza, como se pode observar no Quadro 4, questionando a adequação desta, como de outras prestações sociais, na prevenção e combate à pobreza.

Quadro 4 - Condição de recursos do subsídio social de desemprego e linha de pobreza para agregado familiar nuclear com um filho adulto, 2018

	Valor mensal
--	--------------

A. Condição de recursos elegível para subsídio social de desemprego ¹	823,50€
B. Limiar de pobreza para agregado familiar tipo em 2018 ²	1202,40€
Rácio A/B	68,5 %

Fontes: Cálculos dos autores com base em IAS e ICOR 2018.

Nota: 1. IAS (428,90) x 0,8 x 2,4 (ponderador por adulto equivalente = 1+0,7+0,7)

2. Limiar pobreza por adulto equivalente 501€ x 2,4

No caso da entrevistada P2.2_Porto, encontramos uma trajetória laboral de emprego em carrossel (Diogo & Freitas, 2014) iniciada após a conclusão do 12.º ano e caracterizada pela alternância entre empregos precários e desemprego, sendo que só por uma vez em sete anos a referida entrevistada beneficiou de proteção social no desemprego, o que demonstra que

o sistema continua muito longe de se reconfigurar de modo a acompanhar as transformações rápidas do mercado de trabalho português — quer do ponto de vista do aumento do *stock* e do fluxo de desempregados, quer considerando a crescente precariedade e predomínio de relações contratuais atípicas (Silva & Pereira, 2012, p. 142).

Na ausência ou limitação da proteção social face ao risco de desemprego através dos mecanismos próprios do regime geral de segurança social (modalidade de seguro social), existe para os entrevistados a possibilidade de recurso ao RSI (proteção social universal) enquanto última rede de segurança. No entanto, para o conjunto dos entrevistados, verifica-se um usufruto limitado deste direito social (P2.5_Lisboa e P2.5_Vila Pouca de Aguiar), o que será explicável quer pelo facto de esta rede última de proteção social de cidadania se revelar sobretudo eficaz na redução da intensidade da pobreza (Rodrigues *et al.*, 2016, p. 134), quer pelas alterações profundas introduzidas em 2010 e 2012 nas regras de elegibilidade, no agravamento da condição de recursos (que passaram a incluir os bens imobiliários dos potenciais beneficiários), no valor de referência e noutras normas de funcionamento deste programa. As características apontadas e as alterações introduzidas limitaram de forma muito acentuada o acesso dos indivíduos em situação de pobreza a esta prestação social de garantia mínima de rendimentos, diminuindo a sua eficácia na redução da intensidade da pobreza, como é demonstrado no Quadro 5.

Quadro 5 – RSI: Alteração da condição de recursos e linha de pobreza (casal com dois filhos dependentes)

	N.º Adultos Equivalentes	Limiar do RSI (euros/mês)	Alteração (%)	RSI / Linha de Pobreza

RSI até à alteração de 2010	3	569		64 %
RSI após alteração de 2010	2,7	512	-10 %	58 %
RSI após alteração de 2012	2,1	398	-30 %	45 %
RSI após alteração de 2013	2,1	374	-34 %	42 %
RSI após alteração de 2016	2,7	488	-17 %	40 %
RSI 2017	2,7	496	-15 %	39 %
RSI 2018	2,7	504	-13 %	37 %
RSI 2019	2,7	512	-11 %	..

Fonte: Rodrigues *et al.* (2016, Quadro 43) e cálculos próprios com base em ICOR 2017 e 2018

Em 2016, foi reposta a escala de equivalência da OCDE, que havia sido adotada com a alteração de 2010, registando-se por esta via uma melhoria do limiar de referência, mas, como pode observar-se, a relação deste limiar com a linha de pobreza não registou nenhuma alteração, uma vez que não houve qualquer atualização do IAS – indexante dos Apoios Sociais, que se manteve congelado entre 2009 e 2017. Deste modo, apesar da reintrodução de ponderadores mais favoráveis, a possibilidade de o RSI funcionar como uma rede de proteção última para os indivíduos pobres ou seus familiares é limitada, verificando-se uma depreciação do valor do RSI face à linha de pobreza devido ao aumento do rendimento mediano, como podemos igualmente comprovar pelos depoimentos de alguns dos entrevistados que beneficiaram ou pretenderam beneficiar desta prestação social.

No entanto, as limitações assinaladas não obstam a que, em algumas situações e períodos, o RSI possa mitigar situações de pobreza extrema que afetem a vida pessoal e familiar dos indivíduos, pois, como se assinalou, esta prestação social foi desenhada como medida de

combate à pobreza através de mecanismos que assegurem às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas *necessidades mínimas* e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária, respeitando os princípios da igualdade, solidariedade, equidade e justiça social (Lei 45/2005).

Isto mesmo pode ser assinalado no caso da entrevistada P2.5_Vila Pouca de Aguiar, em que o RSI foi importante na fase em que se separou do pai da sua filha mais nova sem que tivesse tido lugar havido uma declaração judicial de obrigação de pensão de alimentos, tendo esse rendimento ajudado a mitigar uma fase de privação e de quebra acentuada de rendimentos.

Entrevistadora: Ao longo da sua vida, recorreu a algum tipo de serviço ou apoio social?

Entrevistada: Sim. Foi na altura que eu estive a receber um ano e tal, o que eu estava a dizer. Foi quando eu recebi... Antes de meter o pai da minha filha em tribunal, antes de receber o sustento da [pensão de alimentos da filha], recebi um ano e pouco o rendimento de inserção. Foi nessa altura. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

Em circunstâncias distintas, também a entrevistada P2.3_Vila Pouca de Aguiar#2 beneficiou desta prestação social num período de maior dificuldade por quebra de rendimento devido a uma doença do marido. Contudo, a entrevistada foi beneficiária do RSI durante pouco tempo, uma vez que a prestação foi cortada quando iniciou a frequência do curso de ensino-formação.

Entrevistadora: Disse que nunca trabalhou e que com 33 anos saiu de casa. Nesse período nunca recebeu nenhuma ajuda da Segurança Social?

Entrevistada: Tive uma ajuda, mas foi por pouco tempo.

Entrevistadora: Que tipo de ajuda foi?

Entrevistada: Aquilo, o rendimento mínimo que nós chamamos.

Entrevistadora: Rendimento Social de Inserção?

Entrevistada: Sim. É isso, é!

Entrevistadora: Mesmo nunca tendo descontado?

Entrevistada: Não, não.

Entrevistadora: Foi quantos meses que recebeu isso?

Entrevistada: Acho que recebi para aí meio ano.

Entrevistadora: E por que é que deixou de receber?

Entrevistada: Porque me meti num curso e cortaram-me. Nesses cursos não pode andar a receber. (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo feminino, 43 anos)

O caso da entrevistada P2.3_Aljustrel revela uma vida muito atribulada do ponto de vista conjugal, com várias relações surgidas no contexto do trabalho na indústria da noite e que deram origem a vários filhos, para a qual o RSI constituiu um apoio na decisão de abandonar a atividade de trabalhadora do sexo. No entanto, essa prestação social foi suspensa pouco tempo antes da entrevista.

Entrevistada: Depois fui pedir ajuda à assistente social, porque queria viver sozinha e fui trabalhar para um lar. Tinha na altura cerca de 30 anos. E foi quando conheci este rapaz e é com ele que ainda estou. Há três anos é que eu não trabalho na noite porque chegou a um ponto que eu disse: «Não, eu não consigo mais, estou muito cansada.» A mim ninguém me dá 42 anos de idade, porque

a noite estraga muito uma pessoa. Tenho esta idade, mas pareço muito mais velha! (P2.3_Aljustrel, sexo feminino, 42 anos)

Noutros casos ainda, o RSI não foi concedido diretamente à entrevistada, mas aos seus familiares, à mãe, em regra, ou ao pai, como ocorreu com a família da entrevistada P2.2_Porto quando a mãe ficou desempregada devido ao nascimento dos filhos mais novos, e se verificava no momento da entrevista com o desemprego da mãe, depois de alguns contratos a prazo como auxiliar de ação educativa, mas sem direito à proteção social no desemprego.

Não se tratando de um evento registado diretamente com nenhum dos entrevistados (doença por motivos profissionais), o regime de proteção social dos trabalhadores afetados por doenças profissionais tem impacto na situação de algumas famílias abrangidas neste perfil de indivíduos em situação de pobreza. É exemplificativo disso mesmo o caso da entrevistada P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, cujo marido contraiu tuberculose no âmbito do seu trabalho como operário numa pedreira, uma situação que, apesar de constar da lista oficial de doenças profissionais, não foi reconhecida como tal, tendo-lhe sido atribuída uma baixa por doença, que constitui um regime menos favorável do que o reconhecimento de uma incapacidade temporária no âmbito das doenças profissionais.

Entrevistada: É só ele sozinho a trabalhar. Agora já não trabalha, não trabalha desde Dezembro. Está de baixa e a baixa é muito pouquinho. Só estamos a viver da baixa.

Entrevistadora: A baixa não é o ordenado inteiro?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: É que percentagem, mais ou menos?

Entrevistada: 70. 70 ou 75 %.

Entrevistadora: Então fica você, o seu marido e seu filho com esse ordenado?

Entrevistada: Só à volta de 370 euros.

Entrevistadora: A principal fonte de rendimento da casa é essa?

Entrevistada: É. Porque o principal problema dele, o problema dele é que é considerado. Como é coisas de pulmões, é considerado de saúde, não coisa no trabalho, não é? Porque, se fosse, tinha que ir para o seguro de trabalho, não é? E como é de pulmões, é considerado de saúde. (...) Ele em termos de saúde já está, o problema dele já está um bocadinho melhor, só que o médico diz que ele tem que recuperar 100 %. A doença dele tem que estar mesmo 100 %. [inaudível] se ele pode ir para o trabalho, eu gostava. O médico agora é que vai avaliar, duvido muito que o médico avalie... Ou vão dar um trabalho mais fora daquele sítio, porque trabalha em sítios com muito pó, depois não metem máscaras, depois vai tudo para dentro. Não sei como eles vão fazer. (...) [A]

recuperação dele é mais longa. Porque há pessoas que são à volta de oito, nove meses, e ele vai ser 14 meses. (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo feminino, 46 anos)

No que respeita às políticas públicas, face à não proteção social quer pela rede ocupacional quer pela rede universal de garantia mínima de rendimento, resta aos entrevistados ou outros membros da sua família o recurso a apoios assistenciais, traduzidos em apoios pontuais, monetários ou em espécie, incertos e temporários, dependentes da avaliação feita pelos serviços de segurança social ou por outros serviços públicos da situação de necessidade e condição de recursos, sujeita a decisão discricionária dos serviços da Segurança Social e não juridicamente reclamável. Entre os indivíduos ativos dependentes que se integram neste perfil de pobreza, os apoios assistenciais recebidos ocorrem num número limitado de situações (nos casos dos entrevistados P2.3_Aljustrel; P2.4_Almada e P2.4_Boticas).

A entrevistada P2.3_Aljustrel tem tido o apoio da junta de freguesia local para as deslocações de um dos filhos a consultas de psicologia e de terapia da fala, um apoio relevante por proporcionar o acompanhamento necessário ao filho, dado que essas deslocações representam um encargo significativo:

Entrevistadora: Já foi atendida pelos serviços de apoio social? Qual o seu grau de satisfação com esses serviços?

Entrevistada: Podiam ajudar mais as pessoas que mais necessitam. Deviam vir ver as pessoas que necessitam.

Entrevistadora: Já alguma vez vieram a sua casa?

Entrevistada: Não. A Dra. XXXX que agora está na proteção de menores é que veio uma vez cá a casa. Há muita gente aqui na aldeia que recebe e não precisam.

Entrevistadora: Há alguma situação em que tenha pedido ajuda e não tenha corrido bem?

Entrevistada: Não. Agora é que tenho necessidade de ajuda. O meu filho usa óculos, anda na psicóloga, na terapia da fala, se não fosse a Junta... Eles apoiam com o transporte. (P2.3_Aljustrel, sexo feminino, 42 anos)

O entrevistado P2.4_Boticas não tem histórico de relação com os serviços de apoio e assistência social, com exceção de situações relacionadas com a sua saúde, uma vez que, impossibilitado de trabalhar, solicitou apoio social, tendo-lhe sido concedido um subsídio eventual durante um ano.

Entrevistador: Nesse período recorreu a algum auxílio social?

Entrevistado: Nessa altura, minha irmã trabalhava para a Junta e disse para ir lá. Então, falei com a doutora e eles me davam 20 contos por mês. Mas isso foi só por um ano. Depois cortaram-me.

Entrevistador: E nunca mais recorreu à assistência?

Entrevistado: Outro dia, estive com a doutora e ela me perguntou como andava os meus papéis. Falou que se tivesse entrado por Boticas já estaria recebendo [o entrevistado refere-se a um pedido de reforma por invalidez]. (P2.4_Boticas, sexo masculino, 52 anos)

No caso do entrevistado P2.4_Almada, o apoio assistencial revelou-se fundamental devido tanto à situação irregular da sua autorização de residência como à sua trajetória, tendo recebido apoios, designadamente da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, mas também de outras instituições públicas e privadas, quer durante o período em que viveu na rua, após ter chegado a Portugal e depois de ter vivido um tempo com uma irmã em Castelo Branco, quer posteriormente, quando encetou a relação conjugal atual e foi despejado da habitação que havia alugado para o seu núcleo familiar.

Entrevistadora: Então nunca fizeste descontos para a Segurança Social, não é? Já recorreste a apoios sociais?

Entrevistado: Recorri à Santa Casa na altura que estava como sem-abrigo.

Entrevistadora: Portanto, ias à Cantina dos Anjos...

Entrevistado: Sim, o que eu considerei de apoios foi aquilo: Cantina dos Anjos e 30 euros que me davam de passe.

Entrevistadora: Depois deram-te apoio quando foram despejados de Chelas.

Entrevistado: E também me deram apoio jurídico, arranjam-me um advogado.

Entrevistadora: A Santa Casa?

Entrevistado: Não. A Ordem dos Advogados, através do apoio da Segurança Social.

Entrevistadora: Tu tens advogado, então?

Entrevistado: Como quem diz [risos], mas tenho. Está a seguir o meu processo. E também tenho apoio no hospital. Vou para o hospital, eles tratam-me e as contas estão sempre lá a acumular e acumular. Já nem sei a quanto é que aquilo está [risos].

Entrevistadora: Mas eles tratam sempre?

Entrevistado: Sempre. (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos)

Para o itinerário do entrevistado P2.5_Amadora#2, foi fundamental o apoio de instituições privadas de apoio e assistência social, quer na recuperação da toxicodependência, quer na mitigação da privação e da precariedade material, quer ainda no apoio para resolver a situação de irregularidade enquanto emigrante. Na sua narrativa, o entrevistado dá conta das dificuldades na relação com o SEF e

com a Segurança Social, que nunca o terão apoiado, expressando por outro lado uma profunda gratidão às instituições de solidariedade social que o apoiaram e continuam a apoiar.

Entrevistado: Eu recorri na *Cooperactiva*. Estive muito tempo a almoçar aqui, a lavar roupas. A apoio de medicamentos, próteses dentárias, pedi apoio. Cheguei a pedir apoio ao *Refood*, mas, como não havia meios de eu estar a receber esses alimentos devidamente porque eu estava com a outra situação, então acabei por deixar. Apoio a nível social cheguei a pedir várias vezes, mas foi negado... (P2.5_Amadora#2, sexo masculino, 54 anos)

No entanto, nem só de situações positivas se compõem as narrativas do recurso aos serviços e entidades de apoio social, como poderemos constatar quando se analisar a relação dos indivíduos em idade ativa dependentes com o sistema de segurança social.

Na perspetiva de análise que temos vindo a adotar relativamente ao papel das políticas públicas, importa igualmente ter em consideração as prestações sociais de apoio à família, designadamente o abono de família, como instrumentos de compensação dos encargos familiares com as crianças e jovens. A adequação da prestação como instrumento de combate à pobreza das famílias e das crianças e jovens é, portanto, uma dimensão relevante na análise da relação entre políticas públicas e pobreza.

Como já foi assinalado para o caso do RSI no período de crise económica e social, entre 2010 e 2014, esta prestação social foi objeto de alterações significativas que se traduziram quer na eliminação de escalões rendimento, quer na redução dos valores da prestação (cf. Rodrigues *et al.*, 2016, p. 136; Wall *et al.*, 2015, pp. 76-81). Como Wall *et al.* (2015) sublinham,

o abono de família que já tinha perdido o seu carácter universal em 2003 – sofreu um novo corte significativo em 2010, ao perder dois escalões de rendimento (4.º e 5.º), de onde resultou a exclusão de cerca de meio milhão de crianças e jovens desta prestação (...). Assim, apenas as crianças e os jovens inseridos em famílias muito carenciadas permaneceram elegíveis (p. 76).

Em 2016, foram atualizados os montantes do abono de família e aumentado para 35 % o benefício adicional para crianças e jovens inseridos em agregados familiares monoparentais, sem que fossem introduzidas alterações quanto aos escalões existentes.

O 4.º escalão foi reposto em 2017, tendo-se registado desde essa data uma atualização anual dos montantes do abono de família. Com base nestes montantes, é possível aferir o valor desta prestação social para algumas das situações típicas dos agregados familiares dos entrevistados abrangidos pelo presente estudo, apurando-se, para agregados familiares com uma a três crianças e um único ou duplo ganhador, montantes por criança que variam entre os 49,95 euros (para o 1.º escalão) e os 41,23 euros (para o 2.º escalão), um valor que se afigura muito limitado se tivermos em conta orçamentos de referência que nos permitem aferir o peso das despesas com uma criança no orçamento familiar. De

facto, de acordo com os resultados do estudo de 2017, *Rendimento Adequado em Portugal*, os valores de referência para um casal em idade ativa sem filhos e um casal com as mesmas características com um filho com 12 anos de idade, excluindo despesas com habitação, creches e infantários, são respetivamente de 1 299 euros e de 1 796 euros (Pereirinha *et al.*, 2017, p. 15). Esta diferença de valores está muito longe dos 28 euros de abono de família a que esta família-tipo teria direito a auferir, sendo reveladora da baixa eficácia desta prestação social no combate à pobreza e à pobreza infantil.

Num outro plano, as prestações de ação social escolar nos ensinos básico e secundário e os apoios sociais na educação traduzem-se na redução dos encargos em alimentação na escola, em livros e materiais escolares e noutros apoios. Estas prestações encontram-se indexadas aos escalões de abono de família, sendo apenas elegíveis para os apoios acima referidos os escalões 1 e 2 do abono de família, pelo que se levanta mais uma vez a questão da sua adequação enquanto forma de mitigação ou redução da pobreza.

No que respeita à ação social escolar no ensino superior, com relevância para um dos subgrupos deste perfil, o limiar de elegibilidade no que respeita ao rendimento *per capita* do agregado familiar situava-se, em 2018, acima do limiar da pobreza por adulto equivalente (Quadro 6).

Quadro 6 – Condição de recursos da bolsa do ensino superior e linha de pobreza, 2018

	Rendimento per capita mensal
A. Condição de recursos elegível para bolsa de estudo do ensino superior em 2018/19 ¹	660,90€
B. Limiar de pobreza por adulto equivalente em 2018 ²	501,00€
Ratio A/B	131 %

Fontes: Cálculos dos autores com base em IAS e ICOR 2018.

Nota: 1. IAS (428,90) x 16 + valor máximo propina (1068€)

2. Limiar pobreza por adulto equivalente 501€

Quanto ao trabalho informal, como assinalámos, encontramos neste perfil um conjunto de entrevistadas com trabalhos informais em serviços pessoais e domésticos, ou com trabalhos sazonais na agricultura partilhados com o trabalho doméstico ou ainda a trabalhar como cuidadoras de ascendentes necessitados de cuidados. Em Setembro de 2019, a aprovação do Estatuto do Cuidador Informal (Lei n.º 100/2019), associada à alteração do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de

Segurança Social, veio abrir novas perspectivas ao reconhecimento desta atividade socialmente relevante e ao estatuto destas cuidadoras.

No quadro dos sistemas de Estado-providência dos países do Sul da Europa, o papel da família na provisão social é comprovadamente relevante. Como Laparra e Aguilar (1997) assinalam, a ação da família é um dos elementos essenciais à absorção e mitigação dos processos de precarização e exclusão social que atingem as sociedades da Europa do Sul, explicando assim a aparente contradição entre os elevados riscos de exclusão social sugeridos pelos indicadores sociais (por exemplo, nível de desemprego e pobreza relativa) e o grau de exclusão social verificado através da observação direta e de indicadores sociais indiretos. A família do Sul da Europa é assim a base de um modelo de precariedade integrada (Laparra & Aguilar, 1997, p. 91). Uma das vantagens comparativas dos países do Sul da Europa será, à luz desta perspectiva, a oferta de uma maior consistência da sua *zona de assistência*⁴⁸, decorrente de uma mais forte densidade de recursos relacionais da rede familiar. A outra face desta questão é o princípio da subsidiariedade (Esping-Andersen, 1997, pp. 430-431) da família face ao Estado enquanto matriz influenciadora do desenho das políticas públicas.

Neste plano, a maior coesão relativa da família nos países do Sul da Europa funciona como uma vantagem, um potencial de proteção que opera as urgências, mas que é ainda assim incapaz de evitar que muitas famílias sejam atingidas por processos de vulnerabilização e pobreza, dados os limites da engenharia da solidariedade familiar. Contudo, a face lunar do modelo de precariedade integrada da Europa do Sul baseado na família e na sociedade-providência revela, quando iluminada pela análise social, a existência de uma parte da população em situação de completa desproteção. Pois, como Laparra & Aguilar (1997) sugestivamente afirmam, não há forma de garantir o direito à solidariedade familiar.

A análise das entrevistas confirma, à semelhança do observado noutros perfis, a importância da solidariedade da rede familiar na mitigação da pobreza que afeta os indivíduos e as suas famílias nucleares (cf., designadamente, P2.1_ Porto; P2.1_Amadora; P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1; P2.4_Boticas; P2.5_Amadora#2), mas evidencia igualmente a ausência da solidariedade familiar, não só pela sua possível falta de condições para prestar o auxílio, mas também pelo distanciamento e desaprovação causados pelas opções de vida tomadas pelos filhos, como é expresso nas narrativas das entrevistadas P2.4_Lisboa#1; P2.5_Guimarães e P2.5_Vila Pouca de Aguiar.

⁴⁸ Em referência ao quadro analítico de Castel, que, com base nos eixos de integração/desintegração através do trabalho e da inserção/não-inserção sociofamiliar, considera quatro zonas sociais de inclusão/exclusão: a *zona de integração*, onde se conjuga um emprego estável com um apoio relacional; a *zona de vulnerabilidade* que associa a precariedade do trabalho à fragilidade das relações sociais; a *zona de assistência*, caracterizada pela ausência de emprego ou pela impossibilidade de trabalhar e por uma boa inserção familiar e social e, finalmente, a *zona de desfiliação*, onde se conjuga a ausência de emprego com a ausência de apoios sociofamiliares (Castel, 1995).

A entrevistada P2.5_Vila Pouca de Aguiar assinala que recorreu mais à solidariedade de pessoas amigas e conhecidas do que à dos pais e da família em geral, deixando entrever uma dimensão de género expressa na falta de apoio familiar às mulheres que assumem uma maior autonomia e desafiam o controlo familiar e social da sociedade rural.

Entrevistadora: Neste percurso, quais foram os momentos mais difíceis?

Entrevistada: Foi na altura em que tive que criar os dois mais velhos. Foi muito complicado. Porque muitas vezes tinha que lhes dar de comer e não sabia como.

Entrevistadora: E como é que se desenrascava?

Entrevistada: Pedia dinheiro. Às vezes, pedia de comer às pessoas que são minhas amigas, que me ajudavam. E, por exemplo, ao meio-dia, eles comiam na escola, não é, porque durante o dia estavam na escola, e à noite fazia uma sopinha e era o que nós comíamos. Era assim que eu me orientava. Eles comiam melhor na escola ao meio-dia, à noite comiam uma sopinha, comiam sopinha e pouco mais. (...)

Entrevistadora: Sente que, em alguns desses momentos difíceis que viveu, houve alguma reviravolta em que a sua vida mudou completamente?

Entrevistada: Não, não existiu reviravolta em minha vida. Minha vida praticamente é quase igual. Tenho que lutar, não posso cruzar os braços para ganhar o dia-a-dia, porque com 250 é complicado viver, mas nunca fui mulher de abaixar os braços. É isso que me dá a adrenalina, a força para eu viver e dizer assim: «Eu vou. Levanto-me e eu caio, mas torno a levantar.» Eu caio, mas torno a levantar e assim fiz toda a vida. Porque eu nunca tive a ajuda dos pais, a minha mãe às vezes me via, e meu pai, que passava extrema necessidade e com fome e não queriam saber [chora e falha a voz]. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

Para a mitigação da sua situação de privação e dificuldade, a entrevistada P2.4_Lisboa#1, não conta com a solidariedade familiar, verificando-se um distanciamento que parece radicar nas suas opções, expressas, por exemplo, no seu percurso de graduação e qualificação profissional (desde logo, na opção por ser educadora de infância), referindo a entrevistada que esse apoio (material e emocional) é mais efetivo por parte da comunidade da vizinhança (vive num dos bairros históricos de Lisboa) e de um grupo de amigas que conheceu no período da gravidez.

Entrevistada: Acho engraçado porque, lá está, a relação com os meus pais sempre foi diferente para as minhas irmãs, nunca percebi porquê. Se calhar não fui a desejada, sempre me disseram isso. Eu tenho uma diferença grande, eu vim fora do tempo, o meu pai já tinha quase 50 anos e a

minha mãe tinha 40, vim mesmo fora do tempo e era o que diziam, e isso realmente é verdade: não fui desejada, fui um acidente de percurso. [...] E sempre vi os meus pais a apoiarem as minhas irmãs, mesmo depois de elas terem filhos. A minha irmã que vive cá e tem duas filhas e a minha mãe comprava as passagens para ela ir lá [aos Açores, de onde é natural] e realmente para mim nunca houve essa coisa, não sei porquê. (...) (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos)

Em alguns casos verificam-se também episódios de censura e discriminação por parte da comunidade face a uma decisão de divórcio ou de separação:

Entrevistadora: Alguma vez se sentiu discriminada ou excluída?

Entrevistada: Sim, na altura que me separei, sim. Toda a gente virou as costas.

Entrevistadora: Por causa da separação?

Entrevistada: Sim. Porque as pessoas pensavam que eu era a má da fita, na altura, que eu é que era a culpada por eu ter-me separado. Mas fui, na altura, fui discriminada, fui. Depois, na altura, também quando deixei os miúdos com ele, que eu não tinha para onde os levar, não é? Eu estava a pagar uma renda que ele não queria sair, eu não ia levar comigo os miúdos à rua para não ter onde os pôr. Foi na altura que eu lhe disse: «Os meninos ficam contigo. Depois, quando tiver a vida organizada no tribunal e essas coisas todas, tiver renda, venho buscá-los.» E ele não quis dar, foi aí que eu fui discriminada, por toda a gente. Diziam-me que eu abandonei meus filhos. Eu disse: «Não, não abandonei meus filhos, vocês não falem aquilo que não sabem. Eu vou buscá-los, portanto falem quando souberem as coisas concretamente como é que elas são.» Mas fui discriminada e muito. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos)

6.3. Indivíduos em idade ativa e relação com o sistema de segurança social

Quando analisamos as trajetórias dos indivíduos ativos dependentes, verificamos que a maior parte não apresenta carreiras contributivas para o sistema de segurança social, excetuando os indivíduos empregados e poucas outras situações. Numa dimensão prospetiva, questões respeitantes ao trabalho sem enquadramento no sistema de segurança social são particularmente críticas, quer por via da existência de relações de trabalho precárias sem formalização contratual nem contribuições sociais pelas entidades patronais e trabalhadores, quer pela natureza informal da atividade. Estas circunstâncias, para além de limitarem o acesso à proteção social no desemprego, na doença e face a outros riscos sociais, implicam a não construção de uma carreira contributiva e a proteção destes indivíduos face à pobreza na

velhice, restringindo de forma significativa o direito a pensões estatutárias ou a pensões estatutárias valorizadas.

Outra dimensão relevante respeita à experiência de relação dos entrevistados com os serviços sociais, incluindo os serviços de segurança social, os serviços sociais municipais, as instituições privadas de solidariedade social e ainda os serviços de emprego e formação profissional.

Ainda que, baseando-nos no depoimento dos entrevistados, não registemos durante a sua infância e juventude recursos regulares aos serviços sociais no seio das suas famílias, encontramos uma realidade distinta na fase adulta (de um modo geral após o início de vida em família), nas situações em que se regista um desequilíbrio entre os recursos e as necessidades. Nestas circunstâncias, o recurso aos serviços sociais devido a desemprego, doença (do próprio ou de familiares) nascimento de filhos, acolhimento de familiares ou outras situações críticas é uma das estratégias utilizadas, mormente quando a proteção social proporcionada pela rede previdencial não pode ser acionada ou quando não estão reunidas as condições de elegibilidade.

O apoio material e a qualidade do acompanhamento e suporte prestados são os elementos com maior influência no juízo formulado pelos entrevistados quanto ao desempenho dos serviços sociais. Foram expressas maioritariamente apreciações críticas (P2.1_Castelo de Paiva; P2.2_Porto; P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1; P2.3_Vila Pouca de Aguiar#2; P2.4_Almada; P2.5_Guimarães e P2.5_Vila Pouca de Aguiar), mas registam-se igualmente testemunhos positivos, alguns dos quais já acima referidos (P2.1_Guimarães, P2.3_Aljustrel, P2.4_Almada, P2.5_Amadora#2), verificando-se que, em alguns casos, se registam avaliações distintas em função dos serviços envolvidos.

Algumas das dimensões que atravessam as narrativas críticas sobre a relação com os serviços sociais, para além da dificuldade e escassez dos apoios recebidos, são o julgamento sobre quem pede ajuda; os pré-juízos que moldam o olhar dos profissionais; o controlo exercido sobre a suas vidas e a exposição a que os requerentes têm que se submeter, com frequência a troco de muito pouco. Assim, os depoimentos seguintes revelam diferentes facetas de uma relação complexa e tensa que se estabelece entre indivíduos em situação de pobreza e diferentes tipos de serviços sociais:

Entrevistadora: Qual foi a sua impressão sobre a acessibilidade e a ajuda que os serviços de ação social oferecem?

Entrevistada: É assim, a ajuda nunca foi assim muito boa. Aliás, eu nem digo muito boa a ajuda em si, mas a própria comunicação das pessoas. Acho que acaba por se olhar para as pessoas que necessitam de ajuda como mais um e como mais alguém que vem aqui pedir um subsídio a ver se ganham mais alguma coisa. E acabam por não analisar caso a caso. A minha mãe sempre meteu os papéis para ter o suplemento de fundo de desemprego [subsídio social de desemprego

subsequente], para quando acabasse o fundo de desemprego ter o suplemento, mas não foi atribuído. Aqui com a Junta tenho uma boa relação, não é? Eles também acabam por nos ajudar às vezes a esclarecer alguma dúvida, alguma coisa que nós precisamos. Por exemplo, o presidente às vezes diz: «Olha que vai haver esse subsídio, tenta ver...» Por exemplo, agora a Junta vai ajudar em termos escolares os estudantes universitários, ele já me disse: «Inscreve-te». (P2.1_Castelo de Paiva, sexo feminino, 19 anos)

Entrevistadora: E qual é o seu grau de satisfação?

Entrevistada: Lá está, eu acho que em algumas alturas foi... até foi bom. Foi na altura que a minha mãe começou a frequentar lá o XXXX [instituição de acompanhamento].

(...)

Entrevistada: Lembro-me que na altura, em que, por exemplo, eu, se faltasse ou se houvesse algum tipo de problema comigo na escola, chantageavam a minha mãe que perdia o rendimento mínimo. Havia certas situações...

Entrevistadora: Que não eram tratadas.

Entrevistada: Na altura entrava por ali um bocado, como se a gente tivesse ali um controlo sobre as nossas vidas e sobre o que a gente...

Entrevistadora: O ser-se beneficiário do Rendimento Social de Inserção implicava essa exposição da sua vida e o controlo de tudo? Alguém controla as vossas vidas em troca de dinheiro, é isso? Foi isso que sentiu na altura?

Entrevistada: Senti. Na altura, a minha mãe dizia: «Tens que ir porque senão eles cortam o rendimento, e tu tens que ir porque és obrigada a ir.» E depois tinha que entregar lá os papéis. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Entrevistadora: E os serviços sociais? Disse que viveu um período de desemprego...

Entrevistada: É assim, vou dizer sinceramente: esses serviços existem, mas não é para pessoas como eu.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque exigem demasiado, controlam demasiado e eu não gosto de ser controlada. Tem que mostrar os papéis disso, ... Eu não tenho nada a esconder. Parece que estamos a mendigar algo. Se a gente não precisasse, não precisava de ir pedir. Só que há pessoas que não precisam e até vão pedir e é muito mais facilitado.

(...)

Entrevistadora: Então acha que esses serviços controlam mais do que ajudam?

Entrevistada: Sim, sim. Eu estava a falar com uma assistente social que se virou para mim e perguntou: «E o seu companheiro não a ajuda?» E eu disse: «Eu não tenho companheiro!» É que partem do princípio que toda mulher que está sozinha tem que ter um companheiro. Fazem um pré-juízo. Faz-me lembrar assim: não cometi nenhum crime, não matei ninguém, gosto de trabalhar, sou bem-disposta, não sou obrigada a ter que mendigar para ter alguma coisa qualquer e ainda ser julgada pelo aquilo que não tenho, tenho que me justificar daquilo que não sou. (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

No caso do entrevistado P2.4_Almada, que relata experiências positivas de apoio, ocorreram também eventos críticos convergentes com as narrativas anteriormente citadas:

Entrevistado: Quando fomos despejados. Tivemos de ir para um *hostel* dormir todos num quarto. Não podíamos alugar uma casa, não podíamos.

Entrevistadora: Foi duro.

Entrevistado: Foi muito duro. Não conseguia dormir porque pensava como é que podia... Sem poder reagir.

Entrevistadora: E aí, como é que fizeste? Como é que vocês reagiram?

Entrevistado: Ter calma. Ouvir e engolir tudo. Ouvi coisas da Santa Casa que não gostei, mas como seriam eles a ajudar-nos, tinha de ficar calado.

Entrevistadora: O que foi que ouviste da Santa Casa e que não gostaste?

Entrevistado: Conversas tolas, desconfianças, duvidar das nossas palavras, a pressão que nos faziam. Às vezes, acordavam-nos às sete e oito da manhã com chamadas: «Então, vocês já foram ver a casa?» Então, às oito da manhã, até o senhorio está a dormir. Era uma pressão constante. (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos)

Estas experiências críticas dão igualmente lugar à formação de perceções sobre os serviços sociais que geram discursos de descontentamento com a insuficiência dos apoios sociais públicos e com a desigualdade atribuída ao seu funcionamento, típica das divisões entre pobres merecedores necessitados e pobres não merecedores, não necessitados, que emergem de forma declarada em alguns dos testemunhos e elaborações dos entrevistados, nomeadamente face aos beneficiários de prestações de garantia de rendimentos de carácter universal, como o RSI, de que é apenas um exemplo o ponto de vista da entrevistada P2.2_Porto.

Entrevistada: Na minha perspetiva, com as pessoas que recebem RSI e recebem abonos e, lá está, são pessoas que têm essa convivência diária, têm essa realidade. São pessoas que conseguem trabalhar, conseguem, mas lá está, mas acabam por arranjar formas para não trabalhar e para receber esses apoios e são apoios que chegam a 700, 800. Que são pessoas que têm capacidade para trabalhar e eu, que vou trabalhar, se calhar para fazer um esforço enorme, diariamente, para ganhar 500 euros, descontar 60 ou 70 euros para a Segurança Social e ter pessoas em casa sem fazer nada a receber aquilo que eu estou a contribuir. A mim custa-me bastante. Na atualidade, estou desempregada, mas ninguém me dá oportunidade de arranjar um emprego e eu tenho vontade, mas também não consigo pedir um apoio social porque vivo com o meu pai e com a minha mãe. O meu pai trabalha e se o meu pai trabalha, o meu pai tem então possibilidades de me sustentar a mim, à minha mãe e aos meus irmãos. Lá está, é a mentalidade da sociedade, do Governo. Hoje em dia, eu se pudesse... «Ai, recebes o rendimento mínimo tens capacidades para trabalhar.» Eu acho que precisam de pessoas para cuidar de idosos (...) Há muita coisa por fazer, eles recebiam esse rendimento em troca de serviços para o Estado. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Em síntese, este perfil representa 26,6 % dos cidadãos em situação de risco de pobreza em Portugal, apresentando-se como o mais heterogéneo encontrado na análise das correspondências múltiplas explanada no livro *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*.

No que respeita à condição perante o trabalho, na sua maioria, os entrevistados partilham uma condição social que se caracteriza pela ocupação instável de zonas de interseção entre emprego, desemprego e inatividade, cujas fronteiras são difíceis de estabelecer e que, na linha da análise de Freyssinet (2004), integrando a contribuição de Portes e Haller (2005), definem três posições intermédias principais: o trabalho a tempo reduzido involuntário, a inatividade como forma de desemprego disfarçado e a atividade informal, algo a que temos vindo a chamar a zona intermédia entre emprego e desemprego.

O *trabalho a tempo reduzido* decorre quer do carácter descontínuo do trabalho, como acontece com as atividades de carácter sazonal, quer do trabalho a tempo parcial, apresentando um carácter voluntário ou involuntário, pois, no primeiro caso, o indivíduo situa-se na intersecção de atividade e inatividade e, no segundo caso, na intersecção da atividade e do desemprego. Regista-se nesta categoria a situação da entrevistada P2.4_Lisboa#1 que, na ausência de uma relação de emprego estável e a tempo completo, exerce a sua atividade como trabalhadora independente em *baby-sitting*, em regime de tempo reduzido.

A zona de fronteira entre atividade e inatividade, que Freyssinet designa de *inatividade como forma de desemprego disfarçado*, compõe-se de três modalidades principais: a frequência de cursos de

formação profissional para sujeitos desempregados à procura de emprego, os dispositivos de pré-reforma para os trabalhadores mais próximos da idade regulamentar de reforma, e a situação dos indivíduos que, depois de várias experiências de insucesso na obtenção de emprego, abandonam a procura ativa de emprego. Relativamente a esta condição não encontramos no grupo de entrevistados sujeitos que, no presente, se integrem nestas modalidades de desemprego oculto, sem prejuízo dos eventos registados no histórico dos entrevistados.

Quanto ao trabalho informal, na transição entre o emprego e o desemprego encontra-se um conjunto de indivíduos, maioritariamente do sexo feminina, com trabalhos informais em serviços pessoais e domésticos e trabalhos sazonais na agricultura ou pequenos trabalhos temporários na construção, excluídos da proteção e regulação que abrangem os contratos de trabalho e sistemas de segurança social. No primeiro caso regista-se a partilha com o trabalho doméstico, designadamente como cuidadoras de ascendentes necessitados de cuidados, não codificado, na ausência de uma relação salarial, como trabalho, como acontece igualmente na autoprodução para consumo doméstico. Condicionantes várias influenciam a saída, o reingresso e a estabilização da relação com o mercado de trabalho: o cuidado a filhos pequenos ou a outros familiares dependentes, eventos críticos de saúde ou rotura conjugal, emancipação tardia da esfera doméstica, contextos territoriais com limitações de mobilidade e dinâmica do sistema local de emprego com oportunidades limitadas de trabalho regular e estável.

O subconjunto dos entrevistados em situação de desemprego, se excetuarmos o caso do entrevistado P2.4_Almada, dada a particularidade do seu percurso e a sua condição de emigrante com problemas de regularização, partilham entre si o que pode configurar a “armadilha do emprego” pois reporta-se à situação de jovens em que, uma vez atingida a maioridade, a opção pela entrada no mundo do trabalho em detrimento do prosseguimento dos estudos e de uma maior qualificação, se traduziu ou ameaça vir a traduzir-se em insucesso no processo de autonomização face à família e na construção de uma carreira profissional.

Na análise da pobreza referenciada às *características dos agregados familiares*, à semelhança do que se preconiza para a compreensão da situação na pobreza no trabalho devem-se, igualmente, levar em linha de conta diferentes fatores geradores da pobreza, para além dos rendimentos do trabalho, como a estrutura familiar e trajetória e padrões de emprego e as políticas públicas de bem-estar social (Lohmann & Marx, 2008). Nesta dimensão de análise, não considerando os indivíduos isolados e famílias monoparentais empregados incluídos neste perfil, está-se, na quase totalidade dos casos, face a famílias com uma intensidade laboral elevada, igual ou superior a 50 % tomando como referência o indicador europeu de pessoas vivendo em agregados familiares com uma muito baixa intensidade laboral, característica que se pode igualmente constatar pelo número relativamente reduzido de adultos desempregados e estudantes adultos que integram estas famílias.

Evidências que nos permitem considerar que se trata de *indivíduos em idade ativa dependentes, vivendo em famílias de trabalhadores pobres*, cujos membros angariadores não auferem, no entanto, os rendimentos necessários para fugir à condição de pobreza monetária e risco de privação material. Aliás, a análise dos dados do ICOR, desenvolvida no livro *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*, já tinha apontado nesse sentido.

Importa assim considerar em que medida as políticas de proteção social contribuem para a composição ou compensação de rendimentos quer a nível individual, quer a nível familiar, nas situações de transição emprego-desemprego-inatividade e face às necessidades e constrangimentos da vida familiar.

A análise da trajetória laboral e situação atual perante o trabalho dos entrevistados deste perfil e dos seus familiares permitiu apurar que só uma pequena parte beneficiou de proteção social em períodos de desemprego não existindo, à data das entrevistas, qualquer indivíduo a beneficiar do subsídio de desemprego. O acesso ao subsídio social de desemprego, cuja criação visou ampliar a cobertura dos trabalhadores com trajetórias menos estáveis e que podem experimentar dificuldade em retornar rapidamente ao mercado de trabalho, é apenas possível para agregados familiares com uma condição de recursos claramente abaixo do limiar de pobreza, questionando a adequação desta, como de outras prestações sociais, na prevenção e combate à pobreza.

Na ausência ou limitação da proteção social face ao risco de desemprego através dos mecanismos próprios do regime geral de segurança social (modalidade de seguro social) existe para os entrevistados a possibilidade de recurso ao RSI (proteção social universal) enquanto última rede de segurança. Verifica-se, no entanto, para o conjunto dos entrevistados um usufruto limitado deste direito social. As características apontadas e as alterações introduzidas nesta medida de política social limitaram de forma muito acentuada o acesso a esta prestação social de garantia mínima de rendimentos e a sua eficácia na redução da intensidade da pobreza, sem prejuízo de que, em algumas situações e períodos, o RSI tenha mitigado situações de pobreza extrema que afetam a vida pessoal e familiar, como vimos.

Face à não proteção social pela rede ocupacional e pela rede universal de garantia mínima de rendimento, resta aos entrevistados ou outros membros da sua família, no que respeita às políticas públicas, o recurso a apoios assistenciais, traduzida em apoios pontuais, monetários ou em espécie, incertos e temporários, dependentes da avaliação, pelos serviços de segurança social ou outros serviços públicos, da situação de necessidade e condição de recursos, sujeitos a decisão discricionária dos serviços da Segurança Social e não juridicamente reclamável. Entre os indivíduos ativos dependentes que se integram neste perfil de pobreza os apoios assistenciais recebidos ocorrem, também, num número limitado de situações.

Importa igualmente ter em consideração as prestações sociais de apoio à família, designadamente o abono de família, como instrumento de compensação dos encargos familiares com as crianças e jovens. De acordo com a informação recolhida, uma grande maioria dos entrevistados com filhos beneficia desta prestação social, atribuída em função do escalão de rendimento familiar e do número e idade dos filhos, sendo que, ainda assim, esta se afigura muito limitada no que diz respeito à adequação aos encargos com as crianças e jovens.

Num outro plano, as prestações de ação social escolar nos ensinos básico e secundário, os apoios sociais na educação, traduzem-se na redução dos encargos com alimentação na escola, livros, materiais escolares e outros apoios, estando indexadas aos escalões de abono de família, sendo apenas elegíveis para aqueles encargos os escalões 1 e 2 do abono de família, pelo que se suscita mais uma vez a questão da sua adequação enquanto forma de mitigação ou redução da pobreza.

No que respeita à ação social escolar no ensino superior, com relevância para um dos subgrupos deste perfil, o limiar de elegibilidade no que respeita ao rendimento *per capita* do agregado familiar situava-se, em 2018, acima do limiar da pobreza por adulto equivalente. Neste sentido, diverge, pela positiva, dos outros apoios identificados.

Outra dimensão relevante respeita à experiência de relação com os serviços sociais, incluindo quer os serviços de segurança social, quer os serviços sociais municipais e de instituições privadas de solidariedade social, e ainda os serviços de emprego e formação profissional.

Não se verificando com base no depoimento dos entrevistados, na infância e juventude, a experiência de recurso aos serviços sociais no seio das suas famílias, é distinta a realidade na fase adulta, pois, de um modo geral após o início de vida em família, nas situações em que se regista um desequilíbrio entre os recursos e as necessidades. Nestas circunstâncias, o recurso aos serviços sociais devido a desemprego, doença, do próprio ou de familiares, nascimento de filhos, acolhimento de familiares ou outras situações críticas é uma das estratégias utilizadas, mormente quando a proteção social proporcionada pela rede previdencial não pode ser acionada ou não estão reunidas as condições de elegibilidade.

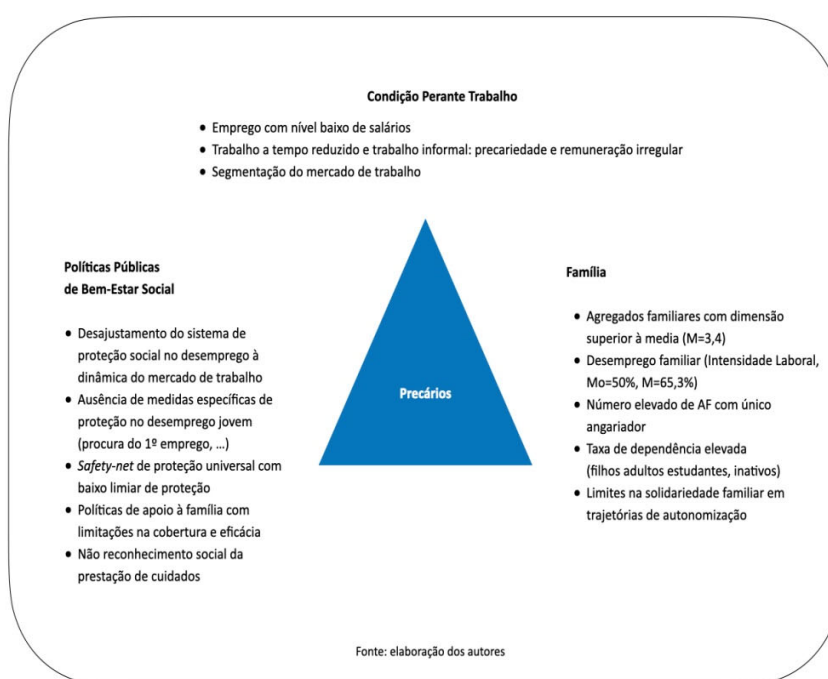
O apoio material e a qualidade do acompanhamento e suporte prestado são os elementos com maior influência no juízo formulado pelos entrevistados quanto ao desempenho dos serviços sociais. Maioritariamente são expressas apreciações críticas, verificando-se que em alguns casos, se registam avaliações distintas em função dos serviços envolvidos.

Uma das dimensões que perpassa as narrativas críticas sobre a relação com os serviços sociais, para além da dificuldade e escassez dos apoios recebidos, é do julgamento sobre quem pede ajuda, os pré-juízos que enformam o olhar dos profissionais, o controle exercido sobre a suas vidas, a exposição a que os requerentes têm que se submeter, com frequência a troco de muito pouco... Assim, os

depoimentos revelaram diferentes facetas de uma relação complexa, tensional, que se estabelece entre indivíduos em situação de pobreza e diferentes tipos de serviços sociais.

Ensaando uma síntese das dimensões analisadas nesta secção, apresentam-se na Figura 3 os principais mecanismos geradores e reprodutores da pobreza entre os indivíduos em idade ativa dependentes, na articulação da dinâmica do mercado de trabalho com a proteção proporcionada pelas políticas públicas e as necessidades e recursos dos agregados familiares.

Figura 3 - Mecanismos geradores e reprodutores de pobreza entre indivíduos ativos dependentes



7. Redes de apoio não institucional e território

7.1. Redes informais de apoio e vizinhança

Retomamos com mais detalhe a análise das redes informais de apoio e vizinhança, reveladoras de múltiplas privações e dificuldades. Importa sublinhar que as formas como estas redes informais são percebidas pelos sujeitos que a elas estão submetidos não coincidem exatamente com o que se constatou, por exemplo, no perfil dos reformados. Com trajetos de vida já marcados pela precariedade laboral, e apesar dos poucos anos de trabalho de alguns dos membros do perfil, os indivíduos entrevistados, em especial os mais jovens e escolarizados, têm uma aguda e sensível compreensão da situação social em que se encontram e do modo como a privação material condiciona as suas vidas quotidianas, tornando assim ainda mais relevante o papel das redes de apoio informal. As narrativas dos entrevistados mais novos revelam os efeitos das estruturas sociais nas desigualdades sociais, mostrando como a pobreza se reproduz socialmente, não obstante muitos lembrarem, como assinala M. C. Silva (2018, p. 692), «estarmos perante uma sociedade democrática e de igualdade de oportunidades, solidária e de bem-estar». Estas entrevistas confrontam-nos com a persistência da privação, objeto de atenção de Bourdieu no extraordinário trabalho que coordenou nos primeiros anos da década de 1990, imposta por uma

ordem social que tem, sem dúvida, feito recuar a grande miséria (menos, todavia, do que se diz com frequência), mas que, diferenciando-se, tem também multiplicado os espaços sociais (campos e subcampos especializados), que têm oferecido as condições favoráveis a um desenvolvimento sem precedentes de todas as formas da pequena miséria (Bourdieu, 2008 [1993], p. 13).

Estas formas de «pequena miséria» afetam particularmente o grupo de indivíduos que constituem este perfil, incluindo aqueles que ainda estudam, nomeadamente os que se encontram a frequentar o ensino superior. Neste caso, estamos perante estudantes universitários pobres, confrontados a todo o tempo com situações de privação, constrangidos a escolher permanentemente entre diferentes bens e serviços fundamentais a uma existência confortável e até entre bens e serviços básicos como a alimentação ou o transporte. Sendo cada vez mais o diploma universitário, em especial nas áreas das Ciências Sociais, uma escolha constrangida de parte significativa dos estudantes pobres, o debate em torno do salário estudantil, inseparável de um outro debate acerca da desigualdade social (tornado mais mediático à data da publicação deste estudo por força dos impactos da crise sanitária vivida),

adquire uma renovada atualidade⁴⁹.

Entrevistada: Entrar numa loja e antes de ver se uma peça de roupa é bonita ou feia ou se gosto ou se não gosto, é olhar para o preço... E então digo assim, em tom de brincadeira para a minha mãe, que um dos meus maiores sonhos é entrar numa loja e olhar e ver se gosto ou não gosto e depois no fim aí olhar para o preço. Porque nós, sempre que vamos comprar alguma coisa ou assim, a primeira coisa que vemos não é a coisa em si, mas sim a etiqueta, quanto é que custa, e depois, se achamos que é barato, aí é que vemos se gostámos ou se não gostámos. Por isso, esse sentimento de ter que ter sempre cuidado com as despesas sempre esteve presente. E sempre tive muito o cuidado de tentar fazer com o que os meus pais tivessem os menores custos possível. Por exemplo, às vezes a minha mãe dá-me um X dinheiro por semana, não é? Que é para as minhas despesas. Mas sempre que me sobra dinheiro, na semana a seguir eu digo que já não precisa dar tanto, porque eu já tenho. Porque sei que eles fazem um sacrifício muito grande. Às vezes, prefiro não ir ali ou acolá e saber que não estou a sacrificar os meus pais a esse ponto do que andar sempre para ali e para acolá. Mas esse sentimento de que sempre faltava mais alguma coisa sempre tivemos presente. É assim, tivemos sempre as coisas, não é? Nunca faltou comida na mesa, sempre tivemos tudo o que era necessário, mas... claro, uma pessoa acha sempre que se tiver mais algum, ajuda muito.

Entrevistadora: Claro. Mas daquilo que acha que se privou, normalmente tem mais a ver talvez com a parte do lazer e de...

Entrevistada: Sim, sim. Eu e os meus pais nunca fomos passar férias, por exemplo para um hotel ou assim. O máximo que fazemos é passar três dias a acampar e vamos para Fátima, porque a minha mãe tem uma promessa de 12, 13 e 14 estar em Fátima, em Agosto. E então são as nossas férias. Nunca fomos assim para um sítio em si, fora, termos férias. Por isso, nessa parte do lazer, sempre cortámos muito. Sempre tentámos que as coisas fossem feitas de forma que nós conseguíssemos ter os rendimentos para o nosso dia-a-dia e cortámos muito nessa parte do lazer, dos bens materiais. Por exemplo, os meus pais só me deram um telemóvel na vida. Porque todos os outros que eu já tive, tive que ganhar,

⁴⁹ Em França, Casta (2017) tem sido um dos sociólogos que mais se tem ocupado com o reavivar da reflexão em torno do salário estudantil, tanto mais urgente se considerarmos a proliferação de estágios não remunerados, muitos deles distribuídos ao longo do curso e implicando frequentemente despesas adicionais. A adoção desta medida permitiria que a realização de trabalho passasse a ter a devida e justa contrapartida salarial, minimizando os efeitos mais perversos destes estágios (cf. Ribeiro, 2017, p. 153-154).

não é? Tive que juntar porque... e aí também entra às vezes um bocadinho dos avós, porque eles também ajudam, não é? E fui juntando o dinheiro das coisas que... algum dinheiro que ia tendo e então depois comprava, não é? As coisas que necessitava. Mas sempre... Os meus pais sempre nos disseram em casa, a mim e ao meu irmão, que as coisas básicas sempre nos eram garantidas, tudo o que viesse para além disso, tínhamos que ser nós a conseguir.

Entrevistadora: Era muito pequena quando houve essa questão do emprego e desemprego da sua mãe, mas consegue lembrar-se de como é que era? Consegue recordar se houve alguma diferença na dinâmica familiar ou se conseguiu processar isso na altura? Como é que viveu isso?

Entrevistada: Sim. Na altura, como era mais novita, processei bem. Processei bem... quer dizer, uma pessoa nunca processa bem, n'ê? Porque começa a perceber que os pais estão sempre em casa e que alguma coisa ali não está bem. Depois senti que nós cortámos muito nalguns dos gastos. Porque, por exemplo, se tivéssemos que ir a algum lado, se fosse perto, já não íamos de carro, não é? Que era para poupar em termos de combustível. Nessas pequenas coisas, fomos sentindo. Mas os meus pais sempre cortaram mais a eles, porque, por exemplo, o meu pai e a minha mãe houve assim algum tempo que não compravam roupa para eles, não... Mesmo às vezes, algumas coisas simples, nós íamos a algum lado, um café, ou assim, e eles primeiro perguntavam a mim e ao meu irmão o que nós queríamos e só depois é que viam se realmente podiam comprar ou não. As compras, nós... Houve um tempo que era sempre com a lista e a minha mãe chegava a ir para pagar, pagava e depois lembrava-se que afinal precisava de outra coisa antes de pagar. Mas primeiro pagava para depois saber se tinha dinheiro que chegue ou não. E depois aí, se sobrasse dinheiro, é que ia buscar ou não. Pronto, nessas pequenas coisas nós sentimos, mas nunca sentimos um corte radical, como: «Olha, agora não podemos fazer isso porque estamos numa situação complicada», não. Isso aí os nossos pais nunca nos passaram essa ideia. Se importaram com a ideia que havíamos de ultrapassar aquela fase e que íamos conseguir sempre fazer as coisas. E a minha mãe sempre disse ao meu irmão que, se lhe conseguiu dar um curso e que então um dia, se não tivesse rendimentos para dar a mim, que o meu irmão que... Não é o preço, n'ê? Porque nunca tem preço..., mas que o meu irmão devia de me ajudar, não é? Porque quando estivesse mais estável na vida, que se os meus pais não tivessem possibilidades, que devia de me ajudar para eu ter as mesmas oportunidades. Graças a Deus, não foi necessário, porque a vida foi melhorando aos

poucos e poucos, mas também essa parte de tentar sempre igualar o que davam a um e a outro, sempre tiveram muito...

Entrevistadora: Tem algum sonho específico que pretende realizar?

Entrevistada: Um sonho...

Entrevistadora: Já falou muito sobre fazer a diferença, não é? Mas tem algum sonho mais... alguma coisa concreta?

Entrevistada: Meu sonho? O meu sonho é um dia conseguir... que é impossível, mas pronto... que é um dia conseguir retribuir aos meus pais tudo o que eles me deram (...) Não em termos monetários, n'ê? Porque uma pessoa... Mas conseguir um dia que a vida me permita eu cuidar deles como eles um dia cuidaram de mim. Conseguir retribuir e conseguir dar-lhes o afeto e dar-lhes aquilo que conseguir no momento em que eles mais precisarem. E que o meu sonho é que a vida nunca me impeça de fazer isso, n'ê? Porque assim, uma pessoa diz: «Eu vou cuidar dos meus pais» e depois percebe que se calhar não tem tempo para o fazer, não é? O trabalho, estar a cuidar dos pais... E o meu sonho é isso, conseguir retribuir tudo o que eles fizeram por mim. Aliás, não só os meus pais, mas o meu irmão. Pronto, a minha família. Conseguir retribuir tudo o que eles fazem por mim. (P2.1_Castelo de Paiva, sexo feminino, 20 anos).

Com muitos pontos de contacto com a entrevista cujos excertos acabam de ser reproduzidos, a entrevista abaixo transcrita desvela e repete alguns dos aspetos que marcam uma vida tingida pela privação material. Revelando a pertinência da leitura de Veblen (1970 [1899]) sobre o carácter conspícuo do consumo nas sociedades estratificadas e desiguais, a débil capacidade aquisitiva dos entrevistados, em especial dos mais jovens, funciona com um ferrete que provoca sofrimento pessoal e marginalização social, por exemplo, sob a forma de *bullying*. Sendo percebidos pelos entrevistados, estes constrangimentos exigem práticas de consumo contido, tradicionalmente presentes em contextos mais rurais (Sacramento, 2007), e produzindo uma distinção, segundo o sentido que foi dado às práticas de consumo por Bourdieu (1979), que desqualifica o indivíduo que as pratica.

Deve-se sublinhar que as situações de privação surgem acompanhadas da vontade de as superar, procurando os indivíduos, sobretudo os mais jovens, libertar-se destas privações através de práticas que no passado foram exclusivas das classes mais abastadas (as classes ociosas, na terminologia de Veblen (1970 [1899])) e que atualmente são também assumidas por

outras classes sociais, nomeadamente as chamadas classes médias⁵⁰. Sem surpresa, no consumo sonhado de alguns dos entrevistados, destacam-se as férias que, de prerrogativa conspícua dos privilegiados, passaram a uma prática social ordinária, de certo modo um direito social do nosso tempo (Ribeiro & Sacramento, 2009). Importa ainda destacar que nos discursos dos entrevistados mais jovens está presente o princípio da reciprocidade, sob a forma de retribuição geracional dos mais novos para os mais velhos, pelos cuidados e outros apoios recebidos ao longo das primeiras décadas de vida. Mesmo tendo presentes as suas dificuldades, almejam, num futuro incerto mas que desejam ver concretizado, proporcionar aos progenitores experiências de consumo de que até ao momento estiveram arredados. Não constitui, assim, surpresa que as práticas (ou o afastamento delas) de consumo desempenhem um papel importante na vida quotidiana. É através do consumo, por aquilo que escolhemos e adquirimos – ou por aquilo que não somos capazes de adquirir por falta de recursos económicos ou simplesmente por não nos sentirmos como legítimos destinatários, como diria Bourdieu (1979) –, que construímos um dado estilo de vida e nos classificamos (e somos classificados). Ainda que de modo inesperado, as ajudas informais, ao mesmo tempo que colmatam necessidades fundamentais, como, por exemplo, o vestuário, concorrem para produzir a diferença social que estigmatiza.

Entrevistadora: O *bullying* maior era pela falta...

Entrevistado: De jeito para jogar futebol e de roupa também. (P2.1._Guimarães, sexo masculino, 20 anos)

⁵⁰ Não cabendo aqui o debate aprofundado sobre o conceito de *classe média*, há que dizer que este é introduzido muitas vezes de modo descritivo, procurando classificar situações dos indivíduos baseadas em imaginadas e subjetivas inserções sociais produzidas pelos próprios e que não consideram devidamente as condições objetivas de existência, em especial a relação entre o indivíduo e o lugar por este ocupado na estrutura produtiva. No século XIX, o conceito de *classe média* designava a burguesia, enquanto classe intermédia entre o proletariado e a aristocracia. Em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Engels (2010 [1845]) menciona diversas vezes a burguesia, classificando-a como média. Sublinhe-se que o debate em torno das classes sociais – conceito, pertinência, número – permanece central na sociologia, tendo sido incorporado pelos leigos nos seus discursos, como bem nos mostram as entrevistas. A classe social pode ser entendida como um grupo de pessoas que atuam de forma semelhante na sua vida social, implicando uma cultura, isto é, normas e práticas partilhadas que se exprimem sob a forma de modos de comer, de beber, de vestir e de lazer, entre outros socialmente reconhecidos e reproduzíveis em qualquer contexto, quer esperado quer imprevisto. De notar que a classe não tem existência jurídica, mas apenas teórica e, portanto, provável. Como argumenta Bourdieu (1989), para a construção da classe real, é necessário pensar o espaço social e a classe como representação e vontade. Não obliterando a relevância de outras formas de desigualdade, nomeadamente as fundadas no género e na raça/etnia, a mobilização da categoria «classe social» é fundamental no estudo sobre a pobreza.

Entrevistadora: E de quem recebia as roupas, lembra-se?

Entrevistado: Familiares, às vezes os colegas de trabalho da minha mãe também, a própria patroa da minha mãe de vez em quando ainda envia roupa. (P2.2_Amadora, sexo masculino, 19 anos)

Entrevistadora: Hoje mantém-se apenas com a sua bolsa ou ainda tem auxílio dos seus pais?

Entrevistado: Sim, tenho o auxílio dos meus pais porque só a bolsa não chegava.

Entrevistadora: Não é suficiente?

Entrevistado: Não, meus pais têm que dar por volta (tirando a alimentação, porque essa parte eu nunca fiz contas, mas também deve ser muito alta) de cem euros. Por vezes, precisam dar-me por fora da bolsa.

(...)

Entrevistadora: E quando precisa de alguma ajuda, quando tem algum problema, a quem pede ajuda?

Entrevistado: Basicamente, à minha família, que é a primeira a quem eu peço opinião e também para a minha namorada, porque estuda também lá em Coimbra. (P2.1_Guimarães, sexo masculino, 20 anos).

Dando novamente a palavra aos entrevistados, trazemos ao texto alguns dos excertos mais relevantes para demonstrar o papel crucial desempenhado pelos apoios de base familiar, agora já não dos filhos para os pais, como acontecia com os reformados (Perfil 1), mas destes para os seus descendentes:

Entrevistadora: E lembra-se de algum período difícil da sua vida?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Em termos económicos? Recorda-se de conversas em casa? De os pais conversarem sobre isso?

Entrevistada: Que não tinham dinheiro muitas vezes para pagar as contas. Recorriam aos meus avós, da parte da minha mãe. Foram os que nos ajudaram...

Entrevistadora: Acha que os rendimentos que eles têm são suficientes para responderem às necessidades?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Não são suficientes?

Entrevistada: Não são suficientes, mas eu tenho ajudas particulares, da minha família, mas se não tivesse, acho que neste momento não tinha o que tenho...

Entrevistadora: Portanto, senão fosse a ajuda da família, acha que os seus pais não conseguiam ter uma vida capaz...

Entrevistada: Não, não. Porque só cai um ordenado em casa e é mínimo, sem ajudas, porque eu na escola pago tudo. Nunca tive abono, nunca tive aquele escalão de me darem os livros, nunca tive...

Entrevistadora: Neste momento é...

Entrevistada: Tendo ajuda de fora não é problema...

Entrevistadora: Se não fosse a ajuda da sua avó?

Entrevistada: É, se não fosse a ajuda...

Entrevistadora: O seu agregado sentia mais dificuldade?

Entrevistada: Sentia...

Entrevistadora: A sua avó ajuda com dinheiro?

Entrevistada: Sim, porque tem algumas terras e alguns alugueres e esse dinheiro vai para nós... (P2.1_Porto, sexo feminino, 19 anos)

Se a regra neste perfil é a ajuda ancorada na linha familiar direta (pais e avós), não é raro encontrar situações em que o apoio, nomeadamente sob a forma de dinheiro ou de pagamento de bens e serviços, é fornecido por outros familiares (por exemplo, irmãos, tios e primos), ou indivíduos com quem os beneficiários têm laços pessoais fortes (por exemplo, padrinhos e afilhados):

Entrevistadora: E na tua família, quando enfrentam alguma necessidade, se isso já aconteceu, vocês, o grupo, a quem é que pedem ajuda? Ou com quem é que podem contar?

Entrevistado: Claro que era com o meu pai e a minha mãe e com a minha família toda.

Entrevistadora: Sim, mas, por exemplo, se o teu pai e a tua mãe precisarem de algum apoio, há algum vizinho, algum amigo, alguma instituição a que vocês recorram?

Entrevistado: [Irmã estava a passar e respondeu por ele] A minha avó. A minha avó vende fruta. (...)

Entrevistadora: E estás na parte do código, da condução?

Entrevistado: Ainda estou no código, da condução.

Entrevistadora: Estás a gostar?

Entrevistado: Sim, é uma experiência nova, n'ê? E a carta também é uma coisa que as pessoas precisam para trabalhar.

Entrevistadora: E aqui também associas... Às vezes, nós associamos a isto de tirar a carta um bocadinho de independência, pegamos no carro e vamos.

Entrevistado: Sim, também. Posso, à hora que eu quiser, apanho no carro ou numa moto: «Olha, hoje vou jantar ali, ou vou...» Ou quero ir ali, já não preciso de estar a pedir ao pai, à mãe ou ao primo, andar aí comigo. Teres carro para não ir a pé. Se uma pessoa agarra no próprio carro e na carta e vou-me embora.

Entrevistadora: E já tens carro destinado para ti? Ou também vai ser do teu trabalho que virá o carro?

Entrevistado: Não, isso... Quem me pagou a carta também me dá carro. Agora tenho que a tirá-la.

Entrevistadora: E foi com ajuda da família?

Entrevistado: Do meu padrinho.

Entrevistadora: Bom. É uma pessoa importante.

Entrevistado: Desde pequenino que ele a mim dá-me tudo. Eu se começar, se pedir qualquer coisa agora, ele dá-me. Mas pronto, ele também tem para gastar, eu não.

Entrevistadora: Mas então é aqui uma pessoa importante na tua vida?

Entrevistado: Sim. (P.2.2. Lisboa#2, sexo masculino, 18 anos)

Em linha com a entrevista anterior, nos próximos excertos constatamos que a ajuda vem de outros elementos com vínculos de parentesco (primos mais velhos ou tios), não sendo provável que o local de residência (um concelho urbano no primeiro caso e um concelho rural no segundo) produza algum efeito na existência destes vínculos familiares, o que permite concluir que o parentesco continua a funcionar como um mecanismo forte de apoio social, mostrando-se relativamente insensível aos efeitos produzidos pelas dinâmicas de urbanização.

Entrevistado: É que este tal meu primo é uma pessoa que me apoiou muito no meu estudo. Era a pessoa que me ajudava. Todos os anos eu sabia que, quando chegava o início da matrícula, era a única pessoa com quem...

Entrevistadora: Com quem podias contar.

Entrevistado: Pediam-me tantas vezes para ver, porque o gajo era empresário [risos].

Entrevistadora: Mas ele ajudava ainda quando a tua mãe estava viva?

Entrevistado: Quando a minha estava viva, ele sempre me ajudou. Ele ajudou mesmo antes da morte da minha mãe. Depois da morte da minha mãe, ele queria ficar comigo e as minhas tias não queriam. Mandaram-me ficar com um outro meu primo. (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos).

Se a centralidade dos laços familiares assume uma posição preponderante, mostrando a relevância da família como instituição social nos nossos dias (ao contrário de algumas leituras mais conservadoras, importa destacar que a família não está em risco, antes a transformar-se, assumindo novas configurações), a amizade assume também um papel importante em alguns dos indivíduos entrevistados, nomeadamente no que se refere ao apoio monetário, quase sempre sob a forma de empréstimo:

Entrevistadora: E quando precisa, por exemplo, de ajuda, quando tem algum problema, a quem é que pede ajuda?

Entrevistada: Se eu precisar de um amigo qualquer, pedir uma nota, ninguém me nega.

Entrevistadora: Não percebi.

Entrevistada: Se eu precisar de uma nota ou estiver aflita, peço a um amigo qualquer. Os donos daqui, por exemplo...

Entrevistadora: Ajudam-na?

Entrevistada: Sim. «Olha, dou-te dia 10.» Se chegar dia dez e eu não tenho: «Só te dou dia 11», «não há problema». Mas pronto, tenho dinheiro para a justificação...

Entrevistadora: E as pessoas também confiam em si?

Entrevistada: Confiam em mim, por isso é que dizem-me logo: «Não tens problema». Se for preciso eu pedir 20, dão-me 40: «Não, só quero 20», «Não, depois dás-me, depois dás-me, depois dás-me.» Não tenho problema nesse aspeto.

Entrevistadora: Isso é importante para si?

Entrevistada: É!

Entrevistadora: Isso também demonstra o seu respeito...

Entrevistada: Que têm confiança, que têm confiança em mim.

Entrevistadora: E o respeito que teve por eles, também.

Entrevistada: Pela ajuda (P2.4_Lisboa#2, sexo feminino, 61 anos)

Ao contrário do que muitas vezes é intuído pelo senso comum, quem recebe não deixa de encarar as dádivas com constrangimento, desejando que fosse ao contrário, pois tal implicaria uma outra condição socioeconómica. Assim, receber é entendido como a expressão

material do fracasso pessoal, da incapacidade de se prover a si e aos seus dependentes com os recursos materiais necessários à sobrevivência e às despesas quotidianas que esta exige. Entre estes recursos, destaca-se o acesso a um salário proporcionado por um trabalho, ainda que desqualificado, um «empregozinho», nas palavras de uma das entrevistadas. Ora, esta importância dada ao trabalho não só se coloca em contraponto a algumas leituras que sugerem a sua desvalorização e perda de centralidade na sociedade contemporânea, como também oblitera a relevância das estruturas em relação aos indivíduos e sua agência, apesar da relevância do trabalho ser assumida por estes, pois «a pobreza não é fruto do acaso nem uma mera consequência de falhas e/ou omissões de origem individual. Não se trata de algo natural ou irrevogável. Ela é e está inscrita na estrutura social» (Portela, 2008, p. 111). Como refere uma entrevistada:

Entrevistada: Eu gosto de ajudar, eu gosto mais de dar do que pedir. Eu gosto mais de dar às pessoas do que estar a pedir, dizer assim: «Olha, eu não tenho, vou pedir àquela pessoa» não. Eu gosto de ter e de ajudar e que me ajudem a mim também. Mas se tivesse um empregozinho, por exemplo, a trabalhar, um empregozinho qualquer, eu gostava, mas pronto, não há essas possibilidades, tem que se ir conforme a gente pode, não é? (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos).

Este desconforto é também sentido entre familiares diretos, como pais e filhos, sobretudo quando os beneficiários sabem que quem ajuda (por exemplo, um filho) também vive com o dinheiro contado:

Entrevistada: Eu não queria pedir, eu não queria sempre estar a pedir ajuda ao filho, não é? Porque ele também, lá está, tem que gerir a vida dele, não é? Está sozinho também, não está... Está sempre a mandar para aqui, porque sei que se eu pedir, ele ajuda, não é? Mas não é fácil. Porque também quando foi preciso, eu também ajudei... É a vida. Vamos esperar, vamos a ver se vem para o melhor. (...) Tenho um cunhado, irmão dele, que todas as semanas também nos ajuda. Vai às compras, traz-nos alguma coisa.

Entrevistadora: O seu cunhado ajuda com mantimentos para a casa?

Entrevistada: Todas as semanas, ao domingo, traz sempre um bocadinho, um bocadinho de... coisas, alguma coisa que ele vê que...às vezes carne, coisas assim.

Entrevistadora: Então, assim, comida não falta?

Entrevistada: Não, neste momento, não. Temos batata, temos cebola, temos as outras coisas todas. Depois também nos ajuda com essas coisas todas, não é? Neste momento, que ele está de baixa, não é? Porque isso nunca aconteceu. Porque ele acha... Ele vê que o ordenado que o irmão está a receber é pouquinho, e depois ainda temos o pequenino, então traz umas guloseimas para ele, essas coisas todas. Todas as semanas nos leva sempre um saquinho, com um bocado de carne, óleo, arroz, essas coisas.

Entrevistadora: Sim, sim... e ajuda bastante isso?

Entrevistada: Sim, sim. Já ajuda um bocadinho (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo feminino, 46 anos).

Os conflitos intrafamiliares acarretam consequências negativas para os indivíduos mais frágeis, produzindo (ou ampliando) situações de privação. Embora isso não seja sempre possível, os envolvidos nestes conflitos procuram substituir o apoio que poderiam encontrar na família pelo proporcionado por amigos ou vizinhos com quem estabeleceram relações sociais significativas, frequentemente de longa duração. Tendo este deslaçamento as mais diversas causas, percebe-se que a constituição de novas famílias e os problemas que estas acarretam acabam por afastar irmãos entre si e até pais dos filhos:

Entrevistadora: O que pensa sobre a relação que tem com seus familiares? Falou-me agora um pouco sobre a relação com os seus pais. Mantém ainda uma relação com os seus irmãos?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: O que acha dessa relação?

Entrevistada: É assim, os meus irmãos têm a vida deles. Mas também se lhes pedir ajuda, também não me ajudam. [Sou] Muito sincera. A minha irmã mais velha também tem uma vida muito complicada, porque o marido era empreiteiro e destruiu tudo. Ela tem 51 anos e ela praticamente nunca trabalhou na vida dela. Não sabe o que é trabalhar, trabalhar entre aspas, n'é? No duro, tomar conta de crianças e assim, mas trabalhar no duro acho que só estive, acho que quatro ou cinco anos a trabalhar na Suíça com contrato. Depois juntou-se com este homem que tem hoje e depois ele nunca a deixou trabalhar. Porque ele era empreiteiro e nunca a deixou trabalhar. Ela vivia bem, só que ele destruiu tudo. Casino [sussurra].

Entrevistadora: Jogava?

Entrevistada: E continua! E ela agora, com 51 anos, teve que se soltar à vida para trabalhar. Trabalha no duro para sustentar a ele. Não é fácil. Agora, as minhas outras irmãs estão bem, graças a Deus. Mas não ajudam ninguém, seguem a vida delas. Mas estão bem.

Entrevistadora: Cada um segue a vida?

Entrevistada: Cada um segue a sua vida e desenrasca-se.

Entrevistadora: E como vê a relação que tem com seus amigos e os seus vizinhos?

Entrevistada: Eu gosto, sou amiga de toda gente. Eu gosto de me dar bem com toda gente. É assim.

Entrevistadora: Tem uma rede de confiança?

Entrevistada: Tenho uma amiga minha que é minha amiga do peito, mas esta não está cá agora. Ela vivia aqui por baixo, no apartamento de uma tia minha, era em quem eu confiava e em quem eu confio e quem, quando me vê em baixo, ela levanta-me para cima. É a única pessoa que o consegue... Porque ela sabe. Ela diz: «Tu consegues, XXXX [nome da entrevistada], oh pá, toca ao andar.» É. É a única que me dá força.

Entrevistadora: Se necessita de alguma ajuda ou tem algum problema, a quem recorre?

Entrevistada: À minha amiga XXXX [nome da amiga].

Entrevistadora: Essa amiga?

Entrevistada: É outra.

Entrevistadora: Ah, outra.

Entrevistada: A amiga de confiança é esta, mas se eu precisar de ajuda, seja dinheiro, seja o que for, qualquer tipo de ajuda, sei que me ajuda. Posso contar com ela. (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, sexo feminino, 49 anos).

Quadro 7 - Formas de apoio dominantes e principais atores – Precários (Perfil 2)

Relação Social				
		Familiar	Vizinhança	Amizade
Tipo de apoio	Dinheiro	P2.1_Castelo de Paiva – pais e avós P2.1_Guimarães – pais e avós (P2.1_Porto) – avós P.2.2_Lisboa – avós e padrinho P.2.2_Porto – tio P.2.3_Boticas – pais P.2.3_Vila Pouca de Aguiar#1 – filho P2.4_Almada P2.4_Boticas – irmãos e tios no estrangeiro (França e Brasil).	P2.4_Lisboa#2	

Alimentos	P2.3_Aljustrel – tia P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1 – cunhado, irmão do marido	P2.4_Boticas P2.4_Lisboa#1 P2.5_Vila Pouca de Aguiar	
Vestuário	P2.1_Guimarães – patroa da mãe		
Saúde (idas ao médico, compra de medicamentos)			
Outro tipo de apoio (ou não identificado)	P2.1_Castelo de Paiva – avós e irmão: não especificado P2.2_Vila Franca do Campo – mãe e amigos: não especificado. P2.3_Vila Pouca de Aguiar#2 – mãe: apoio na educação do neto; pai: não especificado; cunhada, esposa do irmão: não especificado. P2.4_Lisboa#1 – irmã alojamento.	P2.4_Lisboa#1 – guarda da criança	P2.1_Castelo de Paiva – amiga e padre da paróquia: não especificado P2.1_Guimarães – namorada P2.4_Lisboa#1 – guarda da criança

Em suma, encerrando a análise dos precários no que se refere às redes informais de apoio e vizinhança, é possível observar que o parentesco continua a desempenhar um papel crucial na entreaajuda, sendo que a vizinhança e a amizade assumem uma relevância secundária. Sem que daqui se possa extrair qualquer extrapolação de ordem estatística (e repetindo o que já foi enunciado na análise dos reformados do Perfil 1), o apoio da família está presente nas mais diversas formas, como revela o Quadro 7, sendo sobretudo relevante no apoio financeiro, sob a forma de entrega de dinheiro a título gracioso, sem que aquele que dá esteja, portanto, à espera da sua devolução, pelo menos de modo imediato e no mesmo modo.

7.2. Avaliação subjetiva da habitação e do território de residência

A vulnerabilidade dos entrevistados do atual perfil também se exprime através da habitação, sendo patente, como veremos com a mobilização de diversos excertos, a existência de condições de habitação muito deficientes e com escasso conforto, seja devido à falta de

saneamento básico e de quarto-de-banho – ainda uma realidade para alguns indivíduos que habitam nas aldeias – seja devido aos problemas de isolamento térmico (agravados pela pobreza também energética dos entrevistados), de humidade e à falta de ascensores (no caso de quem reside em prédios), seja simplesmente devido ao espaço insuficiente no interior da habitação considerando a relação entre este e o número de pessoas nela residentes. Os constrangimentos acima referidos não são, portanto, minimizáveis por qualquer tipo de apoio informal. Também no que diz respeito ao território, muitas das avaliações dos entrevistados remetem as responsabilidades pelas deficiências que, no seu entender, existem para a esfera autárquica e mesmo nacional, sendo expressão de políticas públicas deficientes e da incapacidade dos diversos níveis do Estado em prover bens públicos tão simples mas cruciais como a segurança, os transportes públicos ou o saneamento básico. Adicionalmente, no discurso de alguns dos entrevistados, sobretudo dos residentes em grandes cidades como o Porto e Lisboa, sobressai a existência de conflitos interétnicos, relevando também aqui que o país é atravessado por disputas envolvendo, minorias étnicas como a cigana e a de origem africana:

Entrevistadora: O que pensa do lugar onde vive? Quais são os aspetos mais positivos e os mais negativos?

Entrevistada: Lá está, os mais positivos vejo no sentido em que o percurso que eu tive desde a minha infância até à minha adolescência e à minha vida adulta foram todas passadas lá, com algumas paragens, de ter saído e voltado. Mas lá está, a gente aprendeu certas coisas, por exemplo, riscos que a gente pode correr na rua, pessoas que têm más intenções connosco. Nós, de ouvir aquilo: «Olha, aconteceu isto àquele», a gente acaba por ganhar um bocado de história de vida.

Entrevistadora: Estaleca, não é? Por enfrentar o mundo real.

Entrevistada: Sim, sim. De saber o que pode acontecer.

Entrevistadora: Isso é o lado positivo, mas e os aspetos negativos? A insegurança?

Entrevistada: Os negativos... Lá está, correr o risco de nos roubar o carro, sermos assaltados...

Entrevistadora: Ter uma confusão com o vizinho, como aconteceu há dias com a sua mãe...

Entrevistada: Ou porque o cão fez isto, ou porque vai o outro, passa com a bicicleta e risca o carro.

Entrevistadora: Há muita intolerância?

Entrevistada: Sim, muita, e já não é tanto com os da nossa raça, mas sim com a raça cigana.

Entrevistadora: São conflituosos?

Entrevistada: São bastante. E depois os pais não têm a consciência que os filhos é que são malcriados.

Entrevistadora: E quem está mal é que são os outros?

Entrevistada: É.

Entrevistadora: E isso cria instabilidade no sítio onde vivem? Não é um lugar seguro?

Entrevistada: Não, no sentido em que a gente não pode andar à vontade e viver sem chatice.

(...)

Entrevistadora: O que faz falta no lugar onde vivem? Eu lembro-me que de transportes era difícil aceder ao bairro do XXXX. Agora está um bocadinho melhor no que diz respeito a transporte?

Entrevistada: Agora temos o 400, mas lá está, acaba pela meia-noite, é o último autocarro. Depois só há um às seis da manhã.

Entrevistadora: Não existem autocarros a partir da meia-noite?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Então quem tiver um trabalho em que saia tarde...

Entrevistada: Tem que sair ali no Parque Oriental entre o Cerco.

Entrevistadora: E atravessar o Cerco sozinho? O Bairro do Cerco?

Entrevistada: Tem que atravessar a estrada nova. Não tem luz, é complicado.

Entrevistadora: E no que diz respeito a serviços, têm lojas, supermercados, farmácias?

Entrevistada: Temos o centro de saúde, temos lá isso tudo. Transportes, temos o 400 e, lá está, habituou-se com isso.

Entrevistadora: Se pudesse mudar, mudava a rede de transportes para maior, para ser melhor?

Entrevistada: Sim, lá está.

Entrevistadora: Facilitava, não é?

Entrevistada: Sim. O 205 passa ali no meio, mas, por exemplo, podia dar um trajeto mais pequenino, fazer um desvio e passar o Parque Oriental. Era sempre mais um autocarro que a gente tinha (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos).

Entrevistadora: E o que pensa do lugar onde vive? Ali da zona XXXX, o que é que...

Entrevistada: Ah, não gosto nem desgosto.

Entrevistadora: O que é que acha que é bom e o que é que acha que é mau?

Entrevistada: Não, não... Há certas coisas que eu... Não é falar mal dos ciganos, nem dos pretos, que eu não tenho... Não sou racista, como se costuma dizer. Há certas... Pronto, está até às três, quatro da manhã...

Entrevistadora: Com barulho?

Entrevistada: Oh, aos berros até às tantas. Se for uma pessoa nossa que faça uma festa, a polícia já está em cima. Com eles, fazem barulho até às tantas da manhã e não... Percebe?

Entrevistadora: Acha que esse é um aspeto negativo?

Entrevistada: É!

Entrevistadora: E o que é que é bom?

Entrevistada: É bom é dar-me bem com eles todos. Acabo por me dar bem com eles todos e eles todos comigo.

Entrevistadora: Desde que a deixem dormir, não é? [Ri]

Entrevistada: É!

Entrevistadora: Relembre-me só quando é que foi viver para lá. Estava nessa barraquinha, que era essa casa que era dos seus pais, depois houve um realojamento, não foi? E passou...

Entrevistada: Para o bairro social.

Entrevistadora: Lembra-se mais ou menos quando?

Entrevistada: Foi há 34 anos, que eu moro lá.

Entrevistadora: Há 34 anos. E, na sua opinião, o que é que faz falta lá no bairro XXXX? Por exemplo, a nível de serviços, de transportes, de segurança?

Entrevistada: Ah, transportes, temos tudo.

Entrevistadora: Tem metro, tem autocarro?

Entrevistada: Tudo, tudo. O metro é nas XXXX, os autocarros vão todos às XXXX.

(...)

Entrevistadora: E a nível de serviços? Sente falta de alguma coisa? Acha que faz falta alguma coisa ali à volta?

Entrevistada: Não, porque desde que agora também a Junta mudou ...

Entrevistadora: Fica lá perto?

Entrevistada: Aquilo ali é um asseio, é uma limpeza. As pessoas é que por vezes mandam das janelas cá para baixo.

Entrevistadora: Ah...

Entrevistada: Em vez de porem nos contentores.

Entrevistadora: E, por exemplo, centro de saúde?

Entrevistada: Centro de saúde não há lá.

Entrevistadora: Como é que faz?

Entrevistada: O centro de saúde é na XXXX, mas pronto...

Entrevistadora: Mas também é perto, não é?

Entrevistada: É perto, é.

Entrevistadora: E a nível de segurança?

Entrevistada: Ah, segurança é polícia. Só se vê lá no bairro quando há qualquer coisa com os ciganos, que de resto não se vê nada. Não se vê um polícia a andar na rua, não se vê um polícia lá. (P2.4_Lisboa#2, sexo feminino, 61 anos).

Estas situações de conflitualidade e de insegurança contrastam com as condições de fruição do espaço público em cidades de média dimensão ou em concelhos mais rurais. Aqui, os problemas são outros, nomeadamente os provocados pelo turismo, no caso de Guimarães, ou pela falta de trabalho, no caso de Boticas:

Entrevistadora: E quanto à zona, acha que é um lugar bom?

Entrevistado: É um lugar normal, pacato. Nunca aconteceu nada de roubos de nada na zona onde eu moro, por isso, sinto-me seguro. Não tenho assim nada assim de relevante a apontar, acho que se vive bem aqui nesta zona. Aqui em Guimarães, eu acho que não há assim nenhum sítio assim perigoso, e os autocarros também há próximos em quase toda a zona aqui.

Entrevistadora: Acha que falta alguma coisa?

Entrevistado: Sim. Neste momento, eu acho que Guimarães está a precisar de uma adaptação a nível do turismo. O turismo aumentou imenso aqui. Uma dificuldade que eu encontro, por exemplo, quando preciso voltar para Coimbra ou assim. Estamos a falar de ir comprar bilhetes, que já me aconteceu, de ir no sábado de manhã para comprar para ir domingo quase ao final do dia e já não existir bilhetes.

Entrevistadora: Faltam transportes públicos?

Entrevistado: Sim, acho que a afluência do turismo começou a retirar a oportunidade de viagem para quem realmente necessita, porque a gente tem mesmo uma necessidade. Como eu, por exemplo, que tenho que voltar para a universidade onde estudo e eles não pensam só nas pessoas de Guimarães, acho que se tornou mais um negócio turístico do

que, basicamente, de uma oportunidade e ajuda às pessoas da cidade. (P2.1_Guimarães, sexo feminino, 20 anos).

Entrevistadora: Em relação aqui à aldeia, já se referiu bastante à questão do transporte. O que pensa da aldeia? Acha bom viver aqui?

Entrevistada: Eu gosto. Não troco a minha aldeia por nenhuma.

Entrevistadora: Gosta porquê?

Entrevistada: Porque gosto da minha aldeia. Não troco a minha aldeia por cidade nenhuma. E nem dou valor nenhum. Toda a gente que vai comprar fora, não compra aqui, não investe aqui, para mim, não vale nada. Eu podia ser milionária, mas não deixava a minha aldeia, não deixava a minha aldeia. Há pessoas que deixam a aldeia e vão para a cidade, eu não, eu troco a minha vida e [inaudível]...

Entrevistadora: Do que mais gosta aqui?

Entrevistada: Tudo, gosto da minha aldeia.

Entrevistadora: Há alguma coisa que mudaria aqui na aldeia?

Entrevistada: Mudaria como?

Entrevistadora: Se gostaria de mudar alguma coisa na aldeia. Por exemplo, a questão do transporte, que a senhora já frisou bastante que falta transporte. Então, se pudesse fazer algumas alterações aqui, o que seria?

Entrevistada: Eu, se pudesse, abria trabalho para as pessoas trabalharem, postos de trabalho. Se eu tivesse... (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo feminino, 46 anos).

Já em relação à habitação, os problemas relevados pelos entrevistados reformados (Perfil 1) estão, em boa medida, presentes nas casas dos entrevistados deste perfil. Como refere uma das entrevistadas:

Entrevistadora: E a nível da casa em si? Em termos de isolamento, de privacidade...

Entrevistada: Sim, sim. Nós temos... Isolamento, é assim, nós não temos isolamento térmico, não é? É uma casa em que se está frio cá fora também está frio dentro de casa, se está calor lá fora, também está calor. Claro que não é assim tão igual, não é? Mas em termos de aquecimento, no Inverno temos o fogão a lenha ou a lareira e de Verão, pronto [risos], não temos nada. (P2.1_Castelo de Paiva, sexo feminino, 20 anos).

Neste perfil, confrontamo-nos de modo recorrente com situações de residência em que

a casa habitada é manifestamente insuficiente para os seus residentes, gerando vários constrangimentos à existência de intimidade pessoal, tal como esta é entendida na cultura ocidental contemporânea. Assim, alguns dos entrevistados confrontam-se com situações de partilha de quartos por vários membros da família. Estas inadequações habitacionais, mais frequentes nas cidades de maior dimensão onde o custo da habitação é significativamente superior, estão também presentes nos concelhos de menor pressão demográfica:

Entrevistadora: O que que pensa do sítio onde vive?

Entrevistado: O sítio onde eu vivo é o que eu tenho. E penso um dia mais tarde conseguir... Claro que eu penso, eu tenho 54 anos, mas eu penso em ter a minha companheira, ter a minha outra vida e claro que a minha casa é pequenina para isso.

Entrevistadora: Esta casa foi-lhe dada pela Câmara da Amadora?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: E é uma casa pequenina.

Entrevistado: Sim, é um estúdio. Apesar de já ter vivido lá com a minha filha durante três anos. Também já teve lá dois sobrinhos meus. Vieram para a universidade em 2007, moraram lá comigo. Depois foram para casa da minha irmã em Queluz, que era mais perto da escola. O outro estava em Braga e vinha ao fim-de-semana. (P2.5_Amadora#2, sexo masculino, 54 anos).

Entrevistadora: E o que pensa do lugar onde vive, pensando em Guimarães como a sua cidade?

Entrevistado: A minha casa ou a cidade em si?

Entrevistadora: Da casa e da zona onde vive.

Entrevistado: Ora bem, a minha casa não é muito grande. Temos três quartos, mas quando eu falo três quartos, é do género, se calhar, 12 metros quadrados cada quarto, muito pequeno, que só cabe lá cama e uma secretária à frente e mais nada. Os meus irmãos têm que dormir juntos, o meu irmão mais novo dorme com o meu outro irmão. Foi o que a minha mãe disse para eu, por exemplo, ter privacidade não só de estudo, mas também quando estou com a minha namorada. E o meu outro irmão, que tem 16 anos e está naquela idade, dorme sozinho. Mas é sempre um bocado chato porque é aquela coisa de os meus irmãos dormirem juntos. Eu gostava de ter uma casa maior, como é óbvio, mas não é possível, então tem que ser desse género. E, lá está, quando eu vou para baixo é quando o meu irmão de 16 anos consegue ter a privacidade dele. Vai

para o meu quarto e fica lá a dormir e não tem mal nenhum, como é óbvio. Já lhe disse que ele pode dormir lá à vontade porque não estou cá, então, pronto, é assim que funciona. (P2.1_Guimarães, sexo masculino, 20 anos).

Entrevistadora: Em relação à sua casa, que dificuldades é que sente?

Entrevistada: Uma casa melhor.

Entrevistadora: Porquê ter uma casa melhor?

Entrevistada: Eu não tenho casa, eu estou a pagar renda.

Entrevistadora: Sim, mas a casa como é que é? Qual é a dificuldade que a senhora sente na sua casa?

Entrevistada: Não tem condições.

Entrevistadora: Não tem condições em que sentido? Explique, pode ficar à vontade?

Entrevistada: É uma casa assim antiga.

Entrevistadora: Antiga?

Entrevistada: Tem muita humidade porque o meu pai não quer fazer uma casa para a filha.

Entrevistadora: Mas essa casa é do seu pai?

Entrevistada: Não, não. É alugada, eu estou a pagar 80 euros de renda!

Entrevistadora: Então a senhora acha que a maior dificuldade é a humidade? É isso que mudaria?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: E mais nada?

Entrevistada: Sim, na casa é.

Entrevistadora: A casa é um T1, um T2?

Entrevistada: Não, é uma casa rasteira.

Entrevistadora: Sim, mas tem dois quartos, um quarto?

Entrevistada: Não, só tem um quarto.

Entrevistadora: O menino dorme com vocês?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: Então colocaria outro quarto para o rapaz?

Entrevistada: Pois, mas não tenho.

Entrevistadora: Sim, mas eu digo assim.

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: Quanto às dificuldades que a senhora sente em relação à sua casa: Então, primeiro é a humidade, depois o espaço...

Entrevistada: Não tem espaço, não. Só tem um quarto, uma sala, uma cozinha e uma casa-de-banho.

Entrevistadora: E é muito frio lá?

Entrevistada: Sim, é.

Entrevistadora: E quando está calor, é muito calor?

Entrevistada: Não, não. Lá não tem muito calor. Eu só tenho duas janelas, na sala não tem janela.

Entrevistadora: A sala não tem janelas?

Entrevistada: Não, não.

Entrevistadora: A primeira vez que eu vejo uma sala sem janela.

Entrevistada: Aquilo foi construído assim.

Entrevistadora: Colocariam pelo menos uma janela para a senhora ver o pasto, não é?

Entrevistada: Sim, sim. Eu moro no lameiro, como nós chamamos (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo feminino, 43 anos).

Pobreza é também viver sem capacidade de aforro, uma vez que qualquer despesa inesperada impõe uma mudança de planos, mobilizando a poupança existente (ou em vias de ser constituída) destinada, por exemplo, a uma melhoria na habitação ou para acudir a alguma urgência.

Entrevistadora: O que pensa sobre a sua casa?

Entrevistada: A minha casa, pronto, tenho que... Eu, por exemplo, as obras que ando a fazer, temos de ir fazendo aos poucos, poucos, poucos, porque... Conforme as possibilidades financeiras, não é? De dinheiro, não é? Porque agora, se for para ali, se calhar, temos um pouquinho guardado pra para fazer ali, mas acontece aqui uma desgraça e já temos que ir para ali, já não podemos fazer ali, não é? (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos).

Às más condições de habitação, à falta de conforto e às dificuldades de acesso a serviços ou de compra de bens fundamentais para a existência quotidiana, como sejam, por exemplo, os bens alimentares, acrescem outros problemas, nomeadamente os relacionados com a fragilidade (ou inexistência) do vínculo contratual. Num contexto de acelerada gentrificação das principais cidades do país, em especial dos centros históricos, com a transformação de

habitações em alojamentos locais para responder à procura turística aliada à especulação imobiliária estimulada também por legislação favorável e por dinâmicas sociais e económicas muito fortes nos últimos anos, os mais pobres, recorrendo a uma expressão popular, veem a sua vida a andar para trás. Por outras palavras, os desequilíbrios no mercado habitacional, sobretudo no sector do arrendamento, concorrem para agravar a vulnerabilidade das camadas sociais mais frágeis, ao mesmo tempo que degradam o espaço público:

Entrevistadora: O que é que tu pensas do lugar onde vives? Gostas do sítio onde vives?

Entrevistada: Gosto e estou aqui, lá está, muito mais pela vizinhança. Também é um sítio mesmo no centro de Lisboa. Se bem que há muito turismo, não é? E depois, cada vez mais vivo ao lado de turistas. Vão saindo pessoas, vão sendo despejadas... Turistas... Sinto que tem aqui um ponto, não é, talvez a médio prazo, que estamos aqui a tentar... Mas já tínhamos pensado se no final deste ano... Mas, com toda esta situação da irmã cá com o meu sobrinho, prolongou-se, porque ela precisa de ficar até pelo menos ao início do próximo ano e então deixámos de pensar de sair de Lisboa até ao final do ano... Estamos aqui a adiar, a adiar, mas, sim, é precioso viver. Para mim, é precioso viver aqui.

Entrevistadora: E os aspetos menos positivos do sítio onde moras têm a ver com essa questão do turismo?

Entrevistada: Sim, sim, sim. Porque, de há alguns anos para cá, começo a assistir a coisas ridículas, do tipo mijarem para o teu quintal. Ter apartamentos que são para turistas, que antes não eram, eram pessoas de famílias, e foi recuperado, que estão a mijar e atirarem garrafas que partem, coisas que... Para mim, é ... Não tem nada de positivo. Não sei... Já fizemos... Já colocámos papéis a pedir, mas continua, continua. (...) Eu gravidona e isso aconteceu. Pronto, são essas coisas de... Às vezes, por não terem culpa, outras vezes, a mijar para o quintal só porque sim, às tantas da madrugada. Estou triste, eu sei que sou contra, mas ... Não é? Apanhas todo o tipo de turismo e que te incomoda, que isto é para incomodar a pessoa, saber que estão ali a viver e fazer isso. Não se faz!

Entrevistadora: O que é que mudavas?

Entrevistada: O que é que eu mudava? Sei lá, é isto, se calhar, menos disto. É muito... É que, é muito difícil. Se calhar, é um local turístico, claro. Se calhar, sou eu que tenho de adaptar-me a isso, mas, lá está, é abrires a porta e teres gente a tirar fotografias. Estares com o teu filho no largo, ele estar a brincar, ele gosta muito de tocar guitarra, acordeão, teres pessoas a tirar fotografias sem pedir autorização, é invasão, estás a perceber? Se eu quisesse ser uma pessoa conhecida, eu poderia para... Por que é que as pessoas têm de

invadir a tua privacidade? Há muito essa invasão de privacidade. Depois querem tirar fotografias às vizinhas. É aquela coisa de tirar fotografias só porque é o local e tudo muito bonito. [Incompreensível]. E pedir para tirar fotografias... Estão ali e de repente depois tiram uma fotografia. É cansativo estar sempre a pedir às pessoas com delicadeza, em que às vezes... Há dias em que estou a brincar, gosto de ver o meu filho a brincar na rua, porque eu também brinquei na rua, estar ali com ele... É bonito de ver, é bonito dar. Agora é difícil que as crianças tenham... Mas depois tem isso de os turistas a acharem bonito uma criança a brincar na rua e tirarem fotografias, é muito invasivo.

Entrevistadora: Em relação a tua casa, sentes algumas dificuldades ou não?

Entrevistada: Olha, dificuldade... Não sei se isto é direta ou indiretamente, o lado que eu sinto, tem essa parte boa de nós pagarmos quando conseguirmos, mas depois tem uma parte chata que, pronto... Existe um senhorio da casa e depois existe uma pessoa que subaluga a casa. Nós estamos a pagar a essa pessoa, ou seja, nós não temos contrato. Esta é a nossa dificuldade, nós não estamos a declarar esse valor que pagamos pela casa. Enquanto essa pessoa está a dar um valor, nós estamos a pagar quatro vezes mais, se calhar, porque é em relação ao que a pessoa disse. Ela é sincera connosco e disse que pagava aquilo, mas, pronto, ela é que tinha aquela casa em contrato, eu fui para lá a quartos e depois ela disse que não queria largar a casa. Eu percebo o lado dela, eu percebo o lado dela, está aqui numa zona... Não querer alugar a casa ou querer passar para mim, mas que fazia um valor mas não podia fazer contrato porque a situação que ia ter mais gastos e nós ficámos sempre assim, porque gostamos daquela casa. (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos)

Procedendo a uma síntese dos aspetos positivos e negativos do lugar e das condições de habitação (cf. Quadro 8), destacam-se as apreciações negativas. No que diz respeito ao lugar, há que distinguir as grandes cidades do interior e dos Açores. Nestes últimos, as principais queixas estão relacionadas com: a falta de serviços públicos, nomeadamente ao nível da saúde; o saneamento básico; as ofertas culturais e de animação; os transportes coletivos; o despovoamento; a solidão e a limpeza dos espaços públicos. Já para os entrevistados que vivem nas cidades de Lisboa e do Porto, emergem outras preocupações, nomeadamente as relacionadas com a escassez de jardins e de outros espaços públicos de fruição da paisagem. Quanto às condições de habitação, se é certo que existem preocupações comuns aos entrevistados (infiltrações de água e de humidade e deficiências no isolamento térmico), já o problema do aquecimento é mais sentido no interior, sobretudo a norte, em contraponto à falta

de ascensores em prédios com muitos pisos nas maiores cidades. Já quanto aos aspetos positivos, os entrevistados mencionaram a tranquilidade; a segurança; a vizinhança; a gastronomia e o apoio vicinal. Revelando as condições precárias em que habitam, não existiram valorizações positivas sobre as condições de habitação.

Quadro 8 - Lugar e condições de habitação segundo os entrevistados precários (Perfil 2)

Negativo	Positivo	
Serviços públicos	Tranquilidade	Lugar
Saneamento básico		
Transportes coletivos		
Iluminação pública		
Ruído		
Insegurança		
Furtos		
Conflitos étnicos		
Gentrificação		
Infiltração de água e humidade	Jardim	Condições de habitação
Isolamento térmico e acústico	Espaço para as crianças brincarem	
Aquecimento no Inverno		
Ascensores em prédios		
Falta de instalações sanitárias		
Dimensão da habitação		

De seguida, perguntámos aos nossos entrevistados até que ponto se veem como pobres e se foram alvo de alguma situação de discriminação ou exclusão ao longo da sua vida. Quisemos ainda saber o que mudariam na sua vida e também que tipo de medidas implementariam para combater a pobreza se fossem o primeiro-ministro.

8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza

8.1. Autoperceção da situação pessoal de pobreza e do agregado

Cerca de metade das pessoas entrevistadas afirmou não viver em situação de pobreza, alicerçando tal convicção sobretudo na comparação estabelecida com situações piores do que a sua naquele momento, fossem essas situações as de outras pessoas ou as do seu próprio passado. Ponto comum nesta perceção parece ser a confusão estabelecida relativamente a uma situação de miséria (Bellaing, 2000; AA.VV., 2010), tendo os entrevistados feito referência às situações de quem passa fome ou de quem vive como sem-abrigo como sendo exemplificativas desse conceito.

Entrevistada: Às vezes, fico a pensar, mas quando eu olho para situações piores que eu, eu digo: «Ó meu Deus, eu, graças a Deus, eu ainda tenho uma vida estável. (...) Porque, às vezes, as pessoas queixam-se e há situações piores ainda. E eu dou graças a Deus. Consigo pôr comida na mesa e já é bom, tenho um teto para morar e já é bom. Nada falta ao meu filho, n'ê? Ainda que com dificuldades, n'ê? (P2.5_Amadora#1, sexo feminino, 41 anos)

Merece estabelecer-se aqui, ainda que de forma necessariamente breve, a distinção entre estes os conceitos de pobreza e de miséria, socorrendo-nos da reflexão de Singer, quando refere que:

pobreza pode ser conceituada como falta de recursos monetários para a aquisição de bens e serviços essenciais a uma vida «normal». Miséria seria uma pobreza tão extrema que suas vítimas não dispõem de dinheiro sequer para adquirir uma quantidade mínima de alimentos e outras coisas essenciais à mera sobrevivência. (Singer, 2010, p. 1).

Tratando-se de contextos em que a carência alimentar não representa uma realidade abstrata, mas antes uma característica experienciada no passado e, por vezes, também no presente, a disponibilidade de comida foi referida de forma evidente como sendo importante. Tal como referido por um entrevistado do perfil 2.5 na Amadora, «a pessoa diz que o pão está duro, mas duro é não ter o pão para comer. E eu nisso vejo uma grande diferença!» Em contextos mais rurais, a possibilidade de desenvolver uma agricultura de subsistência revela-se crucial para mitigar situações de privação alimentar.

Entrevistada: Batatas, cebolas, milho para termos umas galinhas, uns coelhos, pronto, para a gente poder ter depois os ovos, para ter frangos para comermos, não é? E pimentos, tomates, pronto, assim tudo o que é variedade de legumes, semeamos tudo. (...) Temos árvores de fruto. É pera, maçã, pessegueiros, ameixeiras, pronto. (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos)

Também pessoas entrevistadas que assumiram estar numa situação de pobreza relativizaram, ainda assim, a sua situação face a outras que consideravam piores.

Entrevistado: Para mim, pobreza é não ter comida na mesa. Como tenho, não considero assim... Eu sei que a gente somos pobres, mas não sinto uma pobreza assim extrema. (...) Por exemplo, a minha mãe não poder comprar um carro para sair. Então, eu não nos

considero como as outras famílias normais, regulares. Eu sei que a gente somos pobres, mas também não é assim pobreza extrema.

Entrevistadora: Férias, costumas fazer férias?

Entrevistado: Não, não.

Entrevistadora: Ou seja, não passam fome, mas há uma serie de coisas que não...

Entrevistado: Exatamente, exatamente.

Entrevistadora: Mas, para ti, isso não é ser pobre?

Entrevistado: Não, não. (P2.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 20 anos)

Tal como este entrevistado em Vila Franca do Campo, outras pessoas referiram no seu discurso a ausência de uma liberdade completa potenciada pela pobreza. Foi esse o caso de uma jovem entrevistada em Castelo de Paiva para quem ter de contar o dinheiro e olhar muito aos gastos fazia com que o seu agregado não pudesse ter uma vida dita livre, salientando que, apesar de formalmente serem livres de fazer o que quisessem, isso acabava por não ser verdade.

Fica assim refletida de forma evidente a associação feita por Sen entre pobreza e a noção de (falta de) liberdade. O conceito de liberdade é aprofundado por Sen, só tendo sentido prático quando essa liberdade existe associada às condições efetivas do seu exercício (Sen, 1999; Bruto da Costa *et al.*, 2008).

Note-se que quer no caso do entrevistado de Vila Franca de Campo quer no da entrevistada de Castelo de Paiva, se tratava de respondentes jovens, o que justifica o contraste em relação à perspetiva dos respondentes mais velhos, nos quais parecia prevalecer uma componente de acomodação, já referida, aliás, noutros locais deste texto (cf. capítulo 5).

Entrevistado: Atualmente, vivemos numa situação normal, porque, para mim, lá está, normal é dois salários mínimos. Porque pobreza, para mim, depois do que eu vivenciei e vi em outros locais, hoje eu não considero que seja pobre. Porque, lá está, neste momento, temos comida na mesa e eu consigo estudar, óbvio que com ajudas, mas consigo estudar. Os meus irmãos conseguem todos andar na escola e, para mim, pobreza é não ter acesso à escola, não ter acesso sequer muitas vezes à saúde. Isso para mim é que é realmente pobreza. Óbvio que não tenho uma vida nem de perto folgada, mas consigo viver, lá está. (P2.1_Guimarães, sexo masculino, 20 anos)

Poucos respondentes assumiram, portanto, uma condição de pobreza sem relativizar a sua situação. Dentro deste pequeno grupo, valerá a pena referir a menção que algumas pessoas

fizeram ao auxílio prestado por outrem, que ajudava a minorar situações de privação. O trecho seguinte, já apresentado anteriormente, é ilustrativo disso mesmo:

Entrevistada: Tenho um cunhado, irmão dele, que todas as semanas também nos ajuda. Vai às compras e traz-nos alguma coisa. (...) Ele vê que o ordenado que o irmão está a receber é pouquinho, e depois ainda temos o pequenino, então traz umas guloseimas para ele, essas coisas todas. Todas as semanas nos leva sempre um saquinho, com um bocado de carne, óleo, arroz, essas coisas. (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo feminino, 46 anos)

Importa ainda destacar a presença de uma distinção clássica entre uma pobreza urbana e uma pobreza rural, segundo a qual, tal como referem alguns autores, «a pobreza rural continua a contar com formas de solidariedade informais, que atenuam a dureza das condições de vida» (Perista & Baptista, 2012)⁵¹. Para um respondente do Perfil 2.4, de Boticas, resolver a privação acaba por ser mais fácil em meios rurais porque mais pessoas ajudam, ao passo que, nas suas palavras, «na cidade ninguém dá nada. Se não se tiver, passa-se fome. (...) Já estive lá e sei como era aquilo.»

De uma maneira geral, quem considerou estar em situação de pobreza considerou igualmente que essa situação persistiu ao longo da sua vida, ainda que se tenha revestido de características diferenciadas. Foi esse o caso, por exemplo, de um jovem entrevistado na Amadora, para o qual o realojamento constituiu um momento importante para a resolução de uma privação evidente ao nível habitacional.

Entrevistadora: E alguma vez consideraste que tu ou a tua família estivessem numa situação de pobreza?

Entrevistado: Sim, quando morávamos no outro bairro.

Entrevistadora: Porquê? Por que é que consideras que era uma situação de pobreza?

Entrevistado: Por causa da maneira que a casa estava: sempre com a água a entrar, a entrar sempre água dentro de casa, é isso. (P2.2_Amadora, sexo masculino, 19 anos)

Contudo, para outras pessoas, a situação de pobreza era mais recente, sendo associada

⁵¹ Note-se, porém, que este tipo de afirmações tem sido contestado com o argumento de que a solidariedade informal que existia no país já não se verifica. Ver, por exemplo, Wall *et al.* (2001).

sobretudo à diminuição ou perda de rendimento causada pelo desemprego.

Entrevistada: Na altura, eu trabalhava e eu comprava tudo o que quisesse. Agora, é só um ordenado a entrar em casa e eu vejo que não chega. (P2.3_Aljustrel, sexo feminino, 43 anos)

Noutros casos ainda, é estabelecido um paralelismo com tempos passados, cuja dificuldade relativiza o tempo presente, tornando mais difícil a sua caracterização como constituindo uma situação de pobreza. É esse o caso de um entrevistado do Perfil 2.4 em Almada, que representa um caso extremo deste tipo de perceção. Pelas características e riqueza do seu discurso, importará esmiuçar um pouco mais esta entrevista, na medida em que permite compreender melhor as dimensões objetivas e subjetivas da pobreza e até a discussão em torno do que são conceitos absolutos e relativos de pobreza (Bruto da Costa *et al.*, 2008).

Trata-se de um entrevistado que passou por uma infância com carências de vários níveis, incluindo alimentares, num país amiúde em conflito. Na sequência de um desses episódios, ainda jovem, foi ferido por um estilhaço de bomba que o levou a ser várias vezes operado. Estes ferimentos deixaram sequelas, mas foram também o motivo referido pelo entrevistado para que tivesse obtido autorização de permanência em Portugal. No país desde o final de 2013, experienciou uma situação de despejo e viveu como sem-abrigo durante mais de um ano. No momento da entrevista, residia com a companheira numa casa arrendada com o apoio da Santa Casa da Misericórdia. Nesse contexto, descrevia a sua situação na altura como não sendo de pobreza, estabelecendo um paralelismo com o seu passado.

Entrevistado: Para mim, isto não é pobreza. É uma dificuldade, estamos a viver numa dificuldade, estamos a viver com muita dificuldade. Mas, graças a Deus, temos o pão do dia-a-dia, temos um sítio para dormir, temos televisão para ver, estou aqui a falar contigo, de pés cruzados [risos].

Entrevistadora: Portanto, achas que já estiveste numa situação de pobreza?

Entrevistado: Na minha infância, na fase da minha infância, vivi numa situação de pobreza. No meu percurso, também há momentos que vivi numa extrema pobreza, que considero mesmo pobreza. No início da minha caminhada à procura da emigração, vivi fases de extrema pobreza: tive de lavar a roupa na água do mar, barracas arranjadas para dormir.

(...)

Entrevistadora: Qual é a diferença entre aquela situação em que tu estavas quando eras miúdo e a situação em que estás agora?

Entrevistado: Ter só uma refeição por dia e custar para ter aquela refeição!

Entrevistadora: Portanto, para ti, ter pobreza é passar fome?

Entrevistado: Passar fome e não ter de comer. Porque não é só passar fome, é não ter de comer. É o que eu digo: a pobreza é não ter mesmo o que comer. (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos)

Na quase totalidade dos casos, a situação de pobreza experienciada era vivida com resignação, o que é consistente com o que sugere a literatura científica quer a nível nacional, quer internacional (por exemplo, AI/REAPN/SOCIUS/ISEG–UTL, s/d.; Lötter, 2011). Aliás, a reflexão abaixo transcrita de uma respondente em Vila Pouca de Aguiar é bem exemplificativa da argumentação de Lötter, quando refere que

atitudes de fatalismo e resignação podem levar as pessoas pobres a aceitar a sua situação como inevitável e resistir à mobilização para protestar e para mudar as suas condições de vida, tornando-se cidadãos sem poder (Lötter, 2011, p. 116).

Entrevistada: Olha, eu lá lido... Que remédio! (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#2, sexo feminino, 43 anos)

Em alguns casos, o discurso das pessoas entrevistadas indicia uma associação da resignação a comportamentos depressivos, como é o caso de uma entrevistada em Vila Pouca de Aguiar e outra em Aljustrel.

Entrevistada: É muito complicado. Tenho dias em que me apetece é desaparecer e matar-me. Tenho dias em que digo à minha prima que tenho vontade é de desaparecer. Pegar numa pistola e dar um tiro. Ando cansada mesmo. Vou levar o meu filho à escola e venho para casa, enfio-me aqui. (P2.3_Aljustrel, sexo feminino, 43 anos)

Apenas em dois casos a postura se revelou um pouco diferente. Uma entrevistada mais jovem manifestou-se inconformada com a sua situação de desemprego e com a sua incapacidade de contribuir para o orçamento familiar.

Entrevistada: Custa-me um bocado pelos meus irmãos. Eu estar em casa e não conseguir ajudar a minha mãe para ela os ajudar a eles. Os meus irmãos estão a crescer. Precisavam

de umas sapatilhas. Podia ajudar a minha mãe a comprar cereais, dar aquela ajuda para ajudar a criar os meus irmãos. Custa-me bastante nesse sentido. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Uma outra entrevistada, de Guimarães, realça sinais de uma rede de solidariedade que permitirá alguma mitigação das situações experienciadas.

Entrevistada: Eu, hoje, se não tiver dinheiro, pergunto aos meus colegas: «Quem me patrocina o café?» E alguém me patrocina o café, como sou eu que patrocino também noutras alturas. Não tenho problema em dizer assim: «Acabou!» Assim como os meus colegas, quando eles têm dificuldade, eu ajudo. Quando eu puder ajudar, eu ajudo. Não temos problema em dizer que não temos. (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

8.2. Identificação de situações de discriminação/exclusão social

Na grande maioria dos casos, os respondentes afirmaram nunca terem sentido qualquer tipo de discriminação. Dos poucos casos em que isso aconteceu, uma situação prendeu-se com o facto de a vizinhança ter conhecimento do passado de prostituição de uma entrevistada, o que foi referido como sendo um gerador de discriminação e conflito. Um jovem entrevistado em Vila Franca do Campo mencionou experiências de discriminação, sobretudo em contexto escolar, por viver num bairro.

Entrevistado: Como eu vivo num bairro, as pessoas não tinham muitas expectativas da gente. Por exemplo, na escola eles diziam (mas também é verdade estão aqui crianças malcomportadas) eles diziam: «Ah, eles são do bairro, são do bairro.» E como eu também era do bairro, sentia essa discriminação. (...) Por exemplo, se eu tivesse uma discussão com uma pessoa, mesmo que eu tivesse a razão, como eu era do bairro, tinha essa coisa: «É do bairro. Ele é para criar brigas» e isso tudo. E eu não tinha assim histórico de brigas nem nada. Mas quando havia uma coisinha ou outra, era do bairro! (P2.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 20 anos)

Tal experiência é largamente consistente com a investigação que tem vindo a ser conduzida em Portugal ao longo dos anos (cf., por exemplo, Pereira *et al.*, 2011). Contudo, importa realçar que esta não foi uma situação referida por outros respondentes residentes (ou

anteriormente residentes) em bairros de realojamento. A terceira situação de exclusão foi mencionada por um entrevistado em Guimarães, que referiu as dificuldades causadas pelas deslocações que precisava de fazer por causa da faculdade, em Coimbra.

Entrevistado: Muitas vezes tive de dizer que não, principalmente agora. Muitas vezes temos reuniões de coisas realmente importantes da faculdade e tudo e eu não tenho sequer acesso a carro lá e nunca irei ter, porque é uma despesa enorme e para os meus pais terem cá um carro e eu ter lá outro. Era impossível e o que acontece é que eu tenho que andar a pedir boleia às pessoas e às vezes torna-se chato, porque as reuniões às vezes são numa ponta da cidade, depois são na outra, e para mim é sempre complicado. (P2.1_Guimarães, sexo masculino, 20 anos)

Ainda a este respeito, realce-se o discurso de uma jovem entrevistada em Castelo de Paiva, que enfatiza a importância da aparência para que não se registre discriminação, algo mencionado por outros respondentes a respeito de outras temáticas e que, uma vez mais, parece remeter para uma associação à miséria.

Entrevistada: É assim, eu acho que não... Também porque em aparência, assim, uma pessoa nunca andou... Nunca andei... Agora, ando mais com roupa de marca e assim, mas quando era mais nova, não andava... Mas a minha mãe sempre me vestiu assim de uma forma bem vestida. Claro que com coisas baratas, mas sempre conjugou. A roupa muito lavada... (...) Acho que nunca ninguém olhou para mim e disse: «Olha, aquela é pobre», não. (P2.1_Castelo de Paiva, sexo feminino, 20 anos)

8.3. Identificação de medidas de política social e no combate à pobreza

Instadas a identificar o que mudariam na sua vida se pudessem, as respostas das pessoas entrevistadas dividiram-se por um conjunto alargado de áreas. Algumas pessoas referiram mudanças ao nível da habitação e outras ao nível do local de residência, fosse para outro local no país ou para o estrangeiro.

Entrevistado: Se eu estivesse a trabalhar agora, saía daqui, morava noutro bairro. Ia morar para fora daqui com os meus irmãos e com a minha avó. (P2.2_Amadora, sexo masculino, 19 anos)

O regresso à escola foi mencionado por dois jovens. Um desses casos foi o de um entrevistado em Lisboa de 18 anos, que abandonou a escola tendo apenas terminado o 2.º ciclo de escolaridade. Volvido somente um ano após a sua saída do sistema de ensino, afirmava ser essa uma das coisas que mudaria na sua vida, a par do sonho de ser futebolista.

Entrevistado: Neste momento? Hum...Voltava a jogar à bola, não era? Que era o que eu mais gosto. Era o que eu gostava e que mais gosto, n'ê? E voltava aos estudos para acabar. Hoje em dia, compreendo o porquê de muitas pessoas dizerem: «Depois vocês vão dar o braço a torcer quando saírem da escola.» (P2.2_Lisboa, sexo masculino, 18 anos)

Outros respondentes mencionaram mudanças ao nível do emprego, através quer do acesso a um emprego com maior estabilidade quer da mudança de sector de atividade, como no caso de uma entrevistada em Boticas (num excerto muito relevante):

Entrevistada: A gente aqui, a trabalhar na agricultura, andar atrás de animais e assim... Não é vida. Eu sou obrigada porque não tenho mais outros recursos. Eu se tivesse aqui um empregozito, um empregozinho qualquer, eu não andava tanto na agricultura como ando, não é? Mas tem que ser. (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos)

Todavia, outros entrevistados faziam mudanças de natureza diferente, passando nomeadamente por uma maior valorização da sua própria vida ou da de outras pessoas.

Entrevistado: Mais um bocadinho de vida. Aos domingos, não saio. Quase nunca saio só para não gastar dinheiro. (...) Só que tenho que pensar no dia de hoje para amanhã. Se gastar hoje, já não tenho aquele dinheiro para amanhã. E assim se vai vivendo... (P2.4_Boticas, sexo masculino, 52 anos)

A diversidade de respostas dadas pelas pessoas entrevistadas manteve-se quando instadas a partilhar as medidas que tomariam para combater a pobreza em Portugal, caso

desempenhassem o cargo de primeiro-ministro.

Porém, a resposta mais prevalente disse genericamente respeito à opção por ajudar os pobres. No entanto, uma vez mais, esta opção deverá antes ser lida como uma preferência por ajudar aqueles em situações mais miseráveis, dado que foi sobretudo essa a aceção utilizada pelos respondentes. Na grande maioria destes casos, foi feita menção a situações concretas, nomeadamente à população sem-abrigo, para a qual muitos respondentes consideraram que deveriam ser providenciadas soluções de alojamento.

Entrevistado: Isso é uma boa pergunta! Primeiro, ajudava os pobres, os sem-abrigo que estão na rua. (...) Dar-lhes uma vida melhor, que a que eles têm agora não é uma vida boa. Pronto, pelo menos, metê-los numa casinha, num trabalho e a ganharem um ordenadozinho. Basicamente era isso. (P2.2_Lisboa, sexo masculino, 18 anos)

A este respeito, merece ser analisada a opinião do entrevistado de Almada já acima mencionado. Tendo ele próprio um passado de sem-abrigo e de migração, voltou neste tópico a colocar a tónica na miséria, fazendo também de novo, ainda que provavelmente de forma inconsciente, uma reflexão em torno dos conceitos de pobreza absoluta e relativa em contexto mundial (cf., por exemplo, Bruto da Costa *et al.*, 2008).

Entrevistado: Para acabar com a pobreza na Guiné é mais difícil, mas aqui em Portugal é fácil. Eu não vejo pobreza aqui em Portugal. O que eu vejo aqui são as pessoas a obrigarem-se a fazer de vítimas ou de pobres. O que há aqui, para mim, não é pobreza. Não sei o que é que as outras pessoas pensam sobre a pobreza, mas, para mim, para sentir a pobreza, nós precisamos de tocar a pobreza, viver a pobreza, porque aqui as pessoas não vivem na pobreza. Há, sim, muitas pessoas a viverem com dificuldades. (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos)

Outra opção referida diz respeito ao aumento dos rendimentos das pessoas, tendo sido dado destaque às pensões de reforma e ao salário mínimo nacional. De notar ainda o destaque que algumas pessoas dão relativamente à problemática da pobreza entre quem trabalha, como foi o caso de uma jovem entrevistada no Porto que lembrava que há pessoas a trabalhar a tempo inteiro e que, ainda assim, ganham apenas o suficiente para uma subsistência mínima.

Entrevistada: Talvez aumentasse os ordenados, mas também não aumentava as despesas... Porque aumenta tudo e, às vezes, não dá para equivaler ao que se recebe. (...) As despesas são muito maiores do que o que recebemos. (...) Há pessoas que trabalham sete ou oito horas por dia e não ganham... Ganham só para as despesas. (P2.1_Porto, sexo feminino, 19 anos)

Neste contexto, importa lembrar que, tal como refere um relatório recente sobre a problemática da pobreza entre quem trabalha, esta é tradicionalmente elevada em Portugal, tendo mesmo aumentado durante os anos da crise, alicerçada de forma evidente nos baixos salários que genericamente caracterizam o mercado de trabalho português (Perista, 2019). De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, no final de 2019 mais de 327 mil trabalhadores (8 %) auferiam até 600 euros por mês e mais de 2.2 milhões (54,6 %) até 900 euros por mês⁵².

A dimensão do emprego foi igualmente referida, sendo apontada como o meio através do qual pode ser atingido o objetivo da obtenção de rendimentos, desde que caracterizada por condições adequadas, como sublinhou uma entrevistada em Guimarães:

Entrevistada: Trabalho, dignidade nos trabalhos. É assim, há trabalho! Há dias, vi na televisão que há mil postos de trabalho no turismo. As pessoas estão lá meio ano, dois meses, um mês, sem receber direito. Assim não, não! Assim é gozar com quem não tem dinheiro! Essa falta de dignidade para com o trabalhador é o que mata tudo, porque a pessoa vai trabalhar, vai de boa vontade, investiu dinheiro. (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

Inerente à resposta desta entrevistada está a segmentação do mercado de trabalho. Tal como referido no relatório acima mencionado

parece claro que os fatores-chave por detrás da prevalência da pobreza entre quem trabalha, em Portugal, são os baixos salários e o alto grau de segmentação do mercado de trabalho, em combinação com a falta de medidas dirigidas especificamente ao combate a este fenómeno

(Perista, 2019, p. 10).

Um relatório de 2019 do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social deu conta da marcada subida do número de trabalhadores a receber a remuneração mínima mensal garantida (RMMG), tendo passado de 12,8 % em Abril de 2014 para 22,4 % cinco anos depois, refletindo o processo de aumento faseado da RMMG (GEP-MTSSS, 2019). Adicionalmente, como nota a Comissão Europeia, regista-se um «contexto de persistência do trabalho temporário (20,4 % dos trabalhadores com contratos temporários no 2.º trimestre de 2019, muito acima da média de 12,6 % na UE)» (Comissão Europeia, 2020, p. 47).

Aliás, nos últimos anos, quer os programas nacionais de reforma, quer os relatórios anuais da Comissão Europeia relativos a Portugal identificaram o fenómeno como um desafio a ultrapassar (cf., por exemplo, República Portuguesa, 2019; Comissão Europeia, 2019a), sendo de salientar que, em 2019, uma das recomendações específicas feitas pelo Conselho Europeu instava Portugal a adotar medidas destinadas a reduzir a segmentação do mercado de trabalho (Comissão Europeia, 2019b).

Neste contexto, importa ter em consideração a aprovação em 2018 do programa de ação para combater a precariedade e promover a negociação coletiva, o que conduziu a alterações ao código de trabalho em Outubro de 2019, incluindo desincentivos ao emprego temporário e a promoção da contratação com duração indeterminada.

Talvez por isso, em 2020, a recomendação específica mais similar emitida pelo Conselho Europeu não remetesse para a segmentação, incentivando Portugal a apoiar o emprego e a priorizar medidas que visem preservar os postos de trabalho (Comissão Europeia, 2020).

Curiosamente, uma resposta extremamente relevante no que se refere a potenciais medidas de política a adotar foi primeiro verbalizada por uma jovem residente na Amadora como «não sei», sendo depois complementada com uma reflexão importante a respeito da ausência de uma estratégia de combate à pobreza, num contexto em que o alívio de situações de privação estaria, na opinião desta entrevistada, já coberto pela sociedade civil:

Entrevistada: Não sei, porque também, pronto, para combater a pobreza tinha que se ter uma estratégia específica. E além de se ter uma estratégia tinha que se ter dinheiro e, neste momento, acho que não tem. Não tem nenhum dos dois: não tem muito dinheiro e não tem uma estratégia para combater a pobreza. Por isso, não sei. Porque já existem associações e imenso voluntariado que ajudam sem-abrigo e vão aos hospitais entregar

comida ou até mesmo crianças que não tenham roupa. Também já existe associações para isso, que distribuem comida, roupa e calçado. (P2.1_Amadora, sexo feminino, 19 anos)

De facto, a ausência de uma estratégia tem sido notada e reclamada quer ao nível da investigação sobre o tema (cf., por exemplo, Perista, 2019), quer por entidades relevantes a este nível, nomeadamente a EAPN Portugal, e seria crucial enquanto elemento enquadrador nesta área⁵³.

Tratando-se de entrevistas a pessoas em situação (estatisticamente objetiva) de pobreza, mas, mais do que isso, com percursos e sentimentos como os que têm vindo a ser explanados neste texto, não deixa de ser surpreendente que a quase totalidade dos respondentes se tenha considerado uma pessoa feliz.

A maioria das pessoas entrevistadas foi relativamente parca na apresentação de motivos para essa resposta. De qualquer forma, é possível constatar que, num conjunto relativamente grande de casos, foram apontadas razões objetivas. Destaca-se a existência de um enquadramento familiar favorável, sendo também mencionados aspetos como a ausência de doenças e de toxicodependências. Porém, num conjunto não negligenciável de casos, é possível perceber que a felicidade parecia ser conseguida a reboque da resignação.

Entrevistada: Eu sou feliz. Eu aprendi a viver com as migalhas que tinha, com o pouco que tinha. Tive que ultrapassar, com as migalhinhas que eu fui apanhando. É isso que me pertence, então vou ser feliz com isso. (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

Merece ainda destaque a resposta de uma jovem entrevistada em Castelo de Paiva pela reflexão mais aprofundada que efetuou. Esta respondente (a frequentar o ensino universitário) efetuou uma associação apenas relativa da felicidade a bens materiais, não enveredando, como tantas outras pessoas entrevistadas, por um caminho de resignação mais ou menos passiva.

Entrevistada: Sim, acho que sim. É assim, a felicidade é sempre uma questão complicada de uma pessoa pensar se é feliz ou não. Sou feliz. Uma pessoa acha sempre que precisava mais daquilo para ser feliz ou precisava mais de um amigo para ser feliz, ou precisava mais

⁵³ Dá-se aqui nota que, no momento em que se escrevia este texto, o Governo da República tinha em marcha os trabalhos preparatórios para a criação dessa estratégia, existindo já uma estratégia regional dos Açores desde 2018, embora a mudança de Governo Regional pareça ter esvaziado a estratégia açoriana.

disto para ser feliz. (...) Uma pessoa, às vezes, acha que é ao ter aquilo que vai ser feliz, mas o que eu aprendi é a olhar o que eu tenho agora. O que eu tenho agora faz-me feliz? Faz, OK. Se vier mais alguma coisa, pode ser que me faça ainda mais feliz? Pode ser, mas também pode ser que não me faça tão feliz. (...) Uma pessoa pode ficar toda a vida a lamentar e a dizer: «Olha, porque me falta aquilo nunca vou ser feliz na vida» ou pode aproveitar o que tem e ser feliz com o que realmente tem, não é? E depois, se vier mais alguma coisa, pode ser feliz ou afinal até nem fazia falta, não é? Mas, sim, considero-me uma pessoa feliz. (P2.1_Castelo de Paiva, sexo feminino, 20 anos)

Em síntese, cerca de metade das pessoas entrevistadas afirmou não viver em situação de pobreza, alicerçando tal convicção sobretudo na comparação estabelecida com situações piores do que era naquele momento a sua, fossem elas de outras pessoas ou do seu próprio passado. No entanto, outras pessoas entrevistadas, que assumiram estar numa situação de pobreza, relativizaram, ainda assim, a sua situação face a outras que consideravam piores. Ponto comum nesta perceção parece ser a confusão estabelecida relativamente a uma situação de miséria.

Dos poucos casos que assumiram uma condição de pobreza sem relativizar a sua situação, realça-se a menção que algumas pessoas, sobretudo de contextos mais rurais, fizeram às solidariedades informais, que ajudavam a minorar situações de privação. Adicionalmente, nestes contextos, a possibilidade de desenvolver uma agricultura de subsistência continuava a revelar-se crucial para o mitigar de situações de privação alimentar. Talvez também por isso, a maioria dos respondentes afirmou nunca ter sentido qualquer situação de discriminação pelo facto de ser pobre.

De uma maneira geral, quem considerou estar em situação de pobreza considerou igualmente que essa situação persistiu ao longo da vida, ainda que podendo recobrir-se de características diferenciadas.

Na quase totalidade dos casos, a situação de pobreza, por vezes referida como elemento que espolia da sensação de liberdade, era vivida com resignação.

Quando instadas a identificar o que mudariam na sua vida, se pudessem, algumas pessoas referiram mudanças ao nível da habitação; outras ao nível do local de residência, fosse para outro local no país ou para o estrangeiro; outras ainda mudanças ao nível do emprego ou de regresso à escola.

A diversidade de respostas dadas pelas pessoas entrevistadas manteve-se quando instadas a partilhar quais as medidas que tomariam para combater a pobreza em Portugal caso

desempenhassem o cargo de primeiro-ministro.

A resposta mais prevalente, porém, disse genericamente respeito à opção de “ajudar os pobres”, opção que deverá, porém, ser lida como “ajudando aqueles em situações mais miseráveis”. Outras opções referidas relacionaram-se com o aumento dos rendimentos das pessoas, sendo mencionadas de forma particular as pensões de reforma e o salário mínimo nacional, bem como a necessidade de garantir o acesso a trabalho digno e que permita a quem trabalha evitar uma situação de pobreza.

Perante as situações concretas explanadas pelos respondentes, não deixa de ser surpreendente que a quase totalidade se tenha considerado uma pessoa feliz. Os motivos, quando apresentados, não foram extensos, ganhando realce o enquadramento familiar favorável. No entanto, num conjunto não negligenciável de casos, é possível aperceber que a felicidade parecia ser “conseguida” sobretudo a reboque da resignação com a sua situação.

E será que essa resignação também impera quando se trata de perspetivar o futuro? Em seguida, refletimos as expectativas e as aspirações das pessoas entrevistadas em relação ao seu futuro e ao futuro dos seus familiares.

9. Perspetivas face ao futuro

Ao longo dos capítulos anteriores temos vindo a abordar os trajetos de vida dos entrevistados em situação de pobreza que designámos como precários enquadrados neste perfil. Destacámos até agora não apenas os aspetos mais factuais das suas biografias, mas também o balanço, as perceções e as reflexões desenvolvidas acerca da sua vida e da condição de pobreza. Feito este duplo movimento, pretendemos agora analisar a forma como estas pessoas, cujo trajeto está marcado pela precariedade e pela pobreza, se projetam no futuro.

Cientes de que este é um tema ainda pouco explorado na investigação sobre pobreza em Portugal, entendemos que deve ser abordado nas suas aceções biográfica e histórica. Em estudos anteriores, o futuro foi equacionado na sua relação com o presente e o passado, tendo como referência as biografias individuais e familiares estudadas, ora dando especial destaque aos territórios em que se inserem (Capucha, 2005), ora à relação instrumental com os apoios sociais de que beneficiam (Castro *et al.*, 2002; Castro *et al.*, 2010) ora ainda analisando ambas as dimensões, no que concerne à pobreza associada ao desemprego (Caleiras, 2011; 2015). O conhecimento propiciado por estes estudos foi considerado na construção do modelo de análise sobre este tema, não deixando de ter presente várias considerações.

Em primeiro lugar, olhando a questão do tempo numa perspetiva biográfica, é importante perceber que a experiência da pobreza pode ser vivida de forma diferenciada em diferentes momentos da vida, condicionando as expectativas face ao futuro, não apenas em função de fatores biológicos e materiais, mas também culturais, muitas vezes relacionados com as próprias especificidades dos trajetos e das condições de vida. Todas as pessoas enquadradas neste perfil estão em idade ativa e inseridas em agregados domésticos cuja principal fonte de rendimento é o trabalho. Embora uma parte esteja em situação de (sub)emprego, a grande maioria ou está desempregada, ou estuda, ou dedica-se à atividade doméstica. Contudo, na realidade a maioria exerce alguma atividade laboral de forma mais ou menos intermitente. Acresce que, como vimos anteriormente, as trajetórias laborais deste perfil estão marcadas pela persistência da precariedade laboral ao longo do tempo, entrecortada ou não com períodos de desemprego; pela desqualificação das atividades desenvolvidas; pelo trabalho informal; pela indefinição entre o estatuto de emprego e o de desemprego. Neste sentido, a relação com o trabalho, pago ou não pago, mesmo na maior parte destas entrevistas relativas a quotas

correspondentes a categorias estatísticas de inatividade (como estudantes e domésticas)⁵⁴, não deve ser considerada apenas numa perspetiva retrospectiva, enquanto fator de acumulação de desvantagens. Consideramos essencial equacionar o lugar do trabalho na forma de perspetivar o presente e o futuro a partir do olhar de quem atualmente não tem emprego estável e de qualidade⁵⁵.

Por outro lado, é essencial reconhecer uma tendência recente para a flexibilização das etapas de vida, contrastando com um passado marcado por uma periodização bastante pré-determinada, como vimos no capítulo 3. Da mesma forma que os últimos anos de vida de um indivíduo não podem ser compreendidos sem o conhecimento do curso de vida anterior, há que equacionar o facto de as diferenças no ano de nascimento exporem os indivíduos a diferentes mundos históricos, colocando constrangimentos e abrindo possibilidades de ação, condicionando expectativas e crenças relacionadas com a idade (Elder, 1994). Neste sentido, considerou-se a possibilidade de a idade constituir um elemento de diversidade interna do perfil que se refletisse na formação de expectativas relativamente ao futuro. É possível distinguir uma coorte mais jovem, englobando quem nasceu a partir da década de 90, com idades compreendidas entre os 18 e os 26 anos, e a viver agora o início da idade adulta, e outra coorte, com indivíduos nascidos até ao início da década de 80, com idades compreendidas entre os 38 e os 61 anos, já numa fase mais avançada da idade adulta⁵⁶. Assim sendo, considerando a dimensão marcadamente subjetiva deste tema, serão exploradas possíveis diferenças geracionais associadas às duas coortes identificadas. No entanto, importa salientar que estamos conscientes das dificuldades em estudar aspetos identitários a partir de coortes, pelo que optámos por apenas explorar a forma como os efeitos geracionais ganham vida a partir de aspetos interpretativos e comportamentais (Alwin & McCammon, 2003). Neste sentido, foi dada especial atenção ao tipo de sonhos que são formulados e à forma como estes se encadeiam na avaliação prospetiva.

A terceira consideração, implícita nas anteriores, está relacionada com a opção pela definição de tipologias de pobreza baseadas na consideração simultânea de fatores de natureza objetiva e subjetiva e na sua problematização face ao debate teórico ação-estrutura. Por um lado, é importante reconhecer que a existência da pobreza enquanto problema social não

⁵⁴ Ver Ferreira (1994) sobre este tema.

⁵⁵ Ver Fernandes (2019) sobre desemprego e emprego de qualidade.

⁵⁶ Saliente-se que a entrevistada P2.4_Lisboa#1 não corresponde a nenhum desses grupos etários. Por esse facto, e por ser a única licenciada da amostra, esta entrevista foi encarada como um caso que se representa a si próprio, enquanto resultado de uma socialização individual concreta, num pano de fundo geral, sobre o qual age (Flick, 2002).

assenta na natureza imutável das coisas nem em atributos, mas sim em processos históricos de natureza económica, social e política (Capucha, 2015). Nesta linha de ideias, a escassez de recursos parece apresentar-se não como um estado, mas como um processo que acompanha a vida dos indivíduos, havendo flutuações nas suas biografias individuais e familiares (Guerra & Pinto, 2015). Refira-se também que revisitações mais recentes de estudos anteriormente referidos (Capucha, 2015; Guerra & Pinto, 2015) destacaram como os efeitos da crise e das políticas de austeridade vieram destabilizar o peso de cada uma das tipologias e a necessidade de equacionar a grande interpenetração entre momentos históricos e destinos individuais (Guerra & Pinto, 2015). Por outro lado, sair da esfera moralizante e culpabilizante, equacionando os níveis macro e micro da realidade, implica também reconhecer a natureza relacional da pobreza, que esta se desencadeia no jogo de relações que o indivíduo estabelece com as estruturas sociais, com as instituições e com os outros (Amaro, 2015). A este propósito, são tidos em consideração os resultados de estudos que indicaram que em contextos de especial adversidade como a depressão económica verificada na viragem da década de 2010, quem enfrenta uma situação de pobreza pode até conseguir lidar com a adversidade, ajustando-se às condições, sendo mais difícil a sua superação, no que diz respeito à melhoria das condições de vida (Dagdevirin & Donoghe, 2019). O estudo de Dagdevirin e Donoghe (2019) indicou o predomínio de respostas absorventes ou adaptativas entre as pessoas entrevistadas em relação a outras possibilidades (agência transformadora), refletindo a predominância das condições laborais concretas e condições iniciais das famílias (bens e recursos) em relação a alternativas com mais e melhores recursos, limitando o grau de liberdade e autonomia dos participantes. Mais do que mudar as condições em que vivem, as respostas tinham em vista o objetivo de se encaixarem e conformarem.

A vantagem do estudo das trajetórias não está na sua essencialização, mas antes na compreensão dos processos materiais, culturais e relacionais que estão na base da produção e reprodução da pobreza, e da forma como estes influenciam a capacidade (individual) de imaginação sobre futuros alternativos. Assim sendo, mais do que estabelecer tipologias, procurou-se compreender o processo de formação de expectativas em relação ao futuro nas suas dimensões: materiais, marcadas pela privação no acesso aos recursos (por exemplo, aos rendimentos, ao emprego, à saúde e à habitação) necessários para uma vida digna; culturais, incluindo aspetos normativos, subjetivos, identitários e simbólicos associados à vivência da situação de privação (destacando-se entre esses aspetos, por exemplo, a escolarização e as autopercepções relacionadas com a pobreza); e relacionais, inscritas na natureza (informal ou institucional) e na qualidade dos laços sociais estabelecidos durante ou para fazer face a situação

de privação (nesta dimensão inclui-se, por exemplo, as facilidades instrumentais ou subjetivas em recorrer a medidas institucionais de apoio em situação de privação, e a rede de apoio informal, composta por família, amigos e vizinhos). Os dados foram assim analisados tendo por referência os percursos de vida das pessoas entrevistadas nas suas dimensões biográfica e histórica, mas também uma questão de pesquisa fundamental: de que forma a vivência material e subjetiva da situação de pobreza condiciona a formação de expectativas relativamente ao futuro?

Uma questão crítica resultante do debate ação-estrutura será entender se a análise prospetiva relativa ao futuro denota a cristalização de um processo de interiorização da privação enquanto modo de vida (agência absorvente ou adaptativa, na linha de Dagdevirin & Donoghe, 2019) ou se, pelo contrário, sugere a formação de expectativas e o investimento em ações sugestivas de uma agência transformadora, que não ajudem apenas na recuperação mas também na obtenção de uma melhor situação, menos vulnerável a longo prazo. Nas entrevistas enquadradas neste perfil, esta questão foi abordada numa perspetiva diacrónica, em dois sentidos:

- Quais as expectativas que se foram formando e os esforços despendidos, ao longo do curso de vida, no sentido da transformação dessas condições de vida, qual o seu sucesso e em que medida este poderá ter contribuído para a evolução dessas expectativas?
- Em que medida o acesso a emprego de qualidade constitui uma aspiração das pessoas entrevistadas ou faz parte da avaliação prospetiva das suas condições de vida?⁵⁷

Para ajudar a situar a projeção relativamente ao futuro nas representações que as pessoas entrevistadas têm do seu percurso e das suas condições de vida, foi dada especial atenção às respostas associadas a temas já abordados anteriormente, relacionados com os momentos críticos do seu percurso de vida e com as suas autoperceções.

⁵⁷ A este propósito foi equacionado um elemento distintivo relativamente ao Perfil 3, dos Desempregados, que engloba igualmente pessoas em idade ativa, mas que apresenta um perfil de baixa intensidade de trabalho (por desemprego ou incapacidade), distinguindo-se em particular pelo seu enquadramento em agregados familiares cuja principal fonte de rendimentos são as outras transferências sociais. Contrariamente ao verificado no Perfil 1 (reformados), será aqui dada relevância à análise das respostas relativas à questão: “Acha que poderá vir a viver sem subsídios?”. Enquanto o Perfil 3 colocaria em destaque a relação dos entrevistados com o Estado-providência, no perfil aqui em análise, o aspeto crítico seria o papel de compensação da Família-providência na resposta às situações de privação. Por outro lado, considerando o menor peso de casos de parentalidade, neste capítulo optou-se por não se apresentar de forma autónoma os dados relativos às perspetivas de futuro da descendência.

9.1. Ainda a cristalização enquanto modo de vida

Uma parte importante das respostas à pergunta: «Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?» denota uma marca de resignação, desânimo e, sobretudo, uma desesperança relativamente à possibilidade de um futuro melhor. Este tipo de relatos refere-se sobretudo à coorte de entrevistados com mais de 40 anos e apontam para um processo de acomodação ou de adaptação a uma condição de privação, traduzida no esforço despendido na gestão diária.

Entrevistado: Não sei. Quem sabe, sabe. A gente não sabe se vai para a frente ou para trás. A gente não sabe.

Entrevistador: O senhor não consegue pensar na vida de amanhã, do mês que vem?

Entrevistado: Não. A gente tem que pensar o que vem daqui a alguns dias. Por exemplo, se tem ali um dinheirito, se a gente gasta todo, não se pode. Tem que gastar um e entrar outro todo, tem que ser assim, se não vai abaixo esse barraco. (P2.4_Boticas, sexo masculino, 52 anos)

Entrevistada: Olha, se for assim, já não é mau. Se continuar assim, já não é mau. Já não peço mais. Se for, bom, já não é... Se continuar assim a vida, para mim já está boa. (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos)

Num outro caso, a esperança foi substituída pela fé na sorte:

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistada: Eu gostava.

Entrevistadora: Hum... e quando diz que gostava, acredita em quê? O que é que acha que pode melhorar?

Entrevistada: Só se me sair o Euromilhões! [ri]

Entrevistada: Joga?

Entrevistadora: Jogo para isso. (P2.4_Lisboa#2, sexo feminino, 61 anos)

Sublinhe-se que é em contexto rural que encontramos a maior parte das narrativas marcadas pela resignação enquadradas neste perfil. Tal como verificado no perfil dos reformados, trata-se de biografias marcadas pela vivência de situações de pobreza na infância e de abandono precoce da escola, sendo substituída pelo trabalho em muitos casos ainda durante

a adolescência. São também percursos marcados pela precariedade laboral e pelo desemprego e, na medida em que corresponderam também à ausência de uma carreira profissional, tomam a forma de trajetórias de emprego em carrossel (Diogo, 2010).

Uma entrevistada do norte interior rural começou a trabalhar muito nova, com 14 anos, mas acabou por se dedicar à atividade doméstica, ora para cuidar da mãe, ora para cuidar do filho. Fez algumas tentativas de inserção profissional, mas acabou por desistir, primeiro por motivos de saúde e depois pelas limitações de transporte verificadas na freguesia onde vive. Na entrevista, considerou que os rendimentos do agregado não são suficientes para as suas necessidades, especialmente depois de o marido ficar em baixa médica. Expressou também o seu sentimento de desânimo em relação à sua vida e ao seu futuro, assinalando já no final de forma particularmente impressionante a ideia da reprodução da pobreza:

Entrevistadora: Em geral, sente-se uma pessoa feliz?

Entrevistada: Eu sinto, às vezes.

Entrevistadora: Às vezes? Por que razão se sente assim?

Entrevistada: Sei lá, sinto, mas sem razão. Lá está, não sei se me sinto feliz nesse momento, uma pessoa se sente um bocadinho abatida, mas temos que suportar, [incompreensível] viver a vida conforme se pode.

Entrevistadora: Acha que sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistada: Espero bem que sim.

Entrevistadora: Por que razão acha que vai melhorar?

Entrevistada: Eu gostava, creio que sim. Mas agora vamos ver, não sei.

(...)

Entrevistadora: Quais são os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados?

Entrevistada: Ui, Jesus! É eu ter uma casa, ter saúde, eu e meu homem, meus filhos, e ter os filhos bem.

Entrevistadora: Acha que isso é possível?

Entrevistada: Não, meu caminho não vai por aí. Não vai por esse caminho.

Entrevistadora: XXXX [nome da entrevistada], encerramos. Eu vou parar aqui a gravação, ok?

Entrevistada: Quem nasce pobre, pobre, pobre morre. (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo feminino, 46 anos)

Nas narrativas, a dimensão de género surge como fator de discriminação, pois, após o nascimento dos filhos o acesso (ou regresso) ao mercado de trabalho torna-se muito mais difícil.

Esta dimensão é, aliás, particularmente vincada em algumas das domésticas, cuja trajetória laboral foi interrompida ou após a maternidade, ou para cuidar de familiares, ou ainda como recurso face a tentativas fracassadas de lograr autonomia financeira ou inserção profissional. Existem entrevistadas que relataram como os laços afetivos e familiares ocupam grande parte das suas preocupações relativamente ao futuro, mesmo quando têm um percurso distinto das referidas anteriormente, tendo passado por um processo de autonomização e por um estilo de vida alternativo à conjugalidade.

Em ambos os relatos que de seguida apresentamos, as entrevistadas manifestaram pouca esperança na melhoria das suas condições de vida, sendo que, no primeiro caso, o centro das preocupações da inquirida é ocupado pela sua descendência:

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistada: Sim. A esperança é a última que morre, n'é?

Entrevistadora: E o que é que gostava que fosse melhor?

Entrevistada: Ena, agora está difícil. O que é que eu gostava que fosse melhor? Hum, eh pá, agora não sei responder. [risos]

Entrevistadora: Então é do que é que gostava para a vida do seu filho?

Entrevistada: Ai, isso eu para ele eu queria sempre o melhor. Ele não é muito virado também para os estudos, infelizmente.

Entrevistadora: E o que é que é isso de querer ser melhor? Ou de querer o melhor?

Entrevistada: Que ele não caia no mesmo erro que eu caí. Embora que na altura tinha mais saídas, entre aspas, de trabalho que hoje em dia, n'é? (...) Hoje em dia com décimo [ano de escolaridade], tens décimo segundo não consegues, em geral, arranjar trabalho. E não quero que ele caia na mesma asneira que eu caí. (P2.5_Amadora#1, sexo feminino, 41 anos)

Num segundo caso, relativo a uma mulher cujo trajeto de vida foi marcado por várias experiências de relações violentas e opressoras, foi manifestada a vontade da entrevistada em viver uma conjugalidade baseada em valores de respeito mútuo e afeto:

Entrevistadora: Em relação ao seu futuro, acha que a sua vida vai ser melhor?

Entrevistada: Sei lá. Muito sinceramente, não sei. Espero bem que sim, mas já não acredito muito nisso.

Entrevistadora: Por quê?

Entrevistada: Não sei. Só queria ser feliz noutras questões. Ter um companheiro, que ele me mimasse, que nos compreendêssemos um ao outro, que houvesse respeito. Foi coisa que eu nunca tive, era isso que eu queria. Mas do resto... (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, 49 anos)

Todos estes relatos referem-se à coorte de entrevistados com mais de 40 anos e embora os dois anteriores apresentem sinais contraditórios, todos eles apontam para um processo de acomodação à privação, numa lógica de reprodução da pobreza. No entanto, é possível identificar no leque de entrevistas desta coorte três exceções ao registo da resignação, indicando um investimento na transformação das condições de vulnerabilidade ou pelo menos um questionamento da privação como referencial de nivelamento dos padrões de vida e das expectativas relativamente ao futuro.

É este o caso de uma entrevistada no norte litoral urbano, com 57 anos, mas numa situação de subemprego e precariedade, que afirma que gostaria de trabalhar até obter a reforma. Apesar da ameaça de ficar sem trabalho e da falta de perspetivas futuras, a sua narrativa sai do registo da interiorização da privação que marca as entrevistas mencionadas anteriormente:

Entrevistadora: E quando pensa no futuro...

Entrevistada: Não quero pensar, não quero pensar. Vou ficar sem trabalho, vou andar aí a bater solo e essas coisas todas, vou-me sentir inútil e eu não quero pensar nisso. Quero pensar que sou uma pessoa ativa, útil. É só isso que eu penso, um dia de cada vez.

Entrevistadora: Compreendo. E que sonho que gostaria de concretizar?

Entrevistada: [Risos e pausa] Ter dinheiro, por exemplo, para poder jantar com uma pessoa, oferecer um jantar a alguém que precise, é ter assim... Umas coisinhas extras só.

Entrevistadora: Então o seu maior sonho seria ter um pouquinho mais de dinheiro...

Entrevistada: Sim, de poder me dar o luxo assim: «Vamos partilhar uma pizza?» Ter assim... Partilhar algo... Fazer piquenique... Às vezes, nos falta isso para a gente partilhar... Eu não vou de férias porque não tenho dinheiro, não é? Porque se não iria mais de férias, não é? É uma realidade, a única coisa que faz falta...

Entrevistadora: Acha que falta dinheiro para ter um pouco mais de conforto?

Entrevistada: Sim, sim. Também cuidar um pouco mais de quem eu sou às vezes. Ir em algum sítio relaxar... Aqueles miminhos que às vezes nós não temos oportunidade nem dinheiro. São miminhos que nós podemos fazer a nós mesmos. Tirar um final de semana

longe, almoçar... Isso é uma coisa... Um dia, se eu tivesse essa possibilidade, eu iria para o local mais sossegadinho para descansar. (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

Encontramos uma segunda exceção à lógica da resignação na narrativa do entrevistado com 54 anos de origem cabo-verdiana que, apesar de todas as dificuldades por que tem passado, expressou ter esperança na melhoria da sua vida:

Entrevistadora: Olhe, mesmo para terminarmos, acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistado: Eu acredito que pode melhorar sempre, agora eu não fico a marrar nisso. Mas acredito sempre que o melhor está por vir.

Entrevistadora: E quais são os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados?

Entrevistado: Ter à vontade de ter certeza de estar legal aqui e ter casa própria, como eu tinha sonhado com minha ex-companheira que infelizmente não pode estar aqui, mas com minha amada. E um dos sonhos principais é estar garantido para auxiliar as pessoas que ajudaram comigo e nesse momento não estou a fazer nada que pareça com isso. Acabar esse curso, arranjar um trabalho e estipular esse tempo.

Entrevistadora: E acha que vai conseguir realizar esses sonhos?

Entrevistado: Eu acredito. (P2.5_Amadora#2, sexo masculino, 54 anos)

A terceira exceção refere-se também a um entrevistado de origem imigrante, mas um pouco mais jovem, no limite desta geração. O seu percurso de vida e a sua narrativa são particularmente interessantes por apresentarem sinais contraditórios quanto aos esforços enveredados para melhorar as condições de vida e à maneira de lidar com a privação. Oriundo da Guiné-Bissau, e com um percurso migratório que incluiu Cabo Verde e o Senegal, foi apresentado anteriormente como sendo um exemplo de uma trajetória de emprego em carrossel associado a circunstâncias de grande penúria e violência (neste caso, a guerra civil que assolou o seu país de origem entre 1998 e 1999). Nessa altura, com 19 anos, foi atingido por um estilhaço que lhe perfurou o intestino, deixando sequelas que à data da entrevista ainda requeriam cuidados especiais e que o motivaram a emigrar para Portugal, de forma a garantir acesso a cuidados de saúde que não conseguiria em nenhum dos países onde viveu. Chegou a Portugal em 2013, esteve vários anos a viver com familiares no centro do país e em 2016 foi para Lisboa, na esperança de conseguir organizar a sua vida de forma autónoma, tendo, contudo, acabado por se ver forçado a viver na rua durante um ano. Mais tarde, deixou a rua

para se juntar à sua atual companheira. Na entrevista, fez uma avaliação negativa do seu percurso de vida, que foi resumido como tempo desperdiçado, mas, no que concerne às suas condições de vida à data da realização da entrevista, não considerou estar numa situação de pobreza porque para si isso seria não ter teto e passar fome⁵⁸. Ainda não tinha a sua situação administrativa legalizada, sendo esse um dos principais motivos por que não procurava trabalho, estando empenhado em regularizar a sua situação. Quando questionado se era feliz e sobre quais eram as suas expectativas sobre o futuro respondeu:

Entrevistadora: Em geral, sentes-te uma pessoa feliz?

Entrevistado: Ainda não, ainda não.

Entrevistadora: Ainda não? E qual é a principal razão para sentires que ainda não és feliz?

Entrevistado: Por ainda não ter conseguido aquilo que quero.

Entrevistadora: Encontrar a tal luz ao fundo do túnel. Achas que a tua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistado: Acho.

Entrevistadora: E achas que poderás vir a viver sem subsídios ou apoios?

Entrevistado: Sim e vou dar. Eu acredito que vou dar muitos apoios a muitas pessoas. Vou ajudar muita pessoa!

Entrevistadora: Tu sentes necessidade disso? Porquê?

Entrevistado: Pelo que eu passei.

Entrevistadora: E não queres que as pessoas passem pelo mesmo, é isso?

Entrevistado: É.

Entrevistadora: E o que é que achas que é necessário para que tu venhas a viver sem a necessidade de apoios?

Entrevistado: Conseguir o que quero.

Entrevistadora: Que é...

Entrevistado: Acabar a minha formação, conseguir fazer os meus planos que tenho traçado para a minha vida e conseguir levar boas notícias às pessoas. Eu sei que ainda vou ter muitas coisas más para passar na vida, mas vou dar boas novas. Não sei se vou ser pastor... [riso]

Entrevistadora: Já pensaste em ter filhos?

⁵⁸ Assinale-se, no entanto, que depois da entrevista o inquirido explicou que continuava a comer apenas uma refeição por dia, tendo-se já habituado a isso.

Entrevistado: Já. É uma das razões também da minha felicidade. Como ainda não encontrei... Se calhar, é esta a pedra que me falta.

Entrevistadora: E, se vieses a ter filhos, tens a esperança de que eles tenham uma vida melhor?

Entrevistado: Se eu não quero que os outros passem pelo que eu passei, imagina agora o meu filho. Também não.

Entrevistadora: Quais são os maiores sonhos que gostavas de ver realizados?

Entrevistado: De vir a governar a Guiné.

Entrevistadora: E achas que vais conseguir?

Entrevistado: Hiiii.... Vou. Um dia, vou.

Entrevistadora: Já está a entrevista feita. Muito obrigada.

Entrevistado: Agradeço pela entrevista. Agradeço-te muito. Ah! Se um dia eu governasse a Guiné... (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos)

Mesmo equacionando que esta avaliação prospetiva poderá ser irrealista, não deixa de ser impressionante a eficácia, mesmo que relativa, dos esforços de transformação das suas condições de vida, procurando caminhos que visem diminuir a sua situação de vulnerabilidade. Nesta entrevista, encontramos algumas semelhanças com o ideal-tipo da *dupla referência* descrito por Capucha (2005), ao sinalizar um trajeto marcado por circunstâncias de vida de grande penúria, mas valorizado no plano afetivo, definindo um modo de vida marcado pelo inconformismo e orientado para o futuro. Neste caso, impressiona a forma como o entrevistado lidou com a sua experiência de sem-abrigo.

A narrativa da única licenciada entre as 87 pessoas entrevistadas no âmbito deste projeto – uma mulher de 32 anos residente no litoral sul urbano – foi importante por ajudar não só a demarcar diferenças geracionais dentro do perfil, mas também, considerando o seu contexto sociofamiliar, algumas especificidades no que diz respeito a trajetos de mobilidade descendente⁵⁹. Oriunda de uma família de classe média, de proprietários, a entrevistada manifestou sentimentos de perda relativamente a uma infância feliz, com mais conforto e qualidade de vida. Expressou também um sentimento de privação relativamente a um passado mais ou menos recente e algum ressentimento pelo facto de os pais terem alienado património

⁵⁹ Este caso é também interessante por cruzar a mobilidade descendente da entrevistada com a situação administrativa ainda não regularizada do cônjuge, que é imigrante, com quem vive em união de facto e tem um filho. Contrastando com o trajeto e com a forma de se projetar no futuro referida anteriormente, o percurso da entrevistada P2.4_Lisboa parece assemelhar-se ao modo de vida da transitoriedade descrito em Capucha (2015).

que lhe permitiria manter a qualidade de vida anterior. Mesmo antes de entrar na universidade, enfrentou dificuldades decorrentes da maternidade, acentuadas pela precariedade do companheiro. A entrevistada relatou também esforços de adaptação para fazer face às necessidades quotidianas e, embora à data da entrevista estivesse ainda no início o seu percurso laboral, entre as suas preocupações de natureza instrumental está o desejo de propiciar melhores condições de vida para o seu filho e de um dia aceder a uma reforma digna:

Entrevistadora: E achas que a tua vida será melhor no futuro?

Entrevistada: É sempre com essa esperança. Já foi bem melhor. Isto é só uma fase, não é péssima, mas é má. [a próxima fase] É melhor que desta, de certeza... Pior que isto não quero, não desejo.

Entrevistadora: E consideras que a vida do teu filho também será melhor?

Entrevistada: Sim, trabalhar para isso todos os dias, trabalhar.... Trabalhar com ele todos os dias.

Entrevistadora: E quais são os teus maiores sonhos que gostarias de ver concretizados?

Entrevistada: Não sei, não sei. No meu final de vida, eu adoraria não ter de trabalhar, isso era uma coisa, uma reforma de... Toda a gente devia ter reforma, uma reforma assim que não fosse de pobreza, que é o que mais há agora, essas reformas... A parte das pessoas que vivem de reforma e vivem de extrema pobreza. Eu gostaria de ter um final de vida sem ter de ter de ir à procura de coisas para sobreviver.

Entrevistadora: Digamos que uma reforma sem trabalho, ou melhor, uma velhice com uma reforma razoável...

Entrevistada: Sim, sim, gostaria. Se tivesse de trabalhar, trabalhar em algo que gostasse.

Entrevistadora: Achas que vais concretizar esse sonho?

Entrevistadora: Não sei, não faço a mínima, não sei mesmo, não tenho o meu fundo de poupanças para isso, por enquanto. Tenho de poupar para a reforma e para o meu filho, não sei, não sei se isso é realizável. (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos)

É relevante que, sendo a única licenciada entre as 87 pessoas entrevistadas no âmbito do projeto que sustenta este livro, tenha demonstrado encarar as suas qualificações não em função de objetivos instrumentais no acesso a emprego de qualidade, mas essencialmente em função de objetivos de aprendizagem, enriquecimento e realização pessoal. É também de sublinhar como a experiência da maternidade, tal como verificado entre a maior parte da geração com mais de 40 anos de idade, parece dificultar a consolidação de uma carreira

profissional.

Entrevistada: E vou tirar, há um curso que fui aceite, de Educação, mas é Educação de Infância. É Educação e vais ser professora, e eu não sei se esse curso dá para isso, mas vou. Eu vou ser feliz. (...) Depois eu quando acabei o curso, pois agora estou a lembrar, foi mesmo aos... quase a chegar aos 29 anos, porque eu soube que estava grávida logo a seguir. Nós tínhamos projetado isso, a gravidez logo a seguir a acabar o curso, depois... E a minha ideia era fazer o mestrado durante a gravidez, mas eu estava a trabalhar, porque eu estava a estudar a trabalhar, e já tinha um emprego com contrato como educadora.... É que eu pensava que daria tempo para muita coisa, não é? Na gravidez e depois no início, nos primeiros meses em que ainda estava de baixa de maternidade, ok, fazia o mestrado ia conseguir um ano e tal, que até ficava no final do primeiro ano com o nosso filho, acabava o primeiro ano e já estava com o mestrado. Ainda estive a pesquisar, vi de educação pela arte, fiquei curiosa, mas depois não me inscrevi. Vejo talvez mais tarde, depois vi que estava fechado, isso era para não ser para agora. E depois, a ver o bebé a nascer, a ver tudo aquilo, e eu pensava como é que iria ter tempo para fazer um mestrado com essa coisa toda. Eu só pensava que era uma loucura. Tenho de estar aqui a 100 %, 24 horas por dia para o meu filho, pronto. E acabei por desistir, mas tenho vontade de continuar.

Entrevistadora: Essa vontade foi pela questão da aprendizagem ou achas que existe outro tipo de mais valias no que diz respeito ao mercado de trabalho?

Entrevistada: Mercado de trabalho não, mesmo pela aprendizagem. A vida ensinou que eu é que tenho de ir ao encontro, como foi sempre as outras pessoas, talvez os meus pais a quererem ir ao encontro daquilo e eu que tenho ido ao encontro daquilo que gosto e eu acho que sinto muito mais... Eu sinto-me muito mais interessada pelas coisas e realmente não sou assim tão mais... Realmente, nós temos de gostar muito daquilo que estamos a estudar. (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos)

Se as dificuldades associadas à maternidade a aproximam da geração com mais de 40 anos, este enfoque na valorização da aprendizagem e na realização profissional aproxima-a do registo da geração mais jovem, que passamos a apresentar.

9.2. A geração mais jovem: um futuro em aberto?

A segunda coorte geracional é composta por pessoas mais jovens, com idades entre os 18 e os 26 anos, a estudar ou em situação de desemprego e a viver em casa dos pais. Mais qualificadas, muitas delas têm empreendido ou pretendem empreender esforços com vista a aumentar as suas qualificações, seja de forma a alargar as oportunidades de vida, seja com objetivos de aprendizagem ou de realização pessoal. A maioria destes jovens já trabalhou, o que foi assumido como sendo instrumental para a aquisição de qualificações. Quer em relações laborais de natureza informal (biscates), quer envolvendo relação contratual de assalariamento.

Apenas alguns conseguiram dar continuidade aos estudos de forma bem-sucedida, pretendendo concluir pelo menos o primeiro ciclo do ensino superior, embora a generalidade das narrativas pareça ter subjacente a procura de um *trade-off* (relação de troca) entre a aposta nas qualificações e as possibilidades de saídas profissionais. Se olharmos com atenção o caminho que está a ser trilhado para a resolução deste *trade-off*, observamos que o ponto comum das respostas, que se inserem num tipo de agência transformadora (Dagdevirin & Donoghe, 2019), está no facto de refletirem um desejo de autonomia individual, mesmo quando cautelosas relativamente ao futuro, e de passarem pelo investimento em ações visando apenas a recuperação da situação de pobreza, mas que procurem também uma melhor situação, menos vulnerável a longo prazo. A partir da análise da forma de encarar o futuro presente nas entrevistas das quotas P2.1. (estudantes, entre os 19 e os 20 anos) e P2.2 (desempregados, entre os 18 e os 26 anos), é possível identificar um tipo de narrativa que remete para este tipo de agência.

Uma das entrevistadas do Porto, desempregada, de 26 anos, viu os seus esforços de investimento na melhoria das suas qualificações saírem logrados, acabando por não ser bem-sucedida no acesso a um emprego adequado às suas habilitações, o que a forçou a regressar a casa dos pais. Ainda assim, parece decidida a procurar saídas para uma vida autónoma, que passem pela realização profissional e afetiva (neste caso, refere o sonho de ter um filho) sem depender dos pais ou de apoios sociais:

Entrevistada: Lá está, estive meio ano [a trabalhar para o Algarve], vim cheia de energia de voltar a tentar.

Entrevistadora: Mas sente que também tem o apoio da família?

Entrevistada: Sim, dos meus pais.

Entrevistadora: Isso também é uma razão pela qual se sente segura e feliz?

Entrevistada: Mas também é complicado para eles. Eu antes de ir embora também sofri aquela pressão dos meus pais de «não arranjias emprego» e eu senti que cheguei a uma fase que tive de dizer: «Mas não sou eu que sou a culpada. Eu vou às entrevistas, mas elas é que não ficam comigo, não é porque eu não quero.» Acabo por sentir um bocado a pressão sobre mim de estar sempre em casa, porque eu não arranjava emprego, mas eu ia às entrevistas, e isso acabou por me afetar durante uns tempos.

Entrevistadora: Mas agora sente-se com garra, com capacidade para dar a volta. Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistada: Acho que sim.

Entrevistadora: Acha que poderá vir a viver de subsídios e de apoios do Estado ou de instituições de apoio social?

Entrevistada: Não, nem ambiciono.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Não ambiciono porque eu vivo num meio em que olhava para elas e não quero a vida delas. Eu quero ter uma profissão, eu quero ser alguma coisa que eu goste, eu quero ter o meu dinheiro, eu não quero ficar com a casa, eu não quero ter direito à casa.

Entrevistadora: Não quer depender, não quer que a sua vida tenha o controlo de ninguém. Quais são os seus maiores sonhos? O que gostava de ver realizado?

Entrevistada: Eu gostava de ver realizado eu ter sucesso profissional numa área seja qual for, ter a minha casa, conseguir chegar ao final do mês e não ter que pensar que não vou ter dinheiro para pagar a luz, para pagar a água, que não vou ter dinheiro para comer. Ambiciono ter um filho. Não o facto de lhe dar tudo do bom e do melhor, mas de saber que se ele precisar de umas sapatilhas eu vou ter dinheiro para comprar umas sapatilhas. Vou ter que ir ali à sede de freguesia meter os papéis porque o meu rendimento não é superior, para ver se me consegue arranjar calçado para o meu filho. Acho que ninguém quer viver da carência, acho que ninguém quer viver sabendo que o outro que vai olhar para nós e diz: «Aquele ali vai buscar comida ali.» Eu acho que para nós acaba por ser uma situação difícil dizer: «Existe tanta gente com sorte no trabalho e com tudo e eu não tenho dinheiro para dar de comer a um filho.»

Entrevistadora: Acha que vai conseguir concretizar esses sonhos?

Entrevistada: Acho que sim. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Deve-se também sublinhar que embora a aposta em atividades de educação e formação seja central, esta não implica uma clara relação entre ambições educativas e ambições laborais ou ainda entre a dependência da família e a autonomia pessoal. Em primeiro lugar, porque, como vimos anteriormente, o acesso ao mercado de trabalho no imediato ou constitui uma moratória nos projetos de vida ou é assumido como estratégia para reunir as condições necessárias ao prolongamento dos estudos. Em segundo lugar, porque as próprias decisões de natureza educativa são em muito condicionadas pelas expectativas de inserção laboral. Em terceiro lugar, porque na decisão sobre o rumo a tomar, incluindo nas dimensões mais subjetivas e relacionais, é também equacionada a rede de suporte familiar. Por fim, é de destacar que, excetuando o caso apresentado mais adiante em que os apoios sociais são vistos como instrumentais para a conclusão dos estudos, a generalidade das respostas rejeita a perspetiva de vir a precisar de apoios sociais no futuro. A autonomia, a independência em relação aos pais e aos apoios sociais, constitui um desejo expresso nestas entrevistas.

Uma outra entrevistada reprovou dois anos, um deles possivelmente devido à perda da mãe quando tinha nove anos. Embora já tivesse realizado alguns bscates, sentia poder contar com uma boa rede de suporte familiar, pelo que pretendia concluir o 12.º ano e continuar a estudar na universidade, sendo que gostaria de vir a ser *personal trainer* ou polícia. Está consciente de que as dificuldades são grandes para quem tem qualificações ao nível do ensino superior, mas entende que são ainda maiores para quem não as tem. Considera-se uma pessoa feliz por ter tido apoio familiar e recursos educativos, o que a fortaleceu, e define a realização profissional e afetiva como horizonte de vida:

Entrevistadora: Achas que a tua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistada: Espero que sim.

Entrevistadora: Achas que alguma vez poderás vir a precisar de algum subsídio ou de algum apoio do Estado ou de alguma associação.

Entrevistada: Acho que não.

Entrevistadora: Quais são os teus maiores sonhos, que gostarias de ver realizados?

Entrevistada: Sonhos, pronto, ter uma boa carreira profissional, ter a minha própria casa, o meu próprio carro, ter uma vida estável sem altos e baixos.

Entrevistadora: Achas que vais conseguir concretizá-los?

Entrevistada: Acho que sim, sim. (P2.1_Amadora, sexo feminino, 19 anos)

Repare-se que nos casos anteriormente referidos, a aposta nas qualificações intercala-

se com períodos de trabalho, instrumentais para a aquisição de qualificações e de uma posição de menor vulnerabilidade. Uma outra entrevistada do Porto, ainda a estudar no 12.º ano, referindo anteriormente um compromisso entre a aposta nas qualificações e falta de saídas profissionais, considerou a possibilidade de começar a trabalhar quando concluir o 12.º ano:

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistada: Eu acho que sim.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Acho que se fizermos todos um esforço, conseguimos tudo o que queremos na vida. Às vezes, é preguiça de ter algo que nós queremos. Eu sou assim, quando quero uma coisa não desisto.

Entrevistadora: Vê-se no futuro a ser uma pessoa a depender de subsídios sociais?

Entrevistada: Não, vejo-me a depender de mim.

Entrevistadora: Do seu trabalho?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E quais são os seus maiores sonhos? O que é que gostaria de ver realizado?

Entrevistada: Como eu já disse antes, gostaria de seguir o curso, ter emprego na minha área, na área mais de idosos, e continuar a ter a minha vida normal.

Entrevistadora: Concluir os estudos?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E arranjar trabalho. Falou-me em duas coisas: falou ou na possibilidade de ir para a faculdade, que era um sonho, ou na possibilidade de tirar o 12.º ano e acabar o curso profissional em que está, de animação sociocultural.

Entrevistada: Sim...

Entrevistadora: E arranjar trabalho nessa área. Desses dois caminhos qual era o mais...

Entrevistada: É assim, eu preferia acabar o 12.º ano e ir logo trabalhar do que ir para a faculdade, mas gostava de ir para a faculdade, acho que é um bem essencial. Ajuda muito.

Entrevistadora: É um bem essencial?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: É fundamental, acho que aprender não custa ou esforçar-nos para ter algo...

Entrevistadora: Acha que vai conseguir concretizar isso?

Entrevistada: Acho. (P2.1_Porto, sexo feminino, 19 anos)

As dificuldades são grandes para quem tem qualificações ao nível do ensino superior, sendo ainda maiores para quem não as tem. E, mesmo ainda sem trajeto laboral, estando a estudar e a investir nas suas qualificações aquando da entrevista, alguns dos jovens neste perfil demonstraram uma impressionante consciência acerca das circunstâncias pouco favoráveis em que viviam. Isto vai ao encontro do sublinhado por Dagdevirin e Donoghe (2019) quando sugerem que este tipo de agência acontece apesar de forças estruturais não facilitadoras da obtenção de uma condição mais estável. Para fazer face aos obstáculos enfrentados, combinam uma avaliação cuidadosa das contingências da vida com uma confiança na sua capacidade para lidar com essas circunstâncias, ajustando em função disso as suas expectativas em relação ao futuro:

Entrevistadora: E como é que vê a sua vida no futuro? Por exemplo, quando acabar o curso, pensa que vai ou não precisar de algum apoio? O que é preciso? Como é que vê? Vai melhorar a sua vida? Como é que vê a perspectiva o seu futuro?

Entrevistada: É assim, eu olho para o meu futuro quando acabar... Agora estou concentrada na universidade, eu olho para quando acabar o meu curso, não é? Como todo o sonho de qualquer pessoa que acaba um curso é arranjar trabalho, não é? E arranjar trabalho na nossa área. Mas eu também já olhei com uma farsa mais baixa, que é: o que importa neste momento é ter trabalho. Porque umas pessoas, às vezes, começam por baixo e depois conseguem realmente fazer grandes coisas. O que eu sempre tento fazer em tudo o que faço é marcar a diferença e fazer alguma coisa que marque pela diferença. Porque uma pessoa pode trabalhar numa caixa de supermercado e ser uma assistente social e ser uma pessoa com uma licenciatura e pode estar a trabalhar numa caixa de supermercado e não fazer a diferença, não é? Ser só mais uma que está ali a passar compras, quase que nem fala para a pessoa ou marcar pela diferença. E acho que, embora o mercado de trabalho esteja mal, não é, esteja difícil, acho que hoje em dia, ainda se marca pela diferença. E, embora se diga que os alunos que têm uma média mais alta que tem mais facilidade, acho que também se tem facilidade pela maneira de ser. Acho que, hoje em dia, as empresas não procuram só alguém que é muito bom a fazer aquilo, mas alguém que saiba conviver e trabalhar em grupo (...) Se calhar quando chegar no mercado de trabalho, vou ser mais uma e vou ser maldispota e que só quer é despachar. Mas enquanto não estou, é o meu sonho realmente fazer as coisas. E é assim, não é? Visto que a área é a mesma, mas uma pessoa quando está na universidade acha

que vai mudar o mundo, não é? E que vai fazer isto e porque eu vou mudar aquilo e fazer aquilo, não é? E depois, se calhar, chega-se ao mercado de trabalho e não se consegue mudar nada. Mas se nós nos mudarmos a nós ou se mudarmos uma pessoa, já é muito, não é? Porque nós só mudamos o mundo se cada um mudar um bocadinho, não é? E então é essa a ideia que eu tento passar e que tento fazer na minha vida.

Entrevistadora: Ok, então perspectiva uma melhoria?

Entrevistada: Sim, sim. Espero que sim [risos]. (P2.1_Castelo de Paiva, sexo feminino, 21 anos)

Também o entrevistado P2.2 de Vila Franca do Campo que concluiu recentemente o 12.º ano expressou este tipo de estratégia de ajustamento das expectativas em função das contingências, enquanto simultaneamente procurava abrir o leque de possibilidades, equacionando, por exemplo, a hipótese de emigrar:

Entrevistadora: Em geral, sentes-te uma pessoa feliz?

Entrevistado: Sim, sim.

Entrevistadora: Qual é a principal razão que te faz sentir feliz?

Entrevistado: Ter uma boa relação com a minha família, com os amigos, acho que isso é o essencial. Por exemplo, eu sei que a gente está a viver num bairro que é pobre, há pobreza, e coisa e tal, mas se a gente fosse de famílias ricas e coisa e tal, a gente... Os objetivos eram muito mais fáceis de alcançar. Acho que se tirou um pouco a piada da vida, que é esforçar-se para chegar a um sítio.

Entrevistadora: Vês a tua vida como um desafio, é isso?

Entrevistado: Exatamente.

Entrevistadora: E achas que estás a cumprir os desafios que colocaste na tua vida?

Entrevistado: Estou, estou. Aos poucos, mas estou.

Entrevistadora: Isso provavelmente terá a ver com teres terminado o 12.º ano. Estás numa altura...

Entrevistado: Eu não considero isso um grande passo, mas já é uma ajuda para aquilo que eu quero no futuro. Por exemplo, acabei o 12.º ano, não sou polícia, nem sou técnico de informática, mas já estou um passo mais perto de ser.

Entrevistadora: Sentes que estás a fazer um caminho?

Entrevistado: Isso mesmo.

Entrevistadora: Sentes que a tua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistado: Sinto. Se estudar e se.... Sim, considero. A não ser que tenha assim uma doença que estrague o meu futuro.

Entrevistadora: O que é que achas que é necessário? Já falaste um pouco disso, qual é o caminho que tens de fazer para a tua vida ser melhor no futuro?

Entrevistado: Estudar, respeitar os outros, isso é o essencial. Se houver respeito, então e dedicação... É preciso dedicar, não é ir para a escola empurrados, a gente tem de se dedicar, é isso.

Entrevistadora: Quais são os teus maiores sonhos que gostarias de ver realizados?

Entrevistado: Ser milionário. Mas não é milionário tipo raspar o Euromilhões e receber o dinheiro. É ter dinheiro com o meu esforço e assim poder fazer algo diferente, ajudar. É isso.

Entrevistadora: Achas que vai ser possível?

Entrevistado: Acho que não.

Entrevistadora: É um sonho?

Entrevistado: É um sonho, exatamente, este não vai passar disso.

Entrevistadora: Portanto, tu tens os desafios e tens os sonhos.

Entrevistado: A gente tem um sonho muito baixo. Às vezes prefiro ter sonho alto e tentar alcançar. Mesmo que eu não chegue lá, mas...

Entrevistadora: Porque há uma referência?

Entrevistado: Isso mesmo. (P2.2_Vila Franco do Campo, sexo masculino, 20 anos)

Demonstrando facilidade em falar e refletir sobre o seu percurso de vida, este entrevistado parecia saber claramente o que pretendia fazer no futuro, tendo um plano mais ou menos delineado. Planeava emigrar para os Estados Unidos, deixando a terra onde sempre viveu para ir trabalhar como empregado de mesa no restaurante de um tio. Estava a tratar dos preparativos todos e, durante a realização da entrevista, recebeu um telefonema da mãe a confirmar o plano para partir no mês seguinte à realização da entrevista, em Janeiro de 2020. Pretendia ficar três meses ou, caso corresse bem, um ou dois anos, de forma a conseguir poupar mais dinheiro. Depois disso, ou iria concorrer à polícia ou ingressaria na universidade, sendo que, caso optasse por aceder à universidade em Ponta Delgada, pretendia também tirar a carta de condução, para se poder deslocar mais facilmente. Contudo, esta não seria uma decisão tomada de ânimo leve. No final da entrevista, quando lhe foi perguntado se tinha mais alguma coisa a dizer, voltou a dar ênfase à questão da emigração, apontando a necessidade de melhorias salariais:

Entrevistadora: Há alguma coisa sobre este tema, sobre a tua vida, as dificuldades económicas, de que não tenhamos falado e que tu aches que seria importante ter em conta?

Entrevistado: Por exemplo, como eu disse à senhora, vou para a América, vou trabalhar pelo dinheiro, porque cá trabalho um mês cá para receber 500, 660 euros, enquanto na América recebo 500 por semana. Acho que isso era, tipo, o motivo para as pessoas emigrarem, na minha opinião, porque recebem muito pouco.

Entrevistadora: Achas que deveriam pagar melhor?

Entrevistado: Sim, sim.

Entrevistadora: Achas que, quando falaste das medidas, tu falavas em trabalho...

Entrevistado: Mais trabalho e aumentar também o ordenado, porque trabalhar e receber... Trabalho bastante, depois no fim recebo 600. Depois a gente faz o mesmo trabalho, só que noutro país, e receber 1000 já faz a diferença

Entrevistadora: Achas que as pessoas não deveriam ter de emigrar para ganhar dinheiro?

Entrevistado: Isso mesmo, porque muitos jovens emigram... Por exemplo, um colega desistiu do 12.º para ir emigrar, para ir trabalhar, porque a família estava com problemas financeiros, então ele teve que ir trabalhar para fora, para mandar dinheiro aos pais para cá.

Entrevistadora: E qual é o aspeto negativo de emigrar, qual é o problema de emigrar?

Entrevistado: Depende do país. Por exemplo, para a América, é ilegal ficar lá mais de três meses, ou seja, tem o risco de ser mandado vir para cá.... Pode repetir outra vez a pergunta?

Entrevistadora: A questão é, se pensarmos numa lógica custo-benefício, dizes que as pessoas não deveriam ter de emigrar para ganhar mais, mas têm sempre a possibilidade de emigrar, mesmo que ilegalmente. Qual é a desvantagem, por que é que achas que deveria haver trabalho cá, para não terem de emigrar? Porque é um problema emigrar?

Entrevistado: Porque a gente vai ficar afastados da família, isso é um dos problemas maiores é esse, ficar afastados da família. Depois não tem o apoio da família, fica muito mais complicado. Eu vejo isso como o maior problema. Por exemplo, talvez a língua. Por exemplo, se fosse para a Alemanha, não falava alemão, ia ser mais complicado, mas acho que o maior problema mesmo é a família, viver longe da família para poder ter um rendimento maior.

Entrevistadora: E achas que as pessoas deviam ter um rendimento bom para poderem viver com a sua família?

Entrevistado: Perto da sua família.

Entrevistadora: E na sua terra?

Entrevistado: Isso mesmo. (P2.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino)

Como vimos anteriormente, são poucas as oportunidades de emprego estável e de qualidade, mesmo para as coortes dos mais jovens e qualificados. Por implicar esforços adicionais para fazer face às adversidades e na medida em que as circunstâncias parecem contribuir para reforçar ou aprofundar as inseguranças estruturais do mercado de trabalho, há um sério risco de se incorrer num tipo de agência transformativa regressiva (Dagdevirin & Donoghe, 2019). Deste ponto de vista, é interessante a consciência demonstrada por algumas das pessoas da coorte mais jovem. A entrevistada P2.1 de Castelo de Paiva tinha realizado o mesmo tipo de reflexão, embora rejeitasse à partida a possibilidade de emigração, evocando a necessidade de manter os laços sociais e familiares com o seu país. Também no final da entrevista, quando a entrevistadora lhe perguntou se haveria algum tema que não tivesse sido abordado e que gostasse de referir, respondeu:

Entrevistadora: E para finalizar, há alguma coisa que eu não perguntei? Alguma coisa que a XXXX me queira dizer sobre si, sobre a sua família ou sobre a sua trajetória e que eu não perguntei?

Entrevistada: É assim, ... acho que não [risos] Acho que... Ah! Não perguntou se, por exemplo, eu gostava de emigrar ou se emigrar é uma ideia. Não [risos]. Não mesmo. (...) Porque, sei lá, sinto que se calhar estou a abandonar um bocadinho o meu país quando se calhar ele está a precisar que alguém faça alguma coisa por...

Entrevistadora: Mas trabalhar fora de Castelo de Paiva? Isso sim?

Entrevistada: Sim, sim. Aliás, é a minha ideia. Não é trabalhar em Castelo de Paiva. Até porque na área que eu penso em trabalhar é muito complicado lidar com pessoas que nós conhecemos, não é? (...) E então ali o desiludir as pessoas... E depois conhecem-me e então, pronto, prefiro trabalhar fora daqui. Se calhar no que for preciso, não é? (...) Agora emigrar, não. Até porque eu em línguas não sou nada boa [risos], por isso acredito que não sei se me desenrascava. Toda gente diz que uma pessoa quando emigra depois acaba por se desenrascar, mas não sei. E também porque acho que devo fazer alguma coisa realmente pelo meu país e que não deva pensar só em mim ou, pelo menos, ... É assim, também não tenho família, não é? Quando uma pessoa tem família, começa a pensar mais concentrada na família e no que é bom para a família. (...) Mas eu acho que quando somos pequeninos, toda gente tem aquele sonho de ser mãe e de ter filhos e ná ná..., mas sim, penso ter família, mas por outro lado também já pensei que se não tiver família não se tem menos só porque não se teve uma família. Acho que sou uma pessoa muito independente. (...) Mas sim, já pensei em ter família. Agora, tenho muito tempo para ter ainda, sim.

Entrevistadora: Sim. Isso é um projeto para o futuro. (...) Tem algum sonho em específico que pretenda...

Entrevistada: Meu sonho? O meu sonho é um dia conseguir... que é impossível, mas pronto... que é um dia conseguir retribuir aos meus pais tudo o que eles me deram. (...) Não em termos monetários, n'ê? Porque uma pessoa... Mas conseguir um dia que a vida me permita eu cuidar deles como eles um dia cuidaram de mim. Conseguir retribuir e conseguir dar-lhes o afeto e dar-lhes aquilo que conseguir no momento em que eles mais precisarem. E que o meu sonho é que a vida nunca me impeça de fazer isso, n'ê? Porque assim, uma pessoa diz: «Eu vou cuidar dos meus pais» e depois percebe que se calhar não tem tempo para o fazer, não é? O trabalho, estar a cuidar dos pais... E o meu sonho é isso, conseguir retribuir tudo o que eles fizeram por mim. Aliás, não só os meus pais, mas o meu irmão. Pronto, a minha família. Conseguir retribuir tudo o que eles fazem por mim. (P2.1_Castelo de Paiva, sexo feminino, 20 anos)

A possibilidade de emigração como caminho para a melhoria das condições de vida está presente na narrativa de outro entrevistado, também estudante do ensino superior, de Guimarães. Este estudante passou por muitas dificuldades na infância e adolescência, demonstrando uma grande capacidade de ultrapassar as adversidades. Para ajudar a família, trabalhou como pintor fabril antes de entrar para a faculdade, mas decidiu que queria continuar a estudar, contrariando a oposição dos pais. Concorreu a uma bolsa e, até conseguiu-a, sustentou-se com o dinheiro que tinha poupado. Estuda Educação Física e, no futuro, gostaria de fazer investigação na área da Fisiologia do Exercício:

Entrevistadora: E quando olha para o seu futuro, acha que vai ser melhor?

Entrevistado: [Pausa] Muito sinceramente, aqui em Portugal, na área em que eu quero trabalhar, não vai ser nada fácil. Vou ter a princípio que sair de Portugal, até mesmo para o Brasil se for necessário, porque no Brasil a minha área é muito valorizada e na Inglaterra também. Por isso, o meu futuro só será melhor se for um bocado fora de Portugal. Isso chateia-me porque gostava muito de ficar cá.

Entrevistadora: E acha que vai ser possível viver sem os subsídios?

Entrevistado: Eu espero que sim. No futuro, claro. Agora eu sei que é impossível, mas no futuro, quando eu arranjar um emprego, espero que sim, porque espero no futuro construir família e tudo mais. Primeiro, espero que toda a minha família e meus irmãos e tudo mais estejam bem, porque vai ser a minha prioridade, e só depois é que eu vou constituir a minha família, porque eu acho que não devo ser, não é ser egoísta, mas como é óbvio eu quero muito constituir família também, mas não posso esquecer das pessoas que estão a me ajudar para chegar aonde cheguei.

Entrevistadora: E qual é o seu maior sonho hoje?

Entrevistado: Meu maior sonho, sem dúvida alguma, é trabalhar na investigação e tentar encontrar a cura, por exemplo, para uma doença que afeta a nível muscular e que ainda não existe cura. Eu quero muito estudar isso a nível fisiológico e ver como é que são as contrações musculares, as trocas entre células, se vai ser através de suplementação ou não. Quero muito ajudar essas pessoas porque é uma doença que tem bastante impacto e ainda ninguém conseguiu encontrar uma forma de solucionar isso.

Entrevistadora: E acha que é possível realizar esse sonho?

Entrevistado: Acho, espero que seja, por isso é que, lá está, na faculdade estou a tentar mexer muito bem. Lá vou para o segundo ano e, lá está, nunca aconteceu de integrar uma equipe de investigação logo no segundo ano e eu estou até à espera. Em princípio, devo conseguir entrar, espero eu. Estou também ligado à clínica da universidade, que serve basicamente como empreendedorismo. Então, eu estou a tentar reforçar-me em todas as áreas possíveis para no futuro ter um currículo extenso, para conseguir basicamente uma ajuda, porque é óbvio que meus pais não conseguem-me ajudar, investigação é muito cara, mas tentar demonstrar que tem um currículo bom, mostrar que tenho qualidades para Portugal para, por exemplo, usar de algum fundo ou algo desse género para me ajudar a fazer essa investigação. É isso que tenho em mente e espero conseguir fazer. (P2.1_Guimarães, sexo masculino, 20 anos)

Um outro entrevistado, P2.2 da Amadora, com 19 anos, com um perfil do tipo «nem-nem» ou NEEF⁶⁰, embora tenha mais dificuldade em formular planos de forma tão assertiva, também apresenta a emigração como uma das opções de futuro que equaciona. Teve um percurso marcado por processos de desafiliação em que dificuldades de natureza familiar e afetiva aprofundaram processos de exclusão de base socioterritorial e étnico-racial. Refere uma experiência de abandono pelo pai que emigrou para França quando tinha dois anos. Chegou a reatar contacto e foi visitá-lo mais tarde, mas foi vítima de maus tratos. Ora viveu com a mãe ora com a avó e mudou frequentemente de escola, tendo reprovado três vezes no 5.º ano por mau comportamento (falava muito). Estava no 10.º ano a frequentar o curso de cozinha, mas deixou a escola para trabalhar durante quatro a cinco semanas nas limpezas e assim ajudar a mãe («porque eu queria»). Deixou o trabalho por o considerar muito duro (tinha de carregar pesos à noite, sem contrato) e, à data da entrevista, encontrava-se à procura de trabalho com o apoio de um projeto. Quando a entrevistadora lhe perguntou o que gostaria de fazer, disse que queria emigrar, uma opção que lhe traria custos afetivos grandes:

⁶⁰ Isto é: nem em emprego, nem em formação, nem na escola.

Entrevistado: [pausa prolongada] Gostar: não sei... Aquilo que gostava era sair de Portugal.

Entrevistadora: Gostavas de sair de Portugal?

Entrevistado: Sim. [pausa prolongada] Agora, sim, queria sair de Portugal e ir viver com o meu primo que está em França.

Entrevistadora: E isso porquê? Por que é que gostavas de sair de Portugal?

Entrevistado: Porque aqui em Portugal... não ficava parado, fico parado. Lá não fico parado. Lá é sempre a mexer, lá é sempre a mexer.

Entrevistadora: E tu gostarias de emigrar porquê? Pela questão do trabalho?

Entrevistado: Sim, porque lá... A minha irmã disse que lá tem mais vantagem de trabalho, que lá recebes mais do que aqui.

Entrevistadora: Ok...

Entrevistado: Por isso é que minha mãe disse para eu ver se eu vou ou não.

Entrevistadora: E estás a pensar nisso?

Entrevistado: Sim [pausa]. Mas acho que não vou. Não quero sair daqui, não quero sair daqui de perto da minha mãe e da minha avó. Daí, já não sei mais se quero ficar aqui porque lá não tenho a minha avó e não tenho a minha mãe. (P2.2_Amadora, sexo masculino, 19 anos)

Destaque-se por fim a perspetiva de um entrevistado também desempregado de Lisboa que parece estar a enfrentar os desafios colocados pela entrada na idade adulta. Tendo crescido num bairro popular da cidade, a família é uma das principais dinamizadoras das marchas populares do seu bairro. O entrevistado explicou que sentia que os sócios do clube faziam parte da sua família, visto que até andaram com ele ao colo, afirmando ainda não gostar da escola, mas apenas de jogar à bola. Por sentir que não estava lá a fazer nada, saiu da escola o ano passado, depois de reprovar quatro ou cinco vezes, sendo que faltava muito por não gostar de se levantar de manhã e por preferir ir para o centro comercial com os amigos. Contudo, o entrevistado pareceu preocupado por ter apenas o 6.º ano, uma vez que acha que com esse nível de escolaridade «ninguém vai a lado nenhum». Agora, pensa em tirar um curso ou de cabeleireiro ou de padeiro, o que proporcionar melhor rendimento. Vai ajudando a mãe no café e está a tirar a carta de condução com apoio de um padrinho, uma vez que esta lhe permite arranjar trabalho mais facilmente. Gostaria de ter seguido a carreira de futebolista, mas não conseguiu por ser conflituoso. Fazendo um balanço da sua vida, disse sentir que mudou de

mentalidade, que estava mais consciente das responsabilidades, mas que as coisas tenderão a ser mais difíceis no que ele considerava importante para o seu futuro:

Entrevistado: Porque agora, agora, vai começar aquela época... Tenho que começar a trabalhar, a ganhar o meu, enquanto se calhar na escola não precisava de me estar a sujar, nem a suar, pagar para meter comer em casa. E, a partir deste momento, depois, para uma pessoa começar a ter filhos e tudo, já vai começar a doer e aí é que vamos dar valor aos nossos pais e o que eles passam para meter comer em casa e para dar aos filhos.

Entrevistadora: Disseste que te sentes uma pessoa feliz. Porquê? O que é que te faz feliz?

Entrevistado: O que é que me faz feliz a mim? A mim, faz-me feliz tudo, n'é? Desde que esteja bem com a vida, estou sempre feliz. (...) Hei de estar melhor quando estiver a trabalhar, pronto. E se calhar, um dia mais tarde, com mulher e filhos, hei de estar melhor.

Entrevistadora: Já tens namorada?

Entrevistado: Não, isso as namoradas dão dores de cabeça. Já tive, já tive. Há pouco tempo, mas agora elas cansam as cabeças aos homens.

Entrevistadora: Mas falas de ter mulher e filhos...

Entrevistado: Sim, ter mulher e filhos. Daqui para a frente, nunca se sabe, mas para agora, para agora não quero filhos.

Entrevistadora: Ok e então achas que a vida vai ser melhor no futuro? Associando a isto o facto de tirares a carta, de voltares... de tirares o curso.

Entrevistado: Sim, acho que sim. Depois de tirar a minha carta, tirar o curso, ter trabalho, o meu ordenado, n'é? Acho que vai ser melhor que o que já está. (P2.2_Lisboa#2, sexo masculino, 18 anos)

Em síntese, podemos afirmar que a análise das entrevistas sugere a existência de diferenças geracionais na forma de encarar o futuro, sendo possível distinguir um grupo mais otimista, ou pelo menos mais magnânimo na forma como investe a sua imaginação na elaboração de planos tendo em vista a melhoria das suas condições de vida. Enquanto noutros perfis parece predominar a cristalização da privação enquanto modo de vida, e apesar de esta forma de agência estar ainda muito presente neste perfil, há uma parte importante destas entrevistas que parecem ser marcadas por algumas características discursivas na linha do que Dagdevirin e Donoghe (2019) qualificam de uma *agência transformativa*.

No primeiro grupo, composto sobretudo pelos inquiridos da geração mais velha, o esforço despendido na gestão diária, enfrentando dificuldades acrescidas e sem grandes

perspetivas de se vir a encontrar um emprego de qualidade, acaba por alimentar uma ideia de reprodução da pobreza: «Quem nasce pobre, pobre, pobre morre», como nos referiu uma entrevistada, doméstica, de Vila Pouca de Aguiar. As necessidades básicas para garantir algum bem-estar, como ter casa, trabalho ou saúde, são as preocupações mais comuns.

Como referimos nas transições familiares e agora voltamos a verificar, a dimensão de género surge como fator de discriminação, pois após o nascimento dos filhos torna-se muito mais difícil o acesso (ou regresso) ao mercado de trabalho. Nos entrevistados mais jovens, há uma maior aposta nas qualificações (e isso é um horizonte considerado mesmo em casos de saídas precoces da escola) seja de forma a alargar as oportunidades de vida, seja com objetivos de aprendizagem ou de realização pessoal. Embora mais otimistas, estes entrevistados parecem conscientes das dificuldades de acesso a emprego de qualidade, mesmo para os mais qualificados. Dificuldades essas que são encaradas através de uma avaliação cuidadosa das contingências da vida e de um ajustamento das expectativas às condições objetivas de vida, enfatizando-se outros valores para além da satisfação das necessidades de base material ou ainda alargando-se o leque de opções de futuro. Uma das possibilidades a destacar é a da emigração, em muitos casos encarada com reservas pelos custos sociais e familiares que poderá acarretar.

Conclusão

Os resultados relativos ao perfil dos precários indicam claramente que a condição social que estes entrevistados partilham não autoriza a que avancemos com interpretações determinísticas sobre modos de ser pobre e de vivenciar a pobreza, ainda que nos trajetos de vida aqui refletidos se perceba que a escassez de recursos económicos, sociais e até culturais – pelo menos para os inquiridos que apresentam baixas qualificações – constitui um fator muito limitador das possibilidades de gerir a vida quotidiana e das oportunidades de concretização de projetos de vida.

Como temos vindo a referir, uma parte dos entrevistados neste perfil é mais escolarizada e transita mais tarde para o mundo do trabalho, mas entre os mais velhos continua a evidenciar-se o abandono escolar em idades precoces, motivado essencialmente pela necessidade de contribuição do trabalho dos menores para a sobrevivência da economia familiar e do grupo doméstico. Também as inserções profissionais em idades mais tardias são realizadas sob o signo destas adversidades, na medida em que alguns assumem terem sentido a necessidade de começar a trabalhar depois de concluída a escolaridade obrigatória para contribuírem para o orçamento familiar e assim custearem projetos pessoais de prolongamento da escolaridade. Os discursos dos estudantes universitários, por exemplo, acentuam a enorme privação material em que se encontram, constrangidos a escolher permanentemente entre distintos bens e serviços fundamentais a uma existência confortável e até mesmo entre bens básicos, como a alimentação ou o transporte.

As mudanças societais que nas últimas décadas têm ocorrido no mundo do trabalho, sinalizadas pelo crescimento da precariedade, pela utilização massiva de formas atípicas de contratação e pelo desemprego estão muito presentes nas narrativas produzidas. Deste ponto de vista, a condição social da generalidade dos inquiridos pode ser caracterizada pela ocupação instável de zonas de interseção entre emprego, desemprego e inatividade, ou seja, pela indefinição entre o estatuto de empregado e o de desempregado, o que também justifica que uma boa parte dos entrevistados sinta dificuldade em se identificar enquanto trabalhadores mesmo quando trabalham. Tal não será alheio ao facto de as trajetórias laborais dos entrevistados neste perfil serem marcadas pela persistência da precariedade laboral ao longo do tempo, entrecortada com períodos de desemprego, inatividade e formação, sendo que quase todos os entrevistados exercem ou exerceram uma atividade laboral, de uma forma ou de outra. Em muitos casos, o trabalho é exercido à margem das normas e regras que regulam a relação salarial, frequentemente em condições de grande penosidade e com salários muito baixos, o

que contribui para justificar a situação de pobreza em que se encontram.

A precariedade laboral é uma tónica comum às trajetórias profissionais retratadas, mesmo as construídas com base em percursos escolares mais prolongados. A situação aqui relatada pelos jovens mais qualificados contraria a retórica que associa de forma linear qualificações escolares a acesso a empregos mais qualificados, mais seguros e mais bem remunerados. Independentemente das qualificações escolares, a reduzida oferta de empregos, os baixos salários praticados, o trabalho informal e mal remunerado e o baixo nível de rendimento disponível dos agregados familiares constituem fatores que limitam as oportunidades e geram processos cumulativos de desvantagens sociais, bem como de pobreza.

Estas desvantagens são agravadas pela desproteção social em que a larga maioria destes entrevistados se encontra, na medida em que os rendimentos do agregado doméstico, ainda que reduzidos e em muitos casos intermitentes, os excluem à partida dos apoios concedidos pelo Estado, aparecendo como exceção o abono de família auferido por alguns. Esta situação de desproteção social decorre do facto de a maioria dos inquiridos não apresentar carreiras contributivas para o sistema de segurança social, o que se justifica pela natureza informal da atividade e pela existência de relações de trabalho precárias sem formalização contratual e sem contribuições sociais por parte dos próprios e dos empregadores, condição que os impede de acederem a subsídios quando se encontram em períodos mais prolongados de desemprego. Alguns salientam a importância do apoio que algumas autarquias locais facultam, quer na provisão de bens, quer no apoio à habitação e que, em algumas situações, tem obstado à condição de sem-abrigo. De facto, esta desproteção permite o debate acerca dos limites daquela que tem sido definida como sendo a rede universal de garantia mínima de rendimento. A este propósito, é particularmente desconcertante o facto de, apesar das dificuldades enfrentadas, muitos dos entrevistados rejeitarem a possibilidade de virem a precisar de apoios sociais.

Neste contexto, resta o apoio da rede de solidariedade familiar na mitigação da pobreza. Neste perfil, a forma dominante de ajuda familiar é a monetária, ou a cedência provisória de habitação em caso de dificuldade de autonomização residencial após a conjugalidade e a parentalidade, uma ajuda protagonizada pelos progenitores dos inquiridos, apesar das dificuldades financeiras que também estes experienciam. Daí que quando estes entrevistados refletem sobre o seu percurso de vida, salientem como aspetos mais positivos situações relacionadas com o contexto familiar, estando as ligações afetivas com os familiares, designadamente os avós, muito associadas às memórias positivas da infância. Entre os aspetos mais negativos presentes no percurso de vida encontram-se os constrangimentos financeiros decorrentes da insuficiência de rendimentos, que são uma realidade presente desde a infância

para a maioria. Os entrevistados evidenciam situações concretas de provação que passaram e passam até pelas dificuldades de provimento de bens alimentares. Em muitas narrativas, é possível depreender a existência de uma reprodução intergeracional da pobreza, salientando-se que as vulnerabilidades sociais presentes nas estruturas familiares produziram, como referimos, infâncias marcadas pelo trabalho infantil e pela interrupção precoce das trajetórias escolares, em virtude do desemprego mais ou menos prolongado dos progenitores e da precariedade com que estes exerceram as suas atividades laborais. Juntam-se a esta equação alguns episódios complexos de ruturas familiares provocadas pela dissolução de laços conjugais entre os progenitores, bem como situações de doença e de morte de familiares muito próximos, alguns ainda durante a infância dos entrevistados, que implicaram mudanças profundas nas estruturas domésticas.

Tendo em conta a sua situação atual, a dissolução das famílias de procriação na sequência de processos de divórcio surge também nos discursos dos entrevistados como um fator intensificador da situação de pobreza em que se encontram. A incidência da pobreza nos agregados monoparentais não é um fenómeno recente nem específico deste perfil, mas, no caso destes entrevistados, é aprofundada pela debilidade dos apoios estatais (sinalizada, por exemplo, pelos parcos valores que assumem os abonos de família), pela debilidade das solidariedades familiares (ainda assim bastante presentes), pela precariedade laboral e pelo desemprego, que impossibilita a comparticipação das despesas dos descendentes. Assim, as limitações da engenharia da solidariedade familiar e a debilidade dos sistemas de proteção social aprofundam as situações de vulnerabilidade e de pobreza, deixando uma parte destes inquiridos numa situação de completa desproteção social.

Outro fator de aprofundamento das situações de pobreza entre estes entrevistados releva da existência de um modelo de provisão familiar protagonizado apenas pelo homem (*modelo do ganha-pão masculino*), dada a predominância de um modelo mais tradicional e institucionalizado de divisão das tarefas domésticas e dos cuidados prestados às crianças. A necessidade de assumir as responsabilidades parentais faz com que algumas mulheres se afastem da atividade profissional ou manifestem dificuldade em assumir a conciliação das responsabilidades familiares com as profissionais após a conclusão de um processo formativo. Este facto desnuda um dos grandes obstáculos às políticas e práticas de conciliação trabalho-família no nosso país, presente em todos os perfis, e que remete para a fraca cobertura da rede de infraestruturas de apoio aos cuidados na infância ou, ainda, o seu elevado custo dificilmente suportável por famílias mais desfavorecidas.

Não nos parece surpreendente que, quando instados a pronunciar-se sobre as soluções

que propõem para o problema da pobreza em Portugal, os entrevistados refiram a necessidade de aumentar os rendimentos disponíveis (sendo mencionadas de forma particular as pensões de reforma e o salário mínimo nacional) e de garantir o acesso a um trabalho digno. Esta dimensão é fulcral se recordamos que os valores associados pelos entrevistados ao trabalho que exercem remetem para o espírito de sacrífico, o estoicismo e o conformismo, tendo por base as débeis condições laborais, as baixas expectativas em relação ao futuro profissional e os baixos rendimentos que auferem.

Quando convidados a refletir sobre o percurso das suas vidas, alguns entrevistados mantêm a convicção de que a sua vida tem vindo a melhorar, baseando esta avaliação em aspetos intangíveis, que conotam com uma aprendizagem decorrente das circunstâncias em que vivem, o que, em nosso entender, remete para um processo de acomodação enquanto estratégia para lidar com as adversidades presentes nos seus processos de vida. Cerca de metade das pessoas entrevistadas não considera que viva em situação de pobreza, alicerçando esta constatação na diferenciação entre pobreza e miséria, conotada com a mendicidade e a condição de sem-abrigo.

Ainda que a forma como perspetivam o futuro aponte também para um processo de acomodação ou de adaptação a uma condição de privação, numa lógica de reprodução da pobreza (com a relativa exceção dos mais novos), quando instados a refletir sobre as mudanças que gostariam de introduzir no seu quotidiano sublinham o anseio por alterações das condições de habitabilidade das residências e dos espaços residenciais e por mudanças ao nível do emprego, seja no país, seja no estrangeiro. Aliás a emigração surge entre estes entrevistados como uma estratégia bem definida para lidar com a precariedade laboral e com a situação de vulnerabilidade em que se encontram, aparecendo claramente referida em algumas entrevistas, resultante das menções espontâneas dos entrevistados e motivada pela procura de melhores oportunidades de vida para si e para os familiares.

Bibliografia

- AA.VV. (2010), *Pauvreté et misère dans l'histoire de la pensée économique, Cahiers d'économie politique*, 59, Paris: L'Harmattan.
- AI/REAPN/SOCIUS/ISEG–UTL (s/d), *Estudo sobre a percepção da pobreza em Portugal. Algumas considerações e recomendações*.
- ALVES, N.; CANTANTE, F.; BAPTISTA, I. & CARMO, R. (2011), *Jovens em transições precárias. Trabalho, quotidiano e futuro*, Lisboa: Mundos Sociais.
- ALWIN, D.F. & MCCAMMON, R. J. (2002), «Generations, cohorts, and social change», J. T. Mortimer & M. J. Shanahan (eds.), *Handbook of the life course*, New York: Kluwer Academic Publishers, pp. 23-57.
- AMARO, I. (2015), «A dimensão relacional do fenómeno da pobreza contemporânea. Desafiliação, laço social e vida urbana», F. Diogo, A. Castro & P. Perista (orgs.), *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*, Ribeirão: Húmus, pp. 183-196.
- AMARO, I. & BRANCO, F. (2010), «Perfis de pobreza na cidade de Lisboa. Notas metodológicas e principais resultados do estudo qualitativo dos utentes do Serviço de Acolhimento Social da SCML», *Cidade Solidária*, s/n, pp. 6-11.
- ARIÉS, P. (1988), *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*, Lisboa: Relógio d'Água.
- ATTREE, P. (2006), «The social costs of child poverty. A systematic review of the qualitative evidence», *Children & Society*, 20, pp. 54–66.
- AUGÉ, M. (1998), *Les formes de l'oubli*, Paris: Payot & Rivages.
- BAGANHA, M. I. (1996), *Immigrant integration in the informal economy. The Portuguese case (1st Report)*, Coimbra: CES – Universidade de Coimbra.
- BANDT, J.; DEJOURS, C. & DUBAR, C. (1995), *La France malade du travail*, Paris: Bayard Editions.
- BEAUD, S. & WEBER, F. (2007), *Guia para pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos*, Rio de Janeiro: Vozes.
- BELLAING, L.M. (2000), «Economie de la pauvreté et économie de la misère», *Socio-Anthropologie*, 7.
- BERTAUX, D. (2001), *Les récits de vie*, Paris: Nathan.
- BOGDAN, R. & BIKLEN, S.K. (2003), *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*, 10.ª Edição, Porto: Porto Editora.
- BOUDON, R. (1974), *Education, opportunity and social inequality. Changing prospects in western society*, Michigan: Wiley.

- BOURDIEU, P. (1979), *La distinction. Critique sociale do jugement*, Paris: Minuit.
- BOURDIEU, P. (1986), «L'illusion biographique». *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, 63(63), pp. 69-72.
- BOURDIEU, P. (1989), *O poder simbólico*, Lisboa: Difel.
- BOURDIEU, P. (2008 [1993]), «O espaço dos pontos de vista», P. Bourdieu (dir.), *A miséria do mundo*, Petrópolis, Vozes, pp. 11-14.
- BOURDIEU, P. (2008 [1993a]), «Compreender», *ibid.*, pp. 693-732.
- BOURDIEU, P. (2008 [1993b]), «Pós-escrito», *ibid.* pp. 733-736.
- BOURDIEU, P., (dir.) (1993), *La misère du monde*, Paris: Seuil.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, C. (1970), *La reproduction*, Paris: Minuit.
- BRANCO, F. (2001), *A face lunar dos direitos sociais*, São Paulo: PUC.
- BRANCO, F. (2015), *A procura da assistência social em Portugal como revelador da pobreza e vulnerabilidade social*, F. Diogo; A. Castro e P. Perista (ed.) *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*, Ribeirão: Húmus, pp. 231-249.
- BRÉBANT, B. (1984), *La pauvreté, un destin?* Paris: L'Harmattan.
- BRUTO DA COSTA, A.; BAPTISTA, I.; PERISTA, P.; CARRILHO, P. (2008), *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa: Gradiva.
- BRYMAN, A. (2004), *Social research methods*, Oxford: Oxford University Press.
- BURAWOY, M. (2015), «Facing an unequal world», *Current Sociology*, 63 (1), pp. 5-34.
- BURGUESS, R. G. (1997), *A pesquisa de terreno: Uma introdução*, Oeiras: Celta Editora.
- CABRAL, M. V.; VALA, J. & FREIRE, J. (org.) (2000), *Trabalho e cidadania*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CALEIRAS, J. (2011), *Para Além dos Números. As Consequências Pessoais do Desemprego. Trajectórias de Empobrecimento, Experiências e Políticas*, (documento não publicado), Coimbra: FEUC.
- CALEIRAS, J. (2015), *Para lá dos números: As consequências pessoais do desemprego*, Coimbra: Almedina.
- CAPUCHA, L. (2005), *Desafios da pobreza*. Oeiras: Celta Editora.
- CAPUCHA, L. (2015), «Conhecimento para a ação. Avanços, lacunas e caminhos para o estudo da pobreza», F. Diogo; A. Castro & P. Perista (ed.) (2015), *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*, Ribeirão: Húmus, pp. 49-64.
- CARMO, R. M. & MATIAS, A. R. (2019), *Retratos da precariedade. Quotidianos e aspirações dos trabalhadores jovens*, Lisboa: Tinta-da-China.

- CARMO, R.; CANTANTE, F. & BAPTISTA, I. (2010), *Desigualdades sociais 2010. Estudos e indicadores*, Lisboa: Mundos Sociais.
- CASTA, A. (2017), *Un salaire étudiant. Financement et démocratisation des études*, Paris: La Dispute.
- CASTELLS, M. (2005), *A sociedade em rede. A era da informação: Economia, sociedade e cultura (Vol I)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTRO, A.; CAVALHEIRO, C.; QUEDAS, M. J.; RODRIGUES, F.; GUERRA, F. & GUERRA, I. (2002a), *Os Beneficiários do RMG. Trajectórias de vida, vivências e impactes diferenciados (avaliação de impactes do RMG)*, Lisboa: IDS.
- CASTRO, A.; GUERRA, I. (Coord.); AMARO, I.; BRANCO, F.; OLIVEIRA, A. & SANTOS, M. (2010), *Os caminhos da pobreza. Perfis e políticas sociais na cidade de Lisboa*, Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- CAUDAU, J. (1996), *Anthropologie de la mémoire*, Paris: Presses Universitaires de France.
- CLEMENTE, M. (2011), *Storie dominicane. Uno studio qualitativo della prostituzione minorile in contesti di turismo sessuale*, Roma: Nuova Cultura.
- COMISSÃO EUROPEIA (2019a), *Documento de trabalho dos serviços da comissão. Relatório relativo a Portugal de 2019, que acompanha o documento «Comunicação da comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu e ao Eurogrupo - semestre europeu de 2019. Avaliação dos progressos realizados em matéria de reformas estruturais, prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos e resultados das apreciações aprofundadas efetuadas no âmbito do regulamento (UE), 1176/2011»*.
- COMISSÃO EUROPEIA (2019b), *Recomendação do Conselho relativa ao Programa Nacional de Reformas de Portugal de 2019 e que emite um parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade de Portugal de 2019*, COM (2019) 522 final, Bruxelas: Comissão Europeia.
- COMISSÃO EUROPEIA (2020), *Documento de trabalho dos serviços da Comissão. Relatório relativo a Portugal de 2020, que acompanha o documento «Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu e ao Eurogrupo. Semestre europeu de 2020: avaliação dos progressos realizados em matéria de reformas estruturais, prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos, e resultados das apreciações aprofundadas efetuadas no âmbito do regulamento (UE), 1176/2011»*.
- COOK, J. (2015), «Young people's strategies for coping with parallel imaginings of the future», *Time & Society*, 25 (3), pp. 700–717.

- CRÉPIN, C. (2006), «Serge Paugam. Les formes élémentaires de la pauvreté», *Recherches et prévisions. Comptes rendus de lectures*, 86, pp. 101-103.
- CROMPTON, R. (1997), «Diferença sexual e análise das classes», *Revista crítica de Ciências Sociais*, 49, pp. 23-43.
- DAGDEVIREN, H. & DONOGHUE, M. (2019), «Resilience, agency and coping with hardship. Evidence from Europe during the Great Recession», *Journal of social policy*, vol.3, 48, pp. 547-567.
- DALY, M. & LEONARD, M. (2002), *Against all odds: Family life on a low income in Ireland*, Dublin: Combat Poverty Agency.
- DALY, M. & KELLY, G. (2015), *Families and poverty. Everyday life on a low income*, Bristol: Policy Press.
- DELORY-MOMBERGER, C. (2012), «Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica», *Revista brasileira de educação* vol. 17, 51, pp. 523-536.
- DEMAZIÈRE, D. (2014), «Does unemployment still have a meaning? Findings from a comparison of three conurbations», *Sociologie du Travail*, 56, e21-e42. doi:<https://doi.org/10.1016/j.soctra.2014.07.006>.
- DIOGO, F. & FREITAS, F. (2014), *Precários em trajetórias de emprego em carrossel. Trabalhadores pobres em Portugal*, ensaio apresentado no VIII Congresso de Sociologia, em Évora.
- DIOGO, F. & ROQUE, R. (2002), *Vidas no feminino. Um estudo dos impactos biográficos do RMG nas famílias monoparentais femininas*, Lisboa: IDS.
- DIOGO, F. (2007), *Pobreza, trabalho, identidade*, Oeiras: Celta.
- DIOGO, F. (2010), «Precários voláteis e trajetórias de emprego em carrossel. O caso dos beneficiários do RSI», *Fórum sociológico*, 20, pp. 29-38.
- DIOGO, F. & ROQUE, R. (2005), «Le foyer, les enfants et moi. Gérer la confiance dans des quotidiens féminins de pauvreté», Balsa, C. (ed.), *Confiance et lien social*, Fribourg: Academic Press Fribourg, pp. 179-193.
- DIOGO, F., CASTRO, A., & PERISTA, P. (Orgs.) (2015), *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*, Ribeirão: Húmus.
- DOMINY, N. & KEMPSON, E. (2006), *Understanding older people's experiences of poverty and material deprivation*, Research report 363, Bristol: Dept. for Work and Pensions, University of Bristol.
- DUBAR, C. (1991), *La socialization. Constrution des identités sociales et professionnelles*, Paris: Armand Colin.
- DUBAR, C. (2000), *La crise des identités*, Paris: PUF.

- DUBET, F. & VÉRETOUT, A. (2001), «Une "réduction" de la rationalité de l'acteur. Pourquoi sortir du RMI?», *Revue Française de Sociologie*, vol. 3, 42, pp. 407-436.
- DUBET, F. (1996), «L'exclusion scolaire. Quelles solutions?», S. Paugam (ed.), *L'exclusion. État des savoirs*, Paris: La Découverte, pp. 497-505.
- ELDER, G. H. (1994), «Time, human agency, and social change. Perspectives on the life course», *Social Psychology Quarterly*, 57 (1), pp. 4-15.
- ENGELS, F. (2010 [1845]), *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, São Paulo: Boitempo.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1997), *L'Etat social sans travail. Comparer les systèmes de protection sociale en Europe du Sud*, Paris: MIRE.
- ESTANQUE, E. (2000), *Entre a fábrica e a comunidade. Subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*, Porto: Edições Afrontamento.
- FERNANDES, L. (2019), *Ação coletiva de pessoas desempregadas*, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- FERREIRA, V. (1994), «Women's employment in the European semiperipheral countries. Analysis of the Portuguese case», *Women's Studies international forum*, 17 (2/3), pp. 141-155.
- FERRERA, M. (2000), «Reconstructing the Welfare State in Southern Europe» S. Kuhnle (ed.), *Survival of the European Welfare State*, Londres: Routledge, pp. 166-181.
- FILANDRI, M. & STRUFFOLINO, E. (2019), «Individual and household in-work poverty in Europe. Understanding the role of labor market characteristics», *European Societies*, 21 (1), 130-157. doi:10.1080/14616696.2018.1536800
- FLICK, U. (2002), *Métodos qualitativos na investigação científica*, Lisboa: Monitor.
- FREYSSINET, J. (2004), *Le chômage*, 11.^a Ed., Paris: Éditions La Découverte.
- FURLONG, A. & e CARTMEL, F. (1997), *Young people and social change. Individualization and risk in late modernity*, Buckingham e Filadélfia: Open University Press.
- GAISBAUER, H.; SCHWEIGER, G. & SEDMARK, C. (2019), *Absolute poverty in Europe. Interdisciplinary perspectives on a hidden phenomenon*, Bristol: Policy Press.
- GARCIA, J.; JERÓNIMO, L.; MATEUS, H.; NORBERTO, R. & AMARO, M. I. (2000), *Estranhos. Juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa*, Oeiras: Celta Editora.
- GASKELL, G. & BAUER, M.W. (2004), «Para uma prestação de contas públicas. Além da amostra, da fidedignade e da validade», M. W. Bauer & G. Gaskell (eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático*, Petrópolis: Vozes Editora.
- GAULEIAC, V. & LÉONETTI, I. T. (orgs.) (1994), *La lutte des places*, Paris/Marselha: Hommes et Perspectives e Desclée de Brouwer.

- GEP-MTSSS – Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2019), *Salário Mínimo Nacional – 45 anos depois. Balanço e perspetivas atuais sobre emprego e salários em Portugal*, Lisboa: GEP-MTSSS.
- GIDDENS, A. (1996), *Transformações da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta Editora.
- GÓIS, P. & MARQUES, J. C. (2018), «Retrato de um Portugal migrante. A evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos», *E-Cadernos CES* [online], pp. 125-152.
- GUERRA, I. & PINTO, T. C. (2015), «Da pobreza à vulnerabilidade. Transformações identitárias e no agir coletivo», em F. Diogo; A. Castro & P. Perista (orgs), *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*, Ribeirão: Humus.
- GUERREIRO, M. D. & ABRANTES, P. (2007), *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*, Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- HALPERN-MEEKIN; S., EDIN, K., TACH, L. & SYKES, J. (2015), *It's not like I'm poor. How working families make ends meet in a post-welfare world*, Oakland: University of California Press.
- HESPAÑA, P. & MATOS, A. (2000), «Compulsão ao trabalho ou emancipação pelo trabalho? Para um debate sobre as políticas activas de emprego», *Sociologias*, vol.2, 4, pp. 88-109.
- HOGGART, R. (1973), *As utilizações da cultura. Aspectos da vida cultural das classes populares*, Lisboa: Presença.
- IESE (2015), *Referencial de coesão social 2014*, Lisboa: Instituto de Segurança Social.
- JUSTINO, D. (2013), «Origens sociais, expectativas, oportunidades e desempenho escolar em Portugal. Contribuição para um modelo de análise das desigualdades educativas», A.M Diogo & F. Diogo (orgs.), *Desigualdades no sistema educativo. Percursos, transições e contextos*, Lisboa: Editora Mundos Sociais, pp. 7-19.
- LAHIRE, B. (1998), *L'homme pluriel. Les ressorts de l'action*, Paris: Nathan.
- LAPARRA, M. & AGUILAR, M. (1997), «Social exclusion and minimum income programmes in Spain», M. Rhodes (ed.), *Southern European welfare states. Between crisis and reform*, Londres: Frank Cass, pp. 87-114.
- LOHMANN, H. & MARX, I. (2008), «The different faces of in-work poverty across welfare state regimes», H.-J. R. Andreß & H. Lohmann (eds.), *The working poor in Europe*, Cheltenham: Edward Elgar, pp. 17-46.
- LÖTTER, H. (2011), *Poverty, ethics and justice*, Cardiff: University of Wales Press.
- MACDONALD, R. (2011), «Youth transitions, unemployment and underemployment. Plus ça change, plus c'est la même chose?», *Journal of Sociology*, n.º 47 (4), pp. 427-444.

- MACHADO, F. L.; MATIAS, A. R. & LEAL, S. (2005), «Desigualdades sociais e diferenças culturais. Os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos», *Análise Social*, 176, pp. 695-714.
- MAIN, G. (2017), «Money matters. A nuanced approach to understanding the relationship between household income and child subjective well-being», *Child indicators research*, 12, pp. 1125–1145.
- MARTINELLI, B. (2000), *Entre systématique et empathie. Réflexion sur la démarche ethnologique*, Aix-en-Provence: Université de Provence.
- MAURITTI, R. (2002), «Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 85-116.
- MIDDLETON, S.; ASHWORTH, K. & WALKER, R. (1994), *Family fortunes. Pressures on parents and children in the 1990s*, Londres: Child Poverty Action Group.
- MORENO MÍNGUEZ, A. (coord.) (2012), *The transition to adulthood in Spain economic crisis and late emancipation*, Barcelona: Fundación La Caixa.
- MORSE, J.M. & NIEHAUS, L. (2009), *Mixed method design. Principles and procedures*, California, Lerf Coast Press.
- NILSEN, A.; GUERREIRO, M.D. & BRANNEN, J. (2002), «Most choices involve money. Different pathways to adulthood», J. Brannen; S. Lewis; A. Nilsen & J. Smithson (orgs.), *Young Europeans, work and family*, Londres: Routledge, pp. 162-182.
- OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES (2018), *Nível de escolaridade*, <https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2018/06/14/nivel-de-escolaridade/?print=print>.
- OIT (ILO) (2018), *Decent work in Portugal 2008-18. From crisis to recovery*, Geneva: ILO.
- PAIS, J. M. (2000), *Traços e riscos de vida. Abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*, Porto: Ambar.
- PAIS, J. M. (2001), *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*, Porto: Âmbar.
- PARKER, R. & CAMARGO, K. (2000), «Pobreza e HIV/AIDS. Aspectos antropológicos e sociológicos», *Cadernos de Saúde Pública*, 16 (sup. 1), pp. 89-102.
- PAUGAM, S. (1991), *La desqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris: PUF.
- PAUGAM, S. (2012), *Les formes contemporaines de la disqualification sociale*, CERISCOPE *Pauvreté*, [en ligne], URL : <http://ceriscope.sciences-po.fr/pauvrete/content/part5/les-formes-contemporaines-de-la-disqualification-sociale>.
- PAUGAM, S. (2014), *L'intégration inégale. Force, fragilité et rupture des liens sociaux* (dir.), coll. «Le Lien Social», Paris, PUF.

- PEREIRA, A.; SILVA, D.S.; REBELO, M.; BAPTISTA, I.; PERISTA, P. & CARDOSO, A. (2011), *Habitat e minorias. O que pode a promoção pública da habitação?* Lisboa: ITECS 36, LNEC.
- PEREIRINHA, J. A. (coord); NUNES, F.; BASTOS, A.; CASACA, S. F. & MACHADO, C., (2008). *Género e pobreza: impacto e determinante da pobreza no feminino*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- PEREIRINHA, J.; PEREIRA, E.; BRANCO, F.; AMARO, I.; COSTA, D. & NUNES, F. (2017), *Rendimento adequado em Portugal. Quanto é necessário para uma pessoa viver com dignidade em Portugal?* Lisboa: Universidade de Lisboa & Universidade Católica Portuguesa.
- PERISTA, P. (2018), *ESPN Thematic report on inequalities in access to healthcare. Portugal, European social policy network*, Bruxelas: European Commission.
- PERISTA, P. & BAPTISTA I. (2012), «Pobreza em Portugal. Retrato de um fenómeno insuspeitadamente extenso» em *Revista Angolana de Sociologia*, 9, pp. 153-169.
- PERRENOUD, P. (1995). *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*, Lisboa: D. Quixote.
- POIRIER, J.; CLAPIER-VALLADON, S. & RAYBANT P. (1995), *Histórias de vida. Teoria e prática*, Lisboa: Celta, 1995.
- PORTELA, J. (2008), «Urge pensar a pobreza portuguesa, a partir do chão e muito para lá dos pobres», Monteiro, A.M. & Ribeiro F. B. (orgs.), em *Redes sociais. Experiências, políticas e perspectivas*, Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 109-136.
- PORTES, A. & HALLER, W. (2005). «The informal economy», N. J. Smelser & R. Swedberg (eds.), *The Handbook of Economic Sociology*, 2 ed., Oxford: Princeton University Press, pp. 403-425.
- REIS, J. (2020), *Cuidar de Portugal. Hipóteses de economia política em tempos convulsos*, Coimbra: Almedina.
- REPÚBLICA PORTUGUESA(2019), *Programa Nacional de Reformas 2016-2023* (atualização de Abril 2019).
- RIBEIRO, F. B. & SACRAMENTO, O. (2009), «Imagens, erotismo e culturas ‘on the road’: perspectivas sobre o Brasil como destino turístico, *Configurações*, 5/6, pp. 241-255.
- RIBEIRO, F. B. (2010), *Entre martelos e lâminas. Dinâmicas globais, políticas de produção e fábricas de caju em Moçambique*, Porto: Afrontamento.
- RIBEIRO, M. (2002), «E como é que, realmente, se chega às pessoas? Considerações introdutórias sobre as notas e o trabalho de campo como processo social», T. H. Caria (org.), *Experiência etnográfica em Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento, pp. 99-114.
- RIBEIRO, M.; SILVA, M. C.; SCHOUTEN, J., RIBEIRO, F. B., & SACRAMENTO, O. (2007), *Vidas na raia. Prostituição feminina em regiões de fronteira*, Porto: Afrontamento.

- RIDGE, T. (2011), «The everyday costs of poverty in childhood. A review of qualitative research exploring the lives and experiences of low-income children in the UK», *Children & Society*, vol. 25, pp. 73–84.
- RIDGE, T. (2002), *Childhood and social exclusion. From a child's perspective*, Bristol: Polity Press.
- RODRIGUES, C. F.; FIGUEIRAS, R. & JUNQUEIRA, V. (2016), *Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal. As consequências sociais do programa de ajustamento*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.
- RODRIGUES, E. V. (2010), «O Estado e as políticas sociais em Portugal. Discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção», *Sociologia*, n.º 20, pp. 191-230.
- ROKER D. (1998), *Worth more than this. Young people growing up in family poverty*, Londres: The Children's Society.
- SAGLIO, J. (1998), «Qualification et classification», J. Kergoat et al. (dir.). *Le monde du travail*, Paris: La Découverte.
- SEN, A. (1999), *Development as freedom*, New York: Anchor Books.
- SENNET, R. (2011), *A corrosão de carácter. As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Lisboa: Terramar.
- SHEEHY-SKEFFINGTON, J. & REA, J. (2017), *How poverty affects people's decision-making processes*, York: Joseph Rowntree Foundation.
- SILVA, M. C. (1998), *Resistir e adaptar-se. Estratégias e constrangimentos camponeses no Noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.
- SILVA, M. C. (2018), «Pobreza, exclusão social e desigualdades. Breve revistação de conceitos e alguns dados a nível global e nacional», Gomes, S.; Duarte, V.; Ribeiro F. B.; Cunha, L.; Brandão A. & Jorge A. (orgs.), *Desigualdades sociais e políticas públicas. Homenagem a Manuel Carlos Silva*, Vila Nova de Famalicão: Húmus Editora, pp. 689-733.
- SILVA, P. A. & PEREIRA, M. T. (2012), «As políticas de proteção no desemprego em Portugal», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 70, pp. 133-150.
- SINGER, P. (2010), *A Erradicação Da miséria. Uma abordagem inicial*, <https://pt.scribd.com/document/273088577/A-Erradicacao-Da-Miseria-Uma-Abordagem-Inicial?>
- SINGLY, F. (2007), *Sociologie de la famille contemporaine*, Paris: Armand Colin.
- SOUSA, L., & MATOS, A. (2006), «O apoio das instituições de protecção social às famílias multiproblemáticas», em *PSI – Rev. Psicol. Soc. Instit.*, Londrina, vol. 3, 1, pp. 1-23.

- TACH, L. & GREENE, S.S. (2014), «"Robbing Peter to pay Paul". Economic and cultural explanations for how lower-income families manage debt», *Social Problems*, vol. 61, 1, pp. 1–21.
- TASHARKORY, A., & TEDDLIE, C. (2003), *Mixed methods in social & behavioral research*, California: Sage Publications.
- THERBORN, G. (2013), *The killing fields of inequality*, Cambridge: Polity Press.
- TORRES, A. (2002), «Casamento. Conversa a duas vozes e em três andamentos», *Análise Social*, XXXVII (163), pp. 569-602.
- VALA, J. (1999), «A Análise de conteúdo», Silva, A. & Pinto, J. (Orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento, pp. 129-148.
- VALA, J. (2000), «Mudanças nos valores associados ao trabalho e satisfação com o trabalho», Cabral M. V.; Vala, J. & Freire, J., *Trabalho e cidadania*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais [ICS].
- VALA, J.; CABRAL, M. V. & RAMOS, A. (orgs.) (2003), *Valores sociais. Mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- VASCONCELOS, P. (2002), «Redes de apoio familiar e desigualdade social. Estratégias de classe», *Análise Social*, XXXVII (163), pp. 507-544.
- VEBLEN, T. (1970 [1899]), *Théorie de la Classe de Loisir*, Paris: Galimard.
- WALKER, R., «Measuring Absolute Poverty: Shame Is All You Need», em H. Gaisbauer; G. Schweiger, & C. Sendmark, (eds.), *Absolute Poverty in Europe: Interdisciplinary Perspectives on a Hidden Phenomenon*, Bristol, Policy Press, 2019.
- WALKER, R.; KYOMUHENDO, G. B.; CHASE, E.; CHOUDHRY, S.; GUBRIUM, E. K.; NICOLA, J. Y. & MING, Y. (2013), «Poverty in global perspective. Is shame a common denominator?», *Journal of Social Policy*, vol. 2, 42, pp. 215-233.
- WALL, K.; ABOIM, S.; CUNHA, V. & VASCONCELOS, P. (2001), «Families and informal support networks in Portugal. The reproduction of inequality», *Journal of European Social Policy*, 3, pp. 213- 233.
- WALL, K.; ALMEIDA, A. N. d.; VIEIRA, M. M. & CUNHA, V. (2015), *Impactos da crise nas crianças portuguesas. Indicadores, políticas, representações*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- ZONABEND, F. (1989), *La prequ'île au nucléaire*, Paris: Odile Jacob.

Anexos

Anexos

A. Tabela dos perfis

		N.º Cluster				Total
		C1 (27.5 %)	C2 (26.6 %)	C3 (13.0 %)	C4 (32.9 %)	
Sexo	Masculino	37.0 %	46.9 %	49.0 %	48.2 %	44.9 %
	Feminino	63.0 %	53.1 %	51.0 %	51.8 %	55.1 %
Idade 4 Categorias	18-24	0.00 %	29.6 %	17.7 %	5.5 %	12.0 %
	25-44	0.2 %	33.0 %	30.4 %	40.7 %	26.2 %
	45-64	14.6 %	36.5 %	50.3 %	52.3 %	37.5 %
	65+	85.2 %	0.9 %	1.6 %	1.5 %	24.4 %
Estado Civil	Solteiro(a)	11.0 %	61.0 %	49.3 %	23.4 %	33.4 %
	Casado(a)	52.6 %	23.4 %	21.0 %	70.8 %	46.7 %
	Viúvo(a)	29.8 %	1.2 %	7.0 %	0.8 %	9.7 %
	Divorciado(a)	6.6 %	14.4 %	22.7 %	5.0 %	10.2 %
Educação	Básico	98.6 %	66.4 %	79.5 %	74.2 %	79.5 %
	Secundário	1.1 %	26.9 %	14.4 %	20.0 %	15.9 %
	Superior	0.3 %	6.6 %	6.1 %	5.8 %	4.5 %
N_Adultos	1_ad	34.5 %	13.9 %	33.5 %	0.9 %	17.9 %
	2_ad	50.1 %	33.2 %	40.8 %	49.2 %	44.1 %
	3+_ad	15.4 %	52.8 %	25.6 %	49.8 %	38.0 %

N_Crianças	0_cr	95.8 %	56.9 %	57.7 %	42.8 %	63.1 %
	1_cr	2.1 %	25.4 %	18.2 %	29.8 %	19.5 %
	2_cr	1.8 %	13.2 %	14.3 %	19.4 %	12.2 %
	3+_cr	0.2 %	4.5 %	9.8 %	8.0 %	5.2 %
Composição Familiar do Agregado	1_ad	34.3 %	8.6 %	26.8 %	0.6 %	15.4 %
	2_ad_s_crian_dep_amb_65-	3.2 %	15.2 %	17.4 %	16.5 %	12.6 %
	2_ad_s_crian_dep_1+ad_65+	46.2 %	3.6 %	0.9 %	1.9 %	14.4 %
	Out_agr_s_crian_dep	11.4 %	18.9 %	6.5 %	14.4 %	13.8 %
	Um adulto com uma ou mais crianças dependentes	0.1 %	9.5 %	15.5 %	0.6 %	4.8 %
	Dois adultos com uma criança dependente	1.5 %	10.4 %	7.4 %	18.7 %	10.3 %
	Dois adultos com duas crianças dependentes		12.7 %	9.2 %	20.7 %	11.4 %
	Dois adultos com três ou mais crianças dependentes	0.1 %	4.3 %	4.5 %	6.7 %	4.0 %
	Outros agregados com uma ou mais crianças dependentes	3.2 %	16.8 %	11.8 %	19.8 %	13.4 %
Indivíduo com Doença Crônica do ADP	Não	15.7 %	34.6 %	32.4 %	34.4 %	29.1 %
	Sim	84.3 %	65.4 %	67.6 %	65.6 %	70.9 %
Grau de Urbanização	Urbano	57.4 %	68.3 %	71.4 %	67.1 %	65.3 %
	Rural	42.6 %	31.7 %	28.6 %	32.9 %	34.7 %
Principal Fonte de Rendimento do ADP	Rend_Trab	1.5 %	54.5 %	4.8 %	94.3 %	46.6 %
	Pensões	97.5 %	27.7 %	18.8 %	4.2 %	38.0 %

	Out_Tr_Sociais	0.6 %	13.3 %	67.8 %		12.5 %
	Out_Tip_Rend	0.4 %	4.5 %	8.6 %	1.5 %	2.9 %
Profissão	F_Armadas		0.6 %		0.1 %	0.2 %
	Dirig_Direct	4.0 %	3.7 %	2.3 %	6.6 %	4.7 %
	Espec_at_int_cientif	0.4 %	3.6 %	4.0 %	3.4 %	2.6 %
	Tec_p_n_inter	3.1 %	3.2 %	3.4 %	5.0 %	3.9 %
	Pess_adm	1.6 %	5.5 %	4.5 %	6.1 %	4.4 %
	Trab_ser_pess	11.4 %	21.8 %	15.9 %	22.3 %	18.2 %
	Agr_trab_qual_APF	13.8 %	6.7 %	4.2 %	6.0 %	8.2 %
	Trab_qual_ICA	13.7 %	14.8 %	20.1 %	17.4 %	16.0 %
	Oper_Inst_MTM	16.5 %	13.6 %	14.2 %	12.3 %	14.1 %
	Trab_n_qual	35.4 %	26.5 %	31.4 %	20.8 %	27.7 %
Nacionalidade do Indivíduo de Referência	European Union		0.1 %		0.2 %	0.1 %
	Local / PT	99.6 %	97.7 %	98.1 %	96.5 %	97.8 %
	Others	0.4 %	2.2 %	1.9 %	3.3 %	2.0 %
Condição perante Trabalho	Empregados	3.2 %	29.0 %	4.2 %	76.8 %	34.4 %
	Desempregados	0.9 %	33.2 %	61.1 %	9.0 %	20.0 %
	Estudantes	0 %	19.4 %	8.8 %	0 %	6.3 %
	Reformados	78.5 %	0.6 %	3.7 %	1.8 %	22.8 %
	Domésticos	15.0 %	10.4 %	8.5 %	11.0 %	11.6 %

	Out. inativos	2.3 %	7.4 %	13.7 %	1.4 %	4.8 %
Intensidade Laboral per Capita Muito Reduzida (LWI)	Não está em intensidade laboral per capita muito reduzida	1.6 %	62.9 %	3.3 %	92.8 %	48.1 %
	Está em intensidade laboral per capita muito reduzida	1.2 %	6.6 %	83.6 %		13.0 %
	Não se aplica	97.2 %	30.5 %	13.1 %	7.2 %	38.9 %

(Legenda: C1: Reformados; C2: Precários; C3: Desempregados; C4: Trabalhadores)

B. Distribuição dos perfis por quotas

Perfil		Características		Observações
Cluster	Sub-perfil	Individuais	Agregado	
1 – Reformados	1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	2 adultos com 65 ou mais anos e sem crianças dependentes; pensões como a principal fonte de rendimento	
	2	Mulheres com 65 ou mais anos, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento	
	3	Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	2 adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; pensões como a principal fonte de rendimento	
	4	Homens ou mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casado(a)s, em união de facto ou viúvos, reformados ou doméstico(a)s ⁶¹	Sem crianças dependentes; Pensões como a principal fonte de rendimento	Em agregados com a) um único adulto sem crianças dependentes ou b) com dois adultos sem crianças dependentes e com pelo menos um adulto com 65 ou mais anos
	5	Homens ou mulheres, solteiros ou divorciados, com 65 ou mais anos, reformados	Isolados; Pensões como a principal fonte de rendimento	
2 - Indivíduo em idade ativa, dependentes ou trabalhadores	1	Estudantes com idades entre 18 e 24 anos, solteiros, a viverem em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como a principal fonte de rendimento	

⁶¹ A cumprir tarefas domésticas e responsabilidades de assistência.

, em agregados sem baixa intensidade de trabalho	2	Homens ou mulheres, desempregados, com idades entre 18 e 44 anos, solteiros	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como a principal fonte de rendimento; a viver em casa dos pais	
	3	Mulheres com idades entre 25 e 64 anos, solteiras, casadas ou em união de facto, ou divorciadas, domésticas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho ou pensões como fonte principal de rendimento; No caso dos agregados sem crianças, integram predominantemente e agregados com dois adultos, ambos com menos de 65 anos; no caso dos agregados com crianças dependentes integram dois ou mais adultos	Inclui agregados sem crianças (59,3 %) e agregados com crianças (40,7 %). No primeiro caso, distinguem-se do 1.4 por predominarem os casos de dois adultos, sem crianças dependentes, ambos com menos de 65 anos
	4	Homens ou mulheres com idades entre 25 e 64 anos, casados, em união de facto (com mais frequência), solteiros ou divorciados (apenas um caso), desempregados	Sem crianças dependentes; trabalho como a principal fonte de rendimento; não vivem com os pais, vivem com cônjuge ou outro	
	5	Homens ou mulheres com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Agregados de um adulto com ou sem crianças; Trabalho como principal fonte de rendimento	

3 – Desempregados e outros inativos mais velhos	1	Mulheres com idades entre 45 e 64 anos, casadas ou em união de facto, divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais	Predominam os agregados sem crianças dependentes (3/4 deste subperfil)
	2	Homens com idades entre 45 e 64 anos, casados ou em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais	Predominam os agregados sem crianças dependentes (3/4 deste subperfil)
	3	Mulheres, entre 18 e 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Com uma ou mais crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento	Predominam os agregados com crianças dependentes (mais de 3/4 deste subperfil)
	4	Homens, entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com e sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento	Cerca de metade dos agregados com crianças dependentes
	5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Sem crianças dependentes com um ou dois adultos; outras transferências sociais como principal fonte de rendimento	
4 – Trabalhadores	1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
	2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	

	3	Mulheres, com idade entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
	4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
	5	Homens ou mulheres, com idades entre 18 e 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	

C. Distribuição territorial das quotas (primeira aproximação)

Grandes Dicotomias	Concelho	Entradas	Perfil	Características	
				Individuais	Agregado
Norte Litoral Urbano	Guimarães <i>Industrialização difusa e desemprego</i>	10	P1.4	Mulheres com idades entre 45 e 64 anos, casadas ou em união de facto, domésticas ⁶²	Sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.1	Estudantes, com idades entre 18 e 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com e sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.4	Homens ou mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto (mais frequente), solteiros ou divorciados (um caso), desempregados	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento; Não vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro
			P2.5	Homens ou mulheres com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciadas, empregados	Agregados de um adulto, com ou sem crianças dependentes, Trabalho como principal fonte de rendimento
			P3.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.4	Homens, entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como fonte de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimentos

⁶² A cumprir tarefas domésticas e responsabilidades de assistência

			P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
	Porto <i>Urbano consolidado e marginalizaçã o urbana</i>	15	P1.2	Mulheres com 65 ou mais anos, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.4	Homens ou mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto ou viúvos, reformados ou doméstico(a)s	Sem crianças dependentes; a maior parte (90 %) a viverem sós ou em agregados 2 adultos (com 65 ou mais anos); Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.5	Homens ou mulheres, solteiros ou divorciados, com 65 ou mais anos, reformados	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.1	Estudantes, com idades entre os 18 e os 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.2	Homens ou mulheres, com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, desempregados, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.5	Homens ou mulheres com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou	Agregados de um adulto com ou sem crianças dependentes; Trabalho como

				divorciados, empregados	principal fonte de rendimento
			P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.3	Mulheres, entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregados com (3/4 dos casos) ou sem crianças dependentes; outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P3.4	Homens, entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes (50 %/50 %); outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento

	Castelo de Paiva <i>Transição, desemprego e envelhecimento</i>	5	P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P1.4	Homens com idade entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto ou viúvos, reformados (ou domésticos) ⁶³	Sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.1	Estudantes, com idades entre os 18 e os 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P3.4	Homens, com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes; outras transferências sociais principal fonte de rendimento
			P3.5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Sem crianças dependentes, com um ou dois adultos; Pensões ou outras transferências sociais como principais fontes de rendimento
			P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
Norte Interior Rural	Vila Nova de Paiva <i>Rurais médios e envelhecimento agudo</i>	10	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Agregados de dois adultos, com 65 ou mais anos, sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.3	Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Agregados de dois adultos, com 65 ou mais anos, sem crianças

⁶³ A cumprir tarefas domésticas e responsabilidades de assistência

					dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.3	Mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, solteiras, casadas ou em união de facto, ou divorciadas; domésticas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho ou as pensões como principais fontes de rendimento
			P2.4	Homens ou mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto (+ frequente), solteiros ou divorciados (1 caso), desempregados	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento (não vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro)
			P2.5	Homens ou mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiras ou divorciadas, empregadas	Agregados de um adulto com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P3.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.4	Homens, com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes; outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P3.5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com	Agregados de um ou dois adultos, sem crianças dependentes;

				invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Pensões e outras transferências sociais como principais fontes de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes
	Sernancelhe	10	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Agregados de dois adultos com 65 ou mais anos, sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.2	Mulheres com 65 ou mais anos, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.3	Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Agregados de dois adultos, com 65 ou mais anos, sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.4	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, ou viúvos, reformados (ou domésticos)	Sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.5	Homens com 65 ou mais anos, solteiros ou divorciados, reformados	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.3	Mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, domésticas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.4	Homens ou mulheres, com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento (não

				(mais frequente), solteiros ou divorciados (1 caso), desempregados	vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro)
			P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.5	Homens ou mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Agregados com um ou dois adultos, sem crianças dependentes; Pensões ou outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimentos
Sul Litoral Urbano	Lisboa <i>Urbano consolidado e marginalizaçã o urbana</i>	15	P1.2	Mulheres com 65 anos ou mais, viúvas, reformadas.	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.4	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, viúvas ou em união de facto, domésticas ou reformadas	Sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.5	Mulheres com 65 ou mais anos, solteiras ou divorciadas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.1	Estudantes com idades entre os 18 e os 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimentos
			P2.2	Desempregados com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimentos

			P2.5	Homens ou mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Agregados de um adulto com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P3.3	Mulheres, entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Isolados ou outros agregados com (3/4) ou sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P3.4	Homens, entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P3.5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Agregados com um ou dois adultos sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em	Com ou sem crianças dependentes;

				união de facto, empregados	Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idade entre 18 e 64 anos, solteiras ou divorciadas, empregadas	Com e sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
	Amadora <i>Urbano consolidado marginalização e desemprego</i>	10	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.3	Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.2	Desempregados com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.5	Pessoas, homens ou mulheres, c/ idades entre os 18 e os 64 anos, solteiras ou divorciadas, empregadas	Isolados, com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P3.3	Mulheres entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou	Com (3/4) ou sem crianças dependentes; Outras transferências

				divorciadas, desempregadas	sociais como principal fonte de rendimento
			P3.5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Com um ou dois adultos, sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiras ou divorciadas, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
	Maфра <i>Com forte atividade e marginalizaçã o moderada</i>	5	P2.1	Estudantes com idades entre os 18 e os 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.2	Desempregados, com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento

			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
Sul Interior Rural	Aljustrel ou Ferreira do Alentejo ou Redondo ou Vidigueira	8	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.2	Mulheres com 65 ou mais anos, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.3	Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.2	Desempregados, com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.3	Mulheres c/ idade entre 25 e 64 anos, casadas ou em união de facto, solteiras ou divorciadas, domésticas (a cumprir tarefas domésticas ou de assistências)	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho ou pensões como principais fontes de (não são agregados de 65 ou mais anos)

			P3.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.3	Mulheres, entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregados com uma ou mais crianças dependentes; outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
	Alvito <i>Rural deprimido e marginalização o rural</i>	7	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.2	Mulheres com 65 anos ou mais, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.3	Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.5	Mulheres com 65 ou mais anos, solteiras ou divorciadas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P3.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Sobretudo sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como

					principal fonte de rendimento
			P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
Ilhas	Ponta Delgada	5	P2.3	Mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, domésticas	Com crianças dependentes; Trabalho ou Pensões como principal fonte de rendimento (Agregados com menos de 65 anos)
			P2.4	Homens ou mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto (mais frequente), solteiros ou divorciados (1 caso), desempregados	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento (não vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro)
			P3.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.3	Mulheres, entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Com [3/4] ou sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento

	Vila Franca do Campo	5	P1.5	Homens ou mulheres, com 65 ou mais anos, solteiros ou divorciados, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.3	Mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, domésticas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.4	Homens ou mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto (mais frequente), solteiros ou divorciados (1 caso), desempregados	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento (não vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro)
			P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento

D. Credencial de identificação

CREDENCIAL DE ENTREVISTADOR

Declara-se, para os devidos efeitos, que **XXXXXXX** é entrevistadora no âmbito do Projeto *Trajetos e quotidianos de pobreza em Portugal*, estando credenciada para entrevistar pessoas que, de forma voluntária e informada, aceitem participar neste projeto de investigação.

Esclarece-se ainda que a pesquisa é promovida pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAc/CICS.UAc), integrando dez investigadores de sete universidades do país, sendo financiado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, visando aprofundar conhecimento sobre a caracterização da população pobre em Portugal.

Na sua componente intensiva, o projeto prevê a realização de entrevistas semi-estruturadas com vista a conhecer as trajetórias e formas de viver e enfrentar a situação de pobreza. Estas entrevistas serão conduzidas nos seguintes concelhos: Aljustrel; Alvito; Amadora; Castelo de Paiva; Guimarães; Lisboa; Mafra; Ponta Delgada; Porto; Sernancelhe; Vila Nova de Paiva; Vila Franca do Campo.

O trabalho de campo decorrerá de Março a Junho de 2019.

Esclarecemos também que este projeto norteia-se segundo os critérios éticos inerentes a este tipo de investigação, nomeadamente o consentimento informado e a garantia da confidencialidade e do anonimato. O Guião de entrevista foi aprovado pela comissão de ética da Universidade dos Açores.

Desde já agradecendo a disponibilidade em participar nesta pesquisa,
Cordialmente,

Ponta Delgada e Universidade dos Açores, 27 de Março de 2019

O Investigador Responsável

Professor Doutor Fernando Diogo

E. Consentimento informado

Consentimento de participação em projeto

Foi selecionado para realizar uma entrevista sobre trajetórias de vida e quotidianos num projeto de investigação realizado por um conjunto de universidades portuguesas, financiado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos. Agradecemos a sua participação e as suas respostas à nossa entrevista.

Gostaríamos de ouvir a sua opinião sobre diversos assuntos importantes na sua vida de forma a que possamos usá-la para compreender melhor como é que os portugueses com mais dificuldades económicas vivem. Não existem respostas certas ou erradas às questões que iremos colocar. A sua participação é muito importante e comprometemo-nos a fazer chegar as conclusões do estudo a um público muito alargado onde se incluem os principais responsáveis do país.

Aceito participar neste projeto e compreendo que:

A minha participação é voluntária;

A minha participação se traduz em responder a uma entrevista;

A entrevista serve para efeitos de investigação e tem uma duração aproximada de uma _____ hora, embora possa, em função das minhas respostas, ter duração maior ou menor;

Posso terminar a entrevista a qualquer momento, se assim o entender;

A informação recolhida será utilizada apenas para investigação, e poderá ser utilizada para efeitos de congressos, publicação de artigos científicos, etc...

O meu nome será sempre confidencial em qualquer produto que surja da investigação;

Posso deixar de participar no projeto a qualquer momento. Se quiser retirar a minha entrevista devo ligar para o 296 650 065 e solicitá-lo ao secretário(a) do CICS.NOVA.UAc ou, preferencialmente, mandar um email nesse sentido para fernando.ja.diogo@uac.pt.

Li e aceito participar

_____(local), aos _____, de 20__

F. Guião de entrevista

Nota para os entrevistadores

Trajetos e Quotidianos de Pobreza em Portugal Guião de Entrevista

Procurando responder à pergunta de partida da pesquisa – «Quem são e como vivem os pobres em Portugal?» –, esta entrevista é pensada como uma ENTREVISTA DE ORIENTAÇÃO BIOGRÁFICA pelo que se organiza em termos cronológicos, a partir do qual se procurará identificar um evento estruturador da situação de pobreza (por exemplo, requerimento do RSI/RMG desemprego, doença grave, acidente de trabalho...).

Pressupõe-se que esse evento estruturador pode ajudar a orientar a entrevista para um **registo narrativo**, não apenas nas suas dimensões biográficas (as trajetórias e os quotidianos), mas também nas suas dimensões mais subjetivas (percepções e reflexões).

Entende-se também que a **situação atual no mundo do trabalho** é o eixo estruturador que melhor pode ajudar a explorar o(s) acontecimento(s) decisivos para entender a questão da escassez de recursos.

Sublinha-se que, tratando-se de uma entrevista de orientação biográfica e natureza semiestruturada, esta pode fluir de uma forma que não siga obrigatoriamente a ordem dos blocos temáticos, sendo, no entanto, desejável que uma vez que seja oportuno abordar um desses tópicos, pelo desenrolar da entrevista, este seja preferencialmente explorado nas suas diferentes dimensões, evitando saltar excessivamente entre assuntos.

Parte importante do trabalho de preparação da entrevista implica, assim, adaptar a entrevista ao perfil da pessoa a entrevistar, procurando ter em mente todos os tópicos considerados no guião mas que este seja usado para que aquela decorra não tanto na forma de coleção de dados biográficos, mas antes de narrativa em torno da trajetória e experiência de pobreza.

1. Enquadramento familiar na infância

Esta secção pretende explorar a visão que a pessoa entrevistada tem sobre os seus primeiros anos de vida, a sua família de origem e aquilo que era o seu contexto de vida. Será importante perceber que visão constroem dessa fase: passaram por dificuldades? Havia problemas? Eram felizes? A família era um suporte?

O importante é deixar falar e perceber que imagem subjetiva têm desses tempos e identificar os principais episódios e os respetivos protagonistas, mesmo que estes não sejam da família.

1. Pedia-lhe que me falasse um pouco das suas recordações de infância. No geral, considera que teve uma infância boa ou má?
2. Que recordações positivas e negativas guarda desse período? (Exemplos de contextos: em casa, na escola, no grupo de amigos, na comunidade...)
3. 3. Lembra-se de a sua família receber algum tipo de apoio, de alguma instituição social, religiosa ou comunitária? Que tipo de apoios eram esses? Ajudavam a resolver algumas situações difíceis que possam ter existido?
4. Recorda-se de existirem situações graves que tenham afetado membros da sua família durante a sua infância (perdas significativas, problemas de saúde, problemas com a justiça...)? De que forma afetaram a sua família?

2. Relação com o sistema educativo

2.1. Relação com a escola

Nesta secção, procura-se explorar como foi – ou é, no caso de estudantes – construída a relação com a escola, enquanto espaço de sociabilidade, de aprendizagem e de «embate com a sociedade». Será fundamental explorar se a escola foi/é vivenciada como um local de oportunidade e desenvolvimento (mesmo que não ligada às aprendizagens formais) ou se foi/é, sobretudo, um lugar de estigma e confrontação ou ainda se foi/é, em alternativa, um lugar de convívio com os pares. Explorar as razões dessas imagens da vivência escolar.

Explorar, também, os fatores de permanência ou de recusa da escola, se isso mudou com a idade e porquê.

Podíamos agora falar um pouco sobre a sua relação com a escola. Fale-me um pouco acerca do período em que andou na escola em criança/jovem. (adaptar perguntas para o caso dos estudantes)

1. Até que ano andou na escola? E até que idade? Alguma vez reprovou de ano? Quantas vezes? Porque acha que isso aconteceu?
2. Do que é que gostava mais e gostava menos na escola? Como era a sua relação com os professores?
3. Porque deixou/abandonou a escola? (está a pensar abandonar a escola? porquê?)

2.2. A escola e o futuro

Interessa aqui explorar de que forma e até que ponto a escola é encarada como uma plataforma de distribuição e democratização de oportunidades. Por outro lado, perceber se a pessoa entrevistada sente que foi condicionada no seu projeto de vida por um eventual *drop-out* e o que é que o motivou.

1. Gostaria de (continuar) ter continuado a estudar? Porquê?
2. Acha que a sua vida (será) seria melhor se (continuar) tivesse continuado a estudar? Porque tem essa opinião? (termos laborais, sociais, etc.)
3. Mais tarde voltou a estudar ou fez formação profissional? Fale-me desse período.

3. Transições para a vida adulta

Transição Escola-Trabalho (se aplicável).

Esta secção cruza-se com a anterior e será expectável que muitas das perguntas sejam respondidas numa sequência narrativa despoletada pelas perguntas sobre a saída da escola. Aqui interessa perceber se houve um trajeto direto entre a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho (e até se houve uma relação de efeito-causa entre estas variáveis) ou se a transição foi mais sinuosa, intermitente, permeada por períodos de inatividade. Neste último caso, explorar também que inatividade foi esta: tratou-se de não participar no mercado de trabalho formal, mas exercendo outras atividades informais?

Fale-me um pouco da fase da sua vida depois de sair da escola (se aplicável).

1. Começou logo a trabalhar? Que idade tinha? Tinha algum contrato? Como é que conseguiu esse primeiro emprego? O que é que fazia? Durante quanto tempo esteve nesse primeiro emprego?

3.2. Saída de casa dos pais (se aplicável)

Explorar as condições de construção da autonomia e de ameaças a essa autonomia.

E sobre a fase da sua vida em que deixou de morar com os seus pais... (no caso de já ter saído da casa dos pais.)

1. Que idade tinha? Com quem foi viver? Como se sustentava?
2. Depois de ter saído da casa dos seus pais teve de regressar alguma vez? Porquê? Já tinha companheiro (a) nessa altura?

3.3. Primeira experiência conjugal e parental (se aplicável)

Fale-me agora da época da sua vida em que casou/se juntou com um/a companheiro (a) (pela primeira vez)?

1. Já tinha saído da escola? Já estava a trabalhar? Que idade tinha?
2. Teve filhos? O seu primeiro filho ou filha nasceu em que momento da sua vida?
3. Continua a viver com o seu/sua companheiro(a)?
4. Em que é que essa separação alterou a sua vida? (se aplicável)

4. Relação com o mundo do trabalho

Trajetória Profissional/Laboral

Nesta secção pretende-se explorar qual tem sido o caminho da pessoa entrevistada no mercado de trabalho, mas também como se tem sentido nas suas experiências laborais, se se sente recompensada, realizada, se consegue permanecer no mercado de forma estável e prolongada, etc.

Importa começar por referir a condição em relação ao mundo laboral em que se encontra atualmente quem está a ser entrevistado, convidando-o a falar dela, **tendo em mente o(s) acontecimento(s) decisivos para entender a questão da escassez de recursos (evento estruturador)**. Procurar desenvolver a entrevista a partir desse evento.

Comecemos, então, a entrevista pela sua situação atual em relação ao trabalho.

Pelo que percebi neste momento está **empregado/desempregado/reformado/a estudar/ não está a trabalhar**. É assim? (explorar situação laboral; explorar restantes eixos a partir de evento estruturador).

- 1) O que faz e como conseguiu o emprego atual (ou o último que teve), pode contar-nos a história? E que tipo de contrato tem (teve)? **[se nunca teve um emprego passar para a questão 6]**
- 2) O que é que gosta mais no trabalho que faz (ou no último que teve)? E o que gosta (gostava) menos? Se pudesse mudar, o que é que mudava? Em geral, está satisfeito com o seu trabalho (esteve satisfeito com o último que teve)?
- 3) Mais ou menos quantos trabalhos/empregos diferentes já teve na sua vida? E que tipos de contrato teve?
- 4) Está ou esteve alguma vez desempregado/a? Por que motivo está/esteve desempregado/a? Por quanto tempo é que está/esteve desempregado/a? Lembra-se especialmente de alguma vez em que esteve desempregado/a? E como lidou com essa situação?
- 5) Qual é que foi o emprego que mais gostou? Porquê?
- 6) Acha que tem dificuldades em arranjar emprego? Porque motivos?
- 7) Se nunca trabalhou por que é que isso aconteceu?
- 8) Se está reformado, quando se reformou e porque motivo (atingiu a idade de reforma, por questões de saúde / incapacidade para o trabalho, outra situação...)?

5. Autopercepção do percurso, comparação da vida presente com a passada

Explorar a visão geral sobre a sua vida e a avaliação que faz sobre o percurso, os pontos de destaque e os momentos-crítico.

1. Qual é a sua principal fonte de rendimento (trabalho, reforma, outra, qual)? Acha que os rendimentos que tem são suficientes para responder as suas necessidades?
2. Lembra-se duma situação/momento da sua vida em que tenha sentido/percebido que os seus rendimentos não são suficientes? (se resposta negativa)
3. Como vê o seu percurso de vida até agora? Quais foram os aspetos positivos, os sucessos, as vitórias?
4. Nesse percurso quais foram os momentos mais difíceis? Em algum desses momentos a sua vida mudou muito? (saída de casa dos pais, saída da escola, entrada no mercado de trabalho, conjugalidade, parentalidade, doenças, institucionalização, relação com sistema de justiça...)
5. Quando olha para trás, para o seu percurso, acha que teve altos e baixos, que tem vindo a melhorar ou que já esteve melhor do que agora? Em que aspetos? Porquê?

6. Redes de apoio não institucional e território

6.1. Redes de apoio não institucional

Explorar qual é a rede de suporte informal que a pessoa entrevistada considera que tem e em que medida lhe dá a ajuda e segurança que considera que necessita. Quais os atores chave que suportam a sua sobrevivência (mãe, outro/a familiar, amigo/a, técnica...) e que recursos se utiliza na relação com esses atores.

1. O que é que pensa da relação que tem com os seus familiares, amigos e vizinhos? (explorar os três tipos de atores)
2. Quando necessita de alguma ajuda ou tem algum problema, a quem recorre?

6.2. Avaliação dos territórios de habitação

Exploração da relação entre o território habitacional e a condição de vida. A forma como, eventualmente, o território produz exclusão e segregação, mas também redes informais de suporte. A vizinhança (o local onde vive) constitui-se como um recurso ou uma ameaça?

1. O que pensa do lugar onde vive? Quais os aspetos mais positivos e os mais negativos. Quando e como veio/foi viver para este/esse lugar?
2. Na sua opinião o que faz falta no lugar onde mora? O que mudaria se pudesse? (serviços, transportes, segurança...)
3. Em relação à sua casa: Que dificuldades é que sente?

7. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção social

Nesta secção explora-se a forma como no passado e no presente a pessoa entrevistada se relaciona com os apoios públicos de proteção social e de que forma estes são recursos ou se constituem como formas rituais de humilhação.

7.1. Histórico

Nesta secção, há que explorar toda a relação com os apoios do Estado, desde a Segurança Social (RSI, subsídio de desemprego, baixas médicas, etc.) até à ação social (banco alimentar, ajudas pontuais, ...). Explorar também momentos em que se beneficiou de apoios pontuais ou mais focalizados (ação social escolar, etc.).

1. Ao longo da sua vida fez descontos para a Segurança Social e sistemas semelhantes? Sempre ou apenas em alguns períodos? Se não porquê?
2. Ao longo da sua vida recorreu a apoios ou serviços de apoio, públicos ou privados? De que tipo?

7.2. Situação Atual

1. Atualmente é beneficiário de algumas prestações/subsídios da Segurança Social? Quais? (Subsídio de desemprego/ Subsídio de Doença/Pensão de Reforma/ RMG-RSI/CSI/Prestação Social para a Inclusão)? E do abono de família e da Ação Social Escolar (para os/as filhos/as)?
2. É apoiado(a) por alguma outra Instituição de Apoio Social? Qual/Quais?
3. Em que medida essas prestações e apoios são importantes na fase atual da sua vida?

7.3. Perceção da relação com os Serviços Sociais

1. Qual o seu grau de satisfação quanto ao modo como tem sido atendido/a e acompanhado/a nos diferentes serviços de apoio social?
2. Existe algum episódio que tenha sido para si especialmente marcante (positivo ou negativo) na sua relação com os serviços de apoio social, saúde ou outros...? (discriminação, ajuda...)

8. Percepção de si como pobre e do combate à pobreza

Nesta secção vai ser explorada a autopercepção da pessoa entrevistada enquanto pobre, procurando ainda perceber como é que considera que o problema da pobreza poderia ser resolvido.

É preciso ter em conta tudo o que foi dito e interessa perceber como é que a pessoa entrevistada se sente consigo e com a sua vida.

1. Quando pensa na sua vida atual considera-se uma pessoa/família que vive em situação de pobreza? Porquê? É uma percepção da sua situação no presente ou acha que sempre esteve nessa condição?
2. Como tem lidado com essa condição? (idem) (resignação, isolamento, manter as aparências) [**se aplicável**]
3. Alguma vez se sentiu discriminado ou excluído? O que o/a fez sentir-se assim?
4. Se pudesse, o que mudaria na sua vida?
5. E se fosse primeiro/a-ministro/a que medida(s) tomaria para combater a pobreza no nosso país?
6. Em geral, sente-se uma pessoa feliz? Qual a principal razão de se sentir como refere?

9. Perspetivas face ao futuro

Explorar como a entrevistado/a se projeta no futuro, que esperança deposita no futuro.

1. Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro? Acha que poderá vir a viver sem subsídios e apoios do estado e de instituições de apoio social? [**se aplicável**] Se sim, o que é necessário para que isso aconteça? Se não, porquê?
2. E a vida dos seus filhos e/ou filhas?
3. Quais os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados? Acha que vai conseguir concretizá-los?

G. Grelha de codificação (versão base)

Objetivos de Investigação/Secção da Entrevista – Temas	Subtemas	Questões	Categorias	Sub-Categorias
1. Enquadramento familiar na infância Esta secção pretende explorar a visão que a pessoa entrevistada tem sobre os seus primeiros anos de vida, a sua família de origem e aquilo que era o seu contexto de vida. Será importante perceber que visão constroem dessa fase: passaram por dificuldades? Havia problemas? Eram felizes? A família era um suporte?	A) Recordações e contextos da infância	1.1. No geral, considera que teve uma infância boa ou má?	Classificação da infância	Infância boa Infância nem boa nem má Infância má
		1.2. a) Que recordações positivas guarda desse período?	Contexto em casa	Recordações dos pais Recordações de outros familiares
			Contexto na escola	Recordações da escola/espço Recordações dos professores Recordações dos funcionários
			Contexto no grupo de amigos	Recordações de amigos na escola Recordações de amigos na vizinhança
			Contexto na comunidade	Elementos de vizinhança Instituições na comunidade
		1.2. b) Que recordações negativas guarda desse período?	Contexto em casa	Recordações dos pais Recordações de outros familiares
			Contexto na escola	Recordações da escola/espço Recordações dos professores Recordações dos funcionários

			Contexto no grupo de amigos	Recordações de amigos na escola Recordações de amigos na vizinhança
			Contexto na comunidade	Elementos de vizinhança Instituições na comunidade
	B) Eventos e situações potenciadoras da pobreza na infância	1.3. Lembra-se de a sua família receber algum tipo de apoio, de alguma instituição social, religiosa ou comunitária? Que tipo de apoios eram esses? Ajudavam a resolver algumas situações difíceis que possam ter existido?	Tipos de apoios identificados	Apoios formais – instituições sociais, instituições religiosas, instituições comunitárias; outro tipo de instituições Apoios informais – vizinhança, redes primárias Apoio pontual Apoio sistemático
			Eficácia dos apoios na resolução de problemas	Resolveu situações difíceis Não resolveu situações difíceis Resolveu situações de modo pontual
		1.4. Recorda-se de existirem situações graves que tenham afetado membros da sua família durante a sua infância (perdas significativas, problemas de saúde,	Sem situações graves	
			Perdas significativas	Na Família nuclear Na Família alargada
			Problemas de saúde	Da família nuclear Da família alargada
			Problemas com a justiça	Da família nuclear Da família alargada

		problemas com a justiça...)? De que forma afetaram a sua família?	De que forma situações graves afetaram a família	Alteraram significativamente Não alteraram significativamente Alteraram num período longo Alteraram num período curto de tempo
2. Relação com o sistema educativo explorar como foi – ou é, no caso de estudantes – construída a relação com a escola, enquanto espaço de sociabilidade, de aprendizagem e de «embate com a sociedade». Explorar se a escola foi/é vivenciada como um local de oportunidade e desenvolvimento (mesmo que não ligada às aprendizagens formais) ou se foi/é, sobretudo, um lugar de estigma e confrontação ou ainda se	C) Percurso escolar durante a infância/juventude	2.1.1. Até que ano andou na escola? E até que idade? Alguma vez reprovou de ano? Quantas vezes? Porque acha que isso aconteceu?	Até que idade andou na escola	Nunca frequentou Frequentou até
			Número de reprovações	Nenhuma reprovação 1 a 3 reprovações Mais do que 3 reprovações
			Razões para sucesso escolar	Apoio dos professores da escola Apoio dos auxiliares da escola Apoio de instituições na comunidade/prójetos Apoio da família nuclear e alargada Apoio de amigos/pares Trabalho próprio
			Razões para insucesso escolar	Ausência de Apoio dos professores da escola Ausência de Apoio dos auxiliares da escola Ausência de Apoio de instituições na comunidade/prójetos

foi/é, em alternativa, um lugar de convívio com os pares. Explorar as razões dessas imagens da vivência escolar. Explorar, também, os fatores de permanência ou de recusa da escola, se isso mudou com a idade e porquê.				Ausência de Apoio da família nuclear e alargada Ausência de Apoio de amigos/pares Ausência de trabalho próprio
		2.1.2. Do que é que gostava mais e gostava menos na escola? Como era a sua relação com os professores?	Do que gostava mais na escola	Dos professores Dos auxiliares Dos amigos/pares (inclui momentos de convívio no recreio) Das aprendizagens
			Do que gostava menos na escola	Dos professores Dos auxiliares Dos amigos/pares (inclui momentos de convívio no recreio) Das aprendizagens
			Elementos relacionais com professores	Positivos Negativos indiferentes
	D) Representações sobre a escola e percursos de abandono escolar	2.1.3. Porque deixou/abandonou a escola? (está a pensar abandonar a escola? porquê?)	Porque deixou a escola	Ingressou no mercado de trabalho (para ganhar dinheiro para si ou para a família de origem) Número elevado de retenções Má relação com professores

				Má relação com amigos/pares Não ver utilidade do percurso escolar
			Porque pensa sair da escola	Ingresso no mercado de trabalho (apoio à família ou autonomia financeira) Não utilidade/necessidade de percurso escolar
	E) Representações sobre escola e futuro	2.2.1. Gostaria de (continuar) ter continuado o a estudar? Porquê?	Porque gostaria de ter continuado a estudar	Obter um futuro melhor Desenvolver horizontes sociais e culturais Maiores oportunidades financeiras Maiores conhecimentos Exercício de profissão desejada
			Porque não gostaria de ter continuado a estudar	Insucessos na aprendizagem Inutilidade do percurso escolar Má relação com professores Má relação com amigos/pares
			Porque gostaria de continuar a estudar	Obter um futuro melhor Desenvolver horizontes sociais e culturais

				Maiores oportunidades financeiras Maiores conhecimentos Exercício de profissão desejada
			Porque não gostaria de continuar a estudar	Insucessos na aprendizagem Inutilidade do percurso escolar Má relação com professores Má relação com amigos/pares
		2.2.2. Acha que a sua vida (será) seria melhor se (continuar) tivesse continuado a estudar? Porque tem essa opinião? (termos laborais, sociais, etc.)	Porque a vida seria melhor se tivesse continuado a estudar	Socialmente Economicamente Culturalmente
			Porque a vida não seria melhor se tivesse continuado a estudar	Socialmente Economicamente Culturalmente
			Porque a vida será melhor se continuar a estudar	Socialmente Economicamente Culturalmente
			Porque a vida não será melhor se continuar a estudar	Socialmente Economicamente Culturalmente
		2.2.3. Mais tarde voltou a estudar ou fez formação profissional? Fale-me	Continuidade do percurso escolar	Área de percurso escolar
			Continuidade do percurso formativo	Área de formação profissional
	F) Formação profissional			

		desse período.		
3. Transição Escola-Trabalho (se aplicável). Esta secção cruza-se com a do trabalho. Aqui interessa: perceber se houve um trajeto direto entre a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho (e até se houve uma relação de efeito- causa entre estas variáveis) ou se a transição foi mais sinuosa, intermitente, permeada por períodos de inatividade. Neste último caso, explorar também que inatividade foi esta: tratou-se de não participar no mercado de trabalho formal, mas exercendo	G) Processo de saída da escola	3.1.1. Começou logo a trabalhar? Que idade tinha? Tinha algum contrato? Como é que conseguiu esse primeiro emprego? O que é que fazia? Durante quanto tempo esteve no primeiro emprego	Começou logo a trabalhar	Começou logo a trabalhar
				Não começou logo a trabalhar
			Idade no 1.º emprego	Antes dos 16 anos Depois dos 16 anos
			Tipo de contrato	Sem contrato
				Recibos verdes
				Contrato temporário
				Contrato permanente
			Estratégias de entrada no mercado de trabalho	Meios formais (Através da escola/instituição de formação profissional/Centro de Emprego) Meios informais (Procura ativa de trabalho Candidaturas espontâneas Contactos de familiares/amigos)
			Quais as tarefas desempenhadas	
			Tempo de permanência no 1.º emprego	Trabalho sazonal Período de experiência Até 6 meses Entre 6 meses a 1 ano Superior a 1 ano

outras atividades informais?	H) Processo de saída de casa dos pais	3.2.1. Que idade tinha? Com quem foi viver? Como se sustentava?	Idade de autonomização	
			Com quem foi viver	Conjugalidade
				Familiares
				Outras situações (amigos, apartamento de autonomia, etc)
		Quais eram as fontes de rendimento do agregado		Apenas do trabalho
				Apenas sem ser do trabalho
				Do trabalho e de outras fontes
		3.2.2 Depois de ter saído da casa dos seus pais, teve de regressar alguma vez? Porquê? Já tinha companheiro (a) nessa altura?	Retorno a casa dos pais	Não retornou
				Separação conjugal
				Motivos económicos
				Outros motivos para retorno
			Com ou sem companheiro/a na altura do retorno	Com companheiro/a na altura do retorno
				Sem companheiro/a na altura do retorno
	I) Modelos de conjugalidade	3.3.1. Já tinha saído da escola? Já estava a trabalhar? Que idade tinha?	Idade na primeira conjugalidade	
			Primeira conjugalidade e escola	Simultânea
				Não simultânea
			Primeira conjugalidade e trabalho	Simultânea
				Conjugalidade antes de trabalho
		3.3.3. Continua a viver com o seu/sua	Permanência da primeira relação de	Trabalho antes da conjugalidade
				Permanência da primeira relação de conjugalidade

		companheiro (a)?	conjugalidade/ rutura	Rutura da primeira relação de conjugalidade
		3.3.4. Em que é que essa separação alterou a sua vida? (se aplicável)	Alterações resultantes da rutura da primeira relação de conjugalidade	Sem alterações
				Mudança de emprego
	J) Modelos de parentalidade	3.3.2. Teve filhos? O seu primeiro filho ou filha nasceu em que momento da sua vida?	Vivências de parentalidade (idade, evento de vida)	Mudança de residência
				Sem filhos/as
				Com filhos
4. Relação com o mundo de trabalho (Trajetória Profissional/Laboral) Explorar qual tem sido o caminho da pessoa entrevistada no mercado de trabalho, mas também como se tem sentido nas suas experiências laborais, se se sente recompensada, realizada, se consegue permanecer no mercado de forma estável e prolongada, etc	K) Emprego atual (população empregada)	4.1. O que faz e como conseguiu o emprego atual (ou o último que teve)? Pode contar-nos a história? E que tipo de contrato tem (teve)?	Estratégias de entrada no emprego atual /último que teve	Meios formais e meios informais: Procura ativa de trabalho Candidaturas espontâneas Contactos de familiares/amigos Por convite da instituição empregadora atual, Centro de Emprego
			Tipo de contrato no emprego atual /último que teve	Sem contrato
				Recibos verdes
				Contrato temporário
	L) Perceções de satisfação sobre o emprego atual	4.2. O que é que gosta mais no trabalho que faz (ou no último que teve)? E o que gosta (gostava) menos? Se pudesse	O que é que gosta mais no trabalho que faz (ou no último que teve)	Contrato permanente
				Nada
			O que é que gosta menos no trabalho que faz (ou no	Nada

Identificar o(s) acontecimento(s) decisivos para entender a questão da escassez de recursos (evento estruturador)		mudar o que é que mudava? Em geral está satisfeito com o seu trabalho (esteve satisfeito com o último que teve)?	último que teve	Condições de progressão Horários de trabalho Níveis de responsabilidade
			O que mudava	Não mudava nada
				Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão Horários de trabalho Níveis de responsabilidade
			Satisfação com o trabalho	Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão Horários de trabalho Níveis de responsabilidade
			Nem satisfação nem insatisfação com o trabalho	Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão Horários de trabalho Níveis de responsabilidade
			Insatisfação com o trabalho	Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão Horários de trabalho Níveis de responsabilidade
			Número	

	M) Vivências no mercado de trabalho e trajetória de desemprego N) Inexperiências no mercado de trabalho O) Reformados	4.3. Mais ou menos quantos trabalhos/empregos diferentes já teve na sua vida? E que tipos de contrato teve?		
			Tipos de contrato	Sem contrato Recibos verdes Contrato temporário Contrato permanente Ao dia ou à tarefa
		4.4. Está ou esteve alguma vez desempregado/a? Por que motivo está/esteve desempregado/a? Por quanto tempo é que está/esteve desempregado/a? Lembra-se especialmente de alguma vez em que esteve desempregado/a? E como saiu dessa situação?	Motivos para desemprego	Doença temporária Invalidez Transição para um novo emprego Despedimento pela entidade empregadora Despedimento espontâneo Finalização de período contratual
			Tempo de desemprego	< a 3 meses De 3 meses a 6 meses <a 6 meses e < a 1 ano Superior a 1 ano
			Situação particular de desemprego	
			Saída da situação particular de desemprego	
			Emprego de que mais gostou	
		4.5. Qual é que foi o emprego que mais gostou. Porquê?	Razão para ter gostado do emprego	Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão

				Horários de trabalho Níveis de responsabilidade
		4.6. Acha que tem dificuldades em arranjar emprego? Porque motivos?	Motivos para ter dificuldades em arranjar emprego	Sem dificuldades
				Falta de habilitações
				Falta de qualificações
				Falta de sorte
				Idade/situação particular de saúde
		4.7. Se nunca trabalhou, por que é que isso aconteceu?	Razões explicativas para a não entrada no mercado de trabalho	Nunca tentou entrar Saúde Ausência de oportunidades /falta de sorte Outra razão
		4.8. Se está reformado, quando se reformou e porque motivo (atingiu a idade de reforma, por questões de saúde / incapacidade para o trabalho, outra situação...)?	Idade de reforma	
			Motivos para a reforma	Idade limite
				Questões de saúde
				Incapacidade para o trabalho
				Outra situação
5. Autopercepção do percurso, comparação da vida presente com a passada.	P) Percepções sobre adequação de níveis de rendimento	5.1. Qual é a sua principal fonte de rendimento (trabalho, reforma, outra, qual)? Acha que os rendimentos	Identificação da principal fonte de rendimento,	Trabalho
				Pensão
				Outras transferências sociais
				Outra fonte
			Percepção sobre a suficiência de recursos em	Rendimentos sempre suficientes

Explorar a visão geral sobre a sua vida e a avaliação que faz sobre o percurso, os pontos de destaque e os momentos-crítico.		que tem são suficientes para responder as suas necessidades ?	resposta às necessidades	para as necessidades
				Rendimentos nem sempre suficientes para as necessidades
				Rendimentos nunca suficientes para as necessidades
		5.2. Lembra-se de uma situação/momento da sua vida em que tenha sentido/percebido que os seus rendimentos não são suficientes?	Prevalência	Nenhuma situação em concreto
				Pouco frequente
				Muito frequente
			Atores	Contexto familiar
				Contexto de vizinhança
				Contexto profissional
				Contexto institucional
				Outro contexto
			Tempos	Quando criança
				Quando adolescente
				Quando jovem adulto
				Quando adulto
			Lugares	Em casa
				No território de residência
				No trabalho
				Numa organização
				Noutro local
			Acontecimentos	Não ligado a nenhum acontecimento específico
				Doença do/a próprio/a

				Doença de familiar
				Morte de familiar
				Rutura familiar
				Recomposição familiar
				Desemprego
				Dificuldades no emprego (ex. salários em atraso)
				Despesa inesperada
				Outra situação
	Q) Avaliação subjetiva do percurso de vida até ao momento	5.3. Como vê o seu percurso de vida até agora? Quais foram os aspetos positivos, os sucessos, as vitórias?	Sem aspetos positivos	
			Contexto familiar	Relacionado com parceiro/a
				Nascimento de filho/a(s)
				Relacionado com filho/a(s) (não relacionado com nascimento)
				Outros aspetos
			Contexto profissional	Obtenção de um emprego
				Percurso profissional
				Outros aspetos
			Condições materiais de vida	Alimentação
				Habitação
			Outros contextos	
			Tempos	Passado – infância
				Passado – jovem adulto
				Passado remoto - adulto
				Passado próximo/prese nte

		5.4. Nesse percurso quais foram os momentos mais difíceis? Em algum desses momentos a sua vida mudou muito? (saída de casa dos pais, saída da escola, entrada no mercado de trabalho, conjugalidade, parentalidade, doenças, institucionalização, relação com sistema de justiça...)	Prevalência	Nenhuma situação em concreto
				Pouco frequente
				Muito frequente
			Atores	Contexto familiar
				Contexto de vizinhança
				Contexto profissional
				Contexto institucional
				Outro contexto
			Tempos	Quando criança
				Quando adolescente
				Quando jovem adulto
				Quando adulto
			Lugares	Em casa
				No território de residência
				No trabalho
				Numa organização
				Noutro local
			Acontecimentos	Não ligado a nenhum acontecimento específico
				Doença do/a próprio/a
				Doença de familiar
				Morte de familiar
				Rutina familiar
				Recomposição familiar
				Desemprego
				Dificuldades no emprego (ex. salários em atraso)

				Despesa inesperada
				Outra situação
			Momentos negativos estruturadores do percurso em que a vida tenha mudado muito	Sem momentos deste género
				Saída de casa dos pais
				Saída da escola
				Entrada no mercado de trabalho
				Conjugalidade
				Parentalidade
				Doenças
				Institucionalização
				Relação com sistema de justiça
				Outros motivos
		5.5. Quando olha para trás, para o seu percurso, acha que teve altos e baixos, que tem vindo a melhorar ou que já esteve melhor do que agora? Em que aspetos? Porquê?	Percurso com altos e baixos	
			Percurso que tem vindo a melhorar	
			Percurso que tem vindo a piorar	
6. Redes de apoio não institucional e território <i>Redes de apoio não institucional:</i> Explorar qual é a rede de suporte informal que	R) Redes informais de apoio e vizinhança S) Avaliação subjetiva da habitação e do território de residência	6.1.1. O que é que pensa da relação que tem com os seus familiares, amigos e vizinhos? (explorar os três tipos de atores)	Perceção subjetiva da relação com familiares	Marcada pela positiva
				Marcada pela inconstância
				Marcada pela negativa
			Perceção subjetiva da relação com amigos	Marcada pela positiva
				Marcada pela inconstância
				Marcada pela negativa

a pessoa entrevistada considera que tem e em que medida lhe dá a ajuda e segurança que considera que necessita. Quais os atores chave que suportam a sua sobrevivência (mãe, outro/a familiar, amigo/a, técnica...) e que recursos se utiliza na relação com esses atores <i>Avaliação dos territórios de habitação:</i> Exploração da relação entre o território habitacional e a condição de vida. A forma como, eventualmente, o território produz exclusão e segregação, mas também redes informais de suporte. A vizinhança (o			Perceção subjetiva da relação com vizinhos	Marcada pela positiva
				Marcada pela inconstância
				Marcada pela negativa
	6.1.2. Quando necessita de alguma ajuda ou tem algum problema, a quem recorre?		Suportes ativos em caso de necessidade	Nunca necessita
				Nunca recorre
				Relações familiares
				Relações de amizade
				Relações institucionais
	6.2.1. O que pensa do lugar onde vive? Quais os aspetos mais positivos e os mais negativos. Quando e como veio/foi viver para este/esse lugar?		Perceção subjetiva do território onde vive	Eminentement e positiva
				Eminentement e neutra
				Eminentement e negativa
			Aspetos positivos do território onde vive	Localização
				Condições de habitação
				Habitat / habitus
				Sociabilidades
				Outros aspetos
			Aspetos negativos do território onde vive	Localização
				Condições de habitação
				Habitat / habitus
				Sociabilidades
				Outros aspetos
			Quando foi viver para o território onde vive	Quando criança
				Quando adolescente
				Quando jovem adulto
				Quando adulto – passado remoto
				Quando adulto – passado recente

local onde vive) constitui-se como um recurso ou uma ameaça?			Caracterização do processo que o/a levou ao território onde vive	Sempre lá viveu
				Realojamento – com família de origem
				Realojamento - próprio
				Associado à conjugalidade
				Associado a relações familiares / sociabilidades
				Resultado da procura de casa – critério económico
				Resultado da procura de casa – acaso
				Outro processo
		6.2.2. Na sua opinião, o que faz falta no lugar onde mora? O que mudaria se pudesse? (serviços, transportes, segurança...)	Necessidades sentidas no território onde vive	Sem necessidades sentidas
				Serviços
				Transportes
				Segurança
				Espaços públicos
				Outras necessidades
			O que mudaria no território onde vive	Não mudaria nada
		6.2.3. Em relação à sua casa: Que dificuldades é que sente?	Dificuldades sentidas relativamente à residência	Sem dificuldades sentidas
				Acessibilidade
				Tamanho
				Qualidade construção
				Gastos
				Outras dificuldades
7. Relação com os sistemas e subsistem	T) Relação com descontos para a Segurança Social e sistemas semelhantes U)	7.1.1. Ao longo da sua vida fez descontos para a Segurança	Historial de descontos para sistemas de Segurança Social e outros	Nunca fez descontos
				Apenas em alguns períodos

as de proteção Nesta secção explora-se a forma como no passado e no presente a pessoa entrevistada se relaciona com os apoios públicos de proteção social e de que forma estes são recursos ou se constituem como formas rituais de humilhação.	V) W) Relação com apoios estatais ao longo do percurso de vida	Social e sistemas semelhantes? Sempre ou apenas em alguns períodos? Se não porquê?	Motivos para nem sempre ter feito descontos para sistemas de Segurança Social e outros	Sempre fez descontos
				Responsabilidade da entidade empregadora
				Decisão própria
				Outros motivos
	7.1.2. Ao longo da sua vida recorreu a apoios ou serviços de apoio, públicos ou privados? De que tipo?	Recurso a serviços de apoio públicos e privados, por tipo de apoio	Regular/pontual	Nunca recorreu
				Recurso apenas a serviços de apoio públicos
				Recurso apenas a serviços de apoio privados
				Recurso a serviços de apoio públicos e privados
	X) Relação atual com apoios estatais e de outras instituições	7.2.1. Atualmente é beneficiário de algumas prestações/subsídios da Segurança Social? Quais? (Subsídio de desemprego/ Subsídio de Doença/Pensão de Reforma/ RSI/CSI/Prestação Social para a Inclusão)...? E do abono de família e da Ação Social Escolar	Tipo de benefício auferido	Regular
				Pontual
				Não é beneficiário de nenhuma prestação/subsídio da Segurança Social
				Subsídio de desemprego
				Subsídio de Doença
				Pensão de Reforma
				RSI
				Complemento Solidário para Idosos
				Prestação Social para a Inclusão
				Abono de Família / Ação Social Escolar

		(para os/as filhos/as)?		Outros benefícios
		7.2.2. É apoiado(a) por alguma outra Instituição de Apoio Social? Qual/Quais?	Tipo de instituição	Sem apoio por outra instituição
				Instituição pública
				Instituição privada
				Instituição pública e privada
	Y) Impacto das prestações na fase atual do percurso de vida	7.2.3. Em que medida essas prestações e apoios são importantes na fase atual da sua vida?	Perceção sobre a importância dos apoios no momento atual	Grande importância
				Importância média
				Pouca/nenhuma importância
	Z) Relação atual com serviços sociais	7.3.1. Qual o seu grau de satisfação quanto ao modo como tem sido atendido/a e acompanhado/a nos diferentes serviços de apoio social?	Grau de satisfação perante o atendimento e acompanhamento social	Grande satisfação
				Satisfação média
				Pouca/nenhuma satisfação
		7.3.2. Existe algum episódio que tenha sido para si especialmente marcante (positivo ou negativo) na sua relação com os serviços de apoio social, saúde ou	Identificação de episódios marcantes com serviços de apoio – positivo	Nenhum episódio marcante
				1 episódio marcante
				Vários episódios marcantes
			Identificação de episódios marcantes com serviços de apoio – negativo	Nenhum episódio marcante
				Discriminação
				Negação de apoio

		outros...? (discriminação, ajuda...)		Outras situações
8. Percepção de si como pobre e do combate à pobreza Nesta secção vai ser explorada a autopercepção da pessoa entrevistada enquanto pobre, procurando ainda perceber como é que considera que o problema da pobreza poderia ser resolvido. É preciso ter em conta tudo o que foi dito e interessa perceber como é que a pessoa entrevistada se sente consigo e com a sua vida.	AA) Autopercepção da situação pessoal de pobreza e do agregado	8.1. Quando pensa na sua vida atual considera-se uma pessoa/família que vive em situação de pobreza? Porquê? É uma percepção da sua situação no presente ou acha que sempre esteve nessa condição?	Autopercepção como pobre	Em situação de pobreza
				Não em situação de pobreza
			Percepção de persistência de pobreza	Em situação persistente de pobreza
				Não em situação persistente de pobreza
	BB) Identificação de situações de discriminação/exclusão social	8.2. Como tem lidado com essa condição? (idem) (resignação, isolamento, manter as aparências) [se aplicável]	Reação à condição atual de pobreza	Resignação
				Isolamento
				Manter as aparências
				Privação
	Pro-atividade			
	Z1) identificação de medidas de política social no combate à pobreza		Reação à condição persistente de pobre	Outras reações
				Resignação
				Isolamento
	Manter as aparências			
	Privação			
	8.3. Alguma vez se sentiu discriminado /a ou excluído/a? O que o/a fez sentir-se assim?	Sentimento de discriminação/exclusão	Pro-atividade	
Outras reações				
Sem sentimento de discriminação/exclusão				
		Razões para sentimento de	Ocasional sentimento de discriminação/exclusão	
Permanente sentimento de discriminação/exclusão				
		Atores		
		Tempos		

			discriminação/ exclusão	Lugares
				Acontecimentos
		8.4. Se pudesse, o que mudaria na sua vida?	Ação individual de mudança (perspetiva incondicional)	Económica
				Condições materiais de vida
				Escolaridade
				Trabalho
				Famíliares
				Outros aspetos
		8.5. E se fosse primeiro/a-ministro/a, que medida(s) tomaria para combater a pobreza no nosso país?	Ação de mudança coletiva (combate à pobreza)	Salários
				Mais emprego
				Apoio social
				Melhores condições de habitação
				Outras ações
		8.6. Em geral, sente-se uma pessoa feliz? Qual a principal razão de se sentir como refere?	Motivos para sensação de felicidade	Famíliares
				Saúde
				Profissionais
				Sociabilidades
				Outros motivos
			Motivos para não sensação de felicidade	Famíliares
				Saúde
				Profissionais
				Sociabilidades
				Outros motivos
9. Perspetivas face ao futuro Explorar como o/a entrevistado/a se projeta no futuro, que esperança deposita no futuro.	CC) Perspetivas face ao futuro e ações para melhoria da qualidade de vida	9.1. Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro? Acha que poderá vir a viver sem subsídios e apoios do Estado e de instituições de apoio social? [se aplicável] Se sim, o que é necessário para que isso aconteça?	Análise prospetiva da situação individual	Melhoria
				Manutenção
				Pioria
			Análise prospetiva da situação individual sem apoio institucional	Possível
				Não possível
				Incerteza
			Critérios para a dependência futura de apoio institucional	Desemprego
				Incapacidade para trabalho
				Salários baixos
				Baixa intensidade laboral do agregado
				Outros aspetos

		Se não, porquê?	Critérios para a independência futura face ao apoio institucional	Emprego
				Salários mais elevados
				Maior intensidade laboral do agregado
				Acaso / sorte
				Outros aspetos
		9.2. E a vida dos seus filhos e/ou filhas?	Análise prospetiva da situação de descendentes	Melhoria
				Manutenção
				Pioria
		9.3. Quais os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados? Acha que vai conseguir concretizá- los?	Sonhos que gostaria de ver realizados	Pessoais
				Familiares
				Saúde
				Profissionais
				Sociabilidades
				Outros motivos
			Expectativa de concretização dos sonhos	Possível
				Não possível
				Incerteza

H. Situação perante o trabalho e estrutura familiar

Entrevistado /a	Género/ Idade	Situação perante Trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos Adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
P2.1. Porto	Feminino, 19	Inativa Experiência de trabalho em período de férias	Estudante, 11.º ano		n.a.	Nuclear com filhos	3	Sem crianças	1	IL 50 % 1 adulto trabalhador 1 adulto desempregado 1 adulto estudante	A cargo da família Único ganhador	Sem histórico de recurso a serviços sociais públicos ou privados Sem abono de família (reprovações)	Apoio da família (avó)
P2.1. Castelo Paiva	Feminino, 19	Inativa Experiência de trabalho em período de férias	Estudante universitária		n.a.	Nuclear com filhos	3	Sem crianças	1	IL 50 % 1 adulto trabalhador 1 adulto DLD 1 adulto estudante	A cargo da família Único ganhador	Sem histórico de recurso a serviços sociais públicos ou privados (exceto SASE) Sem abono de família Bolsa estudo ensino superior Mãe e pai beneficiaram de subsídio de desemprego Avaliação crítica dos serviços sociais	Sem referência
P2.1. Guimarães	Masculino_20	Inativo Experiência de trabalho em período de férias	Estudante universitário		n.a.	Nuclear com filhos	6	3	1	IL 100 % 2 adultos trabalhadores 1 adulto estudante	A cargo da família Duplo ganhador	Sem histórico de recurso a serviços sociais públicos ou privados	Apoios na infância/ experiência de privação

Entrevistado /a	Género/ Idade	Situação perante Trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos Adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
												SASE, abono de família e bolsa de estudo do ensino superior Avaliação positiva dos apoios públicos, considerados insuficientes	
P2.1. Amadora	Feminino, 19	Inativo Experiência de trabalhos episódicos substituição sem contrato	Estudante ensino secundário (12 ^o , 9 ^o ano)		n.a.	Alargada (avós/tutores e tio)	4			IL 100 % 1 adulto trabalhador 2 pensionistas de invalidez (avós) 1 adulto estudante	A cargo da família Único ganhador	Sem histórico de recurso a serviços sociais públicos ou privados Sem SASE e abono de família Pensão de invalidez dos avós (2)	Apoio da família em situações de dificuldade
P2.3. Aljustrel	Feminino, 42	Inativa Doméstica	7. ^o ano Abandono escolar aos 16 anos Completo o 7. ^o ano como adulta	Trabalhadora do sexo (18/39 anos) Trabalhos pontuais (ajudante de lar, ...)	Carreira contributiva irregular	Nuclear com filhos: marido e filhos	4	2	n.a.	IL 50 % 1 adulto trabalhador 1 doméstica	A cargo da família Único ganhador	Beneficiária RSI em 2 ocasiões na sua trajetória Abono família crianças e SASE Apoio da Junta Freguesia (transportes e consultas de terapia da fala e de psicologia do filho)	Sem referência detalhada
P2.4 Lisboa#2	Feminino, 61	Inativa Doméstica	4. ^a classe	Trajectoria laboral iniciada aos 14 anos como ajudante de alfaaiataria. Trabalhou vários anos na restauração.	Carreira contributiva regular desde os 18 anos até ao nascimento do filho (33 anos)	Alargada Companheiro, filho adulto e neto	4	1	1	IL 66 % 2 adultos trabalhadores	A cargo da família Duplo ganhador	Pensão de sobrevivência do marido Abono de família do neto	Sem referência

Entrevistado /a	Género/ Idade	Situação perante Trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos Adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
				Doméstica com nascimento filho (32 anos) Trabalhos ocasionais em serviços pessoais e domésticos e restauração									
P2.2. Amadora	Masculino, 19	Ativo Desempregado	9.º ano de escolaridade (pretende retomar estudos, curso profissional)	Iniciou vida ativa aos 18 anos, em limpezas	n.a.	Nuclear com filhos: Mãe, padrasto e irmãos	8	4 2 crianças com Trissomia 21	2	IL 75 % 3 adultos trabalhadores 1 adulto desempregado	A cargo da família Tripla ganhador	Sem histórico de recurso a serviços sociais públicos Apoio de projeto comunitário ASE e abono de família irmão menores Habitação social	Apoio do irmão emigrado em França
P2.2. Lisboa	Masculino, 18	Ativo Desempregado À procura do primeiro emprego Experiências ocasionais de trabalho	6.º ano de escolaridade (Pretende frequentar curso profissional com equivalência ao 9.º ano)		n.a.	Nuclear com filhos: pais e irmãos	7	3	2	IL 75 % 3 adultos trabalhadores 1 adulto desempregado	A cargo da família Tripla ganhador	Sem histórico de recurso a serviços sociais públicos ou privados ASE e abono de família irmão menores	Sem referência

Entrevistado /a	Género/ Idade	Situação perante Trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos Adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
P2.2. Porto	Feminino, 26	Ativa Desempregada	12.º ano Curso profissional de assistente dentária	Iniciou vida ativa aos 20 anos Trabalhadores pobres com trajetórias laborais instáveis com empregos na restauração e operária fabril e desemprego	Com períodos de descontos para a Segurança Social	Nuclear com filhos: pais e irmãos (autonomização com regresso a casa da família com desemprego)	6	1	3	IL 50 % 2 adultos trabalhadores 2 adultas desempregadas 1 adulto estudante	A cargo família Duplo ganhador	Sem histórico de assistência social privada Beneficiou de proteção social no desemprego (Subsídio de desemprego ≈ 1ano) Mãe beneficiária do RSI em períodos de desemprego e atualmente	Sem referência
P2.3. Vila Franca do Campo	Masculino, 20	Ativo Desempregado Sem experiência de trabalho Participação em ATL Jovens	12.º ano		n.a.	Nuclear com filhos: pais e irmãos	5	1	2	IL 25 % 1 adulto trabalhador 2 adultos desempregados 1 doméstica com trabalho informal	A cargo da família Único ganhador	Sem histórico de assistência social privada Abono de família e SASE	Sem referência
P2.4. Almada	Masculino, 40 emigrante irregular	Ativo Desempregado	11.º ano	Iniciou-se no trabalho em carpintaria (Cabo Verde) Construção civil (Guiné) Serralheiro civil	Trabalhador Independente sem carreira contributiva	Nuclear com filhos	3	1	n.a.	IL 50 % 1 adulta trabalhadora 1 adulto desempregado	A cargo da família Único ganhador	Histórico de relação e apoio dos serviços sociais (períodos como sem-abrigo após chegada a Portugal e após despejo) Avaliação crítica dos serviços sociais	
P2.3. Vila Pouca de Aguiar#1	Feminino, 46	Trabalho informal	6.º ano	Resineira (8 anos) Desemprego	Sem carreira contributiva	Nuclear com filhos: marido e filho	3	1	n.a.	IL 50 % 1 adulto trabalhador	A cargo da família	Subsídio de doença (marido)	Apoio do filho emigrante na Suíça

Entrevistado /a	Género/ Idade	Situação perante Trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos Adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
			Abandono escolar aos 13/14 anos Curso Geriatria com equivalência ao 9.º ano	Cuidadora da mãe (5 anos) Formação Desemprego Empregos informais em serviços pessoais e domésticos, trabalhos sazonais na agricultura, etc.	(sem descontos nos 8 anos como resineira)					(em baixa médica) 1 adulto com trabalho informal	Único ganhador regular	Ação Social Escolar Sem abono família Avaliação muito crítica dos serviços de Segurança Social	Apoio de familiares
P2.3. Boticas	Feminino, 38	Trabalho informal	6.º ano	Trabalho como ajudante de lar, Lisboa, 4 anos (dos 16 aos 20 anos) Doméstica/ Cuidadora do pai e presentemente da mãe Trabalhos ocasionais em serviços pessoais e domésticos	Descontos para a Segurança Social de dois anos, após maioridade	Alargada: Marido, filhos e mãe	5	2	n.a.	IL 50 % 1 adulto trabalhador 1 adulto com trabalho informal 1 pensionista por invalidez	A cargo da família Único ganhador regular	Sem histórico de assistência social privada Abonos família e ASE (filhos)	
P2.3. Vila Pouca de Aguiar#2	Feminino, 43	Trabalho informal	Abandonou a escola no 5.º ano Completo 9.º ano via Novas Oportunidades	Sem trajetória laboral no mercado de trabalho formal	Inscrição regime previdência trabalhadores rurais por conta da família	Nuclear com filhos: marido e filho	3	1	n.a.	IL 50 % 1 adulto trabalhador 1 adulto com trabalho informal	A cargo da família Único ganhador regular	Sem histórico de assistência social privada Beneficiária do RSI numa fase do seu itinerário após casamento.	Sem solidariedade familiar, nomeadamente por parte do pai que a discrimina

Entrevistado /a	Género/ Idade	Situação perante Trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos Adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
				Trabalho doméstico e na agricultura familiar Emancipação tardia 36 anos								Cessação com frequência CF Abono de família do filho Episódio crítico com a Segurança Social	
P2.4. Boticas	Masculino, 52	Trabalho informal	3.ª classe	Trabalhos temporários na construção e agricultura Trajetória laboral como operário de construção civil (15/30 anos) Outros trabalhos na pecuária e pastoreio	Sem carreira contributiva, exceto período de 3 anos com contrato	Nuclear	2	Sem crianças	n.a.	IL 25 % 1 adulto com trabalho informal 1 doméstica	A cargo da família Único ganhador irregular	Sem histórico de relação com serviços sociais de apoio e assistência social Apoio social ocasional em situação de doença e ausência de rendimentos durante 1 ano Eventos críticos com serviços sociais	Solidariedade familiar e de vizinhança
P2.5. VP Aguiar	Feminino, 49	Trabalho informal	12.º ano Abandonou a escola na 4.ª classe Obteve habilitações posteriores como adulta, curso de	Último emprego como empregada de serviços domésticos e pessoais (3,5 anos) e como empregada de comércio (10 anos)	Carreira contributiva irregular/ intermitente condicionada pela natureza dos vínculos laborais (±13 anos de descontos para a Segurança Social)	Monoparental feminina	2	1	n.a.	1 adulto com trabalho informal		Proteção social no desemprego (RSI, períodos sem proteção social desemprego) Apoio alimentar da segurança social...	Sem solidariedade familiar A entrevistada assinala que nunca contou com a solidariedade dos pais e da família em

Entrevistado /a	Género/ Idade	Situação perante Trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos Adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
			técnico auxiliar de ação educativa									Pensão de alimentos do filho Apreciação positiva da relação com Segurança Social Episódio crítico com a Segurança Social Apreciação crítica dos serviços de habitação	geral, acabando por narrar mais casos de solidariedade de pessoas amigas e conhecidas
P2.4. Lisboa#1	Feminino, 32	Trabalho a tempo reduzido involuntário	Licenciada	Educadora de infância Trabalhos ocasionais de <i>baby-sitting</i> trabalhador independente Trajetória laboral com trabalhos temporários na área socioeducativa e outras	Sem carreira contributiva regular Fase recente com descontos como trabalhador independente	Nuclear com filhos	3	1	n.a.	IL 50 % 1 adulto trabalhador 1 adulto com trabalho a tempo reduzido involuntário	A cargo da família Único ganhador regular	Sem histórico de relação com serviços sociais de apoio e assistência social Abono de família do filho	Sem contar com solidariedade familiar
P2.5. Amadora#1	Feminino, 41	Ativa	5.º ano	Empregada de copa	Carreira contributiva regular	Monoparental feminina	2	1	n.a.	IL 100 %	Único ganhador	Sem histórico de relação com serviços sociais de apoio e assistência social	

Entrevistado /a	Género/ Idade	Situação perante Trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos Adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
		Empregada								1 adulta trabalhadora		Abono de família e ASE filho Filho frequenta Casa Pia Pensão de alimentos filho	
P2.5. Amadora#2	Masculino, 54	Ativo Empregado	6.º ano Idade adulta (frequenta 9.º ano)	Trabalhador IKEA Trajetória laboral iniciada na construção civil Trabalho em discoteca	Carreira contributiva irregular	Isolado	1	Sem crianças	n.a.	IL 100 % 1 adulto trabalhador	Único ganhador	Apoio de instituições privadas de apoio e assistência social, na recuperação toxicodependência, habitação de renda social apoio social comunitário na privação e precariedade material e situação de irregularidade enquanto emigrante	solidariedade familiar por parte da filha e sobretudo de uma irmã.
P2.5. Guimarães	Feminino, 57	Ativa Empregada	Ensino superior incompleto	Segurança Trajetória laboral iniciada aos 21/22 anos em atividades informais	Carreira contributiva regular	Isolada	1	Sem crianças	n.a.	IL 100 % 1 adulta trabalhadora	Único ganhador	Bolsa de estudos no período de escolaridade Subsídio de desemprego em alguns períodos Sem outros benefícios sociais	Sem solidariedade familiar, designadamente da mãe

Entrevistado /a	Género/ Idade	Situação perante Trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos Adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
												Ponto de vista crítico sobre serviços sociais públicos (Segurança Social e Centro de Emprego)	
P2.5. Lisboa	Masculino, 62	Ativo Empregado	4.ª classe	Cozinheiro Trajetória laboral iniciada em Cabo Verde com 15 anos Emigrou para Portugal aos 18 anos com diferentes trabalhos, incluindo 17 anos como serralheiro.	Carreira contributiva regular	Isolado	1	Sem crianças	n.a.	IL 100 % 1 adulto trabalhador	Único ganhador	Proteção social no desemprego RSI (períodos sem proteção social no desemprego)	